

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE DIREITO



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

**A CELERIDADE NO PROCESSO PENAL SOB A
PERSPETIVA DE PORTUGAL E CABO VERDE**

ZULEICA SORAIA GOMES DA CRUZ

MESTRADO EM DIREITO – ÁREA DE CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS

LISBOA
2017

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE DIREITO



**A CELERIDADE NO PROCESSO PENAL SOB A
PERSPETIVA DE PORTUGAL E CABO VERDE**

ZULEICA SORAIA GOMES DA CRUZ

MESTRADO EM DIREITO – ÁREA DE CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS

Dissertação apresentada no Curso de Mestrado Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, como requisito para a obtenção do título de mestre em Direito na área de Ciências Jurídico-Criminais, referente ao ano letivo 2015/2016, sob a orientação do Professor Doutor Paulo de Sousa Mendes.

LISBOA
2017

*À minha família,
principalmente aos meus pais e avós.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço de forma sentida e com vénia ao Senhor Professor Doutor Paulo de Sousa Mendes, pelos ensinamentos, pela forma exemplar e mestria dedicada na orientação desta dissertação, bem como pelo rigor científico que imprimiu à mesma, através de críticas construtivas sem as quais teria sido extremamente difícil concluir o trabalho com a qualidade que me propus. Agradeço-lhe ainda pela inexcelável gentileza com que respondeu aos meus apelos pontuais, bem como pela oportunidade que me foi dada de crescer nestes dois anos do curso de mestrado, deixo aqui o preito da minha gratidão e admiração.

Aos Professores Doutores Augusto Silva Dias e Maria Fernanda Palma, sublinho igual respeito e consideração por todo o apoio dado e pelos conhecimentos transmitidos nas aulas de mestrado.

À Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, por me ter concedido a oportunidade de sair do meu país para fazer o mestrado numa das Faculdades de Direito mais reconhecidas em Portugal e no mundo lusófono, deixo aqui o meu agradecimento.

Aos funcionários da Biblioteca da Procuradoria-Geral da República, em Lisboa, deixo uma já saudosa referência por me permitirem e facilitarem a requisição de livros.

Igualmente, aos funcionários da Biblioteca da Assembleia Nacional e do Supremo Tribunal de Justiça, em Cabo Verde, por todo o apoio prestado durante os dias em que estive na Cidade da Praia a fazer pesquisa e por me disponibilizarem os dados estatísticos sobre a justiça em Cabo Verde.

À Direção-Geral da Política de Justiça Portuguesa, que prontamente se disponibilizou para me facultar todos os dados estatísticos sobre a justiça em Portugal.

Por fim, deixo aqui o meu profundo reconhecimento à minha família, amigos e colegas que verdadeiramente foram o esteio desta caminhada, motivando-me quando as coisas pareciam mais complicadas, quer seja através de apoio moral, material e, bem assim, com as suas sugestões ou críticas.

A vós dedico este humilde trabalho.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	4
RESUMO.....	8
ABSTRACT	9
SIGLAS E ABREVIATURAS	10
 INTRODUÇÃO	 12
 I CAPÍTULO. CONSIDERAÇÕES GERAIS	 19
1. Direitos Humanos e Processo Penal	19
2. O princípio da legalidade do processo.....	26
3. O direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva	32
 II CAPÍTULO. DIAGNÓSTICO SOBRE AS CAUSAS DE DILAÇÃO DOS PROCESSOS-CRIME	 37
1. O Caso «FP-25 de Abril»	37
2. Identificação das causas da morosidade	41
2.1. O tipo de organização investigada e o número de pessoas envolvidas	41
2.2. A quantidade e a multiplicidade de atos praticados.....	42
2.3. Os intervenientes no processo e os atos praticados	43
2.3.1. Os arguidos	43
2.3.2. Os magistrados e os funcionários judiciais	44
2.4. Os recursos.....	44
2.5. As reclamações e outros incidentes	45
2.6. As notificações.....	45
3. O primeiro diagnóstico	46
 III CAPÍTULO. A MOROSIDADE PROCESSUAL PENAL	 50
1. Celeridade vs. morosidade.....	50
2. Tempo real do processo.....	52
 IV CAPÍTULO. O DIREITO A UMA DECISÃO EM PRAZO RAZOÁVEL.....	 55
1. Tutela Jurídica em Portugal e Cabo Verde.....	55
1.1. Em Portugal	55
1.2. Em Cabo Verde.....	60
2. Tutela Jurídica Internacional	63
2.1. A Carta da Organização das Nações Unidas	63

2.2. A Convenção Europeia dos Direitos Humanos	65
2.3. A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia	67
2.4. A Carta da Organização Africana	70
3. Os principais indicadores da morosidade processual	74
3.1. Em Portugal	74
3.2. Em Cabo Verde.....	78

V CAPÍTULO. CONCEITO, FUNDAMENTO E SUJEITOS PROCESSUAIS ... 81

1. O prazo razoável do processo: conceito vago	81
2. Metodologia de aferição da razoabilidade do processo	83
3. Direito subjetivo de «todos» num processo judicial.....	86
4. Direito oponível aos tribunais e ao Estado	94
5. O Ministério Público	98

VI CAPÍTULO. AS REFORMAS LEGISLATIVAS..... 109

1. Os prazos processuais	109
2. A justiça penal por caminhos das reformas: celeridade e economia processual	119
2.1. O incidente de aceleração processual	119
2.2. A justiça penal: diversão, consenso e oportunidade	124
2.2.1. Arquivamento do processo em caso de dispensa da pena	131
2.2.2. A suspensão provisória do processo	138
2.3. As formas simplificadas e aceleradas do processo	148
2.3.1. Processo sumário	148
2.3.2. Processo abreviado	154
2.3.3. Processo sumaríssimo.....	158
2.4. A confissão	165
2.5. Os recursos.....	169
2.5.1. Irrecorribilidade da decisão instrutória que rejeitar diligência probatória..	171
2.5.2. A irrecorribilidade da decisão de pronúncia.....	173
2.5.3. A rejeição do recurso por manifesta improcedência	175
2.5.4. A irrecorribilidade das decisões proferidas em recurso pelos tribunais de relação.....	176
2.5.5. A nulidade como fundamento do recurso.....	181
2.5.6. A subida diferida	183
3. A prescrição.....	186

VII CAPÍTULO. A JUSTIÇA NEGOCIADA: UMA PERSPETIVA DO DIREITO COMPARADO 196

1. Estados Unidos	197
2. Alemanha.....	203
3. Inglaterra.....	205
4. Itália.....	206
5. Portugal.....	207
6. Cabo Verde	213

VIII CAPÍTULO. CONSEQUÊNCIAS DA VIOLAÇÃO DO DIREITO À DECISÃO EM PAZO RAZOÁVEL..... 214

1. O dever de reparação do Estado-juiz.....	214
2. Jurisprudência de Portugal vs. jurisprudência de Estrasburgo	218
2.1. Casos de Portugal.....	218
2.2. TEDH e o tratamento das queixas	222
3. Os pressupostos da responsabilidade civil.....	226
4. Algumas considerações gerais sobre o dever de reparação	232

IX CAPÍTULO. CAMINHOS JURÍDICO-PROCESSUAIS POSSÍVEIS 236

CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS 242

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 248

JURISPRUDÊNCIA.....268

RESUMO

A morosidade processual apresenta-se, verdadeiramente, como um dos principais estrangulamentos e desvios registados na *praxis* dos nossos tribunais, desencadeando preocupações por parte dos cultores da doutrina penal e dos práticos do Direito. Nesta perspetiva, o presente trabalho visa investigar os limites da aplicação do direito, constitucionalmente consagrado, de todo o cidadão ter o seu processo julgado dentro de um prazo razoável. Tenta-se desmontar a anfibologia deste conceito com a análise da sua extensão na doutrina e na jurisprudência, mas também com o estudo de um caso peculiar para a fundamentação das causas da dilação do processo. É feita uma introdução acerca dos direitos humanos, do princípio da legalidade do processo, do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva. Abordam-se os critérios padronizados para aferir a razoabilidade do processo e as medidas processuais criadas pelo legislador com vista a imprimir uma maior celeridade e economia processual, sem prejuízo da eficácia da decisão judicial. A análise destes mecanismos à luz do direito comparado e das posições da doutrina e das decisões jurisdicionais confirmará que estes não têm sido suficientes para vencer a morosidade. É inegável que a devida aplicação dessas novas medidas poderá conferir alguma eficácia ao processo, contudo, o problema não ficará resolvido de forma definitiva. Além disso, demonstrar-se-á que, em determinadas situações concretas, a violação do direito à decisão em prazo razoável enquanto geradora de danos indemnizáveis, pode dar lugar à responsabilização civil do Estado-juiz.

Palavras-chave: Celeridade processual. Prazo razoável. Morosidade da justiça. Portugal e Cabo Verde.

ABSTRACT

The slowness of the legal process is truly one of the main dilemmas facing our courts, triggering concerns on the part of those who espouse a fair and equitable practice of law. As such, this work aims to investigate the limits of the application of the constitutional right of every citizen to a speedy trial. This study attempts to dismantle the ambiguity of this concept with the analysis of its extension to doctrine and jurisprudence, as well as the study of a particular case for the reasoning behind process deferment. An introduction about human rights is made as well as about the principle behind the legality of the process, the right to access justice and effective judicial protection. It addresses the standardized criteria for assessing the reasonability of the procedure and the procedural measures created by legislation in order to ensure greater speed and procedural economy, without prejudice to the effectiveness of the judicial decisions. The analysis of these mechanisms, based on comparative law and the position of doctrine and jurisprudence, will confirm that they have not been sufficient to overcome slowness. It is undeniable that the proper implementation of these new measures could make the process more effective, however, the problem will not be solved permanently. In addition, it will show that, in certain specific situations, a breach of the right to a decision within a reasonable period of time as a source of damages in the absence of compensation may give rise to the civil liability of the State.

Key words: Order to accelerate procedures. Reasonable deadline. Delayed justice. Portugal and Cape Verde.

SIGLAS E ABREVIATURAS

AAFDL	Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa
Ac./Acs.	Acórdão/Acórdãos
ACP	Audiência Contraditória Preliminar
al./als.	Alínea/Alíneas
BFD	Boletim da Faculdade de Direito
BMJ	Boletim do Ministério da Justiça
BVerfG	<i>Bundesverfassungsgericht</i> (Tribunal Constitucional Federal alemão)
CADHP	Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos
CC	Código Civil
CDFUE	Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia
CDPC	Comité Europeu para os Problemas Criminais
CEDH	Convenção Europeia dos Direitos Humanos
CEJ	Centro de Estudos Judiciários
cf.	confira/confronte
cit.,	citado/citada, cita-se
CJA	Cadernos de Justiça Administrativa
CP-CV	Código Penal de Cabo Verde
CP-F	Código Penal Francês
CP-P	Código Penal Português
CPP-B	Código de Processo Penal Brasileiro
CPP-CV	Código de Processo Penal de Cabo Verde
CPP-I	<i>Codice di Procedura Penale</i> (Código de Processo Penal italiano)
CPP-P	Código de Processo Penal Português
CRCV	Constituição da República de Cabo Verde
CRP	Constituição da República Portuguesa
CSM	Conselho Superior da Magistratura
CSMJ	Conselho Superior da Magistratura Judicial
CSMP	Conselho Superior do Ministério Público
DIAP	Departamento de Investigação e Ação Penal
DL	Decreto-Lei
DR	Diário da República
EMJ	Estatuto dos Magistrados Judiciais
EMP	Estatuto do Ministério Público
et al.	(e outros)
MP	Ministério Público
n.º/n.ºs	número/números
OPC	Órgãos de Polícia Criminal
OPJP	Observatório Permanente da Justiça Portuguesa
pág./págs.	página/páginas
PC-PR	Comité de Peritos sobre o Papel do Ministério Público
PGR	Procuradoria-Geral da República/ Procurador-Geral da República
PIDCP	Pacto Internacional de Direitos Cíveis e Políticos
PJ	Polícia Judiciária
RDES	Revista de Direito e de Estudos Sociais
RDPP	<i>Rivista Italiana di Diritto e Procedura Penale</i>
REDC	Revista Española de Derecho Constitucional
RFDUCP	Revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa
RFDUL	Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

RLJ	Revista de Legislação e Jurisprudência
RMP	Revista do Ministério Público
ROA	Revista da Ordem dos Advogados
RPCC	Revista Portuguesa de Ciência Criminal
RRCEE	Regime da Resp. Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades
Públicas	
segs.	seguintes
SMMP	Sindicato dos Magistrados do Ministério Público de Lisboa
STA	Supremo Tribunal Administrativo
StGB	<i>Strafgesetzbuch</i> (Código Penal Alemão)
STJ	Supremo Tribunal de Justiça
StPO	<i>Strafprozessordnung</i> (Código de Processo Penal Alemão)
TAC	Tribunal Administrativo de Círculo
TC	Tribunal Constitucional
TCA	Tribunal Central Administrativo
TEDH	Tribunal Europeu dos Direitos Humanos
TIC	Tribunal de Instrução Criminal
TJUE	Tribunal de Justiça da União Europeia
TRC	Tribunal da Relação de Coimbra
TRE	Tribunal da Relação de Évora
TRL	Tribunal da Relação de Lisboa
TRP	Tribunal da Relação do Porto
UE	União Europeia
Vide	ver, veja-se
Vol.	Volume

INTRODUÇÃO

1. *A razão da escolha do tema*

Num Estado de Direito impõe-se acautelar ao máximo o conteúdo garantístico dos princípios fundamentais do processo penal, daí que se torna imperioso que a justiça cumpra, o quanto possível, as exigências da celeridade e eficiência, bem como a promoção do respeito pelas formas e ritos processuais que se apresentem como baluartes dos direitos, liberdades e garantias. Assim sendo, impõe-se, quer a nível legislativo quer ao nível dos tribunais, o dever de estabelecer e observar procedimentos judiciais que assegurem a tutela efetiva e em tempo útil dos direitos constitucionalmente consagrados.

É neste contexto que o fenómeno da morosidade processual surge como uma preocupação ímpar, na medida em que trata-se de um problema que afeta todo o sistema penal. Choca tanto com os interesses do arguido, como também da vítima (e da sociedade em geral), que recorram aos tribunais, enquanto entidade ordenadora da resolução dos conflitos, para apaziguar os litígios que os afligem, garantindo a paz social, a justiça e a segurança, sobretudo, mas não apenas, jurídica. Portanto, periga a Justiça, que é objeto do processo penal, e, além disso, diminui o efeito do fim das penas que é a prevenção geral – pilar do sistema penal democrático. A ineficácia da repressão criminal tem como consequência o aumento da criminalidade e, paralelamente, a diminuição da segurança do cidadão¹.

O problema da morosidade processual não é um assunto novo no quadro da justiça. Daí que a sua abordagem não constitui uma preocupação apenas nossa. Trata-se de um dos tópicos mais consensuais da experiência jurídica contemporânea e tem desencadeado preocupações por parte dos cultores da doutrina penal, bem como dos práticos do Direito. Apresenta-se, verdadeiramente, como um dos principais

(*) É de notar que o presente trabalho respeita as normas do *novo* acordo ortográfico vigente em Portugal.

¹ Citando KURT MADLENER, «O problema básico do processo penal é o equilíbrio entre a eficiente repressão e a garantia dos Direitos Humanos dos arguidos, quer sejam culpados ou inocentes. Mas a celeridade do processo é necessária, tanto para que se produza a eficiente repressão, pois há que demonstrar ao delinquente e a sociedade que o Estado reage sem demora ao facto delituoso, bem como para salvaguardar os Direitos Humanos, pois tanto o culpado como o inocente têm direito de ser liberados da situação de insegurança processual». MADLENER, Kurt, «Meios e métodos para alcançar-se no processo penal as metas de “prazo razoável” e de “celebridade”»: observações a respeito da justiça alemã», in *Que futuro para o direito processual penal? Simpósio em homenagem a Jorge de Figueiredo Dias, por ocasião dos 20 Anos do Código de Processo Penal Português*, Coimbra Editora, 2009, págs. 445-446.

estrangulamentos e desvios registados na *praxis* dos nossos tribunais e, consequentemente contribui para a frustração de uma justiça que deve ser, ou pelo menos se quer tempestiva e eficaz. Estas disfuncionalidades vêm sendo diagnosticadas, principalmente, na invencível anomia do desrespeito pelos prazos legais, desde a fase de investigação criminal até à de julgamento em primeira instância, mas também nos tribunais superiores².

O sistema penal é caracterizado como sendo um sistema de repressão criminal, onde o Estado como detentor do *ius puniendi* tem, em exclusivo, o dever de aplicar a lei em nome dos interesses dos cidadãos legalmente tutelados, a fim de reparar os danos individuais e sociais causados pelo crime. Isso porque, como se sabe, é vedado às pessoas a possibilidade de fazerem justiça privada, salvo algumas exceções. A pena surge como a forma de realização, proteção e reparação dos interesses da coletividade. A função de julgar é exercida, necessariamente, pelos órgãos jurisdicionais por meio de um processo legal, regulada pelas normas jurídicas, que no caso do direito penal devem prever tipicamente as condutas ilícitas, estatuidas as sanções penais – *nulla poena sine processus*.

Desta forma, surge o direito de acesso à justiça que estipula que a todos os cidadãos são garantidos o direito de ação – direito esse elevado à categoria constitucional, e consagrado em vários textos nacionais e internacionais. Ao exercer o direito de ação, o cidadão solicita a intervenção de um órgão com superes de *hétero* tutela, para – assim – ver realizada a sua pretensão, que não se compadece com longas e inférteis esperas³. Melhor dizendo, o sistema de justiça pública transfere para o Estado a função de reagir perante as violações dos bens jurídicos tidos como fundamentais para cada indivíduo e para a sociedade, desde que essa reação não coloque em causa os direitos do próprio infrator.

Um dos incisos na Convenção Europeia dos Direitos Humanos (art. 6.º, n.º 1) e na Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (art. 7.º, n.º 1, al. d)) é o direito à

² Nas palavras de CONCEIÇÃO GOMES, «A crise da justiça não é um problema específico de Portugal. Atravessa fronteiras e está presente em países cultural, social e economicamente muito distintos. Trata-se de um fenómeno global, naturalmente com causas, matrizes e sintomas muito específicos ou, ainda, que semelhantes, com diferentes intensidades. Apesar das especificidades, em muitos países o acesso à justiça está fortemente afetado pela longa duração dos processos. A lentidão da justiça é, consensualmente, reconhecida como um dos problemas mais graves dos atuais sistemas judiciais, com custos sociais, políticos e económicos muito elevados». Conceição, *O tempo dos tribunais: Um estudo sobre a morosidade da justiça*, Coimbra Editora, 2003, págs. 11-12.

³ Sobre este assunto, FERREIRA, Fátima Ribeiro, *Regime dos procedimentos para cumprimento de obrigações pecuniárias*, Coimbra, Livraria da Universidade- Edições Jurídicas, pág. 6.

obtenção de uma decisão judicial em prazo razoável, direito que também integra o catálogo dos direitos fundamentais da ordem jurídica portuguesa (art. 20.º, n.º 4 e 32.º, n.º 2 da CRP) e da cabo-verdiana (art. 22.º, n.º 1 e 35.º, n.º 1 da CRCV). Constitui, assim, garantia constitucional que deve ser respeitada e acautelada pela lei e pelas autoridades judiciais.

Por esta razão, a obrigatoriedade de decisão imposta ao Estado deve respeitar o princípio da tempestividade, que requer que uma decisão judicial seja decretada num prazo necessário e razoável para tutelar todos os interesses acautelados no processo.

Não obstante, o Estado Português, bem como o Cabo-verdiano, têm-se revelado incapazes de criarem uma oferta de justiça que dê respostas, de forma célere e eficaz, à procura da justiça penal⁴. São muitos os processos que se encontram pendentes por vários e vários anos nos tribunais, resultando num quase colapso, dramático, da situação da justiça penal – aumento do número de prescrições – o que põe em xeque um conjunto de direitos dos cidadãos, desde logo o direito a uma justiça tempestiva e justa⁵.

Com efeito, todo este quadro cria uma desconfiança generalizada dos cidadãos quanto à idoneidade do processo penal estar à altura do seu escopo, a realização da justiça, gerando indignação social e descrédito no sistema⁶.

Nesta medida, importa saber de quem é a culpa: será do poder judiciário, dos tribunais, do sistema processual penal, do legislador, dos sujeitos processuais, da comunicação social ou da sociedade? Que remédios pode haver se não para inverter e cicatrizar, ao menos para ajudar a minimizar a situação?

Face à realidade, não podemos mover-nos com base em ideologias, mas antes em soluções práticas e funcionais, no intuito de encontrar respostas possíveis e capazes de mitigar o défice do sistema.

Com a lentidão processual, os cidadãos veem-se, assim, confrontados com um sistema jurídico demasiado lento e dispendioso, o que gera insegurança e desespero, além do facto de, muitas vezes, vidas se consomem e perdem no tempo da espera, à

⁴ A este propósito refere ISABEL CELESTE FONSECA, que «perante um quadro da lentidão processual, não só a efetividade da tutela jurisdicional que é posta em causa. A duração excessiva do processo é também, e por si só, contrária ao direito ao de acesso à tutela jurisdicional. E, deste modo o afastamento do «tempo real» do processo «ao tempo ideal», determinável segundo o paradigma do «prazo razoável», pode traduzir violação do direito de acesso à justiça». FONSECA, Isabel Celeste M., «O direito a um processo à prova de tempo: um apelo a Kairos», *in* *Ars iudicandi: estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Castanheira Neves*, (org.) Jorge de Figueiredo Dias, José Joaquim Gomes Canotilho, José de Faria Costa, vol. 3, Coimbra, Coimbra Editora, 2008, pág. 207.

⁵ Sobre isso, Neste sentido, GOMES, Conceição, ob. cit., 2003, pág. 12.

⁶ *Ibidem*, pág.14.

espera que se faça justiça, *à espera de Godot*. Um tempo desnecessário e inútil. Como consequência avoluma-se o número de processos nos tribunais, o que causa desinteresse às pessoas por falta de capacidade de respostas. E, naturalmente, o resultado desta *justiça falhada* traduz-se em «*vidas desperdiçadas, saúdes comprometidas, perdas e mais perdas, tudo isso porque se esperou uma justa justiça e obteve uma injusta espera da justiça, ou até mesmo uma justiça tardia (...)*»⁷.

A verdade é que um sistema processual que sistematicamente falha, que não responda minimamente às expetativas, deslegitima-se, quer aos olhos da sociedade, quer do ponto de vista constitucional da tutela efetiva do direito⁸. Com isto, é o próprio Estado de Direito que se encontra abalado nos seus fundamentos. Daí pensarmos ser imperiosa não só a mudança de paradigma do sistema processual, como a ampliação de mecanismos que correspondam e respondam eficazmente às exigências da modernidade. Há que começar a refletir seriamente sobre o próprio sistema da justiça.

Os tribunais, enquanto última instância jurídica de compreensão e resolução de conflitos que antagonizam os homens que vivem e labutam numa dada sociedade, darão respostas a todas as demandas, quando fizerem prevalecer um sistema processual reestruturado e ajustado à realidade dos nossos tempos. Daí a relevância do tema, por ser um assunto crescente, nas ordens jurídicas portuguesa e cabo-verdiana, com relevância prática para os sujeitos processuais, a sociedade e os juristas, donde resulta a máxima jurídica “*justice delayed is justice denied*”.

As estatísticas sobre as pendências nos nossos tribunais evidenciam um fenómeno ainda não controlado e sem variações significativas no sentido de diminuir. A deficiência de investigação científica sistematizada sobre o tema, talvez explique a persistência desses dados.

Não se pode olvidar, todavia, que nem toda a demora é indevida, pois como é sabido o processo penal é movido por uma pluralidade de atos e fases que, dependendo das circunstâncias e da complexidade da causa, pode durar mais ou menos tempo, até à descoberta da verdade material.

⁷ MANSOLDOL, Mary, *Celeridade processual versus Segurança Jurídica*, Junqueira Santiago Advogados, 2010, pág.1. Disponível em <www.conteúdojuridico.com.br>. Acesso em: 14 de Fev. 2016.

⁸ COSTA, Maia Eduardo, «Justiça negociada: Do logro da eficiência à degradação do processo equitativo», *Revista Julgar*, n.º 19, (Janeiro-Abril), Coimbra Editora, 2013, pág. 89.

2. Objetivo do presente trabalho

Com o objetivo de conjugar esforços com outros estudos, a realização desta pesquisa, de interesse comum, não obstante os naturais limites de um trabalho desta natureza, tem como escopo refletir como a problemática da morosidade do sistema de justiça penal é perspectivada em Portugal e em Cabo Verde, quer ao nível do sistema processual penal quer ao nível da sua expressão judiciária nestes países. Assim, pretende-se dar um contributo para a reflexão sobre as mais variadas questões relevantes que explicam as excessivas duração e pendências dos processos criminais, bem como propostas para a realização e aperfeiçoamento da prestação judicial.

3. Opção por uma perspectiva

O sucesso de qualquer trabalho de investigação passa pela delimitação da área de estudo, por forma a permitir uma análise mais concreta e profunda do objeto em causa. Por isso, apesar do problema da morosidade ser transversal a todas as áreas, mormente cível, laboral e administrativa, conforme demonstram os estudos, não cuidaremos da sua determinação nestes casos, não por falta de interesse mas por manifesta ausência de espaço. Esta abordagem tem escopo circunscrito fundamentalmente numa perspectiva de jurisdição penal.

4. Delimitação do objeto do presente trabalho

Em conexão com o objetivo proposto e a perspectiva escolhida, esta abordagem centra-se na problemática do direito que todos os cidadãos têm relativamente à obtenção de uma decisão judicial num prazo de tempo razoável, direito esse que tem sido amplamente violado pela morosidade da justiça.

5. Metodologia de investigação

No primeiro capítulo, essencialmente informativo, será desenvolvida uma introdução acerca dos direitos humanos, tal como o que se pode entender como o verdadeiro sentido do princípio da legalidade do processo e do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva.

Perseguindo o objetivo proposto, será, num segundo capítulo, analisada de forma sucinta a tramitação do conhecido caso «FP-25 de Abril» – um dos processos-crime mais morosos da justiça portuguesa – com base num estudo levado a cabo por CONCEIÇÃO GOMES em 2003, na sua monografia intitulada «O tempo dos tribunais: um estudo sobre a morosidade da justiça» em que quase duas décadas após a sua entrada no sistema judicial, carecia ainda de uma decisão definitiva.

Faz-se um diagnóstico dos fatores apontados como sendo as principais causas da morosidade processual penal. Assim, esta primeira busca de caminhos, através deste estudo prévio, viabiliza a elaboração de uma bateria de avaliações detalhadas sobre as causas da morosidade da justiça penal.

No terceiro capítulo, será feita uma abordagem do conceito de morosidade processual, procedendo-se à distinção entre *celeridade* e *morosidade* e o *tempo real do processo* para, em seguida, aprofundar o exame específico do conceito de «prazo razoável» sua formatação, os limites da sua aplicação, bem como os efeitos da sua violação.

No quarto capítulo, já com manifestações concretas do nosso objeto de estudo, caberá a análise da tutela jurídica conferida ao direito à decisão em prazo razoável, pelas Constituições portuguesa e cabo-verdiana, bem assim, pelos diplomas internacionais sobre os direitos humanos, para que, assim, se tenha a fundamentação necessária para a confrontação em termos de legitimidade desse direito.

Na tentativa de desmontar a anfibia da conceito «prazo razoável», no quinto capítulo, será debatido o conceito, fundamento e sujeito processuais, a sua extensão na doutrina e na jurisprudência, bem como os critérios padronizados para aferir a razoabilidade do processo.

Num momento decisivo deste estudo, correspondente ao sexto capítulo, serão averiguadas as soluções processuais criadas pelo legislador português e pelo cabo-verdiano com vista a imprimir uma maior celeridade e economia processual, sem prejuízo da eficácia da decisão judicial, e questionando-se a eficácia dessas medidas e respostas.

Numa perspetiva do direito comparado, no sétimo capítulo serão enunciadas as diversas medidas que integram a atuação processual penal em países como os Estados Unidos, a Alemanha, a Inglaterra, a Itália, a França e o formato adotado na prática do dia a dia dos tribunais internacionais, ponderando como essas soluções têm sido

abordadas do ponto de vista da jurisprudência e da doutrina, bem como as respostas alcançadas.

No oitavo capítulo, serão averiguadas as consequências da violação do direito à decisão em prazo razoável, enquanto geradora de danos indemnizáveis, onde demonstrar-se-á que, em determinadas situações concretas, pode haver lugar à responsabilização civil do Estado-juiz. Analisam-se, ainda, alguns casos de condenação do Estado português, por violação do direito à decisão num prazo razoável.

Por fim, no nono capítulo, propõem-se alguns caminhos processuais possíveis para alcançar a celeridade, economia e eficácia do sistema de justiça penal.

I CAPÍTULO. CONSIDERAÇÕES GERAIS

1. Direitos Humanos e Processo Penal

Sem qualquer preocupação exaustiva, antes de se iniciar os lindes deste trabalho, convém ensaiar uma breve referência ao que poderá ser considerada *Constituição processual penal*⁹ e o seu impacto na sistematização e concreta modelação do processo penal – ou alguns princípios e direitos fundamentais que, integram o processo penal e o poder judicial.

A conexão entre direitos humanos, princípios fundamentais e a prestação da justiça é há muito sublinhada pela doutrina¹⁰.

Nas palavras de MARIA FERNANDA PALMA, «pensar no processo penal justo é, por isso, pensar uma articulação de vários níveis ou subsistemas sociais, numa linguagem mais sofisticada – ou, descomplexizando, pensar numa ótica e numa política global conducente a que a vida de cada pessoa numa dada sociedade democrática possa ser o mais possível livre e solidária»¹¹.

NUNO PIÇARRA, refere que a relação entre os tribunais e os direitos fundamentais está desde logo associada às origens dos direitos fundamentais e à origem do Estado constitucional¹². É por meio do reconhecimento e da proteção dos direitos humanos que o direito recupera o seu sentido humanista e se estabelece o vínculo com a justiça¹³.

⁹ Assim, FONSECA, Jorge Carlos, «O Novo Direito Processual Penal de Cabo Verde. Dados de um percurso. Estrutura e princípios fundamentais», (1.º módulo), in *Direito processual penal de Cabo Verde, Sumários do Curso de Pós-Graduação Sobre o Novo Processo Penal de Cabo Verde*, Praia, (fevereiro-abril de 2007), coord. Augusto Silva Dias e Jorge Carlos Fonseca, Coimbra, Almedina Editora, 2009, pág. 72.

¹⁰ MEDEIROS, Rui, «Direitos, liberdades e garantias e direitos sociais: entre a unidade e a diversidade», in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Sérvulo Correia*, Vol. I, Edição da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2010, pág. 660 e segs.

¹¹ PALMA, Maria Fernanda, «Direito Processual Penal e Direitos Fundamentais: as Jornadas», in *Jornadas Direito Processual Penal e Direitos Fundamentais*, Coimbra, Almedina Editora, 2004, pág. 11.

¹² PIÇARRA, Nuno, *A separação dos poderes como doutrina e princípio constitucional: um contributo para o estudo das suas origens e evolução*, Coimbra, Coimbra Editora, 1989, págs. 191 e segs.

¹³ Como é sabido a questão dos direitos humanos foi estudada, entre outros, por JOSÉ DE MELO ALEXANDRINO, tendo este afirmado que, curiosamente, embora a construção que a define seja de fácil identificação, a doutrina tem encontrado alguma dificuldade em encontrar o seu conceito por se tratar de um tema complexo e abstrato. Lembrava este autor que há que ter um certo cuidado quando se fala dos institutos *direitos fundamentais e direitos humanos*. São duas realidades que não se confundem, na medida em que, no plano jurídico se tratam de realidades substancialmente diferentes (ainda que não o sejam no plano axiológico ou no plano das realidades sociais). Mas isso ficará para uma outra reflexão. Sobre a distinção entre direitos fundamentais e direitos humanos, ALEXANDRINO, José de Melo, *A Hermenêutica dos Direitos Humanos*, (texto revisto na conferência proferida sobre o Curso «Tutela dos

O verdadeiro valor (jurídico e social) dos direitos fundamentais traduz-se numa palavra: efetividade, isto é, realização e proteção efetiva dos bens e interesses básicos da pessoa humana¹⁴. Esta efetividade está, em primeira linha, articulada com um conjunto de pressupostos reais (os chamados pressupostos dos direitos fundamentais), e depende em larga medida da existência, do prestígio social efetivo e do bom funcionamento de um sistema jurisdicional capaz de fazer garantir aquele valor¹⁵.

Com efeito, a categoria dos direitos humanos coloca-se como um imperativo indispensável a todas as legislações constituintes do Estado de Direito. Pois bem, para que o princípio da dignidade da pessoa humana e outros princípios constitucionais não sejam ofendidos, torna-se essencial não só o legislador atuar de acordo com os mesmos, estando o juiz impedindo de aplicar normas que os ofendam¹⁶.

O valor da dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais transformaram-se no polo central do homem sempre *in nascendi*, tendo proliferado como um princípio comum de todas as Nações civilizadas¹⁷.

Direitos Humanos e Fundamentais» entre 11 e 13 de Janeiro de 2011), FDUL, págs. 2-3, Ibidem, *Direitos Fundamentais – Introdução geral*, 2.^a Edição, Principia Editora, 2015, págs. 33 e segs.

¹⁴ ALEXANDRINO, José de Melo, *Os tribunais e a defesa dos direitos fundamentais: reflexões em torno da experiência cabo-verdiana*, ob. cit., pág. 5. Sobre este tema, vide também, COUTINHO, Luís P. Pereira, «Sobre a restrição aos direitos fundamentais», in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Sérgio Correia*, Vol. I, Edição da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Coimbra Editora, 2010, págs. 557 e segs.

¹⁵ LIMA, Aristides R., «Justiça e Política – quem guarda os guardas?» *Constituição, Democracia e Direitos Humanos*, 2002, pág. 281. Também, ANDRADE, José Carlos Vieira de, «Algumas reflexões sobre os direitos fundamentais, três décadas depois», *Anuário Português de Direito Constitucional*, ano V, 2006, págs. 128 segs.

¹⁶ MATOS, Inês Lobinho, «A dignidade da pessoa humana na Jurisprudência do Tribunal Constitucional, mormente, em matéria de Direito Penal e Direito Processual Penal», in *Tratado Luso-Brasileiro da Dignidade Humana*, (coord. Jorge Miranda, Marco António Marques da Silva), São Paulo, Editora Quartier Latin do Brasil, 2008, págs. 86 e segs., PINA, Casimiro de, «Cidadania, justiça, tribunais e o projeto social global», *Direito e Cidadania*, n.º 8, ano III, (Nov. 1999/Fev. 2000), págs. 97-98.

¹⁷ No âmbito do pensamento jusnaturalista dos séculos XVII e XVIII assistiu-se um processo de racionalização e laicização do conceito da dignidade da pessoa humana. Neste processo o pensamento do filósofo alemão Kant, assume um papel central ao lançar a premissa que o homem não pode ser tratado como mero objeto: «o Homem, e, de uma maneira geral, todo o ser racional, existe como um fim em si mesmo, não simplesmente como meio para o uso arbitrário desta ou daquela vontade (...). Os seres cuja existência depende, não em verdade da nossa vontade, mas da natureza, têm contudo, se são seres irracionais, apenas um valor relativo como meios e por isso se chamam coisas, ao passo os seres racionais se chamam pessoas, porque a sua natureza os distingue já como fins em si mesmos, quer dizer, como algo que não pode ser empregado como simples meio e que, por constituinte, limita nessa medida todo o arbítrio (e é objeto de respeito)» (itálico nosso). Cf. KANT, Immanuel, *Fundamentação da metafísica dos costumes*, (tradução de Paula Quintela), Edições 70, Lda., 2007. págs. 68-72. Sobre isso, também, MARQUES, Mário Reis, «A dignidade humana: mínimo invulnerável ou simples cláusula de estilo?», ob. cit., pág. 407 e segs.

Se é certo que as concepções Kantiana sobre a dignidade da pessoa humana passaram a influenciar decisivamente a doutrina jurídica e a legislação mais expressa, na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 – primeiro instrumento de universalização dos direitos humanos, o princípio da dignidade da pessoa humana assume o carácter de trave-mestra de todos os direitos nele consagrados. No seu preâmbulo, invoca-se o «reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família

O reconhecimento da dignidade da pessoa humana e dos direitos fundamentais ganhou relevância e projetou-se no movimento constitucional e infraconstitucional no transcurso do Estado liberal para o Estado social, assumindo, nos nossos dias, uma dimensão dinâmica.

Mas nem sempre foi assim. Importa lembrar que o interesse pela interpretação constitucional não é algo que tenha raízes muito profundas. No século XIX, nem sequer a própria Constituição se impunha como o verdadeiro eixo da ordem jurídica.

Conforme ensina PAULO DE SOUSA MENDES, o histórico do processo penal é marcado por um modelo inquisitório que vigorou em pleno até o século XX em países de regime autoritário. O Código de Processo Penal do fascismo foi pensado exclusivamente *contra reum*, pois considerava os criminosos como inimigos do Estado. O processo de transição para a democracia iniciado em seguida ao desmoronamento do fascismo e ao final da Segunda Guerra Mundial (1945) só alcançou a conclusão no fim dos anos setenta¹⁸.

Na Europa continental, será o movimento constitucional a força impositiva à Nação. Por exemplo, no caso da Constituição alemã de 1949, o art. 1.º declara solenemente que «a dignidade do homem é intangível». Disposições semelhantes existem, designadamente, nas Constituições espanhola (art. 10.º, n.º 1), belga (art. 23.º), finlandesa (art. 1.º), grega (art. 2.º), entre outras¹⁹. Esta afirmação não visa obter apenas um efeito retórico. Assumida como «máximo dos valores», como «princípio jurídico supremo», ou, «princípio indisponível do novo ordenamento», a dignidade compromete

humana» e manifesta-se a «fé na dignidade e no valor da pessoa humana», proclama-se, no seu artigo 1.º que «Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos». Aquele direito veio posteriormente a ser desenvolvido na Carta das Nações Unidas que manifesta no seu preâmbulo a «fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana». Mais do que simples tópico de especulações filosóficas, a dignidade tende a ocupar, no sistema jurídico, uma posição referencial de sentido. Na Convenção Europeia dos Direitos Humanos de 1950, embora não consagre diretamente a noção de dignidade humana, pode ler-se no seu art. 3.º, que «Ninguém pode ser submetido a torturas, nem a penas ou tratamentos desumanos ou degradantes». A Carta dos Direitos Humanos da União Europeia de 2000, no seu Capítulo I, a dignidade adquire um papel de centralidade. A Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos de 1979, logo nos primeiros artigos (1.º a 5.º) reconhece o respeito pelos direitos fundamentais e que o direito da pessoa humana é inviolável.

¹⁸ Assim, MENDES, Paulo de Sousa, *Lições de direito processual penal*, (2.ª reimpressão), Coimbra, Almedina Editora, 2014, págs. 33 e 29 e segs. RODRIGUES, Anabela Miranda, «A Globalização do Direito Penal – Da pirâmide à rede ou entre a Unificação e a humanização», in *Direito Penal Económico e Europeu: Textos doutrinários*, Vol. III, Coimbra Editora, 2009, pág. 83.

¹⁹ Sobre outras Constituições que fazem referência à dignidade da pessoa humana, vide, MIRANDA, Jorge, MEDEIROS, Rui, *Constituição Portuguesa Anotada*, Tomo I, Coimbra Editora, 2005, págs. 51, GOMES, Andreia Sofia Esteves, «A dignidade da pessoa humana e o seu valor jurídico partindo da experiência constitucional portuguesa», in *Tratado Luso-Brasileiro da Dignidade da Humana*, (coord. Jorge Miranda e Marco António Marques da Silva), Editora Quartier Latim do Brasil, São Paulo, 2008, pág. 24.

os poderes públicos, tendo atribuídas funções de fundamentação-legitimação da ordem jurídica, de referencial hermenêutico e de limitação no campo de aplicação dos direitos fundamentais²⁰.

No caso do direito português, até a Revolução de 25 de Abril de 1974, este foi muito marcado pela ditadura e opressão dos direitos humanos no Estado Novo. Só à 2 de Abril de 1976, data da entrada em vigor da atual Constituição portuguesa, que passou a haver o reconhecimento legal dos direitos e liberdades fundamentais²¹. Como está registado na curta passagem do 3.º parágrafo do Preâmbulo da Constituição Portuguesa «A Revolução restitui aos Portugueses os direitos e liberdades fundamentais. No exercício destes direitos e liberdades, os legítimos representantes do povo reúnem-se para elaborar uma Constituição que corresponde às aspirações do país».

Assim, a arquitetura da nova Constituição portuguesa, na esteira da Declaração Universal dos Direitos Humanos, no seu art. 1.º, declara a República «baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular». Por isso, a Constituição reconhece que o homem-pessoa é o pressuposto decisivo, o valor fundamental e o fim último que preenche a inteligibilidade do mundo humano do nosso tempo. É este valor – o homem e a sua dignidade – o maior valor, o «supremo bem», a que todos os outros valores vão subordinar-se axiologicamente neste mundo.

É notória esta condecoração no rico catálogo de direitos, liberdades e garantias pessoais, e os princípios gerais do processo penal tutelados pela Constituição²². A alteração da Constituição projeta-se na reforma global do Código de Processo Penal de 1929, tornando especialmente urgente a sua alteração²³. Esta reforma assentava na ideia de que o direito processual penal é direito constitucional aplicado e, por outro lado, que toda a história processual penal portuguesa daquele século marcada «pela estrutura inquisitória que caracterizava o processo penal», necessitava de uma nova orientação político criminal com o total reconhecimento dos direitos fundamentais, segundo o qual referiu ROXIN, «o direito processual penal é o «sismógrafo» de Constituição

²⁰ ROXIN, Claus, *Pasado, presente y futuro del derecho procesal penal* (versión castellana de Óscar Julián Guerrero Peralta), Buenos Aires, Rubinzal - Culzoni Editores, 2009, pág. 144.

²¹ Sobre isso, vide, MENDES, Paulo de Sousa, *Lições de Direito Processual Penal*, ob. cit., pág. 37.

²² ALEXANDRINO, José de Melo, *A Estruturação do Sistema de Direitos, Liberdades e Garantias na Constituição Portuguesa*, – *Raízes e Contexto*, Vol. I, Coimbra, 2006, págs. 567 e segs., e 617 e segs., MEDEIROS, Rui, «Direitos, liberdades e garantias e direitos sociais», ob. cit., págs. 658 e segs.

²³ BARREIROS, José António, «A Nova Constituição Processual Penal», *Revista da Ordem dos Advogados*, 1988, pág. 427.

Política do Estado»²⁴. O que significou a concretização de uma reforma abrangente e inovadora do processo penal, que viria a dar origem ao novo Código de 1987, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de Fevereiro, inspirado na experiência do direito comparado (República Federal alemã, Itália, França e Espanha).

Assim, o tão esperado Código é uma concretização das disposições constitucionais já mencionadas. Ele, o Código, tutela os princípios da estrutura acusatória do processo penal e a categoria de direitos fundamentais dos sujeitos processuais e de todos aqueles que têm interesse comunitário na administração eficaz da justiça, donde resulta a celeridade processual compatível com as garantias de defesa (entre outros, os artigos 1.º, 20.º, n.º 4, 32.º, n.ºs 2 e 5 e 202.º da CRP)²⁵.

Em Cabo Verde, a *nova* Constituição de 1992 constitui-se um dos marcos históricos mais importante no reconhecimento da condição da dignidade humana e dos direitos fundamentais²⁶. A formidável elevação à dignidade constitucional de novos princípios, valores e normas deu origem a uma Constituição materialmente nova, tendo sido revogada completamente a antiga Constituição de 1980, um marco indelével na história da Nação cabo-verdiana²⁷. Citando WLADIMIR BRITO, «*o mundo olhou Cabo Verde com respeito e a Amnistia Internacional não colocou o país no index dos países violadores dos direitos do Homem*»²⁸.

Assim, a atual Constituição cabo-verdiana, no art. 1.º, n.º 1, declara a República assente «no respeito pela dignidade da pessoa humana e reconhece a inviolabilidade e

²⁴ Tal expressão é perfilhada por FIGUEIREDO DIAS em: *O Novo Código de Processo Penal*, 1987, pág. 22. Também, MIRANDA, Jorge, MEDEIROS, Rui, *Constituição Portuguesa Anotada*, 5, págs. 353-354, ANTUNES, M. J., «La réforme de la procédure pénale et la protection des droits de l'homme au Portugal», *Revue Internationale de Droit Pénal*, Nouvelle Série, année 64 (3 et 4 trimestres), Toledo, 1993, págs. 1273. Sobre a constituição do processo penal, vide, BARREIROS, José António, *A nova Constituição Processual Penal*, ob. cit., pág. 425.

²⁵ ANTUNES, M. J., ob. cit., pág. 1274.

²⁶ Conforme, por exemplo, dizia JORGE CARLOS FONSECA, «Para além de ser, basicamente, o código vigente um código de 1929, que não podia, pois, refletir os valores, os conceitos e a própria evolução dogmática de um direito processual penal moderno, o facto é que, nos últimos vinte e quatro anos, sucedera a independência do país, ocorrera há cerca de nove anos uma mudança de regime e entrara em vigor uma nova Constituição que institui um Estado de Direito e que definiu um conjunto de princípios e normas relativos ao processo criminal, de imediata aplicação, uns, outros constituindo injunções ao legislador ordinário». FONSECA, Jorge Carlos, «O Novo Direito processual Penal de Cabo Verde», ob. cit., pág. 17.

²⁷ Para maiores desenvolvimentos, vide, entre outros, BRITO, Wladimir, «A revisão da Constituição de 1992», *Direito e Cidadania*, n.º 9, ano III, (Mar.-Jun.), 2000, págs. 166.

²⁸ Ibidem, págs. 167.

inalienabilidade dos direitos humanos como fundamento de toda a comunidade humana, da paz e da justiça»²⁹.

No art. 2.º n.º 1, última parte também reconhece «o respeito pelos direitos e liberdades fundamentais. Nas palavras utilizadas nos parágrafos 3 e 4 do Prefácio da Constituição de 2012, redação dada pela Constituição de 3 de Maio de 2010, sobre a «Edição Comemorativa dos 20 anos da Constituição de Cabo Verde», lê-se que «[A Nação, ao consentir na transação constitucional efetuada a partir do texto de 1992 – uma, materialmente, nova constituição (...) aceitando este como fundamento e limite dos poderes, repositórios dos direitos, liberdades e garantias fundamentais, fonte de legitimidade para qualquer ação em nome do povo cabo-verdiano, faz opções claras: (...) a opção por um Estado de Direito fundado no respeito da dignidade da pessoa humana, dos direitos liberdades e garantias individuais; a opção por um Estado de cariz social, onde cabe ao Estado a responsabilidade, a tarefa e a competência para realizar medidas de política social que, mais do que garantir, visam promover os direitos relacionados ao Bem-estar do cidadão]». O legislador cabo-verdiano vai mais longe ao consagrar numa passagem do parágrafo 10.º do Preâmbulo «[(...) a conceção da dignidade da pessoa humana como valor absoluto e sobrepondo-se ao próprio Estado (...)]»³⁰.

Estes direitos estão tutelados no catálogo dos *Direitos e Deveres Fundamentais e Direitos, Liberdades e Garantias* – Parte II – Título I e II, (entre outros, os arts. 22.º, n.º 1.º e 35.º, n.º 1 da CRCV). Assim, tornava-se essencialmente necessário adequar o Código de Processo Penal à nova Constituição, que mais tarde viria acender as luzes para um novo direito processual cabo-verdiano³¹.

Refere JORGE CARLOS FONSECA que, o Direito Processual Penal de Cabo Verde é, no seu essencial, o novo Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2005, de 7 de Fevereiro³². O Código entrou em vigor a 1 de Outubro de 2005. O diploma que aprovou o novo Código (art. 3.º) procedeu à revogação do «velho» Código de 1929, vigente em Cabo Verde através da Portaria n.º 19271, de 24

²⁹ FONSECA, Jorge Carlos, «Estado de Direito Democrático, Direitos Fundamentais e o instituto do ombudsman – uma introdução ao tema: «ombudsman – quadro normativo e experiência institucional», *Direito e Cidadania*, n.º 8, ano III, (Nov. 1999/Fev. 2000), págs. 111-112.

³⁰ Sobre isso, vide LIMA, Aristides R., «O País dá-se bem com os Direitos Humanos» *Constituição, Democracia e Direitos Humanos – Discursos de representação e outros textos*, Praia, 2004, págs. 183-193

³¹ FONSECA, Jorge Carlos, «O Novo Direito Processual Penal de Cabo Verde», págs. 18.

³² *Ibidem*, págs. 7-8.

de Janeiro de 1931 e «demais leis avulsas no período pós-independência e pós democracia»³³. O Código vigente era basicamente o CPP-P de 1929, com as alterações e incorporações legislativas levada a cabo por Portugal, e tornadas extensivas ao ultramar português e algumas alterações introduzidas pelo legislador cabo-verdiano, após a independência do país³⁴.

A reforma significou uma necessidade de mudança, devida a um conjunto de situações que careciam urgentemente de uma reforma global do processo penal assente num sistema de cariz acusatório e de uma política criminal fundada nos valores fundamentais consagrados na Lei fundamental de Cabo Verde – um processo penal moderno e de acordo com as exigências do Estado de Direito³⁵.

Neste sentido, sublinha aquele autor que «a Constituição processual penal cabo-verdiana, para além dos «princípios do processo penal» (art. 35.º da CRCV), reconhece que a Constituição do poder judicial ou os «princípios estruturantes do Estado de Direito Democrático» são os pressupostos das garantias do processo penal, donde resulta o direito a um processo célere como corolário de um princípio de presunção de inocência do arguido (art. 4.º, n.º 1 do CPP-CV)³⁶.

Em jeito de conclusão, atendendo ao todo *supra*, a exigência constitucional da conceção da dignidade da pessoa humana como valor absoluto sobrepondo-se ao próprio Estado e o respeito pelos direitos fundamentais, assenta «numa unidade de sentido» que se constrói como fundamento e fim da sociedade, do Estado de Direito e da ordem jurídica. É evidente a sua primazia no texto constitucional, ao ser consagrada logo no art. 1.º como fundamento quer da República Portuguesa quer da Cabo-verdiana³⁷. Esta dignidade da pessoa humana está protegida e consagrada em múltiplas normas, sobretudo no campo dos direitos e princípios fundamentais que constituem a hierarquia dos valores constitucionalmente consagrados, operando-se no processo penal.

Por fim, importa referir que para além deste valor estar formalmente consagrado nas Constituições, estas reconhecem outros instrumentos legais de direito internacional que determinam que o valor da dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais são invioláveis (arts. 7.º e 8.º da CRP, e 11.º, n.ºs 1, 5 e 8 e 12.º da CRCV).

³³ Ibidem, pág. 16, LUCAS, Belarmino A. Ferreira, «Anteprojeto de Novo Código de Processo Penal de Cabo Verde – Do julgamento e dos recursos – Breve análise», *Direito e Cidadania*, pág. 68.

³⁴ Ibidem, pág. 11.

³⁵ Ibidem, pág. 17.

³⁶ Ibidem, págs. 16-18.

³⁷ Sobre a exposição dos objetivos, ibidem, págs. 8 e 72.

³⁷ GOMES, Andreia Sofia Esteves, ob. cit., pág. 24.

O que podemos dizer quanto à conceção da dignidade humana e os direitos fundamentais³⁸ é que são valores verdadeiramente cimeiros e intangíveis. Citando JOSÉ ALEXANDRINO MELO, isso não é pouco³⁹, pelo que do *carácter inviolável* dos direitos humanos impõe-se necessariamente a existência de mecanismos judiciais que garantam o pleno funcionamento da justiça, e que permitam a tutela adequada do direito de acesso a justiça e à tutela jurídica efetiva, compatível com a celeridade necessária do processo, por forma a salvaguardar os interesses dos sujeitos envolvidos no caso em concreto.

Como critério de justiça de domínio irreduzível, o princípio da dignidade da pessoa humana terá que ser contemplado como valor básico em qualquer sistema de justiça. Aliás, configurando-se como um *standard* de proteção universal, obriga à adoção de convenções e medidas internacionais que estabeleçam, normativos contra a sua violação⁴⁰.

2. O princípio da legalidade do processo

No modelo acusatório do sistema processual penal o princípio da legalidade surge com («um duplo sentido sempre explicado por princípios constitucionais»)⁴¹. No primeiro sentido, pode-se falar do princípio da legalidade ou devido processo legal atribuído a um processo «justo» ou «equitativo» (*fair e due process of law*) na fórmula da jurisprudência norte-americana⁴², que decorre direta e imediatamente de uma disposição constitucional, mas da congregação de vários dispositivos legais, inserido no contexto dos direitos, liberdades e garantias constitucionais, mormente as garantias fundamentais do processo. Refere-se desde já aos (arts. 20.º CRP e, 22.º da CRCV) que consagram um princípio de *jurisdicionalização do processo penal* e aos (art. 32.º e, 35.º das referidas disposições) que consagram *as garantias e os princípios do processo penal*.

³⁸ MARRANA, Rui Miguel. «O direito a um processo equitativo no quadro dos direitos fundamentais: regime e jurisprudência recente», *Lusíada. Direito* (Porto), n.ºs 1-2, 2015, págs. 127 e segs.

³⁹ ALEXANDRINO, José de Melo, *Os tribunais e a defesa dos direitos fundamentais*, ob. cit., pág. 2

⁴⁰ GOMES, Andreia Sofia Esteves, ob. cit., pág. 24.

⁴¹ FONSECA, Jorge Carlos, «O Novo Direito Processual Penal de Cabo Verde», ob. cit., pág. 87. Sobre isso, vide, também, MENDES, Paulo de Sousa, *Lições de direito processual*, ob. cit., pág. 26, OLIVEIRA, Pedro Miranda de, «O direito à razoável duração do processo à luz dos direitos humanos e sua aplicação no Brasil» *Jurisprudência catarinense*, Florianópolis, ano 31, n.º 107, (2.trim.), 2005, págs.169-180

⁴² SILVA, Germano Marques da, *Direito Processual Penal Português, Noções Gerais*, ob. cit., págs. 47-50, MIRANDA, Jorge, MEDEIROS, Rui, *Constituição Portuguesa Anotada*, ob. cit., pág. 354.

Além do mais, a lei constitucional reforçou aquele princípio ao impor que na administração da justiça pelos tribunais ou outros órgãos de composição de conflitos, que se faça *em conformidade com as normas de competência e de processo legalmente estabelecidos* (arts. 18.º, 202.º, n.º 2 da CRP e, 18.º e 210.º, n.º 2 da CP-CV). Mas também, por disposição legal do direito internacional, o art. 6.º da CEDH, art. 14.º do PIDCP, art. 7.º da CADHP. Está-se perante o princípio da legalidade propriamente dito – o de o processo penal, as formas e os atos e toda a tramitação obedecer de forma indiscriminada os ditames da lei, visando, assim, limitar os poderes arbitrários do julgador.

É um princípio historicamente fundado no texto da Magna Carta e balizado no Iluminismo, que indubitavelmente se funda numa preocupação garantística (para o arguido e demais sujeitos processuais), como proferiu JORGE CARLOS FONSECA⁴³, pode dizer-se, num *princípio de confiança* que atravessa as relações entre os cidadãos e o Estado, nomeadamente no exercício do seu *ius puniendi*, e exprime valores contratuais ao Estado de direito em sentido material.

No Direito Penal a sua expressão máxima deriva do princípio *nullum crimen nulla poena sine lege*, inspirado no opúsculo de CESARE BECCARIA⁴⁴, «*Dei delitti e delle pena*» de 1764, previsto também no art. 111.º, n.ºs 2 e 3 do Código de Processo Penal francês, que determina que não pode haver crime sem tipificação legal, ou seja, só podem responder criminalmente pelos crimes previstos na lei. Significando que, os atos e procedimentos do processo penal estão reservados à lei e só a ele devem obediência⁴⁵.

A importância do princípio da legalidade é tamanha, que, além de estar presente na esmagadora maioria das constituições dos Estados soberanos, figura ainda em vários diplomas internacionais sobre direitos humanos, assegurando tanto o direito de acesso à justiça como o desenvolvimento processual de acordo com normas previamente estabelecidas. Tem por objetivo repelir a onipotência e a arbitrariedade do Estado, que detém o monopólio da jurisdição.

O sistema de justiça penal pública, ao longo da evolução, foi marcado por duas fases principais. Nos séculos XVI a XVIII, na generalidade dos países europeus⁴⁶, o

⁴³ Ibidem.

⁴⁴ Versão portuguesa, BECCARIA, Cesare, *Dos Delitos e Das Penas*, (tradução de José de Faria Costa), 3.ª Edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2009.

⁴⁵ ARUS, Francisco Bueno, «Panorama moderno de la pena de prisión», *Boletim da Faculdade de Direito, Coimbra*, Vol.70, 1994, pág. 310.

⁴⁶ Sobre as grandes coordenadas de um processo penal europeu, vide, COSTA, António Almeida, «Alguns princípios para um direito e processo penais europeus», *Revista Portuguesa de Ciência*

processo penal foi dominado pelo poder dos governos autoritários, assumindo uma posição de supremacia total e ilimitada sobre o indivíduo – posicionava-se como único juiz do bem-comum, sem qualquer consideração autónoma aos interesses das pessoas. O arguido era considerado um «objeto» na inquisição⁴⁷ e não como sujeito coatuante que participava ativamente no processo⁴⁸.

Com a evolução dos Estados e consequentemente advento do Estado Liberal, especialmente em Portugal, com o Decreto-Lei n.º 35 007, de 13 de Outubro de 1945⁴⁹, verificou-se uma alteração na estrutura do processo penal, consagrando uma *estrutura acusatória*⁵⁰ do processo associada ao princípio da investigação, dirigida à procura da verdade e precisa delimitação das funções do Ministério Público, do juiz de pronúncia, do juiz de julgamento e da posição processual do arguido. Portanto, conferiu unidade e coerência ao processo, clarificou os papéis das autoridades judiciais e órgãos de polícia com deveres de estrita legalidade e objetividade, reforçando a eficácia do sistema e a tutela dos direitos fundamentais dos sujeitos processuais⁵¹.

A partir de então, e com advento do Código de Processo Penal português de 1987, o núcleo do processo penal reside numa conceção básica da política criminal tipicamente decorrente das máximas do Estado de Direito e nos seus princípios. Uma política criminal definitivamente humana e secularizada, cindida na transparência mesmo em nome da própria transcendência e que, tendo como irrenunciável o respeito pela eminente dignidade da pessoa humana e uma lógica de produtividade ou da eficiência social e maximização de cada uma delas.

Criminal, n.º 2, ano 4, (Abr.-Jun.), 1994, pág.199. CUNA, Ribeiro José, *Lições de Direito Processual Penal*, Moçambique, Escolar Editora, 2014, págs.58-59. Vide, ainda, sobre o movimento da reforma, MOTA, José Luís Lopes da, «O novo processo penal na europa», *Revista do Ministério Público*, n.º 39, ano 10 (Jul.-Set.), 1989, págs.177 e segs.

⁴⁷ É o que sucede em Portugal com o Código de 1929, marcado por um tipo de processo de estrutura inquisitória, acentuando a verdade material como fim do processo, atribuindo ao juiz a direção da instrução e reservando ao Ministério Público, um papel de mero acusatório formal. Cf. MOTA, José Luís Lopes da, «A revisão do Código de Processo Penal», *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Fasc. 2, ano 8, (Abr.-Jun.), Coimbra Editora, 1998, pág. 164.

⁴⁸ Sobre isso, vide, por exemplo, MENDES, Paulo de Sousa, *Lições de Direito Processual Penal*, ob. cit., págs. 27-33.

⁴⁹ Publicado no Diário do Governo, Série I, n.º 228/1945, de 13/10/1945.

⁵⁰ Tal opção está prevista no artigo 35.º, n.º 6 da Constituição da República Cabo-verdiana, em consonância com um conjunto de princípios e valores explicitamente consagrados, que mais ajustados se nos afiguram ao incindível sistema constitucionalizado de garantias de processo criminal que temos em Cabo Verde. Cf. FONSECA, Jorge Carlos, «O Novo Direito Processual Penal de Cabo Verde», ob. cit., págs. 95-104.

⁵¹ DIAS, Jorge de Figueiredo, «Os princípios estruturantes do processo e a revisão de 1998 do Código de Processo Penal», *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, ano 8, Fasc. 2, (Abr.-Jun.), Coimbra Editora, 1998, pág. 199. Sobre isso, vide, também, MOTA, José Luís Lopes da, «A revisão do Código de Processo Penal», ob. cit., págs. 164-166, MENDES, Paulo de Sousa, *Lições de Direito processual penal*, ob. cit., págs.

A realidade cabo-verdiana não foge da realidade portuguesa⁵². O novo processo penal cabo-verdiano surge vinculado a um conjunto de regras e princípios de aplicação imediata na ordem da política criminal, *maxime* no que concerne aos direitos, liberdades e garantias, mormente ao princípio da presunção de inocência, da garantia a todos do direito de obter em prazo razoável a tutela efetiva dos seus direitos junto dos tribunais, do direito de defesa, e do patrocínio judiciário, do contraditório e da publicidade das audiências.

O modelo processual, na mesma linha que o português, é caracterizado, essencialmente por uma «*estrutura basicamente acusatória, integrada por um princípio de investigação*» (arts. 32.º, n.º 5 da CRP e, 35.º, n.º 6 da CRCV).

O processo penal moderno – instrumento por excelência desta política criminal – visa cumprir duas finalidades primárias: uma, a realização da justiça e a descoberta da verdade, como forma necessária de conferir efetividade a pretensão punitiva do Estado; e outra, o restabelecimento da paz jurídica comunitária posta em causa pelo crime e a consequente reafirmação da validade da norma violada⁵³.

Assim, o direito constitucionalizado à uma decisão judicial num prazo razoável é uma «marca» de um processo de cariz acusatório. Tal direito estaria esvaziado de conteúdo, ou, pelo menos, mutilado no sentido essencial se, o processo penal não transcendesse aquele princípio.

Com efeito, neste novo modelo processual, ambos os sujeitos processuais devem, tanto quanto possível, dispor dos mesmos direitos e garantias. Assim, o arguido aparece não como «objeto» do processo nas mãos do Estado, mas como sujeito do mesmo a quem é reconhecido e assiste o direito à presunção de inocência até ao trânsito em julgado, acompanhado do direito às garantias de defesa.

O poder do Estado fica assim e obviamente limitado as necessidades de realização do seu *ius puniendi* estatal e com as exigências da sua eficiência e efetividade num processo justo e equitativo⁵⁴. É neste contexto que a celeridade e a eficiência da justiça – componentes do direito de acesso aos tribunais e à tutela jurisdicional efetiva⁵⁵ – surgem como um elemento decisivo da legitimação do processo penal⁵⁶.

⁵² Sobre isso, remetemos para o Ponto 1, pág. 11.

⁵³ DIAS, Jorge de Figueiredo, «Os princípios estruturantes do processo», ob., cit., págs. 201-205, PINTO, António Augusto Tolda, *A tramitação Processual Penal*, 2.ª Edição, Coimbra Editora, 2001, pág.7.

⁵⁴ DIAS, Jorge de Figueiredo, «Os princípios estruturantes do processo», ob. cit., págs. 209-210.

⁵⁵ O problema da morosidade não se coloca no sistema inquisitório, só se coloca no sistema acusatório em que se reconhecem os direitos individuais dos sujeitos envolvidos no processo, principalmente do

Num outro sentido, é possível falar de um *princípio da legalidade/oportunidade* em processo penal como forma de limitação do princípio da legalidade⁵⁷. Alguma doutrina internacional defende que o direito não é, na verdade, *law in books* mas, ao invés, o *law in action* que deve preservar um olhar atento e desperto para a mudança da realidade⁵⁸. Como salientou PEDRO CAEIRO, e bem, o binómio legalidade/oportunidade fora estudado em Portugal há mais de uma década por COSTA ANDRADE, num estudo que se tornaria referência obrigatória para qualquer reflexão sobre o assunto⁵⁹. É essa perspetiva, que cada vez mais vem sendo defendida e abordada nos manuais sob a designação de *princípio da legalidade ou oportunidade*⁶⁰.

Perguntar-se-á, então, qual o sentido e conteúdo do princípio da legalidade nesta segunda abordagem?

Está relacionado com o facto do processo penal possibilitar, no exercício da ação penal ou promoção processual, de um modo vinculado e não de um modo discricionário, o recurso a critérios de oportunidade.

Nas palavras de TERESA ARMENTA DEU, não há uma definição legal do princípio da oportunidade. Este motivo deve-se ao facto da sua relação clara com a história do princípio da legalidade, o que faz com que qualquer conceptualização do princípio da oportunidade esteja inevitavelmente ligada ao princípio da legalidade⁶¹.

Num quadro marcado pelo debate sobre a morosidade do sistema processual penal conhecida como resultante de um sistema excessivamente burocratizado, a justificação para que se a admita, com alguma reserva, a aplicação de critérios de oportunidade assenta no propósito de encontrar soluções para a celeridade e a simplificação do processo penal⁶².

suposto ofensor. CHIMUCO, Armino Moisés, *Morosidade no processo penal*, Angola, Escolar Editora, 2014, pág. 27.

⁵⁶ Posição assumida claramente, por EDUARDO MAIA COSTA, em COSTA, Maia Eduardo, *Justiça negociada*, ob. cit., pág. 89.

⁵⁷ JORGE CARLOS FONSECA refere como princípio da legalidade/obrigatoriedade, em FONSECA, Jorge Carlos, «O Novo Direito Processual Penal de Cabo Verde», ob., cit., pág. 91.

⁵⁸ Neste sentido, também, ANDRADE, Manuel da Costa, *Consenso e oportunidade: (reflexões a propósito da suspensão provisória do processo e do processo sumaríssimo)*, in Centro de Estudos Judiciários, *Jornadas de Direito Processual Penal: O Novo Código de Processo Penal*, Livraria Almedina, Coimbra, 1995, págs. 319-320 e 38 e segs.

⁵⁹ CAEIRO, Pedro, «Legalidade e oportunidade: a perseguição penal entre o mito da «justiça absoluta» e o fetiche da «gestão eficiente» do sistema», *Revista do Ministério Público*, n.º 84, ano 21, (Out.-Dez.), 2000, pág. 31.

⁶⁰ ANDRADE, Manuel da Costa, *Consenso e oportunidade*, ob. cit., pág. 323.

⁶¹ ARMENTA DEU, Teresa, *Criminalidad de bagatela y principio de oportunidad: Alemania y España, Promociones y Publicaciones Universitaires*, in prólogo de Claus Roxin, 1.ª Edição, Barcelona, 1991, págs. 64-65.

⁶² Sobre a querela entre os princípios legalidade/oportunidade, ibidem, págs. 38 e segs.

Uma matriz de política criminal ligada à ideia de diversão e a objetivos ressocializadores, inspirada no modelo de *plea bargaining* anglo-saxónico, e que já circulava por alguns países da Europa continental, como o direito processual penal da República Federal da Alemanha, através do art. § 153 do *StPO* que prevê o arquivamento do processo, compensado pelas injunções e regras de condutas (*Auflagen and weisungen*) que o MP impõe ao acusado⁶³, mas também, vigente na Inglaterra e na Itália⁶⁴.

Grosso modo, traduz-se na possibilidade conferida legalmente ao Ministério Público, enquanto titular da ação penal, na sua atuação no âmbito de crimes de pouca gravidade (inicialmente crimes ocorridos no seio da «empresa ou nas lojas de venda direta ao público», mas também aplicáveis aos crimes rodoviários, crimes de furto e roubo), cometidos com culpa diminuída, sempre privilegiar medidas de soluções de consenso, simplificação e oportunidade, com a intervenção reservada ao arguido e à vítima-assistente⁶⁵.

São casos jurídico-penais de oportunidade, o arquivamento do processo em caso de dispensa de pena, a suspensão provisória do processo e processo sumaríssimo (correspondente ao processo de transação cabo-verdiano)⁶⁶, diretamente emergentes do princípio de bagatelas de que é uma manifestação paradigmática o § 42 *StGB* (Código Penal) Austríaco, relativamente à *falta de dignidade penal da infração (mangelnde Strafwürdigkeit)*⁶⁷. Também foi criada pelo legislador português a mediação penal, aprovada pela Lei n.º 12/2007, de 12 de Junho⁶⁸.

Parece claro que o princípio da legalidade que colhe justificação inicial em representações jurídico-culturais de «justiça absoluta» – que se encontram superadas: o

⁶³ Sobre as causas de aplicação do princípio da oportunidade no *StPO*, vide, ARMENTA DEU, Teresa, *Criminalidad de bagatela y principio de oportunidad*, ob. cit., pág. 46 e segs. e, 89 e segs. É de acrescentar que, para alcançar o autentico significado que o princípio da oportunidade tem hoje no ordenamento jurídico processual penal alemão, resultou de um particular interesse do seu estudo de mais de 60 anos de vigência do mesmo. Ibidem, pág. 51.

⁶⁴ CHIAVARIO, M., «Les mouvements de réforme du procès pénal et la protection des droits de l'homme en Italie» *Revue Internationale de Droit Pénal*, Nouvelle Série année 64 (3 et 4 trimestres), Toulouse, 1993, págs. 1196-1199.

⁶⁵ Neste sentido, ANDRADE, Manuel da Costa, Consenso e oportunidade, ob. cit., págs. 320-321, SILVA, Germano Marques da, *Direito Processual Penal Português, Noções Gerais*, ob. cit., pág. 83.

⁶⁶ FONSECA, Jorge Carlos, O Novo Direito Processual Penal de Cabo Verde, ob. cit., págs. 91-92, MENDES, Paulo de Sousa, *Lições de direito processual penal*, ob. cit., págs. 205-206. Noutro plano, são ainda casos de oportunidade: crime praticado pelo Presidente da República (arts. 130.º do CRP e, 132.º da CRCV), crime praticado por deputados e titulares de cargos políticos (art. 157.º da CRP e Lei n.º 34/87, de 16 de Julho, respetivamente, e art. 170.º da CRCV).

⁶⁷ ANDRADE, Manuel da Costa, Consenso e oportunidade, ob. cit., pág. 320.

⁶⁸ COSTA, José de Faria, *Diversão (desjudicialização) e mediação: que rumos?*, in Separata do Vol. LXI (1985), Coimbra, 1986, págs. 50-52.

direito das penas em si mesmo, que visa a perseguição de todos os crimes e a punição de todos os criminosos. Parafraseando PEDRO CAEIRO, a queda deste mito deve-se, principalmente a duas razões: por um lado, a comprovação criminológica de um largo diferencial entre a criminalidade real e a criminalidade conhecida pelas instâncias formais de controlo; por outro lado, a própria evolução das conceções acerca da função do Estado e do sistema penal.

O paradigma do sistema penal de hoje é muito diverso, o direito penal limita-se a desempenhar um papel de tutela subsidiária de bens jurídicos, guiada por fins essencialmente preventivos, de forma a manter a criminalidade em quota socialmente suportável⁶⁹.

Esta mudança de perspetiva reflete-se essencialmente na forma como a lei desenha os pressupostos dos deveres de investigar e de acusar pelo MP⁷⁰. Não obstante, lá onde permanecerem os critérios de oportunidade deve incluir-se, necessariamente, incontornavelmente, o princípio da legalidade.

3. O direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva

Qual o verdadeiro significado do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva?

Ora, o direito de acesso à justiça é uma «garantia plena de defesa» de todos aqueles – pessoas singulares ou coletivas – que por via judicial pretendem defender, não só os direitos fundamentais ou demais direitos em geral, mas também os seus interesses legalmente protegidos (as pretensões subjetivas defensáveis em tribunal). Está intimamente ligado à ideia de mero acesso aos tribunais, por meio de uma ação – *pro action* que se materializa através de um *processo*⁷¹.

As Constituições portuguesa e cabo-verdiana, nos seus artigos 20.º e 22.º, respetivamente, preveem, *o direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva*⁷², sendo a decisão em prazo razoável uma das dimensões constitutivas dessa tutela. É

⁶⁹ CAEIRO, Pedro, ob. cit., pág. 33.

⁷⁰ Doravante MP.

⁷¹ MIRANDA, Jorge, MEDEIROS Rui, *Constituição Portuguesa Anotada*, ob. cit., págs. 190-191.

⁷² Na verdade na Constituição portuguesa tal direito está formulado sob a epígrafe «Acesso ao direito e a tutela jurisdicional efetiva», enquanto que na Constituição cabo-verdiana encontra-se previsto sob a denominação «Acesso à justiça». Todavia, todas as formulações apresentam-se como norma geral do processo, com o mesmo sentido e conteúdo, significando que tal direito não se esgota à via judiciária, apresentando, para além desta dimensão inicial, um conteúdo muito rico, que se desdobra em diversos subprincípios e em vários direitos fundamentais. Cf. MIRANDA, Jorge, MEDEIROS Rui, *Constituição Portuguesa Anotada*, ob. cit., págs. 188-189.

óbvio que esta provisão constitucional tem como fonte os artigos 6.º, n.º 1 da CEDH e, 7.º, n.º 1, al. d) da CADHP, respetivamente.

A tutela efetiva jurisdicional é o espelho da capacidade do ordenamento jurídico, do seu potencial de prevenção, e na área penal, de reagir com prontidão às confutas criminalmente relevantes, contribuindo assim para a segurança jurídico-social. A imagem da tutela efetiva constitui, por outro lado, o antídoto mais eficaz contra o recurso a modos espontâneos e informais de autotutela ou de ressarcimento, catalisadores de conflitos e violências dificilmente controláveis. Mas também, ela é entendida no sentido de redução das cifras negras e das desigualdades – valendo como garantia da igualdade da *lei em ação*, critério fundamental da sua legitimação material e, por isso, da aceitação e interiorização coletiva.

Para além, da assinalada dimensão inicial do *direito de ação* – direito ao processo num prazo razoável – sem dilações indevidas, também configura o direito a um processo *equitativo*⁷³, ampliando as garantias de defesa, como por exemplo o direito do contraditório, o direito à audiência pública, o direito à informação e à consulta jurídicas, o direito ao patrocínio judiciário e à assistência de advogado, o direito à proteção do segredo de justiça e o direito aos procedimentos judiciais céleres e prioritários para defesa de direitos, liberdades e garantias. Palavras sábias mas nem sempre lembradas.

Assim sendo, o direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva significa que a constituição processual de um Estado de Direito não pode estar prevista de tal modo que por questões materiais ou por questões processuais impeça ou dificulte o acesso aos tribunais⁷⁴.

Quando pensamos em direito de acesso aos tribunais processualmente assegurado, pensamos na impossibilidade de previsão de procedimentos processuais excessivos ou da criação de normas processuais que dificultem ou limitem de uma forma não tolerável em termos de organização e em termos de proporcionalidade o acesso ao tribunal⁷⁵.

⁷³ MEDEIROS Rui, *Constituição Portuguesa Anotada*, ob. cit., págs. 176 e segs.

⁷⁴ Por ser uma garantia plena o direito de acesso aos tribunais, sempre que sejam postergados instrumentos de defesa dos direitos e interesses legalmente protegidos dos particulares e, nomeadamente o direito de ação, que se materializa através de um processo, é violado o direito fundamental de acesso aos tribunais. Assim, MIRANDA, Jorge, MEDEIROS Rui, *Constituição Portuguesa Anotada*, ob. cit., págs. 186-187.

⁷⁵ GASPAR, António Henriques, «Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem em matéria penal e processual penal – O artigo 6º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e o direito a um processo equitativo: o prazo razoável na administração da justiça» in Centro de Estudos Judiciários,

Portanto, o direito de acesso aos tribunais pressupõe um processo com procedimentos justos, devidos, legalmente previstos para discutir direitos que as pessoas invoquem perante um tribunal e proceder no final da linha o direito à decisão e dentro de um prazo razoável.

Ainda relacionada com o direito do acesso aos tribunais e a tutela jurisdicional efetiva está à questão da motivação das decisões. A decisão não é um ato de vontade, tem de ser um ato de convencimento, sendo um ato de convencimento a decisão tem de ser fundamentada, portanto, a motivação suficiente e adequada da decisão é um elemento essencial do processo.

Podemos, por isso, dizer que os artigos 20.º e 22.º, assim como, os artigos 6.º da CEDH e, 7.º, n.º 1, al. d) da CADHP enquanto *normas-princípios* estruturantes do Estado de Direito Democrático, reconhecem vários direitos distintos, embora partilhem a mesma *ratio*, que será a efetividade da tutela judicial dos nossos direitos e interesses legalmente protegidos. Esta efetividade deve ser garantida, a montante, pelo próprio legislador, que deverá estipular uma formatação processual temporalmente adequada em ordem a assegurar o direito à razoável duração do processo.

Quando se fala de direito de acesso aos tribunais, há que se ter atenção pois não se trata apenas de possibilitar o acesso à justiça e, consequentemente, o direito ao recurso aos tribunais enquanto instituição estatal, e sim viabilizar o acesso a uma justiça justa, com a absoluta regularização do processo, e a sua formalização em tempo útil.

Por outras palavras, a garantia de acesso ao direito e aos tribunais, no plano legal, não admite condicionantes processuais desprovidas de fundamento racional e/ou com conteúdo inútil, excessivos ou desproporcionais. Assim sendo, entre outros princípios fundamentais do processo penal, surge o princípio da duração razoável do processo. Por isso, sempre que seja prolongado de forma injustificada a prolação da justiça, é violado o direito fundamental de acesso aos tribunais⁷⁶. Nesta medida o direito à decisão em prazo razoável é também um elemento essencial do direito de acesso aos tribunais e à tutela jurisdicional efetiva.

É dado adquirido e consensual nos variados ordenamentos jurídicos civilizados, o reconhecimento do direito a uma decisão judicial em prazo razoável, enquanto

Ações de formação contínua – Jurisprudência Internacional e Constitucional Penal e Processual Penal, (org. Francisco Mota Ribeiro et al.), Lisboa, 2015, pág. 29. Disponível em: <http://www.cej.mj.pt/.../penal/Jurisprudencia_Internacional_Constitucional_Penal_Processual>. Acesso em: 01de Mai. 2016.

⁷⁶ Vide, MIRANDA, Jorge, MEDEIROS, Rui, *Constituição Portuguesa Anotada*, ob. cit., págs.186-190.

garantia do direito de acesso aos tribunais e a tutela jurisdicional efetiva. Acresce que, num Estado de Direito, a plenitude do acesso à justiça e os princípios da juridicidade e da igualdade postulam um sistema que protege os interesses dos cidadãos contra os próprios atos jurisdicionais não consentâneos com a juridicidade do sistema, à luz do respeito pela dignidade do homem e dos direitos fundamentais.

O processo deve, enfim, assegurar uma tutela jurisdicional efetiva, donde resulta a possibilidade de requerer e lançar mão de providências cautelares e, uma vez proferida a sentença, de obter a execução da decisão ou a efetividade das suas disposições⁷⁷.

Portanto, é inquestionável, que o processo penal também está inserido no amplo contexto do acesso à justiça, à medida que, cada vez mais, se toma consciência da sua função instrumental e da necessidade de fazê-lo desempenhar de maneira efetiva o papel que lhe toca⁷⁸.

À vista disto, somos levados a concluir que o direito de acesso aos tribunais e, conseqüentemente, a uma tutela jurisdicional efetiva, não passaria de “*letra morta*” se o acesso efetivo dos cidadãos aos tribunais não fosse acompanhado da garantia de uma célere decisão do pleito que lhes foi submetido⁷⁹.

Assim sendo, as legislações processuais modernas devem construir procedimentos que tutelem de forma efetiva, adequada e tempestiva os direitos. O ideal é que existam tutelas que, atendendo internamente no procedimento, permitam uma racional distribuição do tempo do processo.

Como se sabe, um julgamento tardio irá perdendo progressivamente o seu sentido reparador na medida em que se posterga o movimento do reconhecimento judicial dos direitos. Uma vez extrapolado o tempo razoável para resolver a lide, qualquer solução será, austeramente, injusta, por maior que seja o mérito técnico e científico do conteúdo da decisão. Como denota BACON, «se a injustiça das sentenças as torna amargas, as delongas as fazem azedas»⁸⁰.

⁷⁷ Ibidem, pág.190.

⁷⁸ OLIVEIRA, Pedro Miranda de, «O direito à razoável duração do processo à luz dos direitos humanos e sua aplicação no Brasil», *Jurisprudência catarinense*, Florianópolis, n.º 107, ano 31, (2.trim.), 2005, pág.180.

⁷⁹ CASTAN, María Luisa Marín, «La polémica «cuestión de la determinación del «plazo razonable» en la administración de justicia, Comentario a la Sentencia del Tribunal Europeo de Derechos Humanos de 13 de julio de 1983», *Revista española de derecho constitucional*, n.º 10, año 4, (Janeiro-Abril), 1984, págs. 215-216. Disponível em <www.cepc.gob.es/publicaciones/revistas/revistaselectronicas>. Acesso em 31 de Mar. 2016.

⁸⁰ *Apud* OLIVEIRA, Pedro Miranda de, «O direito à razoável duração do processo», ob. cit., pág.180.

Nesta medida, cabe às autoridades resolverem os litígios submetidos aos tribunais de modo o mais eficiente possível, cumprindo um lapso de tempo razoável para a tramitação do processo, e da efetividade deste, reclamando que o momento da decisão não se alonga mais do que o estritamente necessário, por forma a garantir, no caso em concreto, um equilíbrio entre os postulados segurança e celeridade, sem que haja diminuição no grau de efetividade da tutela jurisdicional.

II CAPÍTULO. DIAGNÓSTICO SOBRE AS CAUSAS DE DILAÇÃO DOS PROCESSOS-CRIME

A lentidão da justiça é um problema com causas múltiplas e complexas, e profundamente introduzido pelo crescimento contínuo da procura de tutela jurisdicional.

Neste capítulo propomos analisar, de forma muito sintético, a tramitação do processo conhecido como «FP-25 de Abril», com vista a identificar e analisar as causas que tornaram este processo um dos mais complexos e demorados, sendo reconhecido como um dos maiores “*imbróglios*” da justiça portuguesa, que levou cerca de duas décadas até à decisão final⁸¹.

1. O Caso «FP-25 de Abril»

A suspeita da existência de uma organização terrorista que a princípio seria liderada por várias pessoas desencadeou uma vasta investigação policial operada pela PJ de Lisboa. Por considerar que dos autos resultavam indícios suficientes da existência da organização terrorista, bem como da identificação de alguns dos seus membros, culminou na prisão preventiva de 56 pessoas e vários mandatos de busca e apreensões e colocação de escutas de vários telefones.

O Ministério Público acusou 77 arguidos pela prática do crime de organização terrorista e houve a pronúncia de 73 pessoas⁸². Além destes, verificou outros processos – os chamados processos colaterais – onde a grande maioria dos arguidos foram acusados pela prática de vários outros crimes⁸³.

⁸¹ Como já foi referido, tratou-se de um estudo sobre a morosidade da justiça levado a cabo por CONCEIÇÃO GOMES na sua obra «O tempo dos tribunais: um estudo sobre a morosidade da justiça». Na verdade, trata-se de um estudo com alguns anos de existência, pelo que desde a sua tramitação até os dias de hoje a justiça evolui de forma significativa. A importância deste estudo prende-se, sobretudo, com o facto de permitir-nos, a partida, ter um ponto de referência para fazer um balanço sobre o estado do sistema de justiça penal, no período antes e pós reforma do CPP-P de 1987, ou seja, possibilita-nos saber quais foram as razões que justificaram tal reforma, quais são as soluções processuais que têm sido criadas face ao problema da morosidade, e se tivemos melhoras significativas.

⁸² A tramitação do processo obedeceu às regras do CPP-P de 1929, Código na altura em vigor. Ao contrário do Código Processual Penal atual, onde se identifica uma estrutura de tipo acusatório, aquele, então em vigor tinha uma estrutura de tipo inquisitório. A instrução, presidida por um juiz de instrução, era a fase normal da investigação e preparação da decisão de acusação e pronúncia. Atualmente, a instrução tem sempre carácter facultativo, sendo o inquérito, realizado sob a direção do MP, a fase normal de investigação. Assim, esclarece a autora em, GOMES, Conceição, ob. cit., pág. 40.

⁸³ O MP e o juiz de instrução optaram por acusar e pronunciar apenas pela prática do crime de organização terrorista, deixando de fora as outras acusações. Esta posição levou ao surgimento, em diversas comarcas do país, de dezenas de outros processos. Ibidem, pág. 32.

A ineficiência e ineficácia do sistema judicial também se fez sentir nestes processos. Por decisão do Conselho Superior da Magistratura os processos com mais de dez anos, dispersos pelas várias comarcas, foram aglutinados num único dossiê.

Ao contrário do que tem acontecido noutros casos, também famosos, neste processo, a fase de investigação policial, isto é, desde o ato desencadeador do processo até à primeira prisão, decorreu num espaço de tempo muito curto, de 3 meses (20-03-84 a 19-06-84)⁸⁴.

O prazo de instrução, condicionado pela existência de arguidos em prisão preventiva, foi cumprido, com uma duração de cerca de seis meses (19-06-84 a 30-12-84). Em relação aos outros processos, entre a acusação até o despacho de pronúncia definitiva, demorou mais três meses (07-01-85 a 22-04-85). Em qualquer dos casos, prazos sempre muito inferiores aos que posteriormente viemos a conhecer noutros megaprocessos, uns mais mediáticos do que outros.

Ao todo, foram submetidos a julgamento 64 arguidos, 10 deles revéis. As audiências de discussão e julgamento, num total de 261, prolongaram-se por quase dois anos (22-07-85 a 20-05-87). Um facto marcou o início do julgamento. O primeiro «arrependido» AA foi vítima de um atentado, em consequência, do qual viria a falecer, tendo levantado a suspeita de «queima de arquivo» por este mostrar-se disposto a colaborar com a justiça.

A audição dos arguidos e toda a fase de prova foi realizada até 17-11-86, data em que se iniciam as alegações do MP, repartidas por 12 sessões. As alegações orais da defesa decorreram entre 11-12-86 e 16-01-87, repartidas por 16 sessões, seis delas ocupadas com alegações do advogado que representava três dos primeiros arguidos.

Decorreram mais quatro meses até à sentença do Tribunal Criminal de Lisboa proferida em 20-05-87, cuja leitura demorou cerca de 7 horas. O tribunal considerou provada a acusação deduzida contra 48 arguidos, que condenou pela prática do crime de organização terrorista, nos seus diferentes subtipos, em pena de prisão que variaram entre 7 meses (pena especialmente atenuada) e 17 anos e 6 meses. Quanto aos restantes 16 foram absolvidos, desses 8 foram julgados em separado e como dissemos um faleceu⁸⁵.

Da sentença foram interpostos recursos pelos arguidos e pelo MP para o Tribunal da Relação de Lisboa, tendo dado entrada em 01-07-87. O recurso foi decidido

⁸⁴ Sobre a evolução cronológica deste processo, vide, GOMES, Conceição, ob. cit., págs. 34-39.

⁸⁵ Ibidem, pág. 54.

quatro meses depois, em 01-11-87. O acórdão, com cerca de 600 páginas, julgou parcialmente favorável o recurso do MP e os de mais três arguidos e negou provimento aos restantes.

Do acórdão do TRL foram interpostos vários recursos para o Supremo Tribunal de Justiça, tendo entrado em 26-04-88. Em menos de dois meses foi proferido o acórdão, em 22-06-88. A celeridade deveu-se à preocupação expressa de não prejudicar a situação dos arguidos presos. O STJ concedeu provimento parcial aos recursos do MP e de alguns arguidos, salientando, contudo, que pelo facto de a maioria dos arguidos recorrentes fundamentarem as suas alegações em matéria de facto, cuja apreciação está vedada ao STJ, não foram julgadas algumas das questões suscitadas pelos recorrentes.

Nos recursos para a relação e STJ tinham sido suscitadas três questões de constitucionalidade: a questão da autoria da pronúncia pelo juiz de julgamento, a questão da apreciação da matéria de facto pelas Relações nos recursos das decisões condenatórias e a questão da motivação das respostas aos quesitos.

Rejeitadas todas as arguições de constitucionalidade, os três principais arguidos recorreram para o Tribunal Constitucional (TC). O recurso foi julgado pelo acórdão em cerca de oito meses, em 15-02-89, dando razão aos recorrentes quanto à questão do conhecimento da matéria de facto pelas Relações. Em consequência, determinou a reformulação do acórdão recorrido de harmonia com a decisão tomada sobre a questão de constitucionalidade, isto é, de modo a garantir uma verdadeira apreciação sobre a matéria de facto pelo Tribunal da Relação.

O MP pediu a aclaração do acórdão e a ratificação de dois lapsos, tendo estas sido decididas pelo acórdão de 12-04-89.

O processo regressou ao STJ passado um mês (15-05-89). Este Tribunal proferiu um segundo acórdão decidindo anular, com fundamento no julgamento de inconstitucionalidade do acórdão do Tribunal de Relação, ordenando, por isso, a baixa do processo a este Tribunal para *«pelos mesmos juízes, sendo possível, julgar em conformidade»*.

Entretanto, a 19-05-89, o TCL informou o STJ sobre o esgotamento do prazo da prisão preventiva, tendo como consequência a soltura de todos os arguidos presos a exceção de dois que, por terem sido capturados mais tarde, não tinham esgotado o prazo.

Para cumprimento da decisão do STJ, cerca de três meses mais tarde após o processo ter regressado ao TRL, este, proferiu um segundo acórdão julgando de novo os

recursos interpostos da sentença final do tribunal de 1.^a instância. Esta decisão manteve no essencial o decidido no primeiro acórdão deste Tribunal da Relação.

Do segundo acórdão do Tribunal da Relação foram, novamente, interpostos vários recursos para o STJ. O MP, mais uma vez, pedia a renovação das penas aplicadas aos crimes cometidos em concreto e a isenção da pena para os arguidos “arrepentidos”. Os arguidos recorrentes, além da repetição dos argumentos apresentados em alegações anteriores, alegavam ainda a incorreta interpretação da Relação dos acórdãos do TC e do STJ.

O processo foi remetido ao STJ cerca de 11 meses depois. Este proferiu um novo acórdão no qual, tal como fez a Relação, se limitou a reproduzir o seu primeiro acórdão.

Sobre o acórdão do STJ incidiram alguns pedidos de esclarecimento, todos indeferidos, e os arguidos recorreram, pela segunda vez, para o TC. Pediram novamente a inconstitucionalidade da norma que regula o conhecimento das relações quanto à matéria de facto. Suscitavam ainda a questão da não aplicação pela Relação e pelo STJ da declaração de inconstitucionalidade daquela norma.

O processo deu entrada no TC, cerca de dez meses depois de proferido o acórdão recorrido (acórdão do STJ), tendo então iniciado um ciclo de «sobe e desce» – durante quatro anos, o processo foi enviado, por várias vezes, para outros tribunais por razões que nada tinham a ver com a matéria do recurso.

Por fim, decorridos cerca de cinco anos após o processo ter entrado no TC, foi proferido o acórdão sobre a questão objeto de recurso (27-02-96). Este tribunal julgou novamente inconstitucional⁸⁶.

O processo voltou ao STJ, tendo cerca de oito meses depois, o Relator ordenado a sua suspensão até à decisão do TC sobre o pedido de declaração de inconstitucionalidade da Lei n.º 9/96, de 23 de Março (27-02-96 a 22-11-96). O despacho do Relator foi confirmado pelo acórdão de 27-02-97, do qual o MP recorreu para o TC por entender ter-se procedido a uma interpretação manifestamente inconstitucional da norma do art. 3.º do CPP-P 1929. Para decidir sobre esta questão, o processo deu entrada de novo no TC em 28-05-97, onde continuou a aguardar a decisão final sobre a questão de fundo⁸⁷.

⁸⁶ Este Tribunal, agora com a intervenção do plenário, julgou novamente inconstitucional «a norma do art. 665.º do CPP-P 1929». GOMES, Conceição, ob. cit., pág. 48.

⁸⁷ Ibidem, págs. 48-49.

2. Identificação das causas da morosidade

Após fazer um resumo do caso, é possível conhecer, com rigor, o tempo e o modo como o processo evoluiu, quem mais interveio no processo, quais foram os atos mais determinantes para a sua dilação e, de entre os agentes judiciais, quem provocou mais atrasos.

2.1. O tipo de organização investigada e o número de pessoas envolvidas

A natureza da organização investigada, o número de pessoas e instituições que nele intervém e o tipo de crime em causa aparecem como uma das dimensões da complexidade do processo. Tratava-se de uma organização com uma estrutura complexa que envolvia várias dezenas de pessoas a operar em todo o país, o que levou à realização de um grande número de atos, promovidas quer pelas autoridades jurisdicionais, quer pelos arguidos, e ao envolvimento de muitas entidades⁸⁸.

Na fase de investigação policial e de instrução prestaram depoimento, quer na PJ, quer no TIC, um vasto número de pessoas. Foram efetuados 79 autos de declarações, 140 autos de inquirição, 140 autos referentes à diligências várias, designadamente 61 exames diretos (sobre cofres, dinheiro, munições de guerra, armas, material de escritório, agendas e outros papéis pessoais, automóveis, etc.), e 32 autos de buscas e apreensão. Decorrida a instrução, o MP deduziu acusação contra 77 arguidos. Muitos destes atos foram praticados fora da Comarca de Lisboa, em várias locais do país.

A ausência dos efeitos dilatórios destas diligências nesta fase deve-se, em especial, a duas razões: aos meios materiais e humanos envolvidos na investigação e ao fator de prisão preventiva que obriga o cumprimento efetivo de prazos processuais⁸⁹.

Nas audiências de discussão e julgamento, que se repartiram por 261 sessões, para além dos três juízes que formaram o coletivo, o representante do MP e os funcionários judiciais, intervieram no julgamento um total de 484 pessoas: 58 testemunhas de acusação, 229 testemunhas de defesa, 61 declarantes por parte da acusação e 41 da defesa, 31 advogados (alguns advogados representantes de mais de um arguido), 9 dos quais nomeados oficiosamente, e 64 arguidos⁹⁰.

⁸⁸ Ibidem, págs. 49-50.

⁸⁹ Ibidem, pág. 57-58.

⁹⁰ Ibidem, pág. 53.

As audiências de discussão e julgamento prolongaram-se por quase dois anos. A morosidade desta fase reside, essencialmente, nas discussões sobre a vasta matéria de facto e nos vários incidentes levantados no decurso da audiência, alguns, indutores da dilação do processo. A maioria deles diz respeito às questões recorrentes relacionadas com as garantias de defesa.

Por outro lado, as faltas constantes dos advogados às audiências, principalmente os advogados oficiosos, justificadas por razões de doenças, na sua maioria, ou por diligências em outros tribunais.

Registaram-se também alguns casos de renúncia ao patrocínio, colocando em evidência a precariedade do patrocínio judiciário.

Foram feitos requerimentos e protestos verbais, quer pelo MP, quer pelos advogados e interpuseram-se vários recursos e reclamações⁹¹.

2.2. A quantidade e a multiplicidade de atos praticados

O número de atos e volumes do processo dá-nos uma primeira dimensão da sua complexidade e sofisticação. O processo é constituído por 65 volumes que compõem os autos principais, 56 volumes de processos que correram em separado (recursos, reclamações, incidente de suspeição, auto de conflito negativo de competência, auto de cumprimento de pena) e 1 volume relativo a uma caução, num total de 28. 157 folhas – cerca de 56. 000 páginas. Além destes, integram ainda o processo como material probatório várias dezenas de *dossiers* de documentação.

Nos 122 volumes foram registados um total de 12. 905 atos⁹² (despachos dos juízes, acórdãos, promoções do MP, abertura de conclusões e vistas, requerimentos ofícios, autos de diligência, autos de inquirição e perguntas, notificações, alegações, contra-alegações, depoimentos, atas de audiência de discussão e julgamento, cumprimentos de despachos, etc.)⁹³.

⁹¹ Ibidem, págs. 58-63.

⁹² Foi no TIC e no TCL que foram praticados a maioria dos atos (cerca de 5.080). Nos tribunais superiores, os agentes judiciais na Relação praticaram um total de 2.205 atos, no STJ, 630, e no TC, 346. Para além, dos tribunais onde o processo correu termos, intervieram mais de 80 tribunais de todo o país, cujos agentes praticaram um total de 1.312 atos relativos a diligências várias, sobretudo cumprimento de cartas precatórias para notificação. GOMES, Conceição, ob. cit., pág. 54.

⁹³ Os despachos e deliberações dos juízes aparecem em primeiro lugar, representando 13% do total dos atos do processo, seguidos muito de perto dos requerimentos com 12,9%. Os atos praticados por funcionários, maioritariamente ou na sua totalidade são atos de competência dos funcionários judiciais. São eles: abertura de conclusões (10%), o terceiro mais representativo; cumprimento de despacho (7,5%), o quinto mais representativo; registo de entrada de cartas precatórias (4,4%); certidões (3,5%); e abertura de vistas ao MP (2,5%). Em quarto lugar na representatividade, aparecem os ofícios (9,2%) e, em sexto,

Os processos complexos, naturalmente, tendem a ser mais morosos devido aos fatores como a natureza do crime, a quantidade e a qualidade das diligências de investigação e as questões jurídicas suscitadas. Contudo, muitos dos atos praticados eram desnecessários, resultantes de uma excessiva, sofisticada e ineficiente tramitação processual.

A dimensão burocrática do processo torna-se ainda mais visível se tivermos em conta que relativamente a mesma questão, que não teve qualquer utilidade prática, foram praticados vários atos. A título exemplificativo, um ofício a pedir uma informação implicava sempre uma sequência de atos dos funcionários e dos juizes, quando esta podia ser prestada ou requerida por meios mais expeditos.

2.3. Os intervenientes no processo e os atos praticados

2.3.1. Os arguidos

Como dissemos foram levados a julgamento apenas 64 arguidos. No total os arguidos movimentaram 1.427 atos. A grande maioria destes atos diz respeito a diversos tipos de requerimentos (70%), especialmente sobre a situação da prisão preventiva e pedindo a devolução de objetos apreendidos. Seguem-se atos de interposição de recursos (14,7%) e alegações e contra alegações, com 10,3%.

É, contudo, muito desequilibrada a intervenção quantitativa e qualitativa dos arguidos no processo. Verifica-se que no total dos atos praticados pelos arguidos, 30% foi por 10 deles. Por outro lado, 9% do grau de mobilização de atos foram praticados por 3 dos principais arguidos, principalmente ao que se refere aos recursos para o TC.

as cartas precatórias (4,4%). No seu conjunto, estes dois últimos atos constituem os mais representativos no processo, com cerca de 14%, o que nos dá, não só a dimensão do envolvimento de outras instituições, nomeadamente outros tribunais, como o nível de burocratização da comunicação do sistema judicial. As certidões, promoções do MP, depoimentos e abertura de vistas, aparecem em 7.º, 8.º, 9.º e 10.º lugar, respetivamente, com níveis de representação próximos que variam entre 2,4% e os 3,5%. Para além destes a dispersão é grande: a maioria dos atos tem níveis de representatividade abaixo dos 2% e são praticados maioritariamente por funcionários: remessas, apensações, liquidações, inscrições em tabela, etc. Cerca de 16% foram praticados por entidades fora dos tribunais onde correu o processo a quem foram solicitadas ou solicitaram informações ou outras diligências. Esses atos são, na sua grande maioria, de dois tipos: ofícios e cartas precatórias. Os primeiros são pedidos de informação ou resposta daquelas entidades a diligências ou pedidos de informações dos tribunais onde ocorreu o processo. Os segundos referem-se maioritariamente, a notificações. GOMES, Conceição, ob. cit., págs. 52 e 54.

2.3.2. Os magistrados e os funcionários judiciais

Nos diferentes tribunais são, também, significativamente diferente a morosidade dos agentes judiciais. Além dos agentes judiciais dos tribunais onde decorreu o processo e da PJ de Lisboa, entrevistaram várias outras entidades individuais ou coletivas. De entre elas, destacam-se outras inspeções da PJ (Coimbra, Porto, Setúbal, Faro, Chaves) e outras polícias (GNR, PSP de vários locais do país e Interpol) que efetuaram várias diligências, designadamente, interrogatórios, buscas e apreensões, notificações e cumprimentos de mandatos de captura, num total de 143 atos⁹⁴. A morosidade menos elevada foi no TIC e a mais elevada no tribunal judicial de 1.ª instância, 131 e 457 dias, respetivamente. Contudo, esta morosidade, que é, sobretudo, da responsabilidade dos funcionários judiciais, corresponde na sua grande maioria por ato, inferior a 5 dias e foi essencialmente motivada pela elevada quantidade de atos praticados, não tendo consequências dilatórias relevantes no processo.

Foram nos tribunais superiores que se registaram a maioria dos atos praticados e maiores atrasos no andamento do processo. À vista disto, é particularmente significativo que 99,1% do tempo da morosidade da responsabilidade dos magistrados judiciais se tenha registado nos tribunais superiores, em especial, no TC, que representa 61% da morosidade destes operadores verificados nos tribunais de recurso⁹⁵.

Em todo o processo, a representatividade da morosidade dos funcionários judiciais é a mais elevada (79%), seguindo a morosidade dos magistrados judiciais (21%) e, por último, a morosidade do MP é quase nula (0,4%)⁹⁶.

2.4. Os recursos

A existência de muitos recursos, mais provável num processo com muitos arguidos, mesmo sem propósito dilatório, constitui fator de complexidade e de dilação do processo.

A utilização exacerbada dos recursos interpostos, na sua maioria pelos arguidos, apresentou-se como uma das maiores causas da dilatação deste processo. A duração do processo foi especialmente influenciada por um dos recursos interpostos no TC. Além

⁹⁴ Ibidem, pág. 54.

⁹⁵ Ibidem, págs. 115-116.

⁹⁶ Ibidem, págs. 109-110.

disso, a existência de uma grande percentagem de desistência e de recursos julgados⁹⁷ desertos, a maioria por não terem sido apresentadas alegações, facto a que não será alheio o grande número de defensores officiosos.

Foram interpostos 255 recursos: 36 pelo MP, 210 pelos arguidos, 7 por interessados e 2 por advogados. Destes, apenas subiram aos tribunais de recurso 137, não foram admitidos¹⁶, houve desistência em 32 e foram julgados desertos 70. Dos que subiram, 37 terminaram sem que se conhecesse no fundo a causa⁹⁸.

Sobre o regime de subida dos recursos, foram admitidos para subir nos próprios autos (com o recurso da sentença final) 74 recursos, em separado foram 63, imediata 134 e diferida 3. Destes, 66 com efeito suspensivo e 71 devolutivo.

2.5. As reclamações e outros incidentes

Embora neste processo, as reclamações não constituíram especial fator de complexidade e de dilação, elas não deixaram de ser um fator que dificultou a evolução normal do processo.

Foram apresentadas 8 reclamações, 7 por arguidos e 1 pelo MP, num total de 383 dias. A duração média das reclamações foi de 48 dias, com um desvio padrão de 16 dias. Todas foram julgadas pelo TRL e, com exceção de uma, todas foram diferidas quanto ao seu objeto, 4 das reclamações incidiram sobre despachos que recusaram a admissão de recursos e as outras 4 sobre os que retiveram os recursos para subirem posteriormente⁹⁹.

Para além dos recursos e reclamações foram levantados outros incidentes, alguns dando origem a processos a correrem em separado.

2.6. As notificações

Num processo com muitos arguidos, testemunhas, declarantes e advogados, as notificações para os diferentes atos do processo podem constituir-se fator de dilação. Neste processo, foram feitas cerca de 600 notificações. Destas, 246 foram feitas através de cartas precatórias: 39 destinaram-se a notificar arguidos, 123 a notificar testemunhas e 84, declarantes. Acresce que em 91 casos, os ofícios foram devolvidos com certidões

⁹⁷ Ibidem, págs. 63-64.

⁹⁸ Sobre as várias questões que foram levantadas, vide, ibidem, págs. 65-86.

⁹⁹ Ibidem, págs. 106-107.

negativas de notificação, o que demonstra as dificuldades de notificarem e fazerem comparecer, voluntariamente, as pessoas em tribunal¹⁰⁰.

3. O primeiro diagnóstico

O objetivo central desta abordagem foi a identificação e análise das causas indutores de maior dilação e ineficácia da administração da justiça, e o modo como eles interferiram e condicionaram a evolução do processo.

Como vimos, foram vários e de várias ordens os fatores que contribuíram para a longa duração deste processo.

A primeira verificação geral: a longa duração deste processo é explicável por múltiplos fatores, que podem ser exógenos ou endógenos¹⁰¹ ao sistema judicial e, por sua vez, estes poderão ser necessários ou evitáveis, legais ou ilegais, resultantes da complexidade do processo ou meramente funcionais.

A segunda verificação: alguns dos fatores de dilação relacionam-se com a complexidade, quer das matérias jurídicas discutidas, quer das matérias de facto, ou com o exercício de direitos (caso de alguns recursos e reclamações) sem objetivos dilatórios. São, por isso, legítimos e necessários¹⁰². Todavia, apesar da sua necessidade e legitimidade, em muitos casos o quadro legal e a prática judiciária em que são exercidos, excessivamente burocratizados, conferem-lhes um carácter dilatório, desnecessário, transformando-os em fatores legais de bloqueio.

É possível, ainda identificar outros fatores legais de dilação que, além de excessivamente burocratizados, resultam do exercício instrumental do quadro legal e são, por isso, ilegítimos. É o caso da prática de atos processuais fora dos prazos legais por parte dos funcionários e magistrados, as divergências na jurisprudência e o exercício por parte dos arguidos de um conjunto de expedientes legais com intuítos meramente

¹⁰⁰ Ibidem, pág. 87.

¹⁰¹ Tal fator tem natureza subjetiva e está relacionado com o modo como o poder judicial ou não judicial, (que integre o poder legislativo ou executivo) atuou ao longo do processo em causa ou de um segmento do mesmo – comportamento inerte ao bom andamento do processo. Todavia, deve-se apurar qual a exata medida em que tal conduta contribui para a demora do processo para além do tempo que seria razoável.

¹⁰² Nesta perspectiva a morosidade pode ser explicada pela natureza da organização investigada, o número de pessoas envolvida, a quantidade e a multiplicidade de atos praticados, o extenso número de volumes e de anexos de documentação, a diversidade e quantidade de divergências efetuadas em vários locais do país, o tipo de crime e o número de arguidos acusados, as audiências de discussão e julgamento que se estenderam por quase dois anos, a avaliação e fixação de extensa matéria de facto, a multiplicidade de questões jurídicas levantadas pelos arguidos e pelo MP, os vários recursos e reclamações, e os vários incidentes que motivaram queixas, levantamento de autos e outros procedimentos, dando origem alguns deles a outros processos.

dilatatórios (uso abusivo de reclamações e recursos)¹⁰³. Por essa razão, o legislador criou algumas medidas de controlo dos prazos processuais pelos magistrados. Também, algumas soluções para limitar o pendor do abuso dos recursos e evitar não só a manipulação mas o protelamento do processo por parte dos sujeitos processuais. Este problema circunscreve-se no âmbito do excesso de garantismo das leis processuais, apontado como um dos principais bloqueios da justiça.

A terceira verificação: a morosidade dos agentes judiciais é responsável por parte da dilação do processo, com a exceção do TIC, representando a morosidade dos funcionários judiciais 79%, seguida a dos magistrados judiciais com 21%. A morosidade do MP é quase nula, com apenas 0,4%, isso devido a existência de arguidos presos.

Portanto, verifica-se que a morosidade dos magistrados judiciais é restringida¹⁰⁴. Situação diferente quanto aos funcionários judiciais¹⁰⁵, onde acentua uma maior percentagem de morosidade. São eles que praticaram mais atos e retiveram mais tempo do processo: 4 anos, 7 meses e 30 dias, 57% do tempo, contra 38% dos magistrados judiciais (a que correspondem 3 anos, 1 mês e 22 dias). A morosidade do MP é muito reduzida: 5% (correspondente a 5 meses e 4 dias)¹⁰⁶.

É certo que o número de intervenientes no processo, em especial arguidos, obriga a prática de mais atos. Mas na verdade um tempo significativo, sobretudo, dos funcionários judiciais, é ocupado com funções de âmbito administrativo ou de mero expediente, sem qualquer conteúdo judicial, o que acentua, e ainda hoje é assim, a vertente burocrática da função judicial, provocando atrasos diretamente no processo em causa e, indiretamente no sistema judicial¹⁰⁷.

A quarta verificação: é nos tribunais de recurso que o processo concentra a sua maior duração (mais de 10 anos), o que significa 85% da morosidade do processo¹⁰⁸. Os recursos demoraram mais tempo no STJ e no TC, sendo particularmente significativa a duração do segundo recurso no TC, representando 45% do tempo total dos recursos e 34% da duração total do processo. Portanto, confirma-se o padrão: é nos tribunais de recursos que se concentra a morosidade com consequências mais dilatórias no processo;

¹⁰³ GOMES., ob. cit., pág. 254.

¹⁰⁴ Da totalidade dos atos praticados pelos magistrados judiciais, 97,3% foram-no sem morosidade. GOMES, Conceição, ob. cit., pág. 114.

¹⁰⁵ Dos 5.783 atos praticados por agentes, 1.472 foram praticados com morosidade. Cf. GOMES, Conceição, ob. cit., pág. 113.

¹⁰⁶ Ibidem, pág. 111 e 267.

¹⁰⁷ Ibidem, pág. 259.

¹⁰⁸ Ibidem, pág. 250.

e é também nestes tribunais que se registam os valores mais elevados da morosidade da responsabilidade dos magistrados judiciais. Segue-se a fase de discussão e julgamento que apresenta a segunda maior duração (1 ano e 11 meses), que se deve às múltiplas sessões de audiências de julgamento (261).

Ao contrário de alguns processos mediáticos mais recentes, a duração da investigação policial pelo TIC, foi deveras significativo, apenas três meses, representando 2% da duração total do processo¹⁰⁹. Pode-se dizer, que a ineficácia e lentidão nas fases de investigação são bastantes evidentes, nomeadamente nos crimes económico-financeiros, corrupção e cibercriminalidade, pelo que também se faz necessário repensar a estrutura e a forma como o Ministério Público promove a efetiva assunção da direção do inquérito, assim como, da instrução.

A quinta verificação: diz respeito *as desarticulações e disfuncionalidades do sistema*. Ainda no que respeita ao processo de recurso, um dos fatores identificados como causador da morosidade global da justiça, são os chamados *atos inúteis*, provocadas por condutas menos diligentes. A inutilidade e ineficácia prática destes atos, na sua maioria praticados por agentes judiciais e/ ou outras entidades, era *tecnicamente previsível*. Apesar disso, os processos de recursos seguiram a sua tramitação normal até à decisão final, o que significa um desperdício equivalente de recursos humanos e materiais usados, nessa medida, indevidamente.

Mas muitas outras negligências foram detetadas, como a não comunicação do processo, em tempo, de determinados atos, a errada fixação do regime de subida dos recursos ou do seu efeito, o deficiente exame preliminar dos recursos, e a existência de erros materiais que obrigaram à ratificação de alguns recursos. Este facto configura, sociologicamente, uma situação de desperdício, com duas causas principais: a lentidão dos recursos e uma grande desarticulação na comunicação entre os tribunais¹¹⁰.

Também, a diferente interpretação das leis processuais e substantivas implicou inevitáveis discordâncias, potencialmente dilatórias na resolução do caso. Por exemplo, quando a «vida» de um processo é «apanhada» por várias reformas legais a motivarem recursos e decisões jurisprudenciais divergentes e mesmo contraditórias, além de muitos outros incidentes, obriga nalguns casos um «vai e vem» dos processos entre tribunais¹¹¹. Nesta medida, o legislador também tentou solucionar este problema, consagrando um

¹⁰⁹ Ibidem, págs. 88 e segs.

¹¹⁰ Ibidem, págs. 119 e segs. e 261 e segs.

¹¹¹ Ibidem, pág. 254.

regime jurídico de aplicação da lei processual penal no tempo, regulado no art. 5.º do CPP-P, conjugado com o art. 2.º do CP-P.

A sexta verificação: ainda dentro do contexto das desarticulações e disfuncionalidades do sistema, corresponde ao que chamamos de *tempos mortos no andamento do processo*. Acontecem em vários momentos da tramitação do processo e, em alguns casos, apesar de processualmente movimentados não avançam, de facto, para o passo seguinte. É exemplo, o modo como é articulada a comunicação entre os juízes e os funcionários judiciais, ou, ainda, a deficiente comunicação entre os tribunais e outras instituições colaborantes com o sistema judiciário. São situações que motivam a paragem do processo por largos períodos de tempo, impedindo assim o seu progresso¹¹².

A sétima verificação: um dos fatores que, reconhecidamente, mais tem contribuído para os atrasos da justiça são o *excesso de garantismo* e a *excessiva burocratização* dos procedimentos processuais, por vezes demasiados formais e complicados. Todavia, não se poderá perder de vista que em muitos casos a morosidade deriva, tão-somente, da tramitação e sofisticação da tramitação processual. Razão pela qual, impulsionou as reformas mais importantes do sistema da justiça penal, até hoje, tendo o legislador criado um conjunto de medidas com vista a sua simplificação e desformalização, conferindo, assim, maior celeridade ao processual penal.

Em síntese, tendencialmente, e, de um modo geral, as causas estruturais da morosidade da justiça – causas comuns a todos os processos – inscrevem-se em quatro áreas fundamentais: *no domínio da organização e funcionamento do sistema judiciário; na área dos recursos materiais e técnicos; na área dos recursos humanos; no plano das reformas legislativas*¹¹³. São diferentes as consequências provocadas no andamento do processo, consoante o facto ocorra nos processos de recursos com efeito devolutivo, ou no processo principal na 1.ª instância. No primeiro, atrasa-se a decisão no processo de recurso (nalguns casos contribuindo, decisivamente, para o não conhecimento do objeto do recurso), enquanto que, no segundo, atrasa-se a decisão final da causa¹¹⁴.

¹¹² Ibidem, pág. 126-129.

¹¹³ Sobre isso, vide, o estudo de SANTOS, Boaventura Sousa, et al., «Bloqueios ao andamento dos processos e propostas de solução», coord. científica Boaventura Sousa Santos, in *Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, Centro de Estudos Sociais*, Coimbra, 2002.

¹¹⁴ GOMES, Conceição, ob. cit., pág. 129.

III CAPÍTULO. A MOROSIDADE PROCESSUAL PENAL

1. Celeridade vs. morosidade

No âmbito do processo penal podem existir três tipos de morosidade a saber: i) *morosidade processual penal legal* – que corresponde àqueles casos em que a própria lei é causadora da morosidade. Na maioria das vezes, é provocada pelo comprimento dos procedimentos processuais desencadeadas pelo excesso de formalismo ou formalismo desnecessário; ii) *morosidade processual penal organizacional ou endógena* – tal morosidade está relacionada com a forma de organização e funcionamento dos tribunais. Pode estar diretamente associada ao volume de serviços e/ou rotinas dos tribunais; iii) *morosidade processual penal provocada* – diz respeito a morosidade propriamente dita e aquela que mais preocupação desperta. Assim sendo, corresponde a duração excessiva dos processos judiciais provocada diretamente pelos atores processuais (tribunais, Ministério Público, funcionários judiciais, advogados, polícias, peritos e sujeitos processuais)¹¹⁵.

Como vimos, são múltiplas as causas da morosidade processual. Todavia, quando se fala da morosidade há que se ter um certo cuidado, pois como iremos ver no momento oportuno trata-se de um conceito jurídico indeterminado e abstrato que não se justifica apenas com o mero transcurso do tempo dos prazos legais¹¹⁶.

O conceito de prazo razoável tem sido muito confundido com a morosidade processual. São dois conceitos que se parecem, por isso, muitas vezes confundem-se, o que torna difícil definir cada um, assim como fazer a sua distinção. É comum encontrar a *expressão morosidade* referenciada, em alguns textos, com os sentidos de duração, dilação ou lentidão, ou num sentido mais restrito, a significar a prática de atos processuais fora do prazo previsto na lei.

Para a determinação do conceito de morosidade processual torna-se necessário proceder a distinção entre os conceitos, prazo razoável e morosidade. A partir desta distinção se consegue responder o que significa morosidade processual e quando é que estamos perante ela¹¹⁷.

¹¹⁵ Assim, CHIMUCO, Armindo Moisés, *Morosidade no processo penal*, págs. 34-35.

¹¹⁶ Neste sentido, *ibidem*, pág. 21.

¹¹⁷ Cf. GOMES, Conceição, *ob. cit.*, págs. 17-21. No mesmo sentido, MELO, Vítor, *ob. cit.*, pág. 221.

Refere CONCEIÇÃO GOMES, que ao contrário da expressão duração, morosidade é um conceito negativo que denota um anormal lapso de tempo¹¹⁸. Sendo de várias ordens os fatores ou circunstâncias que contribuem para a dilação anormal do processo, o conceito de morosidade é o mais aberto possível.

Portanto, há morosidade sempre que se ultrapasse o tempo legalmente necessário para a prática de determinado ato ou para o decurso de determinada fase processual, ou seja, sempre que na tramitação do processo se verifique uma paragem anormal (porque não tem relação com a causa principal ou porque se espera por determinada informação ou diligência) ou o seu andamento aparente, e, sempre que não se esteja a proteger qualquer direito, a dilação do processo seja funcionalmente provocada¹¹⁹.

Para MOISÉS CHIMUCO, a morosidade processual corresponde à duração que exceda de acordo com as circunstâncias do caso, a duração do prazo mínimo para os interesses individuais e coletivos, bem como a definição mais adequada à dialética dos mesmos¹²⁰.

Tem-se defendido também que para a construção teórica do conceito de morosidade é fundamental a distinção de *morosidade necessária* e *morosidade negligente*. A morosidade necessária seria o prazo razoável necessário à defesa dos direitos individuais e coletivos dos cidadãos, enquanto que a morosidade negligente, prejudicial ou injustificável, corresponde a duração irrazoável ou excessiva do processo, desnecessária à proteção das partes intervenientes¹²¹.

Resumindo, pode-se dizer que a morosidade processual consiste na duração do processo que ultrapassa, dependendo das circunstâncias, o prazo mínimo legal ou necessário, requerido para a defesa dos direitos individuais e coletivos.

Acresce que, ao analisar estes conceitos, torna-se indispensável referir-se aos *limites temporais* do processo, que será o cômputo do prazo, isto é, o tempo decorrido entre o momento inicial do processo e o seu *terminus*, que pode variar dependendo dos interesses em causa.

Atendendo ao sobredito, podemos deparar com situações em que, socialmente se considere que o tempo esteja excedido, ao passo que do ponto de vista do tempo processual não o esteja. Por outro lado, a morosidade num dado momento do processo,

¹¹⁸ Disto é cabal referir que em alguns manuais podemos encontrar a expressão «prazo razoável» referido como «duração razoável». Na verdade são a mesma coisa.

¹¹⁹ GOMES, Conceição, ob. cit., pág. 21, CHIMUCO, Armindo Moisés, *Morosidade no processo penal*, pág. 35.

¹²⁰ CHIMUCO, Armindo Moisés, *Morosidade no processo penal*, pág. 21.

¹²¹ Ibidem, págs. 20-21.

não significa necessariamente morosidade em todo o processo. Daí que alguns autores de direito, entendem que cada referência a expressão *morosidade* implica uma diferente definição e uma diferente interpretação¹²².

2. Tempo real do processo

A análise do fenómeno morosidade da justiça penal incumbe para efeito de melhor compreensão, levar em consideração o que possa ser entendido como o tempo do processo e a aceleração do tempo, enquanto fatores de conformação do direito e, destes, as dimensões do seu conceito.

Santo Agostinho não sabia definir o que era o tempo se alguém lho perguntasse. Segundo ele, todos sabemos o que é o tempo até que alguém nos pergunte. Nas «Confissões» ele diz «se ninguém mo pergunta, sei o que é; mas se quero explica-lo a quem mo pergunta, não sei»¹²³.

Isto para dizer que, a administração da justiça circunscreve-se a uma complexidade temporal, o que torna embaraçoso de se encontrar o exato tempo da justiça. O próprio conceito de tempo é uma perplexidade.

Esta complexidade entre o tempo dos homens e o tempo dos tribunais tem sido objeto de reflexão na doutrina, mormente ISABEL CELESTE FONSECA na tentativa de compreender o sentido do direito a um processo à «prova de tempo». A este propósito afirma a autora que este direito continua um ainda um envolto em algum mistério dogmático, que engloba não só a natureza mas também o seu conteúdo, e que o ambíguo conceito «prazo razoável» está longe de alcançar uma definição que agrade simultaneamente a juízes e partes¹²⁴.

Seguindo o pensamento da autora CONCEIÇÃO GOMES¹²⁵ é possível determinar vários tempos. Assim, podemos falar no *tempo processual* e no *tempo real (social)*. A primeira corresponde ao tempo estipulado na lei para a prática dos atos ou decurso das fases processuais. A segunda refere-se ao tempo social, que contrapõe-se ao tempo processual. De facto, este é o tempo que interessa as vítimas, aos arguidos e a sociedade em geral.

¹²² GOMES, Conceição, ob. cit., pág. 21.

¹²³ AGUSTINHO, Santos, *Confissões*, Livro XI, Capítulo XIII, (trad. de A. do Espírito Santo, [et al.]), Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2001, pág. 298.

¹²⁴ FONSECA, Isabel Celeste, O direito a um processo à prova de tempo, ob. cit., pág. 205 e segs.

¹²⁵ Para melhor entendimento, Vide, GOMES, Conceição, ob. cit., págs. 101-103.

Todavia, para o processo penal apenas são relevantes os atos que constituem o processo e que obedecem a tramitação regulada pelo direito processual penal. Corresponde ao tempo em que devem praticar os atos do processo, assim como as regras que se aplicam a contagem dos prazos. Este é na prática o tempo relevante para o processo penal, e, com efeito, o único tempo em que o sistema responsabiliza os operadores da administração da justiça.

A dimensão temporal é calculada da seguinte forma: o tempo processual corresponde ao número total de dias, contados desde a entrada do processo no tribunal, que não suspende na contagem dos prazos para a prática dos atos processuais (fins de semana e feriados e férias judiciais), correspondendo, em regra, a um tempo em que os agentes judiciais não estão obrigados à prática de atos.

É nesta lógica, que o autor JOSÉ RIBEIRO ALBUQUERQUE¹²⁶ refere que, o direito é um repertório de noções e de regras e de práticas que só ganham sentidos se as enquadrarmos na duração do tempo.

Os autores MANUEL PORTO e JOÃO SILVA, no estudo subordinado ao tema «Apontamentos para reflexões mínimas e tempestivas sobre o direito penal de hoje» referiram que vivemos hoje uma temporalidade, que outra coisa não é senão *tempo breve*¹²⁷.

Ainda que custe a alguns reconhecer é preciso tempo para que os sujeitos exponham a situação conflitual que as divide, é preciso tempo para que os mesmos produzam as suas provas, assim como é preciso tempo para os agentes judiciários se integram da situação conflitual, é necessário tempo para desenvolverem a investigação e ainda tempo para que o juiz profira uma decisão ponderada e rigorosa.

A questão que se coloca é a de saber o que se pode entender por tempo dos magistrados? E se existe um tempo que se estende a todos os casos?

A doutrina majoritária entende que o tempo que refere a lei, não pode exceder o tempo necessário para orientar a prática dos atos processuais. Este tempo tem como referência o tempo legal, mas não se compadece com ele, pois esta temporalidade medeia entre o tempo legal e o tempo necessário a uma justiça de qualidade. Como tal o tempo de preparo e reflexão para a prática dos atos processuais varia para cada magistrado ou funcionário e não se identifica com as regras da celeridade. Sendo certo

¹²⁶ ALBUQUERQUE, José P. Ribeiro, ob. cit. pág. 2.

¹²⁷ PORTO, Manuel, SILVA, João Nuno Calvão da, «Apontamentos para uma reflexões mínimas e tempestivas sobre o direito penal de hoje», *Revista de Legislação e Jurisprudência*, n.º 3958, ano 139, pág. 49.

que, nem sempre existe uma relação direta entre a dilação do tempo e a qualidade da justiça.

Não obstante, a decisão judicial não pode ser proferida a desatempo. Toda a causa submetida ao tribunal para a sua apreciação deve ser examinada num prazo de tempo razoável enquanto elemento essencial do Estado de Direito, sua credibilidade e eficácia.

Parafraseando SÉRGIO ADORNO e WÂNIA PASINATO «O tempo é medida da justiça. Se longo, é cada vez menos provável corrigir falhas técnicas na condução administrativa dos procedimentos ou localizar testemunhas, eventuais vítimas, possíveis agressores. Se curto, corre-se o risco de suprimir direitos consagrados na Constituição e nas leis processuais penais, instituindo, em lugar da justiça, a injustiça. Para o cidadão comum, o tempo é lugar da memória coletiva. Se ele consegue estabelecer vínculos entre o crime cometido e a aplicação de sanção penal, experimenta a sensação de que a justiça foi aplicada»¹²⁸.

Podemos encontrar várias referências no processo criminal como instrumentos da temporalidade: o tempo dos atos e da aceleração do processo (arts. 103.º a 110.º do CPP-P, e 135.º a 139.º do CPP-CV), a prescrição (arts. 118.º a 126.º do CPP, e 102.º a 118.º do CP-CV), a caducidade (arts. 115.º do CP-P, e 105.º do CP-CV) e também nos procedimentos judiciais, como por exemplo (flagrante delito e a prisão preventiva).

Nesta medida, quando se fala em aceleração e simplificação processuais está-se a falar do tempo jurídico e da aceleração do tempo jurídico.

¹²⁸ ADORNO, Sérgio e PASINATO, Wânia, «A justiça no tempo, o tempo da justiça», *Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo*, Vol. 19, n.º 2, 2007, pág. 132.

IV CAPÍTULO. O DIREITO A UMA DECISÃO EM PRAZO RAZOÁVEL

1. Tutela Jurídica em Portugal e Cabo Verde

1.1. Em Portugal

O direito à decisão em prazo razoável surge de forma expressa na ordem jurídica portuguesa como princípio constitucional, regulado no art. 20.º, n.º 4 pela Lei n.º 1/97, de 20 de Setembro, quarta revisão da Constituição de 1976, na seguinte formulação: «*Todos têm direito a que uma causa em que intervenham seja objeto de decisão em prazo razoável e mediante processo equitativo*»¹²⁹.

Esta alteração do art. 20.º veio acompanhada de outras muito significativas para uma justiça assente no Estado de Direito Democrático e nos direitos fundamentais dos sujeitos processuais. Assim, além de ser substituída a epígrafe «Acesso ao direito e aos tribunais» para outra com âmbito de aplicação mais amplo «Acesso ao direito e tutela jurisdicional efetiva», foi aditado ao mesmo artigo o n.º 5, que é uma injunção ao legislador ordinário para que «(...) *a lei assegura aos cidadãos procedimentos judiciais caracterizados pela celeridade e prioridade, de modo a obter tutela efetiva e em tempo útil contra ameaças ou violações dos direitos, liberdades e garantias*».

Não obstante, devemos entender que, mesmo antes da quarta revisão constitucional, a solução já resultava implicitamente do próprio «direito de acesso aos tribunais», não sendo por conseguinte, necessário, para afirmar em Portugal um direito

¹²⁹ No âmbito do direito comparado encontra agasalhamento expresso em vários ordenamentos, com incidência em todos os processos e formas de processo. Fala-se por exemplo das Constituições Espanhola, Italiana e Brasileira. O art. 24.º, n.º 2 da Constituição espanhola de 1978, enquadrava aquele direito no Capítulo II - Direitos e Liberdades, Seção 1.ª relativa aos direitos fundamentais e liberdades públicas. Assim, segundo o artigo citado todos têm direito «*a un proceso público sin dilaciones indebidas y con todas las garantías, a utilizar los medios de prueba pertinentes para su defensa, a no declarar contra sí mismos, a no confesarse culpables y a la presunción de inocencia*». Igualmente, a Constituição Italiana consagra o direito à decisão em prazo razoável, no § 2 do art. 111.º, introduzido pela redação da Lei n.º 2, de 23 de Novembro de 1999. A Constituição Federal do Brasil de 1998 através da emenda Constitucional n.º 45, de 2004, consagrou o direito a uma decisão em prazo razoável. Assim, também, as Constituições finlandesas e Suíça. Em outros ordenamentos jurídicos, apesar de não estar taxativamente consagrado no texto constitucional, a assunção do princípio do direito a uma decisão em prazo razoável é deduzido a partir de outros preceitos da Constituição. Na Alemanha, o Tribunal Constitucional Federal (*BVerfG*) e o Supremo Tribunal Federal (*BGH*) retiraram o direito à decisão em prazo razoável do § 1 do artigo 2.º (direito ao livre desenvolvimento da personalidade), conjugado com o § 3 do artigo 20.º (princípio do Estado de direito) da Constituição Federal alemã (*Grundgesetz*), de 1949. O *BVerfG* reconheceu que a conjugação dos princípios supra resulta que toda a ação submetida ao tribunal para a sua apreciação deve ser decidida num prazo razoável. Assim sucede também no ordenamento jurídico grego. Para mais informações, vide, entre outros, PINTO, Ana Luísa, ob. cit., pág. 25 e segs.

fundamental a uma decisão em prazo razoável, recorrer ao art. 6.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem¹³⁰.

O direito a uma decisão em prazo razoável surge como expressão máxima da exigência de acesso ao direito e tutela jurisdicional efetiva, que compreende o direito «a todos» (expressão genérica) os cidadãos à proteção jurídica e acesso aos tribunais em tempo útil, incluindo o apoio e patrocínio judiciário e o direito a um processo equitativo.

A Constituição não indica os parâmetros de concretização do significado de *prazo razoável*. Neste sentido, os autores, JORGE MIRANDA e RUI MEDEIROS¹³¹, entendem que «em qualquer caso, na sua densificação, não se pode ignorar que o direito a uma decisão jurisdicional final (a que a causa seja objeto de decisão...) em prazo razoável não pode deixar de ser compatibilizado, por força do artigo 20.º, n.º 4, com as exigências de um processo justo e equitativo que permita a averiguação da verdade material e uma decisão ponderada. Acrescentam ainda que, «independentemente de considerações de natureza subjetiva ou fundadas no modo como estão organizados os tribunais e distribuídos os juízes, um prazo razoável deve ser proporcionado à complexidade do processo».

O Legislador constitucional não se ficou pela consagração do direito (genérico) de todos os cidadãos intervenientes num processo judicial a obter uma decisão em prazo razoável, optando também por constitucionalizar o princípio da duração razoável do processo, como uma garantia fundamental do processo criminal, introduzido pela 1.ª revisão constitucional, efetuada pela Lei Constitucional n.º 1/82, de 30 de Setembro, onde é aditada no fim do n.º 2 do art. 32.º a expressão «*devendo ser julgado no mais curto prazo compatível com as garantias de defesa*». Assim, na redação completa daquela alínea «*todo o arguido se presume inocente até ao trânsito em julgado da sentença de condenação, devendo ser julgado no mais curto prazo compatível com as garantias de defesa*».

Esta alteração vem confirmar o direito a uma decisão em prazo razoável, no âmbito do processo penal, como um corolário do princípio da presunção de inocência, com especial relevância para um sujeito específico, que é o arguido. Esta particular relevância de índole específico e subjetivo a («todo o arguido») é por excelência uma injunção constitucional dirigida aos tribunais correspondente ao dever de julgar o

¹³⁰ MIRANDA, Jorge, MEDEIROS, RUI, *Constituição Portuguesa Anotada*, ob. cit.,, pág. 192.

¹³¹ Ibidem, págs. 192-193.

arguido em prazo razoável e, consequentemente, de evitar abusos e injustiças do poder judicial que pode ter consequências irreversíveis para a vida e dignidade do arguido¹³².

Acresce que, o direito ao julgamento em prazo razoável, no âmbito do processo penal, principalmente nos casos de privação de liberdade, vigora de forma expressa e autonomamente na ordem jurídica interna, mesmo antes da revisão de 1982, por força da Convenção Europeia dos Direitos do Humanos e Liberdades Fundamentais, que no seu artigo 5.º, n.º 3 determina que «*qualquer pessoa presa ou detida (...) tem direito a ser julgada num prazo razoável*». Esta injunção é imposta aos tribunais como forma de cumprir as exigências do prazo razoável e de evitar abusos e injustiças. No art. 5.º, n.º 3, da CEDH e, bem assim, no artigo 32.º, n.º 2, da CRP está em causa a defesa da liberdade e a salvaguarda do princípio da presunção de inocência do arguido.

No que respeita a exposição dos motivos das propostas¹³³ que deram origem a esta revisão constitucional que procurou diminuir a carga ideológica da Constituição, a maioria dos deputados da casa parlamentar realçaram a importância ímpar da consagração expressa do direito a uma decisão em prazo razoável, que era reconhecido pela doutrina nacional e internacional e previsto expressamente na CEDH, mas, até então, sem acolhimento expresse na Constituição.

Com efeito, a presunção de inocência tem efeito imediato no modo de tratamento do arguido desde o início do processo até ao trânsito em julgado da sentença condenatória, devendo, até esse momento, sofrer o mínimo mal possível¹³⁴. O próprio legislador constitucional já na CRP de 1976, e com a alteração pela lei n.º 1/82, através do art. 30.º, n.º 1, ordenou que «Não pode haver penas nem medidas de segurança privativas ou restritivas da liberdade com carácter perpétuo ou de duração ilimitada ou indefinida». Esta consagração tem a ver com a teoria atual dos fins das penas (art. 40.º n.º 1, do CP-P). Mais do que um *Direito de Punir*, deve pensar-se num *dever de punir*. O Estado tem que aplicar a estatuição da norma penal violada para reconstituir a respetiva força coerciva, sob pena de ela perder juridicidade. Mas deve fazê-lo oportunamente, num prazo razoável, sob pena de ineficácia e de subversão do principal

¹³² Neste sentido, PINTO, Ana Luísa, ob. cit., págs. 32 e segs.

¹³³ No projeto do PPD/PSD, que serviu de fonte imediata do art. 32.º na sua redação originária, o n.º 1 era um princípio introdutório, mas constituía já então uma cláusula geral que incluía não só todas as garantias nos números seguintes mas também todas as demais que decorrem da *necessidade da efetiva defesa do arguido em processo penal*. Cf. MIRANDA, Jorge, MEDEIROS, Rui, *Constituição Portuguesa Anotada*, ob. cit., pág. 354.

¹³⁴ A máxima do princípio da presunção de inocência está na sua dimensão de regra de tratamento (paralelo à dimensão de regra de juízo). Cf. Ac. do TRL, processo n.º 679/06, de 04/07/2012, relator: João Carlos Lee Ferreira.

fim das penas – este, de prevenção geral positiva – e mesmo de frustração do antigo fim da prevenção geral negativa, que, na prática, os tribunais ainda aplicam.

Ora, o princípio da presunção de inocência constitui uma das importantes garantias de defesa do arguido no processo penal e um dos valores mais importante de qualquer Estado de Direito Democrático ligado essencialmente à dignidade da pessoa humana e da condição de liberdade do ser humano, que só pode ser posto em causa nos termos especialmente previsto na lei. É neste contexto que o princípio da duração razoável do processo constitui uma dimensão e exigência essencial do princípio da presunção de inocência, na medida em que a demora do processo penal esvazia o sentido e retira o conteúdo útil a este princípio¹³⁵.

A doutrina e a jurisprudência são unânimes em reconhecer o direito à uma decisão em prazo razoável, enquanto dimensão do princípio da presunção de inocência, não pode, portanto, deixar de constituir um direito subjetivo do arguido, mas também de que se trata de um direito com valor autónomo. A sua autonomia justifica-se na circunstância da excessiva demora do processo se repercutir negativamente sobre o arguido a diversos níveis, que não a violação do direito à presunção de inocência, isto porque com o passar do tempo vai-se apagando as provas e esquecendo as memórias, o que põe em causa a defesa do arguido¹³⁶.

Como sublinhou GOMES CANOTILHO e VITAL MOREIRA, o direito ao processo célere, enquanto corolário da presunção de inocência do arguido, «tem a ver não só com os prazos legais para a prática dos atos processuais mas também com a sua observância pelos tribunais»¹³⁷.

Citando JORGE MIRANDA e RUI MEDEIROS, «um processo que se arraste durante longo tempo, por tempo superior ao necessário para esclarecimento da suspeita e para assegurar ao arguido a preparação da sua defesa, converte-se frequentemente em sofrimento insuportável para o arguido, porque os riscos naturais inerentes a qualquer processo, a incerteza da decisão e a ameaça da condenação que sobre ele paira, condicional e comprometer a vida pessoal e profissional e até mesmo a sua liberdade. A

¹³⁵ Sobre o fundamento do princípio da presunção de inocência, vide, MAGALHÃES, Helena Bolina, «Razão de ser, significado e consequências da presunção da inocência (art. 32.º, n.º 2 da CRP)», *Boletim da Faculdade de Direito*, ano 70, Lisboa, 1994, págs. 433 a 461, MIRANDA, Jorge, MEDEIROS, Rui, *Constituição Portuguesa Anotada*, ob. cit., págs. 355-356, DIAS, Jorge de Figueiredo, *La protection des droits de L' Homme dans la Procédure Pénale Portugaise*, Lisboa, 1980, págs. 15-19.

¹³⁶ Neste sentido, PINTO, Ana Luísa, ob. cit., pág. 35.

¹³⁷ CANOTILHO, J.J. Gomes, MOREIRA, Vital, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, Vol. I, 4.ª Edição (revista), Coimbra Editora, 2007, anotação ao artigo 32.º da CRP, pág. 519.

absolvição a final não repara os sacrifícios que resultam para o arguido da pendência do processo»¹³⁸.

Acrescentam estes autores que, embora a morosidade do processo constitua também um mal para o próprio ofendido e para a paz social, que assente em grande parte na certeza de que os criminosos serão condenados e os inocentes absolvidos, é sobretudo na perspetiva do interesse do arguido que a celeridade é consagrada no n.º 2 do art. 32.º da CRP¹³⁹.

Por força do disposto nos artigos 20.º, n.º 4 e 32.º, n.º 2 da CRP, pode-se dizer que o direito à uma decisão em prazo razoável compreende uma dimensão temporal, que consiste no direito de obter dos tribunais uma decisão dentro de prazo razoável de tempo. Este direito consubstancia, similarmente, um corolário do direito fundamental de «todos» à proteção jurídica e a tutela jurisdicional efetiva (dimensão genérica), de natureza análoga aos direitos, liberdades e garantias constitucionalmente consagrados (art. 20.º, n.º 4, conjugado com o art. 17.º da CRP), e do princípio da presunção de inocência do «arguido» (dimensão específica), com especial relevância em três domínios específicos: em sede de *prisão preventiva* (art. 28.º, n.º 4 da CRP), em matéria de pedidos de *habeas corpus* (art. 31.º, n.º 3) e finalmente, no *processo criminal em geral* (art. 32.º, n.º 2, *in fine*)¹⁴⁰.

Em bom rigor deve ser o princípio da duração razoável do processo interpretado como um direito de carácter autónomo e diretamente aplicável por força do art. 18.º, n.º 1 da CRP, e não apenas uma mera dimensão do direito à tutela jurisdicional efetiva e do direito a presunção de inocência.

Naturalmente que com tal característica, à sua violação origina uma pretensão autónoma de reparação. Dessa forma, os arts. 20.º, n.º 4 e 32.º, n.º 2, conjugados com o art. 22.º e 268.º, n.ºs 4 e 5, todos da CRP, permitem aos particulares lesados pela excessiva morosidade da justiça propor nos tribunais administrativos uma ação de responsabilidade civil contra o Estado¹⁴¹. Esgotados todos os meios internos, também tem ainda a possibilidade de recorrer ao TEDH, como iremos ver mais a frente.

Por fim, este direito foi reforçado pelo regime pelo RRCEE, em vigor desde 30 de Janeiro de 2008. De acordo com o disposto no art. 12.º daquele diploma, um regime

¹³⁸ MIRANDA, Jorge, MEDEIROS, Rui, *Constituição Portuguesa Anotada*, ob. cit., pág. 357.

¹³⁹ Ibidem.

¹⁴⁰ SERRÃO, Tiago, «A subsidiariedade da tutela jurisdicional conferida pelo TEDH no âmbito do direito à obtenção de uma decisão em prazo razoável», *O Direito*, n.º 4, ano 143, Coimbra, 2011, pág. 796.

¹⁴¹ MIRANDA, Jorge, MEDEIROS, Rui, *Constituição Portuguesa Anotada*, ob. cit., pág. 192.

de tutela reparatória «por violação do direito a uma decisão em prazo razoável», que limita-se a afirmar o dever do Estado reparar os danos ilicitamente causados pela administração da justiça – nomeadamente por violação do direito a uma decisão judicial em prazo razoável – também nada esclarecendo quanto ao modo de determinação do conceito de prazo razoável.

Portanto, é indiscutível que o direito à obtenção de uma decisão em prazo razoável se encontra consagrado – e, nessa medida, vigora plenamente, em toda a sua extensão no ordenamento jurídico português¹⁴², quer por via das fontes de direito nacional (das quais se destaca a Lei Fundamental), quer mediante as importantes fontes do direito internacional (entre as quais a CEDH).

1.2. Em Cabo Verde

Sem querer esgotar os lindes desta questão, que já foi referido no ponto anterior, pretendemos averiguar qual é o tratamento legal conferido ao direito a uma decisão em prazo razoável pela legislação e doutrina cabo-verdiana.

Citando JORGE CARLOS FONSECA, o processo penal cabo-verdiano é o direito constitucional aplicado, resultante de um conjunto coerente e vasto de princípios e regras em matéria de direitos fundamentais que indubitavelmente se projetam na concreta conformação do sistema do direito processual criminal e na de seus específicos princípios, seus atos e fases¹⁴³.

Ao nível constitucional cabo-verdiano a consagração expressa do direito a uma decisão em prazo razoável na ordem interna só veio acontecer com a Constituição de 1992, quarta revisão constitucional, que deu origem a uma *nova* Constituição tendo sido revogada a Constituição de 1980¹⁴⁴. O direito de obter dos tribunais uma decisão em prazo razoável surge então como corolário do direito de acesso à justiça – concebido

¹⁴² Sobre isso, vide, TEDH, 29 de Outubro de 2015, Valadas Matos das Neves c Portugal. Disponível em http://www.gddc.pt/noticias-eventos/artigo.asp?id=noticia.39271520151117&seccao=Not%EDcias_Imprensa. Acesso em: 28 de Mar. 2016.

¹⁴³ FONSECA, Jorge Carlos, O Novo Direito Processual Penal de Cabo Verde, ob. cit., págs.72 e segs.

¹⁴⁴ Para maiores desenvolvimentos, vide, entre outros, NASCIMENTO, João Octávio da Rocha, «Nação e Estado na Constituição da República de Cabo Verde», in A Questão Social no Novo Milénio: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, *Centro de Estudos Sociais*, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 16, 17 e 18 de Setembro de 2004, pág. 6, DELGADO, José Pina, «Constituição de Cabo Verde de 1992 – Fundação de uma República Liberal de Direito, Democrática e Social», in *Estudos em Comemoração do XXº Aniversário da Constituição de Cabo Verde*, págs. 111-155. Disponível em <http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2016/02/LOPE-cabo-verde-75.pdf>. Acesso em: 02 de Mar. 2017.

não só como um direito fundamental em espécie, mas como um verdadeiro princípio sistémico.

O direito de acesso à justiça e a uma decisão judicial em prazo razoável acabam por ser decisivo no que respeita a dignidade da pessoa humana, pois à medida que garante mecanismos de tutela ou de defesa dos direitos fundamentais, permite que estes deixem o simples espaço das declarações jurídicas e possam ser efetivamente materializados por via dos tribunais ou de outros meios¹⁴⁵.

A sua expressão jusfundamental mais geral pode ser encontrada no atual artigo 22.º da CRCV (anterior art. 21.º da Constituição de 1992), que não só determine um direito à decisão em prazo razoável e mediante processo equitativo para tutela de direitos ou interesses legalmente protegidos (n.º 1), assim como estipula que a justiça não pode ser denegada por «(...) indevida dilação da justiça» (n.º 4), e ainda por fim, este mesmo artigo traz uma injunção ao legislador para que crie, para que aquela tutela seja efetiva, «procedimentos judiciais céleres e prioritários» (n.º 6)¹⁴⁶.

Por outro lado, cabe registar que, a sua consagração expressa e formalmente como princípio fundamental do Processo Penal, resulta do art. 35.º, n.º 1 da Constituição (antigo art. 34.º), ao que JORGE CARLOS FONSECA considera ser o «*centro da nossa Constituição processual penal*», que vem expressamente ligado com o princípio da presunção de inocência, sendo, assim, um corolário deste¹⁴⁷.

O CPP-CV de 2005 autonomizou formalmente em artigo mais esta exigência de um processo penal centrado na presunção de inocência, mais concretamente, no Título I – *Princípios Fundamentais e Garantias do Processo Penal – Celeridade e garantias de defesa* –, inserido no art. 4.º, n.º 1, «todo o arguido tem direito de ser julgado no mais curto prazo, compatível com as garantias de defesa», estabelecendo ainda no n.º 2, um regime de prioridade sobre todos os outros no «andamento de processos em que haja arguidos privados de liberdade»¹⁴⁸. Esta consagração está diretamente ligada com o fim das penas (arts. 33.º e 34.º da CRCV, conjugados com o art. 46.º do CP-CV).

¹⁴⁵ Complementarmente o texto constitucional explicita um conjunto de mecanismos que devem existir para, pese embora em alguns casos sem exclusividade, a proteção dos direitos fundamentais dos cabo-verdianos. São os casos da ação de fiscalização da constitucionalidade das leis (art. 277.º e segs), o recurso de amparo (art. 20.º, n.º 1), o habeas corpus (art. 36.º), o habeas data (art. 46.º), a queixa ao provedor de justiça (art. 21.º, n.º 1), e o direito de petição (art. 59.º). Cf. COMISSÃO NACIONAL PARA OS DIREITOS HUMANOS E A CIDADANIA, *Relatório Nacional de Direitos Humanos*, Praia, 2010, págs. 52-53.

¹⁴⁶ FONSECA, Jorge Carlos, *O Novo Direito Processual de Cabo Verde*, ob. cit., págs.74 e 133-134.

¹⁴⁷ Ibidem, págs. 77-79, 108 e 133.

¹⁴⁸ Com o novo Código de Processo Penal, propunha contribuir, de forma significativa, para o reforço da confiança no sistema de processo penal, com uma tramitação mais célere e eficaz no combate à

Além do mais, a Lei de acesso à justiça e à assistência judiciária (Lei 35/III/88, de 18 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 195/91, de 31 de Dezembro), no art. 2.º, n.º 1, determina que, «*Toda a pessoa tem direito a que a sua causa seja julgada dentro de um prazo razoável pelo órgão jurisdicional competente*». Esta garantia é reforçada pelo n.º 2 ao prever que «*O Estado assegura o funcionamento eficiente e célere dos órgãos jurisdicionais e garante a independência do julgador*».

Os arts. 22.º, n.º 1 e 35.º, n.º 1 da CRCV, conjugados com o art. 4.º do CPP-CV concedem aos particulares lesados pela morosidade da justiça a legitimidade de exigirem responsabilidade civil do Estado (arts. 16.º e 245.º als. e), f) e g) da CRCV).

Também o ordenamento jurídico cabo-verdiano assiste aquele direito por força dos diplomas internacionais pelos quais está vinculado¹⁴⁹, mormente, através do art. 7.º, n.º 1. al. d) da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e do art. 14.º, 1.ª parte, al. c) do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, de uma forma específica, e do art. 11.º da Declaração Universal do Direitos Humanos, de forma geral.

Portanto, como se lê nas anotações do Preâmbulo do CPP-CV, o processo penal cabo-verdiano faz bem jus a Constituição, a qual é balizada e atravessada por princípio e valor de Estado de Direito Democrática, e perante a ingente necessidade de adoção de medidas normativas com o propósito de alcançar «maior celeridade e eficiência na administração da justiça penal».

Então, o ordenamento jurídico cabo-verdiano também abraça o princípio da duração razoável do processo, que consiste designadamente na garantia a todos do direito a obter uma decisão em prazo razoável a tutela efetiva dos seus direitos junto dos tribunais¹⁵⁰. Trata-se de um princípio de carácter autónomo e diretamente aplicável (arts. 18.º e 26.º da CRCV), e não apenas um corolário do direito de acesso a tutela jurídica e efetiva ou do princípio da presunção de inocência.

Todavia, se tem defendido que a exigência de um direito a um processo célere não deve ser admitida em termos absolutos e incondicionais, ao ponto de perigar as garantias de defesa do arguido¹⁵¹.

criminalidade, transmitindo, assim, à comunidade o sentimento de segurança indispensável a uma harmoniosa convivência social e ao desenvolvimento económico do país, ao mesmo tempo que asseguraria o pleno respeito institucional dos direitos, garantias e liberdades dos cidadãos postulados na Constituição.

¹⁴⁹ Nos termos dos artigos 11.º e 12.º da CRCV.

¹⁵⁰ Cf. Anotações do Código de Processo Penal de Cabo Verde, Preâmbulo I, págs. 11-12.

¹⁵¹ FONSECA, Jorge Carlos, Um Novo Processo Penal de Cabo Verde, ob. cit., pág. 108.

2. Tutela Jurídica Internacional

Analisemos o panorama internacional e à posição de Portugal e Cabo Verde no que respeita à adesão a instrumentos internacionais relativos aos Direitos Humanos. Averiguaremos, para além das Constituições portuguesa e cabo-verdiana, que outros atos normativos encontramos em matéria de Direitos Humanos que tutelam o direito a uma decisão em prazo razoável e que vigoram na ordem jurídica interna destes dois países.

2.1. A Carta da Organização das Nações Unidas

No plano da Organização da Nações Unidas, a Carta Internacional dos Direitos Humanos, donde deriva a Declaração Universal Dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, funciona como o guardião máxime dos direitos humanos¹⁵².

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi a primeira nuance do direito à decisão em prazo razoável¹⁵³. Os sistemas jurídicos inspirados pelo jusnaturalismos iluminista, veio reconhecer a Declaração adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas na Resolução 217A (III) em 10 de Dezembro de 1948¹⁵⁴, e derivada da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 proclamado em França.

Portugal e Cabo Verde ratificaram a Declaração, fazendo ambas as Constituições a menção expressa que os preceitos constitucionais e legais relativos aos direitos fundamentais devem ser interpretados e integrados de harmonia com a Declaração Universal dos Direitos Humanos¹⁵⁵.

A DUDH consagrou o direito ao processo equitativo (art. 10.º) e as garantias de defesa do arguido (art.11.º, n.º 1), porém não previa qualquer menção expressa ao direito a uma decisão em prazo razoável.

Em 1976, data em que o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos foi adotado na Resolução 2200A (XXI) da Assembleia Geral, em Nova Iorque (do qual

¹⁵² Sobre isso, vide, A COLEÇÃO FICHA INFORMATIVA SOBRE DIREITOS HUMANOS, «A Carta Internacional dos Direitos Humanos: Décadas das Nações Unidas para a Educação em matéria de Direitos Humanos», (Rev. I), n.º 2, 1995/2004, pág. 3.

¹⁵³ Sobre isso, vide, entre outros, MIRANDA, Jorge, MEDEIROS, Rui, *Constituição Portuguesa Anotada*, ob. cit., pág. 355.

¹⁵⁴ ALBUQUERQUE, Catarina, TELES, Patrícia Galvão, «Portugal e os Direitos Humanos», *O direito e a justiça em ação: Portugal no ordenamento jurídico internacional*, Janus 2004: anuário de relações exteriores, pág. 125.

¹⁵⁵ Cf. os artigos 16.º, n.º 2 da CRP e 11.º, n.º 5 da CRCV.

Portugal e Cabo-Verde fazem parte), a situação foi clarificada¹⁵⁶. No seu artigo 14.º, n.º 3, al. c), o Pacto prevê expressamente que «durante o processo, toda a pessoa acusada de um delito terá direito, em plena igualdade (...) a ser julgada sem adiamentos indevidos». Trata-se, portanto, da consagração do direito do arguido em processo penal à decisão em prazo razoável. Como vimos a expressão «*sem adiamentos indevidos*» foi posteriormente aproveitada pela Constituição espanhola (n.º 2 do art. 24.º), sendo equivalente à expressão em prazo razoável utilizada pelas Constituições Portuguesa e Cabo-Verdiana.

Por outro lado, foi projetado um conjunto de princípios para a proteção das pessoas sujeitas a qualquer detenção ou prisão, adotados pela Assembleia Geral das Nações Unidas na Resolução 43/173, de 9 de Dezembro de 1998. O princípio 38 determina que «a pessoa detida pela prática de infração penal tem o direito de ser julgada em prazo razoável ou de aguardar julgamento em liberdade».

A Constituição Portuguesa no seu art. 16.º – *Âmbito e sentido dos direitos fundamentais* – impõe que os preceitos constitucionais e legais relativos aos direitos fundamentais devem ser interpretados e integrados de harmonia com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (n.º 2).

Igualmente, a Constituição cabo-verdiana no seu art. 17.º – *Âmbito e sentido dos direitos liberdades e garantias* – ordena que as normas constitucionais e legais relativas aos direitos fundamentais devam ser interpretadas e integradas de harmonia com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (n.º 3)¹⁵⁷.

Por isso, por força deste reconhecimento Portugal, e Cabo Verde estão obrigados a cumprir o direito a uma decisão em prazo razoável.

Para além do sistema global de proteção dos direitos humanos, tutelado pelas Nações Unidas, existem também sistemas regionais que abrangem três grandes regiões do globo: a Europa, a África e a América, inseridos num regime amplo de integração. Na Europa a organização que tutela o sistema de proteção regional dos direitos humanos é o Conselho da Europa, mas também a Comunidade Europeia, na África o sistema de proteção está integrado no âmbito da União Africana (UA), antiga Organização da Unidade Africana (OUA) e nas Américas a organização que tutela o sistema de proteção

¹⁵⁶ COLEÇÃO FICHA INFORMATIVA SOBRE DIREITOS HUMANOS, ob. cit., págs. 17-19.

¹⁵⁷ A Comissão Nacional dos Direitos Humanos e Cidadania (CNDHC), instituída em 2004, pelo Decreto-Lei 38/2014 de 11 de Outubro é o órgão responsável pela proteção, promoção e dos Direitos Humanos, da Cidadania e do Direito internacional Humanitário em Cabo Verde.

regional dos direitos humanos é Organização dos Estados Americanos (OEA). Por ora vamos cingir apenas naqueles primeiros.

2.2. A Convenção Europeia dos Direitos Humanos

No âmbito do Conselho da Europa, uma das primeiras projeções do direito fundamental à decisão judicial em prazo razoável, inspirado diretamente na Declaração Universal dos Direitos Humanos, foi precisamente na Convenção Europeia dos Direitos Humanos (CEDH)¹⁵⁸, subscrito em Roma, em 4 de Novembro de 1950 e entrado em vigor em 1953¹⁵⁹. Neste domínio, o direito à decisão em prazo razoável consta, de modo expresso, do leque de garantias que integram o seu artigo 6.º, n.º 1 da referida convenção, no qual estipula que *«qualquer pessoa tem direito que a sua causa seja examinada, equitativa e publicamente, num prazo razoável por um tribunal independente e imparcial, estabelecido pela lei, o qual decidirá, quer sobre a determinação dos seus direitos e obrigações de carácter civil, quer sobre o fundamento de qualquer acusação em matéria penal dirigida contra ela»*¹⁶⁰.

O referido artigo é sem dúvida um dos preceitos mais importantes da CEDH e o mais invocado pelos particulares, em petições contra os Estados-partes da Convenção, uma vez que trata-se do direito cujo respeito mais tem suscitado problemas por parte dos Estados aderentes.

A Comissão Europeia dos Direitos Humanos e, posteriormente, do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH) reconhecem a esse preceito um âmbito de aplicação amplo, entendendo que o direito à decisão em prazo razoável se aplica em qualquer processo em que estejam em causa direitos dos particulares, independentemente da jurisdição competente (penal, civil, administrativa, ou mesmo constitucional)¹⁶¹.

Essa consagração reflete uma preocupação do Conselho da Europa não só com a salvaguarda de um interesse fundamental do cidadão face a administração da justiça,

¹⁵⁸ Daqui para frente apenas CEDH.

¹⁵⁹ BARRETO, Irineu Cabral e CAMPOS, Abel, «Portugal e o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem», *O direito e a justiça em ação: A construção de uma justiça internacional*, Janus 2004: anuário de relações exteriores, pág. 146. Vide, também, o Documento Oficial com o texto da CEDH no sítio oficial do Conselho da Europa/ Tribunal Europeu dos Direitos do Homem em <<http://www.echr.coe.int/>>.

¹⁶⁰ No mesmo sentido, MELO, Vítor, ob. cit., págs. 217-218.

¹⁶¹ Informações do sítio oficial do Gabinete de Documentação e Direito Comparado, do Conselho da Europa. Disponível em <<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/sist-europeu-dh/cons-europa-tedh.html>>. Acesso em 11 de Mar. 2016.

mas também com o fortalecimento da democracia dos Estados, por via da estabilidade proporcionada pelo bom funcionamento da administração da justiça¹⁶².

Portugal aderiu a Convenção no dia 22 de Novembro de 1976. Na sequência da adesão de Portugal ao Conselho da Europa e dos seus cinco primeiros protocolos foram aprovados, para ratificação, pela Lei n.º 65/78, de 13 de Outubro¹⁶³.

Na hierarquia das fontes de direito português, a seguir a Constituição, a CEDH contém as normas mais importantes de processo penal¹⁶⁴. É um complemento essencial das garantias dos particulares intervenientes num processo judicial. Cabo Verde não é parte integrante dessa Convenção, o que nos leva a ressaltar que seria uma mais-valia, para a salvaguarda e reforço à proteção dos direitos dos cidadãos cabo-verdianos, que Cabo Verde estabelecesse uma ligação de contacto¹⁶⁵.

O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos¹⁶⁶ ou Tribunal de Estrasburgo, criado a 21 de Janeiro de 1959, em Roma, e com sede em Estrasburgo, é o órgão judicial criado para fazer cumprir os direitos consagrados na Convenção e aplicar as sanções aos Estados que incumprirem-nos. No âmbito da sua competência contenciosa, tem formulado construções jurisprudenciais importantes no sentido de dar expressão plena e prática ao estipulado na CEDH, por via dos efeitos das suas decisões e por via da influência indireta dessas decisões nas práticas dos tribunais nacionais e na legislação dos Estados-partes. Entre as decisões mais antigas sobre o âmbito de proteção do direito

¹⁶² PINTO, Ana Luísa, ob. cit., pág. 38.

¹⁶³ Ao vincular-se à Convenção, Portugal comprometeu-se internacionalmente a garantir um conjunto muito significativo de direitos das pessoas singulares e coletivas. O direito à decisão em prazo razoável, processo equitativo, igualdade de armas, processo penal adversarial – são alguns exemplos dessa exigência inspiradora. Sobre isso, vide, a «Intervenção do Ministro da Justiça Sessão comemorativa do 30.º Aniversário da adesão de Portugal à Convenção Europeia dos Direitos do Homem», Supremo Tribunal de Justiça, 10 de Novembro de 2008, págs. 3-4. Disponível em <www.stj.pt/ficheiros/cerimonias/30anoscedh_discursoministrojustica.pdf>. Acesso em: 22 de Mar. 2016.

¹⁶⁴ Ibidem, pág. 37.

¹⁶⁵ Neste sentido, as palavras proferidas pelo Dr. JOSÉ DE PINA DELGADO, Juiz Conselheiro do Tribunal Constitucional de Cabo Verde, no âmbito no Congresso realizado na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, no dia 30 de Novembro de 2016, intitulado «A aplicação judicial do Direito Internacional Público na ordem jurídica Cabo-verdiana», in Congresso Luso-Cabo-verdiano de Direito.

¹⁶⁶ Inicialmente «Tribunal Europeu dos Direitos do Homem», todavia o conceito tem vindo a evoluir, sendo hoje muito defendido que deve ser substituída a expressão de «homem» por «humanos» no sentido de evitar discriminação, de género. O mesmo sucede em relação a Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Assim, hoje é comum encontrar textos em que se refere a Tribunal Europeu dos Direitos Humanos e não na redação inicial.

a uma decisão em prazo razoável, conta-se a proferida no caso «*Köning c. Alemanha*», em 1979¹⁶⁷.

A influência da CEDH e da jurisprudência do TEDH no direito nacional dentro do sistema jurídico português são os acordos internacionais e convenções e protocolos. Mesmo que o direito a uma decisão em prazo razoável não estivesse plasmado diretamente na Constituição portuguesa, vigorava plenamente na ordem interna por força dos artigos (7.º, n.º 6, 8.º, n.ºs 1 e 2 e 16.º, n.º 1 da CRP) ou por natureza análoga, para efeitos e de equiparação aos direitos, liberdades e garantias (art. 17.º da CRP) designadamente no que toca à sua aplicação direta e a vinculação das entidades públicas e privadas (art. 18.º da CRP).

O texto da Convenção e a jurisprudência do TEDH servem no plano do direito constitucional como auxiliares na interpretação e determinação do conteúdo e alcance dos direitos fundamentais e os princípios constitucionais da Lei Básica e, vinculam os poderes públicos na sua atuação, acima da própria lei. Aliás é notória, por um lado, cada vez mais as decisões dos tribunais portugueses recorrem às normas da CEDH e a jurisprudência do TEDH para resolver os casos concretos ou, mais frequentemente, para reforçar as soluções que já resultam de fontes de direito internos e, por outro lado, que frequentemente os particulares recorrem ao TEDH perante a violação do direito à decisão em prazo razoável, por força do art. 13.º da CEDH, que consagra o direito ao recurso efetivo perante o TEDH, para remediar a violação do direito recorrido, desde que tenham esgotados todos os meios internos (art. 35.º, n.º 1 da CEDH)¹⁶⁸.

2.3. A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia

No âmbito da Comunidade Europeia foi criada a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, aprovada por ocasião do Conselho da União Europeia em Nice, a 7 de Dezembro de 2000 que visa proteger os direitos e princípios fundamentais dos cidadãos da Comunidade Europeia¹⁶⁹.

Logo no texto do Preâmbulo a Carta, entre outros diplomas e instituições, reconhece o respeito pelas atribuições da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e

¹⁶⁷ BARRETO, Irineu Cabral, CAMPOS, Abel, Portugal e o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, ob. cit., pág. 146, PINTO, Ana Luísa, ob. cit., pág. 38.

¹⁶⁸ FONSECA, Isabel Celeste M., O direito a um processo à prova de tempo, ob. cit., pág. 223 e segs.

¹⁶⁹ Ibidem,, pág. 206.

da jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia e do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.

A Carta da União no que concerne ao direito de acesso à justiça, no seu art. 47.º, n.º 2 determinou expressamente que *«Toda a pessoa tem direito a que a sua causa seja julgada de forma equitativa, publicamente e num prazo razoável, por um tribunal independente e imparcial, previamente estabelecido por lei»*¹⁷⁰.

No que respeita ao tema em estudo a Carta não trouxe nada de inovador, sendo que o preceituado no n.º 2 do art. 47.º é basicamente o art. 6.º, n.º 1 da CEDH. Aliás esta posição é defendida por ANA LUÍSA PINTO¹⁷¹. Não obstante, o reconhecimento do direito à uma decisão em prazo razoável pela Carta significou um reconhecimento universal daquele direito, e dos princípios e valores fundamentais da condição da dignidade da pessoa humana.

O Tratado de Lisboa, inicialmente conhecido como o Tratado Reformador, assinado pelos Estados-Membros da União Europeia (UE) em 13 de Dezembro de 2007 e entrado em vigor a 1 de Dezembro de 2009, teve um papel fugaz no reforço do funcionamento pleno da União¹⁷². Esse Tratado fez com que a Carta da União em matéria de direitos humanos, se tornasse juridicamente vinculativa, significando a concretização da adesão da União Europeia à CEDH. Como estabelece o art. 6.º, n.º 2 daquele tratado «A União adere à Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais. Essa adesão não altera as competências da União, tal como definidas nos Tratados». O n.º 3 refere que «Do direito da União fazem parte, enquanto princípios gerais, os direitos fundamentais tal como os garante a Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais e tal como resultam das tradições constitucionais comuns aos Estados-Membros».

Além do mais, essas alterações deram corpo a nova redação do art. 6.º (ex-artigo 6.º TUE), tendo reconhecido que *«A União reconhece os direitos, as liberdades e os princípios enunciados na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, de 7 de Dezembro de 2000, com as adaptações que lhe foram introduzidas em 12 de Dezembro de 2007, em Estrasburgo, e que tem o mesmo valor jurídico que os Tratados»*.

¹⁷⁰ Informações disponível em <<http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/Tratados/Lisboa/tratados-TUE-TFUE-V-Lisboa.html>>. Acesso em: 22 de Jan. 2017

¹⁷¹ GOMES, Conceição, ob. cit., págs. 48-49.

¹⁷² MORAIS, Carlos Banco de, «A sindicabilidade do direito da União Europeia pelo Tribunal Constitucional português», in *Estudo em Homenagem ao Prof. Doutor Sérvulo Correia*, Vol. I, Edição da Faculdade de Lisboa da Universidade de Lisboa, Coimbra, Editora, 2010, pág. 221.

É importante referir que, o art. 7.º do Tratado da União Europeia declara consequências por violação dos direitos fundamentais e o modo de funcionamento da análise da contestação, tendo consagrado que *«pode verificar a existência de um risco manifesto de violação grave dos valores referidos no artigo 2.º por parte de um Estado-Membro. Antes de proceder a essa constatação, o Conselho deve ouvir o Estado-Membro em questão e pode dirigir-lhe recomendações, deliberando segundo o mesmo processo»*.

Importa acrescentar ainda que, o Tratado Constitucional europeu, na parte dedicada a justiça – Título II – *Direitos Fundamentais e Cidadania da União* – no artigo I-9.º, n.º 1, consagrou que *«A União reconhece os direitos, as liberdades e os princípios enunciados na Carta dos Direitos Fundamentais»*, constituindo esta a Parte II do Tratado e passando a ter força jurídica vinculativa. Contrariamente, o Tratado de Lisboa não incorpora a Carta dos Direitos Fundamentais, todavia, o art. 8.º, n.º 1, na parte em que dá nova redação ao art. 6.º, n.º 1 do Tratado da União Europeia, atribui-lhe valor jurídico idêntico aos dos Tratados¹⁷³.

Portugal ratificou o Tratado de Lisboa a 23 de Abril de 2008 no parlamento, tendo a Constituição Portuguesa no seu art. 8.º, n.º 4, determinado expressamente que *«as disposições dos Tratados que regem a União Europeia e as normas emanadas das suas instituições, no exercício das suas competências, são aplicáveis na ordem interna, nos termos definidos pelo Direito da União Europeia, com o respeito pelos princípios fundamentais do Estado de Direito Democrático»*¹⁷⁴.

A natureza vinculativa da Carta da União Europeia na ordem jurídica comunitária tem sido confirmada pela jurisprudência do Tribunal de Justiça.

Da assunção de que os Tratados que regem a União Europeia e as normas emanadas das suas instituições, pode-se concluir que o Tribunal de Justiça é uma instância vinculativa para o Estado Português.

O Tribunal de Justiça reconheceu igualmente o princípio da responsabilidade dos Estados-Membros pela violação do direito da União, que constitui, por um lado, um elemento que reforça decisivamente a proteção dos direitos conferidos aos particulares pelas disposições da União, e por outro lado, é um fator suscetível de contribuir para uma execução mais diligente de tais disposições dos Estados-Membros, resultando

¹⁷³ Sobre isso, Vide, PINTO, Ana Luísa, ob. cit., pág. 50.

¹⁷⁴ Para maiores desenvolvimentos sobre o assunto, MORAIS, Carlos Banco de, ob. cit., pág. 224 e segs.

responsabilidade civil de obrigações de ressarcimento¹⁷⁵. Assim sendo, perante o incumprimento do direito à decisão em prazo razoável previsto no art. 47.º, n.º 2 da Carta, os particulares podem recorrer ao Tribunal de Justiça para reparação do seu direito violado¹⁷⁶.

O Tribunal de Justiça no seu acórdão n.º C-185/95 P, de 17 de Dezembro de 1998, reconheceu sobre o recurso intentada pela sociedade alemã *Baustahlgewebe GmbH* contra a Comissão Europeia, por violação do direito à decisão em prazo razoável, num processo de coima em virtude de violação de regras de concorrência, deu razão ao recorrente e confirmou a existência de um princípio geral do direito comunitário, vinculativo, inspirado no art. 6.º da CEDH, no sentido de que qualquer pessoa tem direito a um julgamento equitativo e num prazo razoável¹⁷⁷.

2.4. A Carta da Organização Africana

No âmbito da Organização da Unidade Africana, a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos¹⁷⁸ (também conhecida como Carta de Banjul) aprovada em 1981, reconhece o direito à decisão em prazo razoável¹⁷⁹.

Sofrendo influências da Convenção Europeia dos Direitos Humanos (1950) e da Convenção Americana dos Direitos Humanos (1969)¹⁸⁰, ordenou expressamente que

¹⁷⁵ SOUSA, Constança Urbano de, «A vigência do direito comunitário na ordem jurídica portuguesa», *O direito e a justiça em ação: Portugal no ordenamento jurídico internacional*, Janus 2004: anuário de relações exteriores, pág. 129.

¹⁷⁶ Sobre isso, vide, o sítio <http://curia.europa.eu/jcms/jcms/i_6/pt/>.

¹⁷⁷ Publicado na *Coletânea de Jurisprudência*, pág. I-8485, que veio confirmar o entendimento do Parecer 2/94, de 28 de Maio de 1997, Processo C299/95. *Coletânea de Jurisprudência*, n.º 14, pág. 2629. Tratou-se de um processo que demorou 5 anos e 6 meses, contando a fase judicial, perante o tribunal de 1.ª instância. O Tribunal de Justiça interpretou o caso em traços gerais ao que sucede com o TEDH, tendo reconhecido que tratou-se de um caso de violação do direito à decisão judicial em prazo razoável, e anulou a decisão do tribunal de 1.ª instância, no que respeita a parte que fixava o montante da coima aplicada ao recorrente. Na sequência atribui ao recorrente uma reparação equitativa pela excessiva duração do processo.

¹⁷⁸ Doravante só CADHP ou Carta.

¹⁷⁹ Passaram quase 33 anos desde a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, para que os Estados Africanos decidissem comprometer-se regularmente com a proteção dos direitos humanos, através de um sistema próprio de direitos humanos. Este tratado é o primeiro instrumento africano de direitos humanos que fizeram para alcançar a independência, principalmente durante os anos sessenta, que dificilmente seria possível a afirmação dos direitos humanos na África pré colonial. Até então, os direitos humanos eram exercidos pelas Nações Unidas que teve um papel fugaz no processo de negociação dos Estados para adoção da Carta, devido as fortes pressões. ÁLVAREZ, Yuiria Saavedra, «*El Sistema Africano de Derechos humanos Y de Los Pueblos*», *Anuario Mexicano de Derecho Internacional*, Vol. III, (Instituto de Investigaciones Jurídicas Unam), 2008, págs. 672-673. Sobre isso, vide, também, ANDRADE, José, «El sistema africano de protección de los derechos humanos y de los pueblos», *Serie: Estudios Básicos de Derechos Humanos*, Vol. VI, 2002, págs. 449 e segs, HANSUNGULE, Michelo, *African courts and the African Commission on Human and Peoples Rights*, 2010.

todos os cidadãos têm direito a ter um processo justo e equitativo, mormente o direito à tempestividade processual, no âmbito de garantias mínimas relativas ao processo, afirmando no art. 7.º al. d) que toda a pessoa acusada tem «o direito a ser julgada num prazo razoável por um tribunal imparcial».

Em conformidade com a natureza existencial do sistema europeu e do sistema interamericano, o sistema africano de proteção dos direitos humanos surge, também, como uma plataforma ativa de construção, monitorização, promoção e efetivação de mecanismos de proteção dos direitos dos homens e dos povos no continente africano, essencialmente através da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos¹⁸¹.

Tendo sido a Carta da Africana assinada por Cabo Verde a 31 de Março de 1986 e ratificada a 02 de Junho de 1987, caracteriza-se como a semente da exigência expressa da celeridade processual no ordenamento jurídico cabo-verdiano.

Assim sendo, antes mesmo da inserção expressa desse direito, no texto constitucional, o mesmo já vigorava em Cabo Verde por força de tratados sobre os direitos humanos dos quais Cabo Verde é signatária.

A Constituição cabo-verdiana logo no seu art. 11.º, n.º 5 faz menção expressa *do dever de colaboração do Estado à União Africana na resolução pacífica dos conflitos e para segurar a paz e a justiça internacional, bem como o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais*. Nesta medida, o sistema judicial cabo-verdiano está obrigado a garantir aos seus cidadãos o direito de acesso à justiça, em toda a sua plenitude, inclusive, ao direito a que toda a causa submetida ao tribunal para a sua apreciação respeitar o prazo razoável.

A institucionalização deste direito na CADHP assenta na ideia de que é necessário conciliar todos os direitos inerentes ao processo, donde resulta que o processo não pode ser motivo de descrença nos poderes instituídos e nem constituir-se como garantia de impunidade. Os julgadores têm de cumprir as etapas processuais necessários, em regra, na lei, respeitando o mínimo aceitável de duração, sem ferir nenhum dos princípios «sagrados» que estruturam o Estado de Direito Democrático.

Para garantir o respeito pelo cumprimento dos direitos tutelados na CADHP, foi necessário criar dois órgãos, por um lado a Comissão Africana dos Direitos Humanos¹⁸²

¹⁸⁰ ÁLVAREZ, Yuiria Saavedra, ob. cit., pág. 675.

¹⁸¹ Assim, NASCIMENTO, Giliardo, *A Comissão Africana dos Direitos humanos e dos Povos como principal meio de controlo e proteção no Sistema Africano*, Lisboa, ISCSP - UL, 2015, pág. 2.

¹⁸² Doravante denominada «a Comissão» como está consagrado no art. 30.º da CADHP.

e dos Povos (art. 30.º e segs. da CADHP)¹⁸³ que, não sendo um órgão judicial deveria funcionar apenas como sendo de índole técnico, jurisdicional e político, e por outro, lado o Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos (TADHP ou Tribunal Africano).

O TADHP¹⁸⁴ foi criado pelo Protocolo à Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos sobre o Estabelecimento de um Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos, adotada em Burkina Faso, a 10 de Junho de 1998 que, segundo o disposto no número 3 do artigo 34.º do Protocolo que o criou, entraria em vigor depois do décimo-quinto instrumento de comprometimento (ratificação ou adesão), que aconteceria em 24 de Janeiro de 2004. Este tribunal tem a sua sede em Arusha, na Tanzânia, tem competência consultiva e contenciosa, complementando a dimensão de proteção do mandato da Comissão Africana.

Os requisitos de admissibilidade dos casos trazidos ao tribunal são quase idênticos aos outros estabelecidos no direito internacional e estão previstos no art. 56.º da Carta Africana, nos termos dos arts. 6.º e 34.º, n.º 6 do Protocolo.

Acresce que, só será admissíveis as petições de que o Estado contra o qual a denúncia é feita ou o cidadão é originário tenha feito uma declaração nos termos do art. 5.º, n.º 3 do Protocolo do tribunal, expressando a aceitação da competência do tribunal para receber essas reclamações (através da sua ratificação), o que não é o caso de Cabo Verde.

Não obstante, a operacionalidade deste tribunal tem sido um fracasso, o seu primeiro e único acórdão conhecido foi em 2009. A morosidade no processo de ratificação do Protocolo que o criou, e a previsão da existência de um Tribunal de Justiça da União Africana, constituem um entrave na sua existência. Diríamos que no caso do funcionamento em pleno deste tribunal, seria o caso de estudar melhor a possibilidade de Cabo Verde aderir ao Protocolo, pois seria mais uma forma de garantir

¹⁸³ A Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos é o órgão responsável pelo controlo da aplicação da Carta, composto por 11 peritos independentes com assento a título pessoal. Foi criado pelo artigo 30.º da Carta Africana, com mandato para: «promover os direitos do Homem e dos povos» e «assegurar a respetiva proteção em África». Vide, Cf. NASCIMENTO, Giliardo, ob. cit., págs.7-8. TAVARES, Raquel, *O sistema africano de proteção dos direitos humanos*, Centro de Comunicação e Direito Comparado. Disponível em <http://direitoshumanos.gddc.pt/2_3/IIPAG2_3_1.htm>. Consultado em: 21 de Dez. 2016.

¹⁸⁴ Para mais informações, vide, entre outros, KEETHARUTH, Sheila B. *Hechos Destacados Del Sistema Africano De Derechos Humanos Con Especial Referencia Al Tribunal Africano De Derechos Humanos Y De Los Pueblos*. 2008. Também, o sítio: <<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/tpi-estatuto-roma.html>>.

a proteção efetiva dos direitos constitucionais dos cidadãos, mormente o direito a uma decisão em prazo razoável, saindo da supremacia nacional dos tribunais cabo-verdianos.

Pelas razões já ditas, a Comissão Africana continua a desempenhar um papel preponderante como um único mecanismo operacional de controlo dos compromissos aceites pelos Estados no domínio da proteção dos direitos humanos no sistema da União Africana e consequentemente com uma instituição com funções «quasi-judicial»¹⁸⁵.

É importante ressaltar que a Carta não faz menção a comunicação ou petição «individual» – como sucede por exemplo com a CEDH – simplesmente faz menção entre aqueles Estados e «outras». A expressão «outras comunicações» a que se refere o art. 55.º da Carta Africana e 102.º a 120.º do Regulamento da Comissão são aquelas apresentados por sujeitos distintos dos Estados, como por exemplo, pessoas – individuais ou coletivas –, organizações não-governamentais, etc.¹⁸⁶

Uma vez recebida a comunicação e estudado o caso a Comissão na sua decisão de mérito pode elaborar recomendações aos Estados responsáveis para tomar as medidas necessárias para reparar a violação. Todavia, a Comissão por não ser um órgão jurisdicional não tem as suas recomendações força vinculativa, portanto o cumprimento das suas recomendações dependem em certa medida da boa disposição do Estado em questão¹⁸⁷.

Nos primeiros anos a Comissão simplesmente declarava violado os direitos na Carta. Atualmente a Comissão começou a assinalar recomendações, contudo esta prática não é frequente. Ademais só pouquíssimos casos de reparação ordenados foram de carácter económico, pois ultimamente a Comissão tem-se demonstrado a vontade de tomar medidas mais ativas e insistentes¹⁸⁸.

No que respeita ao dever de reparação é importante referir que nem a Carta Africana nem o Regulamento da Comissão fazem menção expressamente que a

¹⁸⁵ NASCIMENTO, Giliardo, ob. cit., pág. 8.

¹⁸⁶ Para que uma comunicação possa ser apreciada, é necessário que os seguintes requisitos se encontrem preenchidos: a comunicação deve indicar o seu autor; deve ser compatível com a Carta da OUA e com a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos; não pode estar redigida «em linguagem ultrajante ou insultuosa»; não pode «basear-se exclusivamente em notícias difundidas pelos meios de comunicação social»; só pode ser apresentada depois de esgotadas todas as vias internas de recurso, «a menos que seja manifesto para a Comissão que o processo relativo a esses recursos se prolonga de modo anormal»; deve ser apresentada num «prazo razoável, a partir do esgotamento dos recursos internos»; e, finalmente, as comunicações não podem «dizer respeito a casos que tenham sido resolvidos em conformidade com os princípios da Carta das Nações Unidas», da Carta da OUA ou da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (artigo 56.º). ÁLVAREZ, Yuiria Saavedra, ob. cit., págs. 689-690.

¹⁸⁷ ÁLVAREZ, Yuiria Saavedra, ob. cit., págs. 693.

¹⁸⁸ Ibidem, págs. 694-695.

Comissão pode ordenar este tipo de medida como resultado dos trâmites das comunicações individuais.

Desta assunção, podemos concluir que os cidadãos cabo-verdianos que tenham sido violado o seu direito a uma decisão judicial em prazo razoável, uma vez esgotados todos os meios internos (art. 50.º), podem apresentar uma comunicação perante a Comissão (arts. 55.º e 56.º)¹⁸⁹. Os procedimentos da apreciação das queixas pela Comissão seguem nos termos dos arts. 55.º a 63.º da Carta Africana¹⁹⁰.

A Comissão na sua recomendação sobre o caso «*Alhassan Abubakar/Ghana*», n.º 103/93, reconheceu a obrigatoriedade do cumprimento do direito a uma decisão em prazo razoável pelos Estados. A Comissão começou por fundamentar que em se tratando de um caso em que o acusado foi detido durante sete anos sem julgamento consubstanciou claramente na violação do padrão de «tempo razoável» estipulado na Carta¹⁹¹.

Fica claro que, a morosidade processual penal é uma violação a um direito fundamental à luz do art. 7.º, n.º 1, al. d) da CADHP.

3. Os principais indicadores da morosidade processual

3.1. Em Portugal

A mobilização e o crescimento dos litígios penais que procuram a sua resolução na justiça têm sido exponenciais.

Ao longo do século XX, mas particularmente após o 25 de Abril de 1974, e a par com processo de democratização da sociedade portuguesa, assistiu-se a complexificação, e incremento da utilização do sistema da justiça¹⁹². Fatores

¹⁸⁹ MOCO, Marcolino, *Direitos Humanos e seus Mecanismos de Proteção – As particularidades do sistema africano*, Coimbra, Almedina Editora, 2010, pág. 215 e segs..

¹⁹⁰ Para maiores informações, vide, ÁLVAREZ, Yuiria Saavedra, ob. cit., págs. 691 e segs.

¹⁹¹ Em causa estava uma comunicação, sobre a prisão preventiva de um cidadão do Gana. Ele foi preso em 16 de Junho de 1985 por supostamente cooperar com políticos. Ele foi detido sem julgamento por 7 anos até sua fuga de um hospital da prisão em 19 de Fevereiro de 1992. A comunicação é datada de 26 de Julho de 1993, tendo a Comissão dado razão ao recorrente fundamentando que os procedimentos e conduta do Estado violou o direito do acusado a um julgamento num prazo razoável, previsto no artigo art. 7.º da CADHP. Disponível no sítio oficial sobre as jurisprudências da Comissão em: <<http://dev.ihrda.org/doc/103.93/>>. Situação semelhante ocorreu no caso «39/90_10AR Annette Pagnoulle (on behalf of Abdoulaye Mazou)/ Cameroon», todos no âmbito da duração excessiva da prisão preventiva, sem julgamento. O caso pode ser consultado em <http://dev.ihrda.org/doc/39.90_10ar/>. Acesso em: 15 de Abr. 2017.

¹⁹² Sobre isso, vide, FONSECA, Graça, SILVA, Mariana Vieira da, «A diminuição da litigância e de pendências nos tribunais ameaça os direitos e as garantias dos cidadãos?», *Políticas públicas de justiça*,

económico-sociais conduziram ao aumento do fenómeno criminalidade, principalmente a chamada criminalidade «urbana»¹⁹³.

Antes de expormos os dados mais recentes, apresentamos – a modo de introdução – os dados com o respetivo índice do tipo de criminalidade que chegava a fase de julgamento e a duração média dos processos-crime, referentes a 1990-2001, segundo o estudo de BOAVENTURA SOUSA¹⁹⁴. Em 2001, no que respeita à criminalidade que chegava a fase de julgamento, ela era dominada essencialmente por 4 tipos de crime que representavam 50% dos crimes julgados a saber: crimes de condução em estado de embriaguez (13,4%), crimes de condução sem habilitação legal (12,3%), crimes contra a integridade física (12,8%), crimes de emissão de cheques sem provisão (11%,6). Trata-se de tipos de crimes que integram a pequena e média criminalidade e, dentro desta, a de «massa» constituída pela condução sem habilitação legal e condução em estado de embriaguez. Estes tipos de crimes representavam, em 2001, cerca de 26% dos casos julgados.

Apesar de uma parte substancial dos processos crimes que chegava à fase de julgamento dizer respeito a crimes sem dificuldades de investigação, que não requerem, em geral, diligências de prova, por tratar-se de crimes de investigação estática, a duração dos processos-crime continua a registar duração elevados.

No período de 1990 a 2001, os processos, desde a fase de julgamento até a decisão final em 1.^a instância, demoraram, em média, 435 dias (1 ano e 3 meses). Mas, se considerarmos a duração dos processos desde a data da prática do ilícito penal até ao fim do processo em 1.^a instância, a média sobe, dramaticamente, para 912 dias (cerca de 2 anos e meio).

As estatísticas da justiça mostram, assim, que uma parte substancial dos processos findos em 1.^a instância (desde a prática do crime até à decisão em 1.^a

Políticas públicas em Portugal, (org. Maria de Lurdes Rodrigues, Pedro Adão e Silva), Lisboa, 2012, págs. 187-194.

¹⁹³ A este propósito, RODRIGUES, Anabela Miranda, «Política Criminal – novos desafios, velhos rumos», in *Direito Penal Económico e Europeu: Textos doutrinários*, Vol. III, Coimbra Editora, 2009, págs. 159-183, COSTA, José de Faria, «A criminalidade em um mundo globalizado: ou plaidoyer por um direito penal não-securitário», in *Direito Penal Económico e Europeu: Textos doutrinários*, Vol. III, Coimbra Editora, 2009, págs. 113-126.

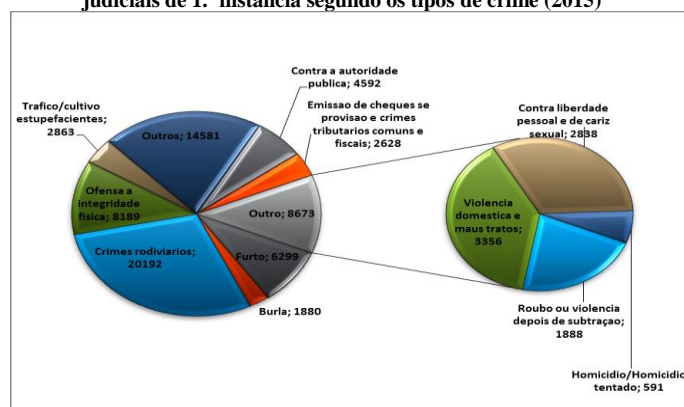
¹⁹⁴ SANTOS, Boaventura Sousa, *A justiça em Portugal: diagnósticos e terapêutica, Manifesto*, 2005, págs. 84-85. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Justica_em_Portugal_Manifesto_2005.pdf. Acesso 24 Mar. 2016. Os mesmos dados são referenciados em GOMES, Conceição, ob. cit., págs. 16-17. Também, vide, os dados estatísticos em: GABRIEL, Fernando Cruz, «Análise estatística da morosidade judicial (1990-2002)», *O direito e a justiça em ação: O poder judicial e o exercício da justiça*, Janus 2004: anuário de relações exteriores, págs. 188-189.

instância) demora mais de três anos. Igualmente, apontam as estatísticas que uma parte significativa do processo ocorre nas fases de inquérito e instrução, o que nos leva a concluir que é necessário olhar com mais firmeza para a resolução do problema da lentidão no âmbito da investigação criminal.

Em 2000 representavam cerca de 37% e, em 2001 cerca de 30%. Se acrescentarmos a esta duração o tempo, em regra, também longo, nos tribunais superiores, facilmente se conclui que uma percentagem significativa da conflitualidade penal demora largos anos a obter uma solução definitiva no sistema judicial português.

A duração média dos processos-crime findos nos tribunais judiciais de 1.^a instância nos anos (2001 a 2015) apresenta-se uma evolução relativamente estável, variando entre os 14 e os 9 meses, sendo esses os valores do início e do fim da série estatística apresentada (cerca de 1 ano e 2 meses). Conforme se vê pelo Gráfico 1, hoje, os crimes rodoviários continuam a ocupar a maior atividade dos tribunais portugueses, tendo sido julgado 20.192 processos-crime, em 2015. Segue-se os crimes, ofensa à integridade física (8.189), furto (6.299), crimes contra a autoridade pública (4.592), violência doméstica (3.356) e tráfico de estupefacientes (2.863). São com essas categorias de crimes que os tribunais crime portugueses são convocados a lidar diariamente. E, são esses os tipos de crimes responsáveis pelo excesso de pendências e morosidade da justiça penal.

Gráfico 1: Processos-crime na fase de julgamento findos nos tribunais judiciais de 1.^a instância segundo os tipos de crime (2015)¹⁹⁵



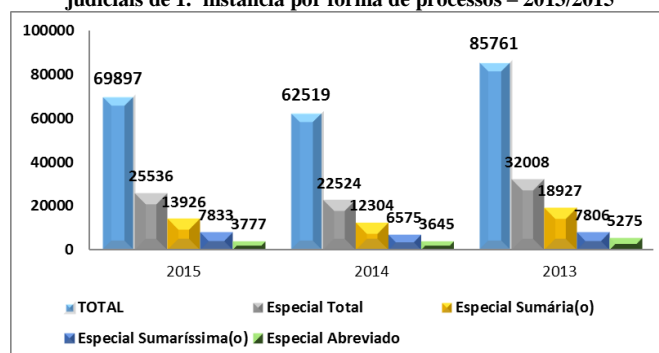
O Gráfico 2 dá-nos uma primeira dimensão do número de processos-crime resolvidos na fase de julgamento, por forma de processos a nível nacional, nos anos judiciais 2013-2015. Nos anos 2013 a 2014, revela uma redução acentuada da

¹⁹⁵ Dados estatísticos da Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ) atualizados em 31/10/2016. Também disponíveis no sítio oficial <<http://www.dgpj.mj.pt/sections/estatisticas-da-justica>>.

diminuição do total de processos-crime, de 85.761 processos comum para 62.519, significando uma diminuição de 23.242 processos. A situação tende a inverter nos anos 2014/2015, com um pequeno aumento de 62.519 para 69.897, significando um aumento de 7.378 processos.

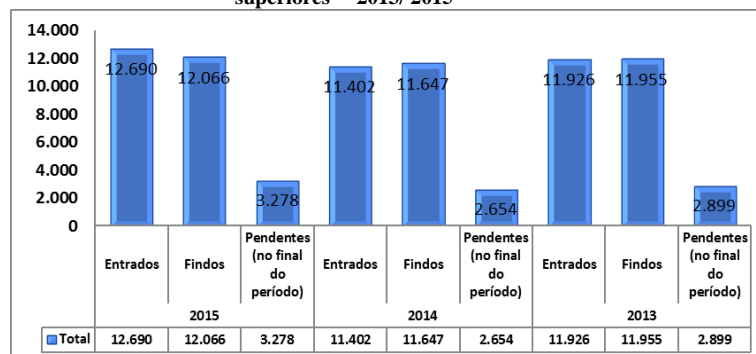
Em relação aos processos especiais verifica-se uma utilização muito reduzida, sendo a forma de processo sumário a mais recorrente e o processo abreviado o menos aplicado. No ano judicial 2015 do total de 69.897 processos-crimes findos, 44.361 seguiram a forma comum e apenas 25.536 a forma especial (- 21.825 do que a forma de processo comum). Ou seja, a velha história, o processo comum continua a ser o preferido nos tribunais.

Gráfico 2: Processos-crime na fase de julgamento findos nos tribunais judiciais de 1.ª instância por forma de processos – 2013/2015



O Gráfico 3 mostra-nos o número de processos-crime findos na fase de recurso nos tribunais superiores nos anos 2013 a 2015. Entre os anos 2013 a 2014 houve uma redução de processos pendentes de 2.899 para 2.654, significando uma redução de 245 processos. A situação inverteu-se consideravelmente no ano 2015. De 2.654 subiu para 3.278, significando um aumento de 624 processos.

Gráfico 3: Processos-crime na fase de recurso findos nos tribunais judiciais superiores – 2013/ 2015



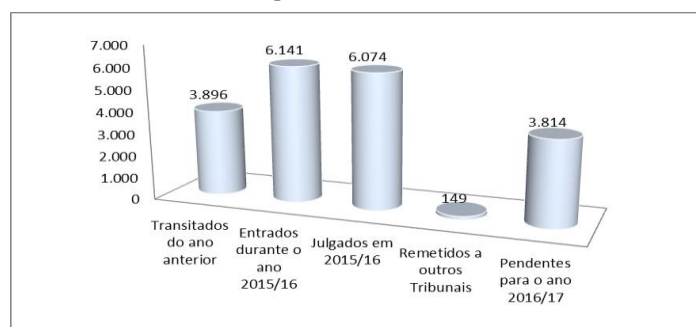
Tendencialmente a morosidade é sempre maior no Tribunal de Relação de Lisboa, do Porto e de Guimarães.

3.2. Em Cabo Verde

A falta da celeridade processual é um problema que assola quase todos os sistemas judiciais dos vários países, a situação de Cabo Verde não é diferente¹⁹⁶.

O Gráfico 1 revela-nos que a pendência processual penal para o ano 2016/17 é de 3.814. No judicial 2014/2015 o número total de processos-crime foi de 10.022 processos, tendo findo 6.136, pelo que 3.896 é o número de processos pendentes. Assim, no ano 2015/2016 o número total de processos transitados foi de 3.896 e entrados foi de 6.141, contabilizando um total de 10.037. Foram julgados 6.074 e 149 remetidos para outros tribunais, um total de 6.223 processos findos (62,0%), pelo que para próximo ano ficaram pendentes 3.814 processos, uma redução de 82 processos (38,0%). A morosidade é de (-2,1 %) em relação ao ano anterior

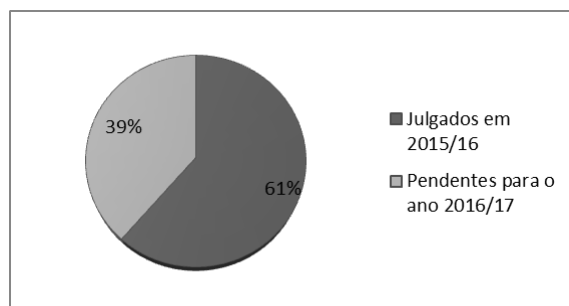
Gráfico 1: Movimento de processos-crime a nível nacional – 2015/16¹⁹⁷



¹⁹⁶ Como é possível observar no RELATÓRIO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, certas dimensões do direito de acesso à justiça tem sido especialmente difíceis de concretizar, especialmente, no que respeita a dilação excessiva da tomada das decisões judiciais que é apontado como um dos principais problemas ligados aos direitos fundamentais em Cabo Verde, aspeto reconhecido por diversos operadores do sistema, designadamente os judiciais e governamentais. É verdade que algumas medidas foram tomadas com o intuito de criar as condições jurídicas, institucionais e materiais para se ultrapassar a situação, designadamente de reforço das condições materiais dos tribunais, com a sua beneficiação infraestrutural e ao nível de equipamentos e pessoal, e substantivamente com a ampla reforma do sistema de justiça e que acabou, por ora, por se traduzir na aprovação de diversos diplomas estruturantes desse setor. Também, a instalação de duas instituições decisivas para a tutela dos direitos fundamentais, o Tribunal Constitucional e a Provedoria de Justiça, que eram esperados praticamente desde 1999. Recentemente, a instalação dos Tribunais de Relação, ficando por esperar o Tribunal de Pequenas Causas. Vide, COMISSÃO NACIONAL PARA OS DIREITOS HUMANOS E A CIDADANIA, *Relatório Nacional de Direitos Humanos*, Praia, 2010, pág. 53.

¹⁹⁷ Dados estatísticos do Relatório do CSMJ, ano 2015/2016, pág. 55. Tanto os relatórios do CSMJ como os do CSMP estão disponíveis no sítio oficial da Imprensa Nacional de Cabo Verde <<https://kiosk.incv.cv/>>.

Gráfico 2: Peso da percentagem de processos pendentes 2016/17



A morosidade processual penal nos tribunais superiores corresponde a segunda maior percentagem da cumulação, com cerca de 496 processos pendentes.

O STJ prossegue com a tendência de acréscimo de processos transitados. Com a instalação do Tribunal Constitucional em 2015 foram remetidos para essa instância 27 processos¹⁹⁸. Prevê-se que o início de funções dos Tribunais de Relação reduza substancialmente o número de processos entrados, possibilitando também a diminuição da pendência.

No âmbito do Ministério Público a pendência é de 102.194 processos-crime, correspondente a um aumento de 6,3% em relação ao ano anterior.

O número de processos-crime vem aumentando gradativamente, tendo passado de 24.603 para 29.750 entre o período de 2013/2016. Só no último ano houve um aumento de 1.870 processos entrados, correspondendo a uma percentagem de 6,7%¹⁹⁹.

Foi deduzida 1.438 acusações em *processo abreviado*, 1.076 em *processo sumário*, 22 requerimentos para aplicação de sanção em *processo de transação* e ainda 216 requerimentos para *suspensão provisória de processos* mediante injunções. Quer dizer que num total de 29.750 processos movimentados apenas cerca de 2.536 foram submetidos as formas especiais de processo.

Participou em 3.875 sessões de *audiência de discussão e julgamento*, sendo 2.379 sob a forma comum, 518 sob a forma abreviado, 40 sob a forma de transação e 938 sob a forma sumário. Significa que num total de 3.875 audiências de discussão e julgamento, apenas 1.496 seguiram a forma especial²⁰⁰.

Em síntese, a utilização dos processos especiais é ainda reduzida, sendo que os processos sumário e abreviado são os mais utilizados e o processo de transação quase nulo. No que refere a utilização dos mecanismos de diversão, consenso e oportunidade

¹⁹⁸ Não se sabe qual se trata de processos-crime ou cível, pois o Relatório não faz essa especificação.

¹⁹⁹ Relatório do CSMP, ano judicial 2015/2016, pág. 95.

²⁰⁰ Ibidem, pág. 97.

(processo de transação, suspensão provisória do processo e arquivamento do processo em caso de dispensa da pena) considera-se muito insignificante face as evidências da criminalidade, o que a nosso ver não se justifica uma vez que, como ficou registado, cerca de 99% dos crimes corresponde a pequena e média criminalidade²⁰¹.

Ora, pelos dados que expusemos constata-se que o funcionamento dos tribunais é reveladora de uma deficiente gestão processual, caracterizada por uma acentuada morosidade. Confirma-se um aumento dos processos-crimes, o que certamente contribui para uma maior morosidade, pelo que há que dar respostas a este problema.

Provavelmente, a recente reforma do Código de Processo Penal de 2015 trará alguma melhoria.

²⁰¹ É só ver as estatísticas apresentadas da criminalidade, tanto a nível nacional e de Comarcas, como a nível de tipo de crime. Vide, Relatório CSMP, ano 2015/2016, págs. 106-108.

V CAPÍTULO. CONCEITO, FUNDAMENTO E SUJEITOS PROCESSUAIS

1. O prazo razoável do processo: conceito vago

O problema da conceitualização do prazo razoável foi instaurado desde a Convenção dos Direitos Humanos, e posteriormente nas próprias Constituições, ao estabelecerem que a decisão dos casos submetidos a julgamento pelo tribunal deve ser proferida num «prazo razoável», deixando margem para dúvida do que seja o exato significado desse conceito.

A norma tem como objetivo associar qualquer processo criminal a uma duração não mais do que o necessário para uma justa decisão da causa, por forma a proteger principalmente as garantias de defesa do arguido mas também de todos os interessados no processo.

O direito de acesso à justiça em prazo razoável é o direito que cada cidadão tem de ver o tribunal interno solucionar negativa ou positiva a sua petição ou contestação em tempo útil.

A valer, o que se consagra é o direito a que os tribunais funcionam, respondendo as solicitações de justiça dos cidadãos. Parafraseando JOAQUIM PIRES DE LIMA²⁰², «o que se exige é que o tribunal julgue e julgue de pressa». «Se a justiça não julgar em tempo útil será ineficaz e ficará frustrado o direito de acesso consagrado na Constituição».

Será, todavia, que a mera constatação de inobservância de um prazo fixado na lei para prolação de uma decisão judicial fará desencadear ou preencherá a provisão dos artigos 20.º, n.º 4 da CRP, do art. 22.º, n.º 1 da CRCV, e do art. 6.º, n.º 1 da CEDH, e daí ter como verificado o requisito violação daquele direito?

Como iremos ver a determinação do conceito prazo razoável não é uma tarefa fácil. Seguindo o pensamento de RICARDO PEDRO, a determinação do conceito de prazo razoável não se pode fazer em abstrato, mas, em concreto, por apelo aos critérios desenvolvidos pelo TEDH: complexidade da causa, conduta das autoridades, conduta das partes, e interesse do litígio para o interessado²⁰³.

²⁰² LIMA, Joaquim Pires, *Considerações acerca do direito à decisão em prazo razoável*, Lisboa, 1990, págs. 672-673. Disponível em <<https://portal.oa.pt/upl/%7Bd704c67c-deb6-4bc5-b858-7852d48ba894%7D.pdf>>. Acesso em: 05 de Mai. 2017.

²⁰³ Assim, PEDRO, Ricardo, *Jurisprudência Crítica sobre a Administração da Justiça Morosa: La Storia Continua...*, *Anotação ao acórdão do STA*, processo n.º 0144/13, de 15/05/2013, págs. 356-357.

Esta deve ser a metodologia para se responder à pergunta: *how long is too long*? Assim, segundo aquele autor, a apreciação do cômputo prazo razoável pode ter lugar de acordo com uma *perspetiva pontual* ou de acordo com uma *perspetiva global*. Na perspetiva pontual computam-se especificamente e apenas os tempos mortos ou de paralisação do procedimento e que, só por si, também podem conduzir à conclusão pela existência de violações do direito a uma decisão em prazo razoável.

Portanto, se a apreciação e integração do conceito de justiça em «prazo razoável» terá de ser feita *«in concreto»* e nunca em abstrato, então não se pode socorrer única e exclusivamente do que deriva das regras legais que definem o prazo ou os sucessivos prazos para a prática dos atos processuais e a prolação da decisão. Não basta a simples violação de um prazo legalmente previsto para a prática de um ato ou fase processual para que imediatamente se conclua que existiu uma violação do direito à justiça num prazo razoável.

O conceito de prazo razoável não pode ser de forma alguma confundido com o conceito de prazo legalmente fixado para a prática de um ato processual ou obtenção de uma decisão judicial, sob pena de considerarmos como fonte anormal do processo todo e qualquer incumprimento dos prazos pelos tribunais²⁰⁴.

A expressão prazo razoável, enquanto enunciado linguístico marcadamente vago ou relativamente indeterminado, deve, por essa razão, ser concretizada, pelo intérprete, mediante a mobilização de um conjunto de critérios para determinar a adequação entre aqueles critérios citados²⁰⁵.

Para a análise do conceito de «prazo razoável» do processo torna-se, assim, importante reportar-se ao próprio procedimento ou rito do processo, dos atos e prazos preordenados para tramitação de cada caso em concreto²⁰⁶.

É preciso considerar todos os prazos do processo, desde logo, com destaque para o tempo da duração do inquérito, da instrução, do julgamento e dos recursos. Também o tempo para a anexação dos exames técnicos aos autos, períodos em que nenhuma

Disponível em <<http://www.oa.pt/upl/%7B32fc0832-e88d-445e-9523-e1573222f97f%7D.pdf>>. Acesso em: 13 de Mar. 2016.

²⁰⁴ Sobre a jurisprudência que têm defendido esta tese, vide, por exemplo, Acs. TACN, processo n.º 02767/06.3BEPRT, 05/07/2012, relator: Rogério Paulo da Costa Martins; processo n.º 00064/0.9BELSB, 12/10/2012, relator: Carlos Luís Medeiros de Carvalho.

²⁰⁵ Vide, SERRÃO, Tiago, ob. cit., pág. 801. Também, Ac. do STA, processo n.º 0336/10, de 01/03/2011, relator: Fernanda Xavier; Ac. TCAN, processo n.º 00064/10.9BELSB, de 12/10/2012, relator: Carlos Luís Medeiros de Carvalho.

²⁰⁶ Vide, SILVA, Germano Marques, *Curso de Processo Penal*, II, 3.ª Edição (revista e atualizada), Editorial Verbo, 2002, pág. 12.

providência foi realizada, intervalo entre o oferecimento da denúncia e o interrogatório do arguido(s), tempo gasto pelo Ministério Público, juízes, advogados e sujeitos processuais para suas manifestações, tempo gasto com as interrupções provocadas pelo aguardo do cumprimento das solicitações (por exemplo, localização de testemunhas, de arguidos, certidões oficiais, levantamento de provas), tempo gasto com a substituição de defensores, principalmente nos casos de defensores oficiosos, tempo gasto com as providências ordinárias do rito processual.

No ponto seguinte vamos analisar a metodologia seguida pelo TEDH, e posteriormente pela jurisprudência nacional, como o suporte necessário para um adequado juízo da duração razoável do processo.

2. Metodologia de aferição da razoabilidade do processo

Como se sabe o TEDH tem uma sólida jurisprudência no que diz respeito aos parâmetros/pressupostos da aferição da razoabilidade da duração processual. Sempre que é chamado a pronunciar-se sobre os excessivos atrasos que se verificam na administração da justiça, aquele tribunal tem socorrido de alguns critérios essenciais para a determinação da razoabilidade do processo e, consequentemente, para a averiguação da sua violação²⁰⁷.

Assim à luz da jurisprudência do TEDH importa considerar e aferir em concreto os quatro critérios: *à complexidade do caso; à conduta das partes; à conduta das autoridades competentes; e, o objeto/interesse da causa para o(a) requerente – urgência na decisão («l' enjeu du litige»)*²⁰⁸.

i) Complexidade da causa

Segundo o *primo* critério, os órgãos da Convenção analisam-se tanto as circunstâncias de facto como o enquadramento jurídico do processo que são suscetíveis de contribuir para que o mesmo demore para além do prazo razoável a definir-se definitivamente²⁰⁹, nomeadamente, o número de arguidos envolvidos no processo e o volume de atos praticados, a produção de prova durante a fase de inquérito e instrução (se houver) e que tipos de prova foram produzidos, incluindo a pericial ou que

²⁰⁷ PEREIRA, JOÃO AVEIRO, *A responsabilidade civil por atos jurisdicionais*, ob. cit., págs. 195-200.

²⁰⁸ Vide, entre muitos outros, «Caso Magalhães contra Portugal», TEDH, Queixa n.º 44872/98, de 26/02/2002. Ac. TCAN, processo n.º 00064/10.9BELSB, de 12/10/2012, relator: Carlos Luís Medeiros de Carvalho; Ac. TCAS, processo n.º 09424/12, de 21/11/2013, relator: Ana Celeste Carvalho.

²⁰⁹ FONSECA, Isabel Celeste, *O direito a um processo à prova de tempo*, ob. cit., pág. 220.

envolvam investigações de âmbito ou dimensão internacional, número de testemunhas e peritos ouvidos. Na fase de audiência e julgamento, é importante considerar as dificuldades da aplicação do direito ao caso concreto, as dúvidas sobre as questões jurídicas em discussão ou própria natureza complexa do litígio e o número de jurisdições envolvidas por via de reclamações e recursos.

ii) *Comportamento das partes*

Quanto a valoração do *secundo* critério, o juiz de Estrasburgo analisa em que termos a atuação (ação/omissão) dos sujeitos processuais contribui para a existência de dilações *irrazoavelmente* indevidas no processo²¹⁰, quer no que concerne ao recurso do mesmo para o exercício ou efetivação de direitos, quer quanto à utilização de mecanismos processuais, nomeadamente o uso de expedientes ou certas faculdades que obstam ao regular andamento do processo tais como: a constante substituição de mandatários, a demora na entrega de peças processuais, a recusa em aceitar as vias de instrução oral, o abuso de vias de impugnação e recursos sempre que a atitude dos sujeitos processuais se revele abusiva e dilatória.

Portanto, o que o TEDH exige é que o requerente, tenha tido uma «*diligência normal*» no decurso do processo, não lhe sendo imputável a demora decorrente de uma atuação de *má-fé* do exercício de direitos ou poderes processuais, como o de recorrer ou de suscitar incidentes, bem como das consequências que advierem para o processo das decisões proferidas no seu âmbito, mormente quando anulatórias²¹¹.

Importa referir que neste prisma, assume especial relevância a responsabilidade do juiz pela condução adequada do processo, no sentido de impedir no exercício dos poderes processuais de autoridade que lhe cabem o uso de expedientes dilatórias pelas partes intervenientes.

iii) *Comportamento das autoridades*

O *tertio* critério, o comportamento das autoridades nacionais é considerado numa perspetiva ampla, visto que a avaliação *in concreto* da duração do processo, atende não apenas o comportamento tido no processo pelas autoridades judiciais, mas contempla também a apreciação da conduta de outras entidades do Estado, inseridas até no poder executivo e legislativo, exigindo-se, assim, que o direito ao processo equitativo se concretize com reformas legislativas ao nível das leis de processo e com

²¹⁰ Ibidem.

²¹¹ BARRETO, Ireneu Cabral, A Convenção Europeia dos Direitos do Homem anotada, 3.^a (revista e atualizada), Coimbra, Coimbra Editora, 2005, pág. 57. Neste sentido, também, FONSECA, Isabel Celeste, Processo temporalmente justo, ob. cit., pág. 312.

reformas estruturais, mormente, com reforço dos meios humanos e materiais, cujos atos ou omissões, poderão traduzir-se, no plano internacional, incumprimento da obrigação de resultado exigido pelo art. 6.º, n.º 1 da CEDH. Sob esta perspetiva os órgãos da Convenção têm considerado que nem as situações de demora decorrentes de falta de recursos e materiais, nem o dever de escrupuloso cumprimento pelo juiz do princípio do dispositivo justificam a prolação *irrazoavelmente* tardia de uma sentença²¹².

Como sublinha HERRIQUE GASPAR²¹³, argumentos como a complexidade da estrutura judiciária, a doença temporária do pessoal do tribunal, uma recessão económica, uma crise política temporária ou a insuficiência provisória de meios e recursos no tribunal, não tem sido credibilizados pelo TEDH como razão suficiente para desculpar o Estado pelos períodos de tempo em que os processos estão parados traduzindo-se em situação de demora excessiva do processo o que constituiria infração ao art. 6.º, n.º 1 da CEDH. Face à ratificação da Convenção pelos Estados estes comprometem-se a organizar os respetivos sistemas judiciários de molde a darem cumprimento aos ditames decorrentes daquele preceito²¹⁴.

Também, este autor esclarece que a justificação do atraso na prolação de decisão judicial com base no volume de trabalho não tem merecido aceitação pelo TEDH, pois se pode eventualmente afastar a responsabilidade pessoal dos juizes não afasta a responsabilidade do Estado.

iv) *Objeto ou finalidade do processo*

A enumeração dos critérios/parâmetros de apreciação da razoabilidade da duração de um processo não ficaria completa sem nos referirmos a este ‘quarto’ e último critério que tem ganho autonomia em face do primeiro. Neste critério o TEDH avalia a urgência que os sujeitos processuais podem ter na resolução do processo: «*l’enjeu du litige*»²¹⁵. Prende-se sobretudo com a natureza do litígio ou o assunto objeto de apreciação e tipo de consequências que dele resultam para a vida pessoal ou profissional dos envolvidos, mormente, a importância que a prolação atempada da decisão pode ter para os sujeitos processuais.

²¹² Ibidem, pág. 312 e, O direito a um processo à prova de tempo, ob. cit., pág. 221.

²¹³ GASPAR, António Henriques, *Direito a um Processo Justo e Equitativo: prazo razoável na administração da justiça, absoluta igualdade de armas e efetiva defesa oficiosa, Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem: Casos Nacionais*, (Série Formação Contínua), Lisboa, Centro de Estudos Judiciários Editora, 2013, pág. 29. Disponível em <www.cej.mj.pt/.../Jurisprudencia/Jurisprudencia_Tribunal_Europeu_Direitos_Homem....>.

²¹⁴ Cf. FONSECA, Isabel Celeste, *Processo temporalmente justo*, ob. pág. 328.

²¹⁵ Ibidem.

Tal critério apresenta uma importância primordial quando está em causa um processo urgente que vise tutelar situação de alegada ofensa já que o tardar numa decisão judicial para além daquilo que é prazo exigido como estritamente necessário para evitar tal lesão irreparável poderá tornar inútil o processo decorrido esse prazo, o que poderá desvirtuar por completo o direito constitucional à tutela jurisdicional efetiva, e potenciar a inevitável sensação de ceticismo e inutilidade relativo ao recurso à via judicial para a proteção de direitos e interesses legalmente protegidos. Neste sentido o TEDH já esclareceu que a medida razoável abstrata da duração de um processo pode na prática, num caso individual e concreto, demonstrar ser pouco ou nada razoável, bastando para isso que o assunto sobre a contenda incida e exija uma atuação mais imediata ou prática de uma diligência urgente excecional por parte do tribunal²¹⁶.

Não resta dúvida de que o método mais seguro para medir a razoabilidade da duração do processo é aquele que os órgãos da Convenção criaram para avaliar o fundamento das queixas que lhes são apresentadas contra os Estados por violação da garantia do prazo razoável. A «metodologia sistemática» seguida assenta em critérios que são testados caso a caso, portanto *in concreto*, e numa perspetiva global, desde que o processo é iniciado, com a introdução da ação no tribunal competente, até que finaliza com o pronunciamento de uma decisão final. A jurisprudência de Estrasburgo atende a especificidades próprias do processo penal para considerar o *dies ad quo* e o *dies ad quem* do período a ter em conta para o cálculo do «prazo razoável»²¹⁷.

É com base nesta metodologia de valoração do conceito «prazo razoável» que os órgãos de Estrasburgo têm procurado, no conjunto de tanta diversidade e variáveis, «objetivar e racionalizar a sua jurisprudência» prescrevendo princípios preciosos e coerentes que transmitem a previsibilidade e segurança jurídicas, próprias de todas as interpretações de direito. É um método seguido que se encontra uma «suficiência dose de racionalidade» do intérprete²¹⁸.

3. Direito subjetivo de «todos» num processo judicial

O direito à decisão judicial em prazo razoável, enquanto dimensão do direito à tutela jurisdicional efetiva, é um princípio base do processo penal e, é um dos direitos

²¹⁶ Ibidem.

²¹⁷ Ibidem, págs. 218-219.

²¹⁸ Ibidem, pág. 219.

processuais mais importantes, desenvolvido pelos sistemas constitucionais contemporâneos e com proteção a nível nacional e internacional²¹⁹.

Trata-se de um direito autónomo e totalmente independente com uma transcendência sobre todos os direitos submetidos a julgamento, ou seja, a eficácia do sistema penal está, em certa medida, dependente da efetividade deste direito²²⁰.

Justifica-se pela necessidade de proteção das garantias dos sujeitos processuais e dos seus interesses em causa no caso em concreto, no sentido de que todo o processo que se inicia deve-se por termo num prazo mais breve possível, por forma que as «partes»²²¹ sintam-se realizadas o fim a que se propõe. Ou seja, a administração da justiça em tempo surge, entre nós, sob a designação de *prazo razoável* ou *dilações indevidas*.

A designação de «partes»²²² no sentido de sujeitos processuais no processo penal, como participantes processuais que intervêm no processo, entendendo BELING – os participantes processuais cujo papel é de tal maneira relevante «que sem eles a representação da existência de um processo no sentido vigente seria inexequível»²²³. Aquilo que PAULO DE SOUSA MENDES,²²⁴ denomina de relação de causalidade

²¹⁹ Segundo a redação do Tribunal do Porto sobre: *Os princípios estruturantes do processo civil português e o projeto de uma nova reforma do processo civil*, pág. 9, «Ele manifesta-se, por exemplo, na fixação dos prazos para a prática de atos pelas partes ou pelo tribunal, na possibilidade de adiamento dos atos, na possibilidade de suspensão da instância, nas regras de continuidade das diligências ou de marcação dos atos adiados. Revela-se, ainda, na qualificação como urgentes de alguns atos ou tipo de processos». Disponível em <http://www.trp.pt/ficheiros/estudos/coloquiocpc_ruimoreira_osprincipiosestruturantesdoprocessocivilportugues.pdf>. Acesso em: 24 de Abril de 2016.

²²⁰ Como salienta RICARDO PEDRO, «Trata-se de uma expressão – com um conteúdo muito bem delimitado – que corresponde àquilo que nos ordenamentos estrangeiros se designa *dilaciones indebidas* no direito espanhol; *irragionevole durata del processo* no direito italiano; *délai raisonnable em França*; *reasonable time no direito anglo-saxónico e angemessener Fristna Alemanha*». Cf. PEDRO, Ricardo, *Jurisprudência Crítica sobre a Administração da Justiça Morosa: La Storia Continua...*, Anotação ao acórdão do STA, processo n.º 0144/13, de 15/05/2013, págs. 353-35. Disponível em <<http://www.oa.pt/upl/%7B32fc0832-e88d-445e-9523-e1573222f97f%7D.pdf>>. Acesso em: 24 de Mai. 2016.

²²¹ Deve ser garantido aos partes a administração da justiça em prazo razoável, não fazendo as Constituições qualquer distinção quanto ao sujeito incumpridor do prazo, pois trata-se de uma garantia estatal constitucionalmente assumida e que naturalmente se impõe aos diferentes atores da administração da justiça.

²²² Segundo BELING, a denominação partes foi defendida por uma teoria antiga da seguinte maneira: Partes são «os sujeitos de la *res in judicio deducta*», significando que são aqueles em torno do qual o direito e dever do assunto gira o processo: os sujeitos objetos do processo (conceito material de partes). BELING, Ernst, *Derecho procesal penal*, (traducción del Alemán y notas por Miguel Fenech), Editorial Labor, 1943, pág. 93.

²²³ BELING, Ernst, ob. cit., pág. 89.

²²⁴ MENDES, Paulo de Sousa, *Lições de direito processual penal*, ob. cit. pág. 108; Ibidem, Os sujeitos processuais no novo Código de Processo Penal de Cabo Verde, ob. cit., págs. 164-165.

necessária entre os sujeitos processuais e o próprio processo, de tal sorte que se tirássemos um só daqueles intervenientes deixaria de haver processo.

A questão a saber é: ao consagrar o legislador o direito de «todos» a uma decisão judicial num prazo razoável, quais são os sujeitos que ele queria referir? É que, como se sabe, no decurso do processo são várias as pessoas que nele intervêm: as testemunhas que são inquiridas, o MP que promove a investigação e deduz acusação, os arguidos que são acusados, os peritos que emitem as suas opiniões, os juízes que decidem sobre certas situações no inquérito e na instrução e sentenciam na fase do julgamento, os intérpretes que traduzem, as polícias que investigam em coadjuvação do MP, enfim uma enorme quantidade de intervenientes que se movem no processo de acordo com certas regras e para a realização de determinados atos.

Todos esses intervenientes são participantes processuais na medida em que participam ou colaboram na realização dos atos processuais. No entanto, existem dois tipos de participantes processuais: os chamados participantes comuns e os participantes especiais. Distinguindo-os uns dos outros, diremos que os participantes especiais são aqueles que imprimem ao processo uma certa orientação, os chamados «sujeitos processuais», enquanto os outros nada fazem, ou seja, aqueles que praticam atos singulares, cujo conteúdo processual se esgota no próprio ato, os chamados «terceiros»²²⁵. Assim, poderemos dizer que os participantes especiais são os chamados sujeitos processuais, ou melhor dizendo, são os participantes a quem a lei confere poderes que lhes permitem influir no andamento do processo. Como sujeitos processuais o CPP-P considera: os tribunais (arts. 8.º a 47.º), o Ministério Público (arts. 48.º a 56.º), o arguido e seu defensor (arts. 57.º a 67.º), o assistente (arts. 68.º a 70.º) e as partes civis (arts. 71.º a 84.º). Esta consagração também se aplica ao CPP-CV, desde logo, arts. 54.º a 109.º).

FIGUEIREDO DIAS,²²⁶ entende que são sujeitos processuais aqueles participantes a quem pertencem «*direitos (que surgem, muitas vezes, sob a forma de poderes-deveres ou ofícios de direito público) autónomos de conformação da concreta tramitação do processo como um todo, em vista da sua decisão final*». No entanto,

²²⁵ DIAS, Jorge de Figueiredo, «Sobre os sujeitos processuais no novo Código de Processo Penal», in Centro de Estudos Judiciários, *Jornadas de Direito Processual Penal: O Novo Código de Processo Penal*, Livraria Almedina, Coimbra, 1995, pág. 9, BELING, Ernst, ob. cit., págs. 89-90, BELEZA, Teresa, *Apontamentos de Direito Processual Penal*, AAFDL, 1992, págs. 135-137.

²²⁶ DIAS, Jorge Figueiredo, Sobre os sujeitos processuais, ob. cit., pág. 9.

defende que há, além do tribunal, do MP e do arguido²²⁷ (assim chamado no CPP), sejam considerados mais dois sujeitos processuais: o defensor e o assistente.

Aqueles dois primeiros, são sujeitos, no sentido órgãos competentes para acurar ou julgar as causas penais, como ainda pelo próprio conteúdo da junção jurisdicional aí traduzida na administração da justiça penal e social, cumprindo as finalidades do processo penal²²⁸. Por esta razão, por ora, vamos centrar-nos naqueles outros sujeitos (o arguido, o assistente), que nos parecem ser o fundamento da consagração jurídico-constitucional do princípio do direito a uma decisão em prazo razoável.

No novo sistema processual penal a figura do *arguido* ganha um papel central, donde cada vez mais se tem buscado acautelar as garantias de defesa, que sobre ele recai, imperando sobre ele uma presunção de inocência no modo de tratamento, desde o início do processo, até ao trânsito em julgado da sentença de condenação ou absolvição. Este princípio carrega com ele outro princípio/corolário, expressamente consagrado como princípio do procedimento criminal dirigido, especialmente ao arguido, de ser julgado no mais curto prazo compatível com as garantias de defesa (art. 20.º, n.º 4, conjugado com o art. 32.º, n.º 2, da CRP, e art. 22.º, n.º 1 da CRP, em consonância com os arts. 35.º, n.º 1 da CRCV, e 4.º, n.º 1 do CPP-CV).

Dada a relevância da posição do arguido no processo criminal, o legislador optou por não atribuir apenas direitos avulsos (*utis singuli*), mas antes adquire uma posição global, estável e rica (ativa e passiva), taxativamente elencados na lei (arts. 60.º e 61.º do CPP-P, e 77.º do CPP-CV). Este complexo de direitos e faculdades atribuídas ao arguido, que integram a sua defesa material e formal ou técnica, constitui o chamado direito de defesa²²⁹.

Portanto, a qualificação de arguido como sujeito processual pelo Código de Processo Penal, significa que se tem de assegurar ao arguido uma posição jurídica que

²²⁷ Quando se fala em arguido, torna-se importante levar em linha de consideração a figura do suspeito, que não é um sujeito processual. Nos termos do arts. 1.º, al. e), e 75.º, n.º 1 do CPP-CV, «é suspeito, todo aquele relativamente ao qual exista indício sério de que cometeu ou se prepara para cometer um crime, ou que nele participou ou se prepara para participar». Também o termo jurídico «arguido» em processo penal, é sinonimo aos termos «acusados», «indiciado», «imputado», «inculcado». MENDES, Paulo de Sousa, «Os sujeitos processuais no novo Código de Processo Penal de Cabo Verde» (2.º módulo), in *Direito Processual Penal de Cabo Verde, Sumários do Curso de Pós-Graduação Sobre o Novo Processo Penal de Cabo Verde*, Praia, (Fevereiro-Abril de 2007), coord. Augusto Silva Dias e Jorge Carlos Fonseca, Coimbra, Almedina Editora, 2009, pág. 165.

²²⁸ LÚCIO, A. Laborinho, «Sujeito do Processo Penal – Algumas considerações», in *Centro de Estudos Judiciários, O Novo Código de Processo Penal, Jornadas de Direito Processual Penal*, Livraria Almedina, Coimbra, 1995, pág. 38.

²²⁹ Neste sentido, ANTUNES, Maria João, «As garantias do arguido no processo penal português», *O direito e a justiça em ação: O poder judicial e o exercício da justiça*, Janus 2004: anuário de relações exteriores, págs. 188-189.

lhe permita participação constitutiva no decurso do processo, tendo a lei concedido um conjunto de direitos processuais, legalmente definidos, que hão de ser respeitados pelo próprio juiz e demais autoridades judiciais, sem prejuízo de responsabilidade civil do Estado-juiz pelos danos resultantes da violação daqueles direitos.

Em caso de crime que depende da acusação particular, crimes semipúblicos ou crimes particulares, o novo sistema processual penal, veio tutelar como sujeito processual, a *figura do assistente* (art. 32.º, n.º 7, da CRP, conjugado com arts. 68.º, n.º 1 e 69.º, n.º 1 do CPP-P, e 71.º, n.º 1 e 72.º, n.º 1 do CPP-CV).

É conferida legitimidade para constituir assistente o ofendido (a vítima), considerando-se como tais os titulares de interesses que a lei especialmente quis proteger com a incriminação, como prevê os arts. 68.º, n.º 1, al. a) do CPP-P, e 71.º, n.º 1, al. a) do CPP-CV.

Numa linguagem simplificada o assistente é o *queixante*, autor da queixa portador dos bens jurídicos, supostamente, violados pelo ato ilícito praticado pelo arguido. O direito de queixa deve ser exercido em regra pelo ofendido, e por outras pessoas a quem a lei confere legitimidade para o efeito²³⁰. Alarga-se, desta forma, o campo, de observação da vítima ao conceder particular relevo, onde se afirma, inequivocamente, como um elemento com igual dignidade na tríade punitiva: Estado-delinquente-vítima²³¹.

Por fim, não menos importante, o novo processo penal, confere qualidade sujeitos processuais as *partes civis* (arts. 74.º, n.º 1 do CPP-P, e 97.º, n.º 1 do CPP-CV). O reconhecimento das partes civis como sujeitos processuais, visa distinguir o ofendido do lesado. O ofendido como vimos é a vítima do crime, no sentido de que é titular dos interesses que a lei visa tutelar. O lesado é quem sofre o prejuízo. Diretamente falando é o prejudicado, mas a vítima não é necessariamente prejudicada.

Como ensina FIGUEIREDO DIAS, o lesado integra um conceito lato de ofendido, compreendendo as pessoas a quem deve ser dada legitimidade para deduzir, em processo penal, um pedido civil de indemnização, ou qualquer outra natureza patrimonial, derivado de uma infração penal, devendo ser considerada como tal toda a

²³⁰ Sobre isso, vide, o art.113.º, n.º 1 do CP-P. Para o conhecimento mais profundo da posição do assistente no novo processo penal, vide, entre outros, PINTO, António Augusto Tolda, ob. cit., págs. 111-152, MENDES, Paulo de Sousa, *Lições de direito processual penal*, ob. cit. págs. 133-136, e, Os sujeitos processuais no novo Código de Processo Penal de Cabo Verde, págs. 166-167.

²³¹ LÚCIO, A. Laborinho, ob. cit., pág. 42.

pessoa, que segundo as normas de direito civil, tenha sido prejudicado em seus direitos juridicamente protegidos²³².

Nos termos dos artigos citados o lesado «é a pessoa que sofreu danos ocasionados pelo crime, ainda que se não tenha constituído assistente ou não pode constituir-se assistente». Neste último caso, não sendo-lhe conferido a possibilidade de constituir-se assistente porque não foi ofendido. Todavia, pode requerer o pedido de indemnização civil (arts. 130.º do CP-P, e 100.º do CP-CV). O pedido pode ser conferido pelo lesado contra quaisquer pessoas com responsabilidade civil relacionada com o facto que é objeto do processo ao qual adere a ação civil²³³.

É nesta medida que o direito à decisão em prazo razoável traduz-se num *dever*, um direito fundamental dos sujeitos processuais, principalmente o arguido, o assistente, e em última instância o ofendido – aquilo que A. LABORINHO LÚCIO entende de *relação agente-vítima* ou a regra de *bilateralidade interpretativa*²³⁴ em direito criminal, que carrega consigo um dever imposto aos juízes, e demais autoridades judiciais, de decidir a decisão submetida ao tribunal para a sua apreciação, num prazo de tempo que não se compadece com longas demoras injustificáveis.

Como refere GERMANO MARQUES DA SILVA,²³⁵ «a celeridade na conclusão do processo é do interesse do arguido e, por isso, foi erigida em garantia constitucional, mas é também do interesse do ofendido e da comunidade. É também condição importantíssima para a realização dos fins do direito e das sanções penais».

O fundamento do direito da decisão em prazo razoável assenta na ideia de que a vida e os desenvolvimentos que a mesma nos trás não são suscetíveis de, pelo simples facto do litígio ter dado entrada em tribunal, serem congelados e assim ficarem até à decisão final e sua execução²³⁶. Visa assegurar que os sujeitos processuais (principalmente o arguido) envolvidos numa ação judicial obtenham do órgão judicial competente uma decisão dentro dos prazos legais pré-estabelecidos, ou no caso de esses

²³² DIAS, Jorge Figueiredo, *Direito Processual Penal*, Vol. I, págs. 508-509.

²³³ Para um melhor aprofundamento, MENDES, Paulo de Sousa, *Lições de direito processual penal*, ob. cit. págs. 137 e segs., PINTO, António Augusto Tolda, ob. cit., págs. 154-187.

²³⁴ LÚCIO, A. Laborinho, ob. cit., pág. 43.

²³⁵ SILVA, Germano Marques da, *Direito Processual Penal Português, Noções Gerais. Sujeitos Processuais e Objeto*, Vol. III, Universidade Católica Editora, 2013, pág. 90.

²³⁶ Neste sentido, entende GERMANO MARQUES DA SILVA, que «um processo que se arrasta durante longo tempo por tempo superior ao necessário para o esclarecimento da suspeita e para assegurar ao arguido a preparação da sua defesa, converte-se frequentemente num sofrimento para o próprio arguido, porque a incerteza da decisão e da ameaça da pena que sobre ele paira pode significar e frequentemente significa o condicionamento da sua vida pessoal e profissional e até mesmo a sua liberdade, em razão da sua sujeição a medidas de coação». SILVA, Germano Marques da Silva, *Direito Processual Penal Português, Noções Gerais*, ob. cit., pág. 90.

prazos não estarem fixados na lei, de um lapso de temporal proporcional e adequado à complexidade do processo.

Por seu turno, o arrastar do fim de um processo – *never-ending process of* – pode traduzir-se numa verdadeira «pena processual» cuja gravidade é diretamente proporcional à duração do processo e enfraquece todas as garantias do processo penal, desde o princípio base da estrutura penal, a presunção de inocência pela estigmatização do arguido, o direito de defesa pela sobrecarga com gastos de honorários e empobrecimento gerado pela estigmatização social, pela bancarrota a que a prisão preventiva, caução ou apreensão de bens frequentemente conduz e do próprio contraditório, nomeadamente pela incapacidade das testemunhas.

Um arguido inocente que se depara envolvido num processo que se arraste por longo tempo, tempo superior ao necessário para o esclarecimento da suspeita e para assegurar ao arguido a preparação da sua defesa, converte-se frequentemente em sofrimento e corre o risco de por em causa o seu bom nome, trazendo danos irreparáveis tais como prejuízo profissional, descrédito perante a sociedade, além de perturbação psicológica e de ostracismo social. A absolvição final não repara os sacrifícios que resultam para o arguido da pendência do processo²³⁷. A dignidade do arguido que frequentemente é ofendido, é, assim, progressivamente, posta em causa pelo prolongamento do procedimento penal²³⁸.

O arrastamento do processo embasa também um mal para a vítima (o ofendido), na medida em que quanto mais cedo for posto fim ao processo, e, naturalmente pela decisão justa, mais cedo também, a vítima retomar a confiança na sociedade que lhe fez justiça. Durante o tempo, que o processo se mantém pendente a vítima, dificilmente esquecerá o mal do crime.

Por fim, não menos importante, a própria sociedade carece de justiça pronta. A justiça é sinónimo de paz, segurança e liberdade. A paz social assenta em grande medida na certeza de que os criminosos são condenados e os inocentes absolvidos. Inevitavelmente, se o processo arrasta por tempo demasiado leva a ineficácia e subversão do principal fim das penas – este, de prevenção geral positiva – e mesmo de frustração do antigo fim da prevenção geral negativa, que, na prática, os tribunais ainda aplicam, o que contribui para o aumento da criminalidade, e frequentemente gera-se a

²³⁷ AGUILAR, Francisco, «Direito ao recurso, graus de jurisdição e celeridade processual», II, *O Direito*, ano 138, Coimbra, Almedina Editora, 2006, pág. 308, MIRANDA, Jorge, MEDEIROS, Rui, *Constituição Portuguesa Anotada*, ob. cit., pág. 357.

²³⁸ MIRANDA, Jorge, MEDEIROS, Rui, *Constituição Portuguesa Anotada*, ob. cit., págs. 90-91.

instabilidade social e ganha lugar a ideia da impunidade e o descrédito na justiça²³⁹. Em consequência vem muitas vezes a erosão da prova, as amnistias e até as prescrições, o que favorece a ineficácia da justiça, mormente a função preventiva dos julgamentos e das sanções aplicadas aos condenados²⁴⁰.

Desta forma, torna-se indispensável a aplicação e eficácia da lei e que a decisão final seja proferida num espaço de tempo razoável, sob pena de minar o seu efeito útil.

Parafraseando FÁTIMA FERREIRA²⁴¹, «todos os atos processuais devem ser praticados tempestivamente, ou seja, nos prazos fixados diretamente na lei, ou nos casos em que a marcação do prazo é de incumbência do juiz, deve-o ser feito segundo prudente critério».

Importa, contudo, ressaltar que, o fundamento da celeridade não deve ser interpretado apenas como fruto de uma lógica de produtividade e eficácia, mas também, e sobretudo, da própria lógica da justiça, que o mandamento da celeridade foi instituído²⁴². Ele encontra-se umbilicalmente ligado à obtenção do efeito de prevenção geral positiva ou de integração com a aplicação de sanções penais, à maior probabilidade de justeza da decisão proferida pelo tribunal e ao interesse do arguido, cuja demora do processo, para além de poder significar restrições ilegítimas dos seus direitos, acabará por esvaziar de sentido e retirar conteúdo útil ao princípio da presunção de inocência²⁴³.

De maneira que, do fundamento deste princípio, podemos retirar duas ilações fundamentais: a justiça deve ser célere, primeiro, porque ela realiza o direito no caso concreto. Segundo, porque ela repõe as expectativas dos sujeitos processuais e da comunidade na eficácia e vigência da justiça e no respeito pelo bem jurídico lesado pelo infrator. Não obstante, não se deve entender como razoável duração do processo, as prestações jurisdicionais aceleradas que ameacem a efetividade da prestação

²³⁹ Sobre isso, vide, entre outros, Ac. TRC, processo n.º 872/09.3PAMGR.C1, de 17/12/2014, relator: Vasques Osório.

²⁴⁰ MIRANDA, Jorge, MEDEIROS, Rui, *Constituição Portuguesa Anotada*, ob. cit., págs. 90-91

²⁴¹ FERREIRA, Fátima Ferreira, ob. cit., pág.32.

²⁴² Cf. DIAS, Jorge Figueiredo, *O Código de Processo Penal Português à prova, inédito*, Viseu, 1990, ob. cit., pág. 1, RODRIGUES, Anabela Miranda, *Os processos sumário e sumaríssimo*, ob. cit., pág. 526.

²⁴³ Entre nós, DIAS, Jorge Figueiredo, *A revisão constitucional e o processo penal*, pág. 53, ISASCA, Frederico, *A alteração substancial dos factos e sua relevância no processo penal português*, Coimbra, Almedina Editora, 1992, págs. 197-198, nota 2. Também, FONSECA, Jorge Carlos, *O Novo Direito Processual Penal de Cabo Verde*, págs.133-134.

jurisdicional. O que se tenta evitar, com a aplicação da garantia constitucional, são as dilações indevidas²⁴⁴.

4. Direito oponível aos tribunais e ao Estado

No sistema constitucional democrático português, bem como cabo-verdiano, a realização da justiça recai de modo principal sobre os tribunais.

A consagração de poder judicial dos tribunais elevada a categoria constitucional consta do Título V, Capítulo I, – *Princípios Gerais*, – Capítulo II – *Organização dos tribunais* – Capítulo III – *Estatuto dos juízes*, das Constituições portuguesa e cabo-verdiana²⁴⁵. Assim, os tribunais são órgãos do Estado competente para exercer a administração da justiça, em nome do povo, a chamada função jurisdicional (arts. 111.º, n.º 1 e 202.º, n.º 1 da CRP, e 119.º, n.º 1, e 210.º, n.º 1 da CRCV)²⁴⁶, não podendo os tribunais aplicar normas contrárias à Constituição ou aos princípios nela consignados (arts. 204.º da CRP, e 211.º, n.º 3 da CRCV)²⁴⁷.

Dada a supremacia dos bens jurídicos de cabal importância no Estado de Direito, que são depositados no poder deste órgão, o legislador optou resolutamente por assegurar um conjunto de princípios fundamentais que regem os tribunais na sua rica função estatal²⁴⁸. Esses princípios visam garantir a máxima legalidade dos atos e procedimentos processuais, e a objetividade e imparcialidade do julgamento²⁴⁹.

²⁴⁴ Neste sentido, profere GERMANO MARQUES DA SILVA, «a celeridade é um valor constitucional, mas só enquanto compatível com as garantias de defesa. A justiça tem o seu tempo; para a investigação e acusação e tempo para a defesa. Importa também que o julgamento não ocorra quando ainda são muito recentes os factos e a opinião pública, também frequentemente ampliada e incitada pelos meios de comunicação, clama ainda por vingança». SILVA, Germano Marques da, *Direito Processual Penal Português, Noções Gerais*, ob. cit., pág.91.

²⁴⁵ O Estatuto dos Magistrados Judiciais (EMJ) reafirma tais regras e princípios, em Portugal pela Lei n.º 21/85, incluindo a última alteração pela Lei n.º 9/2011, de 12/04, de 30 de Julho, e em Cabo Verde pela Lei 135/IV/95, de 3 de Junho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64/V/98, de 17 de Agosto e pela Lei n.º 1/VIII, de 20 de Junho de 2011.

²⁴⁶ MENDES, Paulo de Sousa, *Lições de direito processual penal*, ob. cit., pág. 109.

²⁴⁷ Neste sentido, SILVA, Germano Marques da, *Direito Processual Penal Português, Noções Gerais*, ob. cit., págs. 218 e segs, ALEXANDRINO, José de Melo, *Os tribunais e a defesa dos direitos fundamentais*, ob. cit., pág. 5, FONSECA, Jorge Carlos, *O Novo Direito Processual Penal de Cabo Verde*, ob. cit., págs. 82-83.

²⁴⁸ Para melhor aprofundamento sobre os princípios da administração da justiça, vide, entre outros, MENDES, Paulo de Sousa, *Lições de direito processual penal*, ob. cit. pág. 109-114.

²⁴⁹ Sobre o fundamento da independência e imparcialidade do juiz no novo sistema processual penal acusatório, vide, ARMENTA DEU, Teresa, *Principio acusatorio y derecho penal*, Publicaciones del Instituto de Criminología de la Universidad de Barcelona, J.M. Bosch Editor, Barcelona, 1995, págs. 62-64, SILVA, Germano Marques da, *Direito Processual Penal Português, Noções Gerais*, ob. cit., págs. 221-226.

No exercício das suas funções orienta-se pela sua independência judicial, estando apenas subordinado à Constituição e à lei, que os juízes devem aplicar dentro da sua própria consciência (arts. 203.º da CRP, e 211.º, n.ºs 1 a 3 da CRCV). A sua independência é garantida através da independência pessoal e objetiva do próprio juiz, na medida em que os magistrados judiciais, embora sujeitos a responsabilidade disciplinar, nunca são sujeitos a supervisão administrativa (arts. 216.º, n.º 2 da CRP, e 22.º, n.º 6 da CRCV)²⁵⁰.

Os tribunais têm a enorme responsabilidade de resolver os casos penais que cheguem a seu poder para assim propiciar a paz social e garantir a segurança jurídica. Em termos prático, o poder-dever primordial dos tribunais consiste em dirimir os conflitos jurídicos que surgem entre os sujeitos processuais, reprimir a violação da legalidade democrática e proteger os direitos constitucionais destes sujeitos (e dos cidadãos em geral), para evitar – em última instância – que o cidadão faça justiça pelas próprias mãos. Deste modo, trata-se, indubitavelmente, de uma função cardinal na legalidade democrática (art. 202.º, n.º 2 da CRP, e 209.º da CRCV)²⁵¹.

A consagração autónoma do direito fundamental a um processo judicial com prazo razoável que assiste a cada pessoa e que vincula todos os órgãos/poderes do Estado, inclui o poder judicial. O poder judicial aparece-nos desta feita como verdadeiro guardião da Constituição e como sistema especialmente colocado ao serviço da defesa de direitos fundamentais²⁵².

Assim, o direito à decisão em prazo razoável abrange os juízes, enquanto titulares de órgãos de soberania – os tribunais. O juiz tem acesso direto à norma constitucional e está obrigado pelos efeitos vinculativos da norma de direito, liberdade e garantia a solucionar os conflitos e outros interesses que lhe sejam trazidos, procurando respeitar as exigências de celeridade, desde que não prejudique as garantias de defesa.

Bem se percebe o papel de destaque que é atribuído aos juízes, que no dia a dia dos nossos tribunais, levam a cabo essa tarefa importante, que é o funcionamento do serviço público da justiça.

Os juízes, sem prejuízo do acerto da decisão, têm, no exercício das suas funções o dever de adotar as providências necessárias enquanto direção do processo e de observar os prazos e tramites previstos na lei – já que o seu funcionamento adequado

²⁵⁰ Ibidem. PIÇARRA, Nuno, *A separação de poderes*, ob. cit., pág. 195.

²⁵¹ ALEXANDRINO, José de Melo, *Os tribunais e a defesa dos direitos fundamentais*, ob. cit., pág. 9.

²⁵² Ibidem, pág. 5.

(*rectius*, em tempo útil) se impõe aos juízes a fim de serem cumpridas as exigências constitucionais de uma tutela jurisdicional efetiva dos nossos direitos e interesses legalmente protegidos²⁵³.

Neste sentido, entende GOMES CANOTILHO que «os tribunais são *órgãos constitucionais* aos quais é especialmente confiada a função jurisdicional exercida por *juízes*»²⁵⁴.

Disto é cabal ressaltar que, os tribunais não são formados apenas pelos juízes, constituindo um complexo orgânico, são, ainda, compostos pelo MP e pela secretaria, onde vários funcionários judiciais desenvolvem a sua atividade. Todas estas entidades que, de uma maneira ou de outra, participam na tarefa incumbida aos tribunais de administrar a justiça, têm em comum uma ideia de cooperação, pois todas elas visam a prossecução do mesmo objetivo – o regular funcionamento da máquina judiciária, só assim se logrando o cumprimento do valor máximo aqui em causa, que se traduz na realização da justiça²⁵⁵.

Na linguagem tradicional quando se fala dos tribunais também se fala do MP. Trata-se de dois órgãos independentes. Todavia a ligação entre os tribunais e o MP na prossecução dos interesses da justiça é fundamental. Mas vamos debater sobre o papel deste órgão no ponto que se segue. Por ora é mister fazer uma breve distinção entre este e o juiz.

É preciso ter presente que o juiz não acusa, julga, e que em contrapartida, o MP não julga, acusa. Julgar é, mesmo etimologicamente, ação ou função do juiz (*judex-judicare*) e só a decisão judicial é suscetível de trânsito em «julgado», de constituir caso julgado. Essa função é exclusiva do juiz. Outra diferença é que o MP não responde civilmente pelos seus atos, apenas está sujeito a responsabilidade disciplinar e criminalmente, enquanto que o juiz responde civilmente perante os seus atos²⁵⁶.

²⁵³ FERREIRA, António Manuel da Rocha, ob. cit., pág. 300.

²⁵⁴ CANOTILHO, J. J. Gomes, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 7.^a Edição (Reimpressão), Almedina Editora, 2017, pág. 657.

²⁵⁵ QUINTA NOVA, Ana Rita Vieira, *Os Danos Decorrentes da Administração da Justiça: Contributo para o Estudo da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e dos Magistrados*, Tese de Mestrado apresentada na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015, pág. 28.

²⁵⁶ O MP é o titular oficioso da ação penal para exercer em conformidade com a lei, isto é, sempre que se verifiquem os seus pressupostos: da legalidade no seu exercício cabe ao juiz julgar, porque essa é a exclusiva função do juiz. FERREIRA, Manuel Cavaleiro de, *Curso de Processo Penal*, Vol. 2.º, Lisboa, Danúbio Editora, 1986, págs. 200-201 e 203.

Além do mais, dispõe o art. 3.º, n.º 1. al. f) do EMP que lhe compete *defender a independência dos tribunais, na área das suas atribuições, e velar para que a função jurisdicional se exerça em conformidade com a Constituição e as leis*.

Assim, cabe ao MP velar para que a função jurisdicional se exerça em conformidade com a Constituição e as leis, promovendo o que for por necessário através dos recursos previstos na lei, por um lado, mas também, promovendo procedimento penal e disciplinar contra quem exerça em violação da legalidade democrática, nomeadamente os juízes se for o caso. Retomamos esta questão no ponto seguinte quando estudarmos o papel do MP²⁵⁷.

Verdade que, é inegável o impacto social da morosidade que caracteriza os nossos tribunais, sendo porventura a principal manifestação de um anormal funcionamento da administração da justiça,²⁵⁸ – nesta zona da capacidade de prestação do sistema judicial que se situa talvez a maior dificuldade de efetivação dos direitos, liberdades e garantias (o espinho do «jardim dos direitos»)²⁵⁹.

Assistimos, processos com décadas parados em tribunais judiciais, por motivos desconhecidos, o que impedem o término da lide. Muitas vezes acabam por prescrever sem o autor do direito lesado, ter a felicidade de ver esse direito reparado. Daí a necessidade de limitar o procedimento judiciário, impondo prazos, para que a lide seja resolvida, razão de ser do surgimento do princípio da duração razoável do processo.

A Constituição determina que os juízes não podem ser responsabilizados pelas suas decisões, salvo nos casos previstos na lei²⁶⁰. Não obstante, a independência funcional dos juízes, a lei criou mecanismos que permite os cidadãos lesados pela duração excessiva do processo, e que dela suscitou prejuízos, responsabilizar civilmente como forma a recompensar de alguma forma os cidadãos (arts. 22.º da CRP, e 16.º da CRCV).

A Lei de Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado de 2007 (Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro), no seu art. 12.º veio consagrar expressamente o regime

²⁵⁷ Sobre isso, vide, também RMP, Documentação, Jurisprudência e Documentação, n.º 86, pág. 169.

²⁵⁸ QUINTA NOVA, Ana Rita Vieira, ob. cit., pág.38.

²⁵⁹ ALEXANDRINO, José de Melo, *Os tribunais e a defesa dos direitos fundamentais*, ob. cit., pág. 12.

²⁶⁰ Como refere GERMANO MARQUES DA SILVA, «a questão da irresponsabilidade dos juízes põe-se antes de mais em termos políticos, enquanto titulares de órgãos de soberania. A afirmação de que os juízes são irresponsáveis pelas suas decisões significa assim antes de mais que não respondem politicamente perante qualquer órgão ou entidade, nem mesmo perante o povo, em nome de quem administram a justiça». SILVA, Germano Marques da, *Direito Processual Penal Português, Noções Gerais*, ob. cit., págs. 227.

jurídico da Responsabilidade do Estado-juiz por violação do direito a uma decisão judicial em prazo razoável, reforçando o preceito legal do art. 22.º da CRP. Também, prevê a aplicação do direito de regresso contra os magistrados judiciais que cometem erros com dolo ou culpa grave. Esta consagração não compromete a independência pessoal dos juizes, cabendo apenas no sentido de reforçar a qualidade da função jurisdicional²⁶¹.

A decisão de exercer o direito de regresso cabe ao Conselho Superior de Magistratura (em Cabo Verde Conselho Superior de Magistratura Judicial – CSMJ), que é o órgão com competência para exercício do poder disciplinar sobre os juizes, bem como a gestão das suas carreiras²⁶².

Em suma, o gozo efetivo do direito de uma decisão judicial num prazo razoável só estará objetivamente assegurado havendo um órgão estatual capaz de garantir a aplicação imparcial da lei existente, ao caso concreto, mediante processo justo e equitativo²⁶³. Esse órgão só pode ser um tribunal, dotado de magistrados preparados, com mecanismos adequados para dar respostas atempadamente a sobrecarga de processo que entram diariamente nos tribunais.

Contudo, temos de reconhecer que o problema da morosidade não é só do juiz e sozinho ele não pode conceder a plena efetivação do direito a uma decisão judicial em prazo razoável, na medida em que são necessariamente carecidos de organização, de procedimentos e de mecanismos institucionais e sem se esquecer, da regulação da questão de uso indevido de manobras processuais pelos sujeitos processuais para defraudar a justiça.

5. O Ministério Público

Constitui nossa preocupação neste ponto analisar qual o papel do novo Ministério Público na prossecução das finalidades do processo penal, mormente no que respeita ao cumprimento do direito fundamental à decisão em prazo razoável²⁶⁴.

²⁶¹ Esta questão será melhor desenvolvida no VIII. Capítulo, ponto 1.

²⁶² Em Portugal, todavia, a Associação Sindical dos Magistrados Judiciais (ASMJ) negociou um seguro que cobre o pagamento de indemnização até 500 mil euros. MENDES, Paulo de Sousa, *Lições de Direito Processual Penal*, pág. 110.

²⁶³ PIÇARRA, Nuno, *A separação de poderes*, ob. cit., pág. 194.

²⁶⁴ Para efeito do presente estudo importa levar em linha de consideração, que o legislador processual penal, empregou uma técnica legislativa de definição de alguns conceitos mais operatórios em toda a sua economia. Assim, e tendo em conta aquilo que vamos tratar, salienta-se aqui as alíneas b), c), e e) do art. 1.º do CPP-P. No que se refere a aquela primeira daquelas, para efeito do Código a como *autoridade judiciária* «o juiz, o juiz de instrução e o Ministério Público, cada um relativamente aos atos processuais

Como disse e bem, JOSÉ SOUTA DE MOURA²⁶⁵ «seria uma ingenuidade confrangedora apostar só, ou demasiado, na consciência moral dos cidadãos para através dela se atingir a justiça que reclamamos. E então, teremos de recorrer sempre a quem, integrado no sistema, parte do aparelho, peça decisiva no serviço em questão, faça a justiça do caso. Referimo-nos obviamente aos juízes. Acontece que os juízes só julgam o que lhes for levado para que eles julguem».

Isso para dizer que, o Ministério Público enquanto órgão legitimador do Estado para promover justiça junto dos tribunais, e portanto do poder judicial, é também responsável para fazer cumprir as finalidades do processo penal, mormente despachar os casos que lhe são chegados, o quanto possível, em tempo razoável²⁶⁶.

Por isso, se diz que o dever de cumprir uma justiça tempestiva imposto ao poder judicial não se aplica apenas aos tribunais, mas também ao Ministério Público. Parafraseando aquele autor «(...) o Ministério Público não foge a esse mal da falta de celeridade, pelo menos em alguns serviços. Com um agravante: é que o seu trabalho mais visível, a direção do inquérito crime, reclama por regra a participação de outros corpos profissionais, e no caso haver dificuldades, elas repercutem-se imediatamente no Ministério Público. E, isto não só em relação aos órgãos de polícia criminais, mas também nos atrasos crónicos de certos tipos de perícias»²⁶⁷.

É cabal dizer que a Constituição dispõe que a magistratura do MP faz parte do órgão de Soberania dos Tribunais/Poder Judicial – Título V – Capítulo IV (arts. 219.º e 220.º da CRP, e 225.º a 228.º da CRCV). O Ministério Público aparece configurado como representante do Estado e titular da iniciativa processual penal do poder judicial.

que cabem na sua competência»; *órgãos de polícia criminal* «todas as entidades e agentes policiais a quem caiba levar a cabo quaisquer atos ordenados por uma autoridade judiciária ou determinados por este Código; e, *autoridade de polícia criminal* «os diretores, oficiais, inspetores e subinspetores de polícia e todos os funcionários policiais a quem as leis respetivas reconhecerem aquela qualificação». Neste sentido, também, COSTA, José de Faria, «As relações entre o Ministério Público e a Polícia: a experiência portuguesa» *Boletim da Faculdade de Direito*, Coimbra, Vol.70, 1994, pág. 228. Também, importa referir que para o presente estudo, é de se levar em conta as reflexões de EDUARDO MAIA COSTA em, COSTA, Eduardo Maia, «Algumas reflexões (in)tempestivas em final de milénio», *Revista do Ministério Público*, n.º 84, ano 21, (Out.-Dez.), Lisboa, 2000, ob. cit., págs. 7-13.

²⁶⁵ MOURA, José Souto de, *Sobre Justiça e sobre o Ministério Público*, págs. 5-6.

²⁶⁶ Sobre a origem, evolução e organização do MP, vide, entre outros, SILVA, Germano Marques da, *Direito Processual Penal Português, Noções Gerais*, ob. cit., págs. 238-242, RODRIGUES, Anabela Miranda, «O inquérito no novo Código de Processo Penal», in Centro de Estudos Judiciários, *Jornadas de Direito Processual Penal: O Novo Código de Processo Penal*, Livraria Almedina, Coimbra, 1995, págs. 63-68.

²⁶⁷ MOURA, José Souto de, *Sobre Justiça*, ob. cit., págs. 11-12.

Rege-se pelas normas e princípios estabelecidos na Constituição e, no Estatuto do Ministério Público (EMP), e pela Lei de Orgânica do Ministério Público (LOMP)²⁶⁸.

Assim, como na República Federal Alemã, o MP é o órgão responsável por proceder a investigação criminal (*Beginn der Ermittlungen*) e, não é, por conseguinte, parte no processo, porque está obrigado a mais estrita objetividade²⁶⁹. Goza de estatuto próprio e de autonomia, no sentido de autonomia funcional, em relação aos demais órgãos do poder mas os seus magistrados são hierarquicamente subordinados a Procuradoria-Geral da República (seu órgão superior)²⁷⁰. Também não tem qualquer dependência do poder político. Pauta-se pelos princípios da legalidade, objetividade e imparcialidade, sob pena da ilegalidade da sua atuação, omissão de um dever, constituir-se crime (crime de denegação da justiça – art. 369.º do CP-P, e 329.º do CP-CV)²⁷¹.

A experiência demonstra que a demora nas fases de investigação criminal é, em larguíssima medida, causadora de uma grande percentagem da morosidade, assim como das prescrições, entre nós, vigente, pelo que também algo tem que mudar no MP e, é mesmo um campo onde de facto se faz necessário intervir. Um melhor funcionamento do MP, sobretudo no âmbito do processo penal, conduzirá a um melhor desempenho da justiça penal.

A questão que se coloca é: que papel tem assumido o Ministério Público junto dos tribunais? Qual a eficácia e a rapidez da investigação criminal de que o MP é responsável?

²⁶⁸ Em Portugal pela Lei n.º 47/86, de 15 de Outubro. Em Cabo Verde pela Lei n.º 136/IV/95, de 3 de Junho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 65/V/98, de 17 de Agosto e pela Lei n.º 2/VIII/2011, de 20 de Junho (EMMP) e Lei n.º 89/VII/2011 de 14 de Fevereiro (LOMP).

²⁶⁹ Citando ANTÓNIO AUGUSTO TOLDA PINTO, «o Ministério Público é o órgão de justiça e não de parte, integrante do tribunal e não a ele adere, atuando num processo acusatório que exprime uma conceção personalística do Direito Democrático do Estado». PINTO, António Augusto Tolda, ob. cit., pág. 69. Parafraseando, TERESA BELEZA, contrapondo ao direito anglo-saxónico, o Ministério Público não é no nosso Direito, em rigor, propriamente uma parte no processo. «Parte» no sentido que nós poderíamos usar a expressão no processo civil». Cf. BELEZA, Teresa, ob. cit., pág. 179. Também, PAULO DE SOUSA MENDES refere que, «o MP, no quadro da estrutura acusatória do processo penal, é essencial ao contraditório, mas não é parte do processo, já que não tem um interesse direto em demandar, mas prossegue apenas o interesse da justiça. Quanto muito, o MP é parte em sentido formal, enquanto titular do direito processual de ação, mas não parte em sentido material, enquanto titular de um interesse jurídico próprio. Parafraseando COSTA ANDRADE, se quisermos, o MP é assim uma «parte imparcial». Assim, MENDES, Paulo de Sousa, *Lições de Direito Processual Penal*, ob. cit., pág. 119. Finalmente, vide, FONSECA, Jorge Carlos, *O Novo Direito Processual Penal de Cabo Verde*, ob. cit., págs. 61-62.

²⁷⁰ ROXIN, Claus, ob. cit., pág. 174.

²⁷¹ ALMEIDA, Cândida, «Que M.P. para a nossa realidade Democrática?» Procurador-Geral Adjunta – DCIAP, in VI Congresso do Ministério Público e os novos desafios da justiça, *SMMP*, Évora, 21 a 24 Novembro, 2002, págs. 71- 80, MENDES, Paulo de Sousa, *Lições de Direito Processual Penal*, ob. cit., pág. 115.

Partindo da doutrina de MARIA FERNANDA PALMA, no que respeita ao Ministério Público, as reformas processuais, por um lado, veio adulterar o seu papel, deixando praticamente o *se* e o *como* da investigação criminal para os órgãos de polícia criminal e, por outro lado, clarificar o papel do juiz de instrução, em face do Ministério Público, do juiz de julgamento e do juiz do recurso, enquanto juiz singular (Relator ou Presidente do Tribunal)²⁷².

Na conceção do Ministério Público moderno, cabe aos magistrados ministerial obrigatoriamente por lei que lhes são imposto pela Constituição, pelo seu Estatuto, e pelo Código de Processo Penal, atuar com a preocupação de, ao mesmo tempo, o respeito pela legalidade democrática na investigação e na persecução penal dos processos-crime que estejam perante os tribunais, com a finalidade de restaurar a ordem abalada pela prática da infração penal, como também velar pela garantia dos direitos individuais do investigado ou acusado e do interesse público²⁷³.

Pensando ao largo do poder investigatório do Ministério Público na seara criminal, a adoção de um modelo processual penal de índole acusatório impõe o MP como órgão legitimador para conduzir a investigação e promover a acusação junto dos tribunais, zelando pela celeridade e efetividade da investigação e decidindo pela ação penal, pelo arquivamento ou pela requisição de diligências complementares. Melhor dizendo, à intervenção há de presidir as exigências de celeridade e de uma justiça tempestiva – tão incondicional como a do juiz.

E sendo o modelo acusatório do processo penal, incumbe ao MP no andamento da investigação criminal o ónus da imputação e o ónus probatório (arts. 48.º e 53.º do CPP-P, e 58.º e 68.º do CPP-CV). O próprio legislador ao atribuir a função de investigação criminal ao MP expressou manifestamente pelo caminho da legalidade, da verdade material, do carreamento de todos os autos relevantes à decisão da causa, sejam elas contra ou a favor do acusado.

O legislador processual penal português, optou por dividir o processo por uma fase denominada de «fases preliminares», correspondente a fase de investigação criminal, que subdivide-se em duas fases. Assim, temos a primeira fase de investigação

²⁷² PALMA, Maria Fernanda, «Linhas estruturais da reforma penal. Problemas de Aplicação da Lei processual Penal no tempo», (Texto correspondente à intervenção no Colóquio sobre a reforma do Código de Processo Penal de 2007, realizado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa) in org. António Menezes Cordeiro Pedro País de Vasconcelos e Paula Cota Silva, *Estudos em Honra do Professor José de Oliveira Ascensão*, Vol. II, Coimbra, Almedina, 2008, págs. 1366.

²⁷³ Neste sentido, SILVA, Germano Marques da, *Direito Processual Penal Português, Noções Gerais*, ob. cit., pág. 234, PALMA, Maria Fernanda, Linhas estruturais da reforma penal, ob. cit., pág. 1367, FONSECA, Jorge Carlos, O Novo Direito Processual Penal de Cabo Verde, ob. cit., pág. 83.

criminal – inquérito – dirigida pela magistratura do Ministério Público. Tarefa, por conseguinte nada fácil, tanto mais que, o MP se afirma como uma instituição que se encontra necessariamente dividida, na medida em que sobre ele impende um «*ethos* de polícia e de juiz». Ou seja, se quisermos ainda, o MP surge, neste contexto, como «elo de permeio» entre as atividades policiais e jurisdicional²⁷⁴.

O papel do Ministério Público não é de mera vigilância – a qual cabe plenamente ao juiz de instrução, mas de um «controlo-direção» da investigação, competência que se tende a esvaziar com o recurso excessivo às delegações de competências genéricas nos órgãos de polícia criminal²⁷⁵.

Com efeito, o MP é coadjuvado pelos órgãos de polícia criminal²⁷⁶ que são especialmente preparados e apetrechados para essa específica tarefa (arts. 55.º e 56.º do CPP-P, e 69.º e 70.º e 306.º do CPP-CV); um juiz das garantias, interveniente no inquérito sempre que em causa esteja a contração dos direitos fundamentais do arguido e a instrução de competência do juiz²⁷⁷, com finalidade de confirmar ou infirmar a decisão final tomada pelo MP²⁷⁸.

Portanto, o MP dirige o inquérito, promove a investigação em coadjuvação dos OPC e exerce a ação penal (sua principal função)²⁷⁹, interlocutor judiciário da

²⁷⁴ COSTA, José de Faria, As relações entre o Ministério Público e a Polícia, ob. cit., pág. 22, MENDES, Paulo de Sousa, *Lições de Direito Processual Penal*, ob. cit., pág. 121, RODRIGUES, Anabela Miranda, O inquérito no novo Código de Processo Penal, ob. cit., págs. 62-63, MOURA, José Souto de, «Inquérito e instrução», in Centro de Estudos Judiciários, *Jornadas de Direito Processual Penal: O Novo Código de Processo Penal*, Coimbra, Livraria Almedina, 1995, págs. 83-84.

²⁷⁵ Cf. PALMA, Maria Fernanda, Linhas estruturais da reforma penal, ob. cit., pág. 1368.

²⁷⁶ Numa perspetiva de direito comparado, sobre a função do MP assistido pelos OPC na fase preliminar de investigação no sistema processual penal alemão, vide, entre outros, ROXIN, Claus, ob. cit., págs. 174-176.

²⁷⁷ Cabe ao juiz de instrução um poder de «controlo-avaliação» em contraste com o «controlo-direção», que responsabilize pela investigação, o qual compete ao MP. PALMA, Maria Fernanda, Linhas estruturais da reforma penal, ob. cit., pág. 1368.

²⁷⁸ As normas relativas à validação da constituição do arguido (art. 58.º, n.º 1) ou à apresentação prévia do MP do resultado das escutas ordenadas pelo juiz [art. 188.º, n.º 9, al. a)] revelam que o MP reforça os poderes deveres de «controlo-direção» e a consequente responsabilização pela investigação. Por outro lado, o «controlo-validação» fica claramente reforçado no juiz de instrução, não podendo o MP recorrer contra o arguido da decisão daquele juiz sobre a prisão preventiva ou cabendo-lhe avaliar decisivamente a questão da publicidade do processo no inquérito (arts. 86.º, n.º 1, 219.º, n.º 1) ou ainda decidir do acesso dos autos (art. 89.º, n.º 2). Cf. PALMA, Maria Fernanda, Linhas estruturais da reforma penal, ob. cit., pág. 1368.

²⁷⁹ A promoção da ação penal pelo MP depende da natureza processual dos crimes. Há que distinguir entre crimes públicos, semipúblicos (ou quase públicos) e particulares. Nos crimes públicos, o MP exerce a ação com total autonomia, ainda que os ofendidos, ou os seus representantes, possam tomar a posição de assistentes para influenciar o curso do processo. Nos crimes semipúblicos, a promoção do procedimento criminal pelo MP depende da queixa ou de participação do ofendido (arts. 49.º, n.º 1 do CPP-P, e 64.º, n.º 1 do CPP-CV), seguindo no resto o regime do procedimento nos crimes públicos, a menos que haja desistência da queixa, seguida de homologação pela entidade competente, o que fará cessar a intervenção do MP no processo (arts. 51.º, n.º 1 do CPP-P, e 66.º, n.º 1 do CPP-CV). Quanto aos crimes particulares, o procedimento criminal também depende de queixa ou de participação do ofendido,

magistratura judicial, no caso do juiz de instrução, tem o dever de acusar quando exista indícios suficientes de um crime e de seu autor(es), mas não só acusa, também representa a acusação no julgamento (arts. 262.º a 267.º do CPP-P) ²⁸⁰.

O inquérito é sempre obrigatório logo que conhecer a notícia de um crime, ou seja, a notícia de um crime dá sempre lugar à abertura de inquérito (art. 262.º, n.º 2). O inquérito é dirigido pelo MP, assistido pelos órgãos de polícias criminal (art. 263.º do CPP), e a sua tramitação segue os termos dos arts. 267.º a 285.º.

Durante a investigação o OPC atua sob a orientação do MP e na sua dependência funcional do MP (art. 263.º do CPP-P, conjugado com o art. 56.º do referido dispositivo). O inquérito deve ser concluído num prazo máximo de *seis meses*, arquivando-o ou deduzindo acusação, se houver arguidos presos ou se sob obrigação de permanência na habitação, ou *oito meses*, se os não houver, salva exceções previstas no art. 215.º.

Em síntese, a função do MP enquanto titular da ação penal, traduz-se no *poder-dever*:

- i) abrir inquérito sempre que tenha a notícia de um crime (art. 262.º, n.º 2);
- ii) deduzir acusação sempre que tenha indícios suficientes de um crime de que certa pessoa foi o autor do crime (283.º, n.º 1, do CPP-P); ou
- iii) arquivar logo que tiver recolhido prova bastante de se não tiver verificado crime, de o arguido não ter praticado a qualquer título ou ser legalmente inadmissível o procedimento (art. 277.º do CPP-P, conjugado com o art. 32.º da CRP) ²⁸¹.

Em termos comparativo, no sistema processual penal cabo-verdiano a competência do MP não muda. Cabe-lhe os mesmos deveres, supra, imposto pelo princípio da legalidade. O que muda é forma como as «fases preliminares» do processo penal estão estruturadas. Ao que parece o legislador preferiu substituir a denominação

além de que depende ainda da constituição de assistente e da dedução de acusação particular por parte deste (arts. 50.º, n.º 1 do CPP-P, e 66.º, n.º 1 do CPP-CV). No que respeita ao concurso de crimes públicos e semipúblicos ou particulares, segue-se o disposto nos arts. 52.º do CPP-P, e 67.º do CPP-CV. Por fim, no que respeita a crimes cometidos por titulares de certos órgãos políticos, também impõe-se restrições ao exercício da ação penal pelo MP (arts. 130.º e 157.º da CRP, e 132.º e 170.º da CRCV). Neste sentido, MENDES, Paulo de Sousa, *Lições de Direito Processual Penal*, ob. cit., págs. 120-121, SILVA, Germano Marques da, *Direito Processual Penal Português, Noções Gerais*, ob. cit., págs. 247 e segs.

²⁸⁰ RODRIGUES, Anabela Miranda, O inquérito no novo Código de Processo Penal, ob. cit., pág. 69. Sobre isso, vide, também, A Lei n.º 21/2000, de 10 de Agosto – Lei de Organização da Investigação Criminal (com as alterações efetuadas pelo Decreto-Lei n.º 305/2002, de 13 de Dezembro e pela Lei 53-A/2006, de 29 de Dezembro).

²⁸¹ Vide, entre outros, MOURA, José Souto de, Inquérito e instrução, ob. cit., págs. 99 e segs, SILVA, Germano Marques da, *Do Processo Penal Preliminar*, Lisboa, 1990, pág. 270.

inquérito para *instrução* correspondente a primeira fase preliminar de investigação cabo-verdiana, que na prática traduz-se nas mesmas funções do inquérito português (art. 301.º do CPP-CV).

A instrução, em regra, é sempre dirigida pelo MP, assistido pelos OPC, nos termos do art. 302.º, em consonância com o art. 306.º, todos do CPP-CV (ao passo que no processo penal português esta competência é atribuída ao juiz de instrução). O juiz só intervém pontualmente, a requerimento, para praticar, ordenar ou autorizar algum ato que, diz respeito aos direitos fundamentais ou assumir particular relevo na tramitação processual, que caia na sua competência exclusiva (arts. 307.º e 308.º). Tem lugar quando é conhecida a notícia de um crime, ou seja, a notícia de um crime dará sempre lugar a instrução (art. 307.º, n.º 1, conjugado com o art. 59.º, todos do CPP-CV)²⁸².

As medidas mais inovadoras que têm sido adotadas respeita a competência do Ministério Público, com vista a imprimir uma maior celeridade e economia processual na resolução da criminalidade de pouca gravidade privilegiando a diversidade, o consenso e a oportunidade²⁸³. Essas medidas serão abordadas no momento oportuno deste trabalho.

Em Portugal, já fora consubstanciada outras iniciativas legislativas e regulamentares fora do CPP-P, que visam garantir uma maior celeridade e eficácia da atuação do MP.

É importante referir que a Recomendação Rec(2000)19 do Comité de Peritos sobre o Papel do Ministério Público no Sistema de Justiça Penal (PC-PR), adotada pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa de 2000, em 6 de Outubro de 2000, e formado sob a égide do Comité Europeu para os Problemas Criminais (CDPC) determinou que o Ministério Público deve respeitar os direitos e liberdades na CEDH, em particular os Direitos consagrados nos artigos 5.º e 6.º da referida Convenção²⁸⁴.

²⁸² SILVEIRA, Jorge Noronha, ob. cit., págs. 258-261.

²⁸³ Assim, CAEIRO, Pedro, ob. cit., pág. 39.

²⁸⁴ A Recomendação procurou estabelecer e promover princípios comuns nas leis dos Estados-Membros, sistemas e práticas com vista a harmonização das competências do MP no combate a criminalidade. Isto porque como ficou referido na recomendação existe vários modelos de MP nos 47 Estados-Membros do Conselho da Europa, fornecendo apenas uma vaga definição e não consegue sequer esclarecer a questão de pertença, ou não, dos agentes do MP à magistratura (Princípio 1.º – Funções do Ministério Público): «O «Ministério Público» é uma entidade encarregada de zelar, em nome da sociedade e no interesse público, pela aplicação da lei, quanto ao incumprimento da mesmas implicar sanção penal, tendo em consideração os direitos individuais e a necessária eficácia do sistema de justiça penal». Ainda segundo a Recomendação, o próprio conceito de autoridade responsável pelo procedimento criminal com os alegados criminosos é duplo na Europa, porque as suas raízes subjazem em dos sistemas principais, assentes em bases diferentes: o modelo francês do «ministério público» confiando o quase monopólio do procedimento criminal a agentes públicos, dentro de um sistema inquisitório; e, o modelo

Igualmente, determina que o MP no exercício das suas funções deve zelar para que o sistema de justiça penal funcione tão expeditamente quanto possível²⁸⁵.

Dai a razão de se verificar uma tendência comum das reformas mais intensas dos sistemas jurídicos processuais penais europeus incidirem no âmbito das faculdades do MP²⁸⁶.

A Lei n.º 72/2015, de 20 de Julho que define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2015-2017²⁸⁷, em cumprimento da Lei n.º 17/2006, de 23 de Maio (Lei Quadro da Política Criminal) e cujo art. 6.º, em relação à pequena criminalidade, prevê que os magistrados do Ministério Público privilegiam, no âmbito das suas competências e de acordo com as Diretivas e instruções genéricas aprovadas pelo Procurador-Geral da República

Em seguimento, a Procuradoria-Geral da República estabeleceu um conjunto de Diretiva, com a aplicação de diversas medidas com vista a ampliar a aplicação dos institutos criados pelo Código de Processo Penal para a resolução de crimes de pequena e média gravidade, entre as quais, a suspensão provisória do processo e o processo sumaríssimo, diretivas e instruções genéricas que vinculam os magistrados do Ministério Público, nos termos do respetivo Estatuto (n.º 3).

Em cumprimento do acima exposto, a Diretiva n.º 1/2014 da PGR – Orientações gerais e específicas que abordam aspetos gerais sobre a tramitação, a admissibilidade, os pressupostos e o regime de aplicação da suspensão provisória do processo – os magistrados do Ministério Público devem optar, no tratamento da pequena e média criminalidade, pelas soluções de consenso previstas na lei, entre as quais assume particular relevo a suspensão provisória do processo.

Mais tarde a Diretiva 1/2016 da Procuradoria da República sobre o processo sumaríssimo determinou no n.º 1 que «os magistrados do Ministério Público, devem optar no tratamento da pequena e média criminalidade, pelas soluções de consenso

anglo-saxónico com a tradição da instauração pelas vítimas ou pela polícia num sistema acusatório. Este último claro foi a inspiração do atual modelo português assim como cabo-verdiano. Ainda, sobre, o regime aplicável ao MP e os seus agentes, em alguns países da europa, como França, Grécia, Itália e Roménia, e, Alemanha, Inglaterra, Turquia e Brasil, vide, entre outros, MENDES, Paulo de Sousa, *Lições de Direito Processual Penal*, ob. cit., págs. 117-118. Também, ARMENTA DEU, Teresa, *Principio acusatorio y derecho penal*, Publicaciones del Instituto de Criminología de la Universidad de Barcelona, J.M. Bosch Editor, Barcelona, 1995, pág. 17.

²⁸⁵ Sobre isso, vide, também RMP, *Documentação, Jurisprudência e Documentação*, n.º 86, pág. 165.

²⁸⁶ ARMENTA DEU, Teresa, *Criminalidad de bagatela y principio de oportunidad*, ob. cit., pág. 158.

²⁸⁷ Diário da República, 1.ª Série, n.º 139, de 20 de Julho de 2015.

prevista na lei utilizando o processo sumaríssimo quando se mostre impossível aplicar a suspensão provisória do processo».

Nota-se que esta nova forma de persecução da justiça penal, transversal a outras culturas judiciárias, como Alemanha, Inglaterra e Itália, busca a *intervenção mínima*, a *não estigmatização do agente*, o *consenso*, a *oportunidade*, *celeridade* e a *economia processual*. O arquivamento e a suspensão provisória surgem, portanto, como forma de atribuir ao MP o poder de decidir se estes propósitos podem, no caso concreto, ser realizados, ou se, diversamente, eles devem ser sacrificados em homenagem a outros interesses. É exatamente neste contexto que foi pensada a tão procurada eficiência e celeridade do processo penal.

Portanto, o novo MP passa a revestir um papel impar e indispensável na prossecução e busca da eficiência e celeridade na seara criminal, dotado de um conjunto de estratégias e critérios de prioridade na investigação e promoção processual. Dentro dos deveres impostos pelo princípio da legalidade e das instruções genéricas emanadas pelo PGR, cabe ao MP, como órgão autónomo e hierarquizado, traçar e executar os planos de ação que confirmem maior eficácia à sua função.

Num sentido mais amplo, o princípio de oportunidade que vincula o MP, traduz-se na ideia base da competência de escolher os meios mais aptos a realizar um interesse público geral, que transcende os interesses do sistema penal, determinado por razões eficiência, celeridade e menos custos processuais – sistema funcional (*raison d'Etat*).

A questão a saber, é se o MP tem usufruído na prática desses mecanismos tão fundamentais que tem a seu cargo?

As soluções adotadas são adequadas a Constituição nas suas grandes linhas, mas necessitam ser afinadas algumas arestas que com a experiência se tornam indispensáveis.

Por conseguinte, se o princípio da autonomia dos magistrados do MP se apresente como o único adequado ao exercício das suas funções, há que acentuar a vertente da responsabilização dos magistrados, quer em termos de fiscalização do serviço por via inceptiva, quer a nível do poder disciplinar. Ou seja, a sua independência real deve corresponder a uma efetiva responsabilidade²⁸⁸.

²⁸⁸ SILVA, Germano Marques, *Direito Processual Penal Português, Noções Gerais*, ob. cit., pág. 83.

É crucial criar uma maior ligação entre o Ministério Público e os órgãos de polícias criminais que não existe²⁸⁹. Também entre estes e os peritos, médico-legista, etc., em prol de uma eficiência da justiça resguarda dos direitos humanos e de atuação célere, eficaz, transparente e segura, orientada por princípios da legalidade e da verdade material²⁹⁰. O bom relacionamento funcional entre estes órgãos e até social e humanos, resultante na conjugação de esforços para uma boa colaboração na investigação, cada um dos intervenientes assumindo devidamente as suas responsabilidades e funções, na persecução do interesse público comum, e da justiça.

²⁸⁹ A questão do relacionamento dos OPC com o MP e seus precisos termos tem sido ao longo de tempo objeto de polémicas e controvérsias e para lhes por termo foi mesmo publicada uma lei (Lei sobre a Organização da Investigação Criminal). Parafraseando JOSÉ DE FARIA COSTA, as relações entre os OPC e o MP constituem uma das zonas intercessão que compõem interesses processuais e se vislumbram tensões sociológicas, se não absolutamente divergentes, pelo menos incoincidentes. É preciso ter presente que a dependência dos OPC é tão-só funcional, pelo que não há qualquer ligação hierarquia da relação entre o PM e os OPC. Sobre isso, COSTA, José de Faria, *As relações entre o Ministério Público e a Polícia*, ob. cit., págs. 221-225 e 234 e segs. O problema está na correta delimitação da relação entre o MP e com os OPC. Com, efeito a polícia é, em uma perspetiva jurídico-constitucional e administrativa, uma entidade ligada fundamentalmente à administração (arts. 272.º da CRP, e 244.º da CRCV) – e, por consequência, ligada ao poder executivo –, enquanto o MP goza desse poder de Jano, portanto desenvolva uma atividade essencial a prossecução da justiça, nomeadamente da justiça penal, mas é também elemento não menos fundamental a uma correta e equilibrada atividade policial. Não obstante, é de referir que a atividade da polícia é fundamental e imprescindível para uma correta prossecução do processo penal. E é-o, não só porque: *i*) à polícia compete a prevenção da criminalidade, donde ser natural que por motivo dessa atuação sejam resultados para efeitos da repressão penal, mas também porque; *ii*) as autoridades judiciárias sempre necessitaram dos conhecimentos técnicos da polícia para efeitos da investigação criminal (arts. 55.º do CPP-P, e 69.º e 70.º do CPP-CV). Por conseguinte, faz com que se tenha de encontrar e de definir uma determinada autonomia técnica para a polícia, conexonada, juntamente, com a máxima responsabilização das autoridades judiciárias, nomeadamente do MP. Não obstante, as polícias não podem, por iniciativa própria, abrir inquérito (correspondente a instrução cabo-verdiana) relativamente a nenhuma notícia de crime que tenha adquirido. Quanto mais se considerarmos que o Código de Processo Penal, sequer tolera a realização de «inquéritos policiais» preliminares que envolvam a realização de diligências de investigação. Pelo contrário, a lei manda que a notícia do crime adquirida pelos OPC, por conhecimento próprio ou mediante denúncia, seja transmitida ao MP no mais curto prazo, que não pode exceder 10 dias (arts. 241.º, 242.º, n.º 1, 243.º, n.º 3, 245.º, e 248, n.º 1 do CPP-P). O legislador cabo-verdiano não determinou expressamente o prazo correspondente, só determinou que «... a denúncia... será imediatamente transmitida ao MP» nos termos do art. 60.º, n.º 3» e «o auto de notícias é obrigatoriamente remetido ao MP no mais curto prazo de tempo e valera como denúncia, nos termos do art. 63.º, n.º 3», pelo que, podemos concluir que o prazo é de 8 dias por força da regra geral para a prática dos atos processuais previsto no art. 137.º, n.º 1, do CPP-CV. É de ressaltar que o CPP-P faz menção expressa que, os OPC devem transmitir ao MP todas as notícias de crime, mesmo as infundadas, assim como as denúncias anónimas, pois não tem competência para decidir quais devem, ou não, dar lugar à abertura de inquérito (arts. 246.º, n.ºs 5, 6 e 7 e 248.º, n.º 2). Cabe, por fim registar, em síntese que a delegação genérica de certas competências para a realização de diligências de investigação relativamente a certos tipos de crime (arts. 270.º, n.º 4 do CPP-P, e 306.º, n.º 2 do CPP-CV) na PJ, ou noutro OPC, não pode, de forma alguma, ser confundida com autorização para realização de «inquéritos policiais» preliminares, à margem da comunicação da notícia do crime ao MP. Neste sentido, SILVA, Germano Marques da, *Direito Processual Penal Português, Noções Gerais*, ob. cit., págs. 269-273, MENDES, Paulo de Sousa, *Lições de Direito Processual Penal*, ob. cit., págs. 121-122, ALMEIDA, Cândida, ob. cit., págs. 71-80, RODRIGUES, Anabela Miranda, *O inquérito no novo Código de Processo Penal*, ob. cit., pág. 70.

²⁹⁰ Neste sentido, COSTA, Eduardo Maia, *Algumas reflexões (in)tempestivas em final de milénio*, ob. cit., pág. 11.

Os efeitos negativos de uma pluralidade de autonomias e competências conflitantes atrasam o processo, deterioram as relações funcionais, gasta-se tempo na composição dos conflitos, perde-se prestígio e autoridade, ganha a criminalidade.

VI CAPÍTULO. AS REFORMAS LEGISLATIVAS

1. Os prazos processuais

Para o presente estudo torna-se imperioso demarcar o regime geral dos prazos para a prática dos atos processuais, incluindo os prazos para as diversas fases em que o processo penal se desdobra. Propomos também saber se as sucessivas alterações do Código de Processo penal com vista a celeridade passam também pelos prazos processuais.

I

1. Começemos pelos prazos dos atos processuais previstos no Código de Processo Penal português.

A primeira formulação da norma do art. 105.º, n.º 1 do CPP-P, na nomenclatura «prazo e seu excesso» aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de Fevereiro, determinava um prazo de 5 dias para a prática dos atos processuais. A Retificação n.º 105/2007, de 09 de Novembro (versão atual do Código), veio aumentar este prazo para 10 dias.

A Lei n.º 27/2015, de 14 de Abril, que alterou o n.º 2 do art. 105.º, determina que, salvo disposição legal em contrário, os despachos ou promoções de mero expediente, bem como os atos considerados urgentes, devem ser proferidos no prazo máximo de 2 dias. Esta Lei aditou também os n.ºs 3 e 4 ao art. 105.º do CPP-P.

Portanto, no que se refere a este artigo, podemos fazer três verificações. Primeira, a Retificação n.º 105/2007, de 09 de Novembro, veio aumentar o prazo para a prática dos atos processuais, que inicialmente era de 5 dias para 10 dias, o que significa uma dilação do tempo em 5 dias, pelo que do ponto de vista da celeridade revela um problema. Segunda, a Lei n.º 27/2015, de 14 de Abril, veio remediar este problema, ao alterar o n.º 2, estipulando que tratando-se de despachos ou promoções de mero expediente e processos urgentes, o referido prazo deve ser reduzido para um máximo de 2 dias. Terceira, os n.ºs 3 e 4, são injunções impostas, primeiramente, aos juízes e aos magistrados do Ministério Público que tenham ultrapassado 3 meses sobre o prazo fixado para a prática dos atos processuais, para justificarem a concreta razão da sua inobservância. Em segundo lugar, as secretarias para que mensalmente informem ao presidente do tribunal de comarca e ao magistrado do Ministério Público coordenador de Comarca, de tais situações, ainda que o ato tenha sido entretanto praticado. O

presidente do tribunal de comarca e o magistrado do Ministério Público coordenador de comarca, no prazo de 10 dias contado da data de receção, devem remeter o expediente à entidade com competência disciplinar.

A regra para a prática e a contagem dos atos processuais está prevista nos arts. 103.º e 104.º do CPP-P²⁹¹. Em regra, os atos processuais praticam-se nos dias úteis nas horas de expediente dos serviços de justiça e fora do período de férias judiciais (art. 103.º, n.º 1), sendo os prazos contados de forma contínua, suspendendo-se durante as férias judiciais (art. 104.º, n.º 1 do CPP-P que nos remete para o art. 144.º n.º 1 do CPC). Assim, quando o prazo terminar em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

Na contagem dos prazos deve ter-se ainda em conta o disposto no artigo 279.º do Código Civil, não se incluindo o dia em que ocorrer o evento (dia da notificação) a partir do qual o prazo começa a correr, contando-se o último. Em processo penal, mesmo no que respeita à parte do pedido civil, não é feita qualquer referência a prazos dilatórios, pelo que inexistem²⁹².

A grande novidade expressa nos arts. 103.º, n.º 2, als. a) a g) e 104.º, n.º 2, vem permitir a tramitação e a contagem dos processos em férias judiciais²⁹³, correndo os seus

²⁹¹ O art. 103.º na formulação dada pelo DL n.º 78/87, de 17 de Fevereiro, no TÍTULO III – Do tempo dos atos e da aceleração do processo – tem sido alvo de várias alterações sendo a primeira pela Lei n.º 59/98, de 25/08, seguido da Lei n.º 48/2007, de 29/08, e por fim, a Lei n.º 26/2010, de 30/08, todos tendo em vista uma maior eficiência e celeridade do processo penal.

²⁹² Enquanto processo corra contra incertos ou contra terceiro o indivíduo não pode invocar o regime art. 6.º, n.º 1 da CEDH. Assim, faz-se saber que, em regra, para efeitos da duração processual, conta-se apenas a duração na 1.ª instância, dispensando o tempo do processo em recursos nos tribunais de 2.ª instância. Portanto, em consideração para o cômputo total do prazo a fim de examinar, a duração do processo, vai desde o momento em que é aberta a investigação para a descoberta da verdade material, correspondente ao período que se mede desde a data do registo da prática do ilícito na polícia ou MP, e termina com a última data de sentença transitada em julgado que fixa definitivamente o destino do processo (decisão de arquivamento, decisão de condenação ou absolvição, decisão instrutória de não pronuncia). Todavia, para efeitos da contagem do prazo razoável, importa considerar todo o processo incluindo as instâncias de recurso – o tempo decorrido em instâncias de recurso deve ser tomado carácter razoável do processo – os processos contabilizam-se como sendo um só. Cf. Acs. do TEDH, de 8/03/2001, «Caso Pinto de Oliveira c. Portugal», e do TCAN, de 30/03/2006, processo n.º 5/04.22BEPRT, relator: Carlos Luís Medeiros de Carvalho.

²⁹³ A exceção correm-se, praticam-se e contam-se durante as férias judiciais os seguintes atos processuais nos termos do n.º 2, do art. 103.º e n.º 2 do art. 104.º do CPP-P: atos processuais de arguidos detidos ou presos, ou indispensáveis à garantia da liberdade das pessoas (al. a)); atos de inquérito e de instrução, bem como os debates instrutórios e audiências relativamente aos quais seja reconhecida, por despacho de quem a elas presidir, vantagem em que o seu início, prosseguimento ou conclusão ocorra sem aquelas limitações [al. b)]; os atos relativos a processos sumários e processos abreviados, até à sentença em 1.ª instância [al. c)]; atos processuais relativos aos conflitos de competência; requerimentos de recusa e pedidos de escusa atos de mero expediente, bem como as decisões das autoridades judiciárias, sempre que necessário [al. d)]; os atos relativos à concessão da liberdade condicional, quando se encontrar cumprida a parte da pena necessária à sua aplicação [al. e)]; os atos de mero expediente, bem como as decisões das autoridades judiciárias, sempre que necessário [al. f)] e por fim, os atos considerados urgentes em legislação especial.

termos sem interrupção. O legislador, com isso, pretendia que os atos e prazos processuais urgentes, incluindo a interposição de recurso, corressem em férias judiciais. Tal disposição põe fim a divergência que existia, principalmente, no que respeita aos processos sumários e abreviados da redação dada pela Lei n.º 26/2010, se esses processos deveriam correr durante as férias judiciais.

Desta forma, os processos especiais (sumário e abreviado) passam a ter tratamento de processos urgentes, não ficando parados durante as férias²⁹⁴. O mesmo acontece relativamente aos processos por crime de violência doméstica, por força da remissão do art. 28.º, n.º 2, da Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro, que consagra natureza urgente dos processos por crime de violência doméstica²⁹⁵.

Sem dúvida, estas alterações foram apostas inovadoras para a celeridade processual.

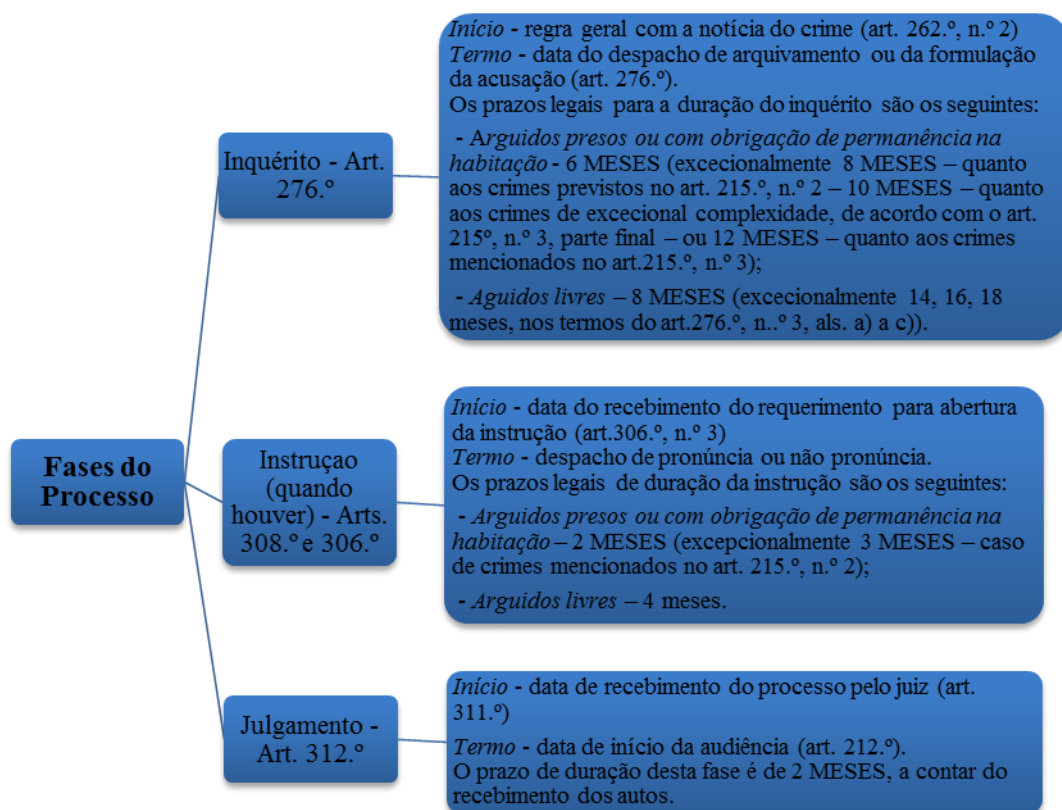
Uma nota importante, não do ponto de vista da celeridade, é a possibilidade de renúncia do decurso dos prazos ou dos atos processuais serem praticados fora do prazo desde que seja invocado justo impedimento, ou especial complexidade da causa (art. 107.º do CPP-P). A grande novidade neste artigo foi introduzida pela Lei n.º 59/98, de 25 de Agosto ao determinar que os atos processuais podem ser prorrogados até o limite máximo de 20 dias quando o procedimento se revelar de excecional complexidade.

A Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto veio alterar aquele prazo ao determinar que quando o procedimento se revelar de excecional complexidade, nos termos da parte final do n.º 3 do artigo 215.º, ou seja, em caso de prisão preventiva, o juiz, a requerimento do Ministério Público, do assistente, do arguido ou das partes civis, pode prorrogar os prazos previstos nos artigos 78.º, 287.º e 315.º e nos n.ºs 1 e 3 do artigo 411.º, até ao limite máximo de 30 dias. Portanto, não se verifica uma redução dos prazos para a prática dos atos processuais, pelo contrário em alguns casos até houve um aumento.

2. O Código também fixa o prazo para a duração das diversas fases do processo (inquérito, instrução e audiência de julgamento). Ora vejamos.

²⁹⁴ O Tribunal Constitucional ao pronunciar sobre isso, decidiu não julgar inconstitucional a Lei n.º 26/2010, que introduziu a norma constante da alínea c) do n.º 2 do art. 103.º conjugado com o art. 411.º, n.º 1 do CPP-P, quando interpretada no sentido de que o prazo para a interposição de recurso em processo sumário não se suspende em férias judiciais, apesar de não existirem arguidos presos e não julgados logo após o flagrante delito. Cf. Ac. TC, processo n.º 409/2010, de 9/11/2010, publicado no Diário da República, II Série, n.º 241, de 15 de Dezembro de 2010.

²⁹⁵ Sobre isso, vide, entre outros, Acs. TRC, processo n.º 5/10.3GCCVL.C1, de 18/04/2012, relator: Paula Guerra e processo n.º 627/09.5PBCTB.C1, de 24/09/2014, relator: Fernando Chaves. Também, Ac. TRE, processo n.º 243/11.1TAGLG.E1, de 20/01/2015, relator: Sérgio Corvacho.



Como pudemos ver no quadro exposto, os prazos fixados para a realização do inquérito estão regulados no art. 276.º, n.º 1 do CPP-P, incluindo os casos em que haja arguidos em prisão preventiva. Estes prazos têm sido entendidos como meramente ordenadores, não havendo controlo do respeito pelos mesmos nem consequência imediata para o seu não respeito²⁹⁶. Um facto importante, adveniente desta arbitrariedade, é a previsão do art. 276.º, n.º 6, pela Retificação n.º 105/2007, de 09 de Novembro, que determinou que o magistrado titular do processo comunica ao superior hierárquico imediato a violação de qualquer prazo previsto nos n.ºs 1 e 2 ou no n.º 6 do art. 89.º, indicando as razões que explicam o atraso e o período necessário para concluir o inquérito.

Outra observação relevante do ponto de vista da celeridade, já prevista no CPP-P de 1987, de acordo com a qual é permitido ao superior hierárquico, com conhecimento do Procurador-Geral da República, do arguido e do assistente, avocar processos cujo prazo tenha sido excedido. Este mecanismo prevê a comunicação obrigatória de todos os atrasos ao Procurador-Geral da República, que poderá, em cada caso em concreto,

²⁹⁶ Sobre isso, vide, VERDELHO, Pedro, «Tempus fugit, ou a reforma penal e a celeridade processual», *CEJ*, n.º 5, (2.º Semestre), 2006, págs. 234-235.

determinar a aceleração processual prevista no art. 109.º, como iremos ver mais a frente (n.ºs 7 e 8, do art. 276.º)²⁹⁷.

Quanto a instrução, o regime de prazos aplicável está previsto no art. 306.º do CPP-P, também incluindo os casos em que haja arguidos em prisão preventiva. Uma questão importante, não do ponto de vista da celeridade, no que se refere aos prazos da instrução é o facto do n.º 3 do art. 307.º determinar que quando a complexidade da causa em instrução o aconselhar, o juiz poderá prorrogar o prazo para proferir o despacho de pronúncia ou de não pronúncia até o limite máximo de 10 dias, obrigando a comunicação imediata da data em que o despacho será lido.

Embora haja previsão legal de um prazo máximo para a sua realização (art. 306.º), não há qualquer controle do respeito por esse prazo nem consequência pelo não respeito. Conforme entendeu o TRP, no seu Ac. de 12 de Abril de 2000²⁹⁸, o único efeito que a lei processual assinala para o excesso do prazo da instrução é o de atribuir às partes a faculdade de requererem a aceleração processual, não sendo cominada para tal situação qualquer nulidade.

No que respeita ao julgamento, pela natureza das coisas há apenas limitação temporal quanto à sua marcação, que deve praticar-se, em regra, de forma concentrada e contínua²⁹⁹. É o que ocorre no art. 312.º, n.º 1, que impõe que o dia da audiência deve ser designado para a data mais próxima possível, “de modo entre ela e o dia em que os autos forem recebidos não decorrem mais de dois meses”. Todavia, o n.º 3 do preceito citado determina que, «sempre que o arguido se encontrar em prisão preventiva ou com obrigação de permanência na habitação, a data da audiência é fixada com precedência sobre qualquer outro julgamento».

Também, quanto a este prazo, não há qualquer mecanismo legal de controlo pelo seu respeito nem responsabilização pelo seu não cumprimento.

Todavia, algumas medidas foram adotadas pelo legislador no sentido de garantir o cumprimento do prazo legal estipulado no n.º 1, do art. 312.º impostos primeiramente ao julgador, mas também aos sujeitos processuais e demais intervenientes.

²⁹⁷ Neste sentido determinou o TRC «Ao permitir a aceleração processual, mesmo após se mostrarem excedidos os prazos de duração de cada uma das fases processuais (cf. artigo 108.º do CPP-P), o legislador está a atribuir aos prazos fixados no artigo 276.º, n.ºs 1, 2 e 3, do referido diploma, uma natureza meramente ordenatória, funcional e referencial; consequentemente, não detêm tais prazos qualquer natureza preclusiva do poder-dever consagrado no n.º 1 daquele normativo». Cf. Ac. TRC, processo n.º 5/13.1IDCTB-B.C1, de 26/10/2016, relator: Jorge França.

²⁹⁸ Ac. TRP, processo n.º 9810359, de 12/04/2000, relator: Baião Papão.

²⁹⁹ SILVA, Germano Marques, *Do procedimento (Marcha do Processo)*, ob. cit., pág. 211.

Assim, em caso de falta do arguido, a audiência de julgamento só é adiada se o tribunal considerar que é absolutamente indispensável para a descoberta da verdade material a sua presença desde o início da audiência e, neste caso, o presidente toma as medidas necessárias e legalmente admissíveis para obter a sua comparência (cf. art. 312.º, n.º 2 que nos remete para o art. 333.º, n.ºs 1 e 3).

O mesmo se impõe a falta do MP, do defensor e do representante do assistente e das partes civis (art. 330.º, n.º 1). A falta do MP pode, sob pena de nulidade, ser suprida pelo substituto legal e do defensor por outro advogado ou advogado estagiário, aos quais pode conceder, se assim o requererem, algum tempo para examinarem o processo e prepararem a intervenção (n.º 2, 1.ª parte). Já quanto a falta do representante do assistente ou das partes civis a audiência pode prosseguir, podendo o faltoso ser admitido a intervir logo que comparecer. Em se tratando de falta do representante do assistente em que o procedimento dependa da acusação particular, a audiência é adiada por uma só vez, sendo que a falta não justificada ou a segunda falta valem como desistência da acusação, salvo se houver oposição do arguido (n.º 2, 2.ª parte).

Igualmente, assim, em relação a falta do assistente, de testemunhas, peritos ou consultores técnicos ou partes civis (art. 331.º, n.ºs 1 e 2), podendo ainda cumprirem uma multa pelas faltas injustificadas (art. 116.º). Ainda o n.º 3 determina que em causa de adiamento da audiência de julgamento esta não poderá ocorrer mais do que uma vez.

A verificação disso é que o regime da audiência deve ser em regra contínuo e sem qualquer interrupção, nos termos do art. 328.º, n.º 1, salvas exceções previstas no n.º 3. Em caso de adiamento não se pode exceder o prazo de 30 dias, sob pena de perder a eficácia da produção da prova já realizada (n.º 6). O princípio da continuidade da audiência é sem dúvida a manifestação mais relevante do ponto de vista da celeridade, para além de prevenir o arrastamento da fase da audiência por largo tempo, pretende-se sobretudo que não haja a manipulação da prova³⁰⁰. Todavia, com a sobrecarga de trabalho nos tribunais, este princípio é constantemente violado.

No que refere ao regime do prazo para a interposição de recurso, esta vem previsto no art. 411.º do CPP-P. Nos termos do n.º 1 do artigo citado, o prazo para a interposição de recurso é de 30 dias, na redação dada pela Lei n.º 20/2013, de 21 de Fevereiro, que veio alterar o anterior prazo de 20 dias³⁰¹.

³⁰⁰ Ibidem.

³⁰¹ SILVA, Germano Marques, *Do procedimento (Marcha do Processo)*, ob. cit., pág. 333.

Numa visão imediatista não são visíveis alterações com impacto direto na celeridade. Pelo contrário, os prazos dos recursos são de uma forma geral aumentados. É o que se verifica com o normal prazo de recurso (prevista no n.º 1 do art. 411.º ao qual inicialmente era de 10 dias, redação dada pelo Decreto-lei n.º 78/87, de 17 de Fevereiro, (que aprovou o CPP-P de 1987), passando para 15 dias na versão dada pela Lei n.º 59/98, de 25/08 e, posteriormente, 20 dias nos termos da Retificação n.º 105/2007, de 09 de Novembro). O mesmo sucede, naturalmente, com os prazos previsto no n.º 3 do art. 411.º, no n.º 1 do art. 413.º. Idêntica solução é adotada quanto ao prazo estipulado para o recurso subordinado, previsto no art. 404.º, n.º 2 do CPP-P³⁰².

3. O art. 215.º prevê a regra geral dos prazos de duração máxima da prisão preventiva. É de destacar que a reforma de 2007 também trouxe alterações, de naturezas controvérsias, em sede de prisão preventiva. Por um lado, foi reduzido a duração máxima da prisão preventiva: em *dois meses* sem que tenha deduzida acusação [art. 215.º, n.º 1, al. a)], ou, tenha havido instrução, sem que tenha sido proferida decisão instrutória [al. b)]; e em *seis meses* sem que tenha havido condenação com trânsito em julgado [al. c)]. Em circunstâncias normais o prazo máximo para a prisão preventiva é de dezoito meses contra os dois anos anteriores.

Por outro lado, em situações especiais previstas no n.º 2, como o terrorismo, criminalidade violenta e criminalidade altamente organizada, correspondente a crimes puníveis com penas de prisão superior a 8 anos ou nas diversas situações restantes referidas nas alíneas do n.º 2, aos quais se juntam agora o branqueamento de proveniência ilícita [al. e)], nestes casos, os prazos são aumentados para tempos que correspondiam a versão anterior dos prazos normais. Questão que suscitou polémica na doutrina³⁰³.

O preceituado no n.º 3, veio determinar que quando o procedimento por um dos crimes previstos no n.º 2 se revelar de «especial complexidade», devido, nomeadamente «ao número de arguidos ou de ofendidos ou ao carácter altamente organizado do

³⁰² VERDELHO, Pedro, ob. cit., págs. 236-237.

³⁰³ Para maiores desenvolvimentos sobre o assunto, vide, DIAS, Augusto Silva, «A prisão preventiva após a revisão de 2007 do Código de Processo Penal: foi superada a crise?», págs. 1384 e segs. Este tema, também, foi objeto de estudo por MARIA FERNANDA PALMA, tendo-se posicionado claramente no sentido de que a nova lei afeta os direitos do arguido, agravando as condições que terá para organizar a sua defesa, além de traduzir-se num enfraquecimento da presunção de inocência, razão pela qual, por força do art. 29.º, n.º 4 da Constituição, conjugado com os arts. 5.º, n.º 2, al. b) do CPP-P e 2.º, n.º 4 do CP-P, tal lei não deveria ser aplicada, mantendo-se, porém, o arguido sujeito aos prazos da lei anterior, quanto ao tempo máximo da prisão preventiva. Sobre isso, vide, PALMA, Maria Fernanda, Linhas estruturais da reforma penal, ob. cit., pág. 1374 e segs.

crime», os prazos previstos no n.º 1 podem ser elevados para um prazo máximo de 3 anos e 4 meses sem ter havido condenação com trânsito em julgado. Menos 8 meses do que o anterior prazo que era de quatro anos.

O atual n.º 5 do art. 215.º mantém o anterior número 4, acrescentando mais 6 meses a todos os prazos mencionados se tiver havido recurso para o Tribunal Constitucional ou se tiver sido suspenso para julgamento em outro tribunal de questão prejudicial. Neste caso, o prazo máximo pelo qual alguém pode ser preso preventivamente em Portugal passa 3 anos, e 10 meses, contra os 4 e meio do regime anterior.

II

4. Em termos comparativos, em Cabo Verde o regime dos prazos aplicável aos atos processuais encontra-se nos arts. 135.º a 139.º do CPP-CV.

Nos termos do art. 137.º, n.º 1, em regra, o prazo para a prática de atos processuais é de 8 dias. Excecionalmente, o prazo pode ser prorrogado para 15 dias, quando se verificar as circunstâncias referidas na parte final do n.º 2 do art. 279.º Não obstante, estes prazos não se aplicam quando existir outro prazo previsto no Código, ou quando houver arguidos detidos ou prazos e o tempo ali fixado afetar o tempo da privação da liberdade, sendo que esta última situação ordena a prática imediata e com preferência sobre qualquer outro serviço (n.º 3).

O art. 138.º prevê a possibilidade da renúncia ao decurso de prazo, mediante requerimento do sujeito(s) à autoridade judiciária que dirigir a fase do processo a que o ato respeitar. Também o art. 139.º prevê, a título excecional, que em caso fortuito ou de força maior os atos processuais poderão ser estabelecidos fora dos prazos estabelecidos por lei, desde que seguindo os termos daquele artigo.

No que se refere ao tempo dos atos processuais previsto no art. 135.º, n.º 1, als. a) e b), segue-se os mesmos termos do art. 103.º, n.º 1 e 2 do CPP-P, com exceção das als. c) a g) que não se encontram previstos no CPP-CV. Também, em termos gerais, a contagem dos atos processuais previstos no art. 136.º, vai ao encontro do disposto no art. 104.º do CPP-P³⁰⁴.

³⁰⁴ Importa considerar que nos termos do n.º 1 do art. 279.º do CPP-CV (artigo alterado pelo Código de 2015 devido a instalação do Tribunal da Relação), o prazo para a prisão preventiva extingue-se *4 meses* sem que se tenha deduzido acusação [al. a)]; *8 meses* sem que havendo lugar a Audiência Preliminar Contraditória (ACP), tenha sido proferido despacho de pronúncia [al. b)]; *14 meses* sem que tenha havido condenação em primeira instância [al. c)]; *20 meses* sem que tenha havido condenação em 2.ª Instância [al. c)]; *26 meses* sem que tenha havido condenação com trânsito em julgado [al. e)]. O n.º 2 estabelece que «estes prazos poderão ser até 6, 12, 18, 24 e 30 meses quando o processo tiver por objeto crime

No que respeita ao regime aplicável aos prazos de duração máxima da instrução, este encontra-se regulado no art. 314.º do CPP-CV. Em regra, o prazo é de 4 meses se houver arguidos presos, ou 18 meses se os não houver (n.º 1)³⁰⁵. Excecionalmente, o prazo de 4 meses previsto no n.º 1 pode ser elevado para 8 meses quando tiver sido objeto de um dos crimes previstos no n.º 2 do art. 279.º do CPP-CV. Importa referir ainda, que os prazos previstos nos n.ºs 1 e 2 poderão ser acrescidos mais 6 meses, caso tiver havido recurso contra a aplicação da medida de segurança de prisão preventiva para o Tribunal Constitucional (n.º 4).

No que se refere à audiência preliminar contraditória (ACP), que junto da instrução está inserido nas fases preliminares do processo comum, o regime de prazo aplicável é de 8 dias, tanto em caso da aceitação da acusação para abertura da ACP (art. 324.º, n.º 3), ou no caso de arquivamento da ACP (art. 325.º, n.ºs 2 e 3), salvo exceções: em caso de adiamento que o prazo máximo é de 7 dias (art. 329.º, n.º 2) ou em que não seja possível a leitura do despacho de pronúncia ou não pronúncia logo no encerramento da ACP devido à complexidade da causa que, o prazo máximo é de 5 dias (art. 337.º, n.º 3). O prazo de encerramento do ACP é de 1 ou 2 meses, consoante haja ou não arguidos presos (art. 333.º, n.º 3), ou de 2 ou 3 meses, nos casos em que o arguido tenha sido aplicado medida de cautelar de prisão preventiva (art. 333.º, n.º 3, *parte final*, conjugado com o n.º 2, do art. 279).

No que refere à fase do julgamento, o CPP-CV, na mesma linha do português, pela natureza do julgamento não determinou um prazo máximo para a sua duração. Apenas limitou-se o art. 339.º, n.º 1 a determinar que o juiz fixa a audiência na data

punível com pena de prisão cujo limite máximo seja superior a 8 anos e se revelar de especial complexidade, devido nomeadamente ao número de arguidos, ou de ofendidos ou de carácter altamente organizado do processo».

³⁰⁵ Uma observação merece o disposto no art. 314.º do CPP-CV. Como ficou sublinhado, ele prevê no seu n.º 1, como regra, o prazo máximo de *quatro meses*, se houver arguidos presos, e *dezoito meses*, se os não houver. JORGE CARLOS FONSENCA pronunciou nestes termos: «esta formulação vinha da «versão oficial» e mereceu-nos, na altura, os comentários que transcrevemos, em resumo, por comodidade: «Estamos em crer que se trata de um lapso material o que se diz o n.º 1 do art. 314.º, quando se refere a um prazo de dezoito meses... para se encerrar a instrução ... não havendo arguidos presos. E que estava previsto um prazo de seis ... meses no Anteprojeto ... Não haveria, pois, qualquer sentido um prazo três vezes maior. O critério de proporcionalidade seria posto em causa de modo visível». Mas cremos que talvez se quisesse dizer oito (8) meses, seguindo-se a versão do CP-P português. Só pode ser lapso material, até porque seria absurdo prever um prazo quase três vezes superior para a instrução de processos sem arguidos presos, por relação a processos com arguidos presos e dotados de elevada complexidade». Cf. FONSECA, Jorge Carlos, O Novo Direito Processual Penal de Cabo verde, ob. cit. pág. 63. O certo é que passado uma década da vigência do Código de Processo Penal de Cabo Verde de 2005 (e mesmo com a alteração de 2015) o referido artigo permanece intocável. Não se compreende qual a sua lógica, para mais, num tempo em que o discurso sobre a morosidade processual e a necessidade de tornar mais célere a justiça penal é dominante e diário, como referiu aquele autor.

mais próximo possível, mas nunca depois de 45 dias após a receção dos autos no tribunal. O n.º 3 determina que o despacho de pronuncia ou não pronúncia da acusação ou acusações seja comunicado aos restantes juízes, se houver e se disso for o caso, ao MP e aos sujeitos processuais, no prazo de 20 dias antes da audiência de julgamento.

Na mesma linha do CPP-P, é aplicável a regra geral da continuidade da audiência (art. 356.º, n.º 1), salvas exceções previstas na lei (n.º 4). Todavia, o adiamento não poderá exceder trinta dias (n.ºs 5 e 7). Também em relação as faltas pelos intervenientes na audiência de julgamento, a regra é basicamente idêntica (cf. o disposto nos arts. 361.º, 362.º, 366.º, 367.º, 368.º).

Por fim, no que refere ao recurso ordinário, diz o art. 452.º, n.º 1 que o prazo para a interposição do recurso é de 10 dias. O n.º 2 dispõe que no caso proferida na parte final do n.º 1, a fundamentação será apresentada no prazo de 10 dias, contados da data da interposição. O mesmo prazo é aplicável ao recurso subordinado (art. 444.º).

Em termos gerais, o regime dos prazos para a prática dos atos processuais permanece intacto desde o Código de 2005. Os prazos são bem mais reduzidos do que o Código português (por exemplo o CPP-P prevê o prazo de 30 dias para a interposição do recurso, enquanto que o CPP-CV é de 10 dias o prazo).

Não se encontra no Código qualquer mecanismo de controlo e responsabilização dos juízes e dos magistrados do Ministério Público pelos atos praticados fora dos prazos previstos na lei. O único mecanismo que os sujeitos processuais têm ao seu dispor é o instituto da aceleração processual previsto no art. 139.º-B, na redação dada pela Lei n.º 5/2015 de 11 de Novembro de 2015.

Em suma, a lei estabelece como regra um prazo de duração de cada fase processual, mas não sanciona a violação destes prazos, considerando-os como meramente ordenadores.

Refere GERMANO MARQUES DA SILVA, que a natureza desses prazos como simplesmente ordenadores faz com que o Poder não tenha a preocupação de dispor os meios necessários ao seu cumprimento e facilita também o incumprimento por parte das autoridades judiciais e órgãos de polícia criminal³⁰⁶, pelo que neste contexto algo precisa de ser feito. Em todo o caso, a lei consagra instrumentos administrativos em ordem à fiscalização do cumprimento dos prazos. Assim, em qualquer dos ordenamentos jurídicos perante os atrasos dos prazos para a prática dos atos

³⁰⁶ SILVA, Germano Marques da, *Direito Processual Penal Português, Noções Gerais*, ob. cit. pág. 91.

processuais, ou para cada uma das fases previstas na lei, os sujeitos podem requerer o aceleramento dos processos através do instituto da aceleração processual com vista a acautelar/efetivar os direitos em julgamento (art. 105.º, n.º 2, conjugado com o art. 108.º e 109.º do CPP-P e 139.º-B do CPP-CV). Esta medida impõe uma maior diligência ao Estado e repercute-se numa maior diligência de todos os operadores da administração da justiça, nomeadamente, o juiz, o Ministério Público e os representantes dos sujeitos processuais. Outra via que podem recorrer é apresentar uma queixa ao Provedor de Justiça pela administração da justiça morosa (arts. 23.º, n.º 1 da CRP e 21.º, n.º 1 da CRCV).

2. A justiça penal por caminhos das reformas: celeridade e economia processual

2.1. O incidente de aceleração processual

Uma das primeiras preocupações do legislador português com os excessivos atrasos da justiça traduziu-se na estatuição de um incidente autónomo da aceleração processual, introduzido pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de Fevereiro³⁰⁷.

O princípio do prazo razoável, que levou Portugal a ser várias vezes condenado pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, justifica a «inflexibilidade e a intensificação da aplicação do mecanismo de aceleração processual», como resposta à contestação de falta de celeridade nos processos-crimes³⁰⁸.

³⁰⁷ O Conselho de Ministros aprovou em 4 de Dezembro de 1986 o Decreto registado sob o n.º 754/86, que, no uso da autorização conferida pela Lei 43/86, de 26 de Setembro, aprovou o Código de Processo Penal (CPP-P de 1987) e revogou o CPP-P aprovado pelo «Decreto-Lei» n.º 16489, de 15 de Fevereiro de 1929, com a redação, até então, em vigor. Aquando do aditamento do art.108.º que, instituiu o incidente da aceleração processual, ao início de duvidosa constitucionalidade, no que concerne à competência para a decisão dos casos em que o processo corre perante o tribunal ou o juiz, pois que o CSM é um órgão administrativo, que em matérias judiciais não pode dar ordens aos juízes, já que este só estão sujeitos ao dever de obediência de decisões dos tribunais superiores, proferidas em recurso interpostos no processo. O Presidente da República requereu ao Tribunal Constitucional a apreciação preventiva da sua constitucionalidade, mais precisamente, no que refere ao n.º 2, al. b) do art. 108.º, com o seguinte fundamento: ao conferir o CSM competência para decidir o pedido de aceleração do processo atrasado, embora atenuado pelo disposto na al. d) do n.º 5 do art. 109.º, parece contender com o disposto no art. 208.º (atualmente 203.º), sob a epígrafe «*independência dos tribunais*». O Tribunal Constitucional, no seu Ac. 7/87 do TC, de 9 de Janeiro de 1987, decidiu não se pronunciar pela inconstitucionalidade de tal norma. A este propósito, vide, Diário da República n.º 33/1987, 1.º Suplemento, Série I, de 09 de Fevereiro de 1987. Essa posição é perfilhada no Ac. do TC 87-007-P, processo n.º 86-0302, relatado por Mário de Brito. Também, GONÇALVES, M. Maia, *Código de Processo Penal Anotado, Legislação Complementar*, 17.ª Edição (Revista e atualizada), Coimbra Almedina, 2009, pág. 300.

³⁰⁸ Cf. MARIA, Fernanda Palma, Linhas estruturais da reforma penal, ob. cit., pág. 1370.

O seu acolhimento pelo Código de Processo Penal de Cabo Verde só veio acontecer com a reforma de 2015, introduzida pelo Decreto-Legislativo n.º 5/2015 de 11 de Novembro, que aditou o art. 139.º-A, apesar de já estar regulado no art. 24.º da Lei n.º 78/VII/2010 de 30 de Agosto, que dispõe sobre a execução da Política Criminal³⁰⁹.

O incidente da aceleração processual consiste num mecanismo criado em ordem a disciplinar a matéria dos prazos previstos na lei – *os prazos máximos* – confinados às autoridades judiciais, *máxime*, ao juiz na fase de audiência de julgamento – a estruturação dessa audiência e o seu desenvolvimento em termo de continuidade e concentração reforçada. O mesmo se impõe à delimitação e à articulação das diversas instâncias de controlo, como, por exemplo, do Ministério Público na fase de inquérito e do juiz de instrução na fase de instrução, prevenindo assim eventuais conflitos e desfasamentos, inevitavelmente geradoras de demoras e delongas.

Assim, os arts. 108.º, n.º 1 do CPP-P, e 139.º-A, n.º 1 do CPP-CV, sob a epígrafe «*Aceleração de processo atrasado*», vem determinar que quando tiverem sido excedidos os prazos previstos na lei para a duração de cada fase do processo, o Ministério Público, o arguido, o assistente ou as partes civis podem tomar a iniciativa de requerer a providência de aceleração. O CPP-P estipula ainda que esta providência também pode ser iniciada oficiosamente pelo Procurador-Geral da República, quando tenha conhecimento de ter sido excedido o prazo máximo de duração do inquérito (n.º 8, do art. 276.º do CPP-P).

No requerimento é solicitado o rápido andamento e tramitação dos atos a efetuar ou ordenar, durante a marcha do processo, visando recuperar processos que se encontrem em situação de morosidade, por terem sido excedidos os prazos previstos na lei para a duração de cada fase do processo³¹⁰.

É aplicável ao processo *em qualquer fase* em que ele se encontre, na primeira instância ou nas demais instâncias, desde que se mostre ultrapassado o prazo previsto para tal fase. Pode ser exercido, a requerimento³¹¹ do Ministério Público, do arguido, do

³⁰⁹ Publicada no Boletim Oficial, I Série, n.º 33.

³¹⁰ PINTO, Ana Luísa, ob. cit., pág. 125.

³¹¹ No caso de ser junta qualquer informação sobre o mérito do pedido, o direito de acesso aos tribunais e o princípio do contraditório impõem que esta informação seja notificada ao sujeito processual interessado, uma vez que ela visa influenciar o CSM ou o PGR e, desse modo, representa uma forma de compressão prática do próprio direito de acesso aos tribunais e a justiça. Os demais sujeitos processuais não são ouvidos sobre o requerimento. Neste sentido, GONÇALVES, M. Maia, *Código de Processo Penal Anotado*, pág. 303, ALBUQUERQUE, Paulo Pinto, *Comentário do Código de Processo Penal, à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, 4.ª Edição atualizada, Lisboa, Universidade de Cabo Católica Editora, 2011, págs.297-299, MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DESTRITO JUDICIAL DO PORTO, *Código de Processo Penal*,

assistente, ou das partes civis, e devendo ser dirigido ao presidente do Conselho Superior de Magistratura Judicial (quando o processo decorrer perante o tribunal ou perante o Juiz) ou ao Procurador-Geral da República (quando o processo estiver sob a direção do Ministério Público), como refere o n.º 2, als. a) e b), respetivamente, dos artigos citados³¹².

A tramitação do pedido é bem simples e o prazo para a decisão é curto (arts. 109.º do CPP-P, e 339.º-B do CPP-CV).

A providência de aceleração processual não tem efeito suspensivo do processo, pois trata-se de um processo de natureza estritamente administrativa. O juiz ou o Ministério Público instruem o pedido com os elementos disponíveis e relevantes para a decisão e remetem o processo assim organizado em *3 dias* ao órgão competente. Quando a decisão compete ao Procurador-Geral da República, este tem *cinco dias* para proferir o despacho. Quando seja de competência do Conselho Superior da Magistratura uma vez distribuído o processo este deve ser decidido na primeira sessão ordinária ou em sessão extraordinária, podendo ser adiada até *dois dias*, para a sua análise. No caso de necessidade de informações complementares o prazo poderá ser prorrogado no máximo até 5 dias.

Também nos casos que se faz necessário a abertura de inquérito para averiguar os atrasos e as condições em que se verificaram, poderá abrir um prazo para tal que não seja superior a 15 dias. Tomada a decisão pela PGR ou pelo CSM, eles devem comunica-la de imediato ao magistrado que tem o processo a seu cargo, de modo a que este dê o mais rapidamente possível cumprimento ao decidido.

O pedido não é obrigatório e poucas pessoas sabem que têm a seu favor este instrumento para agir contra os atrasos da justiça. O legislador português cuidou deste problema, no que respeita ao inquérito, na reforma introduzida pela Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto, que veio reforçar o controlo do tempo de duração do inquérito, obrigando o magistrado titular do processo a comunicar ao superior hierárquico a ultrapassagem do prazo, explicando a razão do atraso e indicando o tempo necessário para concluir o inquérito (n.º 4, art. 276.º do CPP-P).

Comentários e Notas Práticas, Coimbra Editora, 2009, 279, PINTO, António Augusto Tolda, *A tramitação processual penal*, 2ª Edição, Coimbra Editora, 2001, pág. 221e-222.

³¹² Encontram-se impedidos de intervir na deliberação sobre o incidente os juízes que, de qualquer forma, tiveram participado no processo, (n.º 3, do art. 108.º do CPP-P e n.º 3 do art. 139.º-A do CPP-CV). Também por interpretação extensiva da norma, O PGR estará impedido de decidir o incidente se, por qualquer forma, interveio no inquérito. Assim, MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO, ob. cit., pág. 279.

Por sua vez, o superior hierárquico pode avocar o processo e é obrigado a dar conhecimento da situação de violação do prazo do inquérito ao Procurador-Geral da República, ao arguido e ao assistente (n.º 5 do art. 276.º, do CPP-P). O objetivo foi de promover o respeito pelos prazos do inquérito na medida em que impõe as entidades com legitimidade para proceder o inquérito que informem ao superior hierárquico sempre que o inquérito se prolongue para além do prazo previsto na lei.

Por outro lado, como proferiu MARIA FERNANDA PALMA, no âmbito da prisão preventiva, este instituto exprimiu também o objetivo do cumprimento dos prazos razoáveis, visto que nas estatísticas europeias Portugal é considerado um dos países em que a duração média da prisão preventiva é das mais elevada da Europa, sem conseguir perceber as causas, já que a criminalidade, até então, não tinha aumentado e o número de magistrados tinha aumentado³¹³.

O art. 110.º do CPP-P (esta disposição não consta do CPP-CV) prevê a aplicação de sanção para o peticionante de aceleração processual cujo pedido seja *considerado manifestamente infundado*³¹⁴. A sanção é de natureza económica e será expressa em *unidades de conta* (UCs) – de 6 a 20 –, cabendo a sua aplicação: – *ao juiz de instrução criminal* – se o pedido tiver sido apreciado pelo PGR, nos termos do [art.108.º, n.º 2, al. a)] ou se o atraso for da responsabilidade do próprio juiz de instrução; – *ao tribunal de julgamento* – se o processo atrasado estiver sob sua jurisdição³¹⁵.

Como resulta do próprio texto do artigo, não tem lugar a condenação em apreço se o peticionante for o MP, o que se compreende, pois esta entidade está isenta do pagamento de quaisquer quantias pela eventual utilização indevida do expediente

³¹³ MARIA, Fernanda Palma, Linhas estruturais da reforma penal, ob. cit., pág. 1370.

³¹⁴ O legislador utiliza a expressão manifestamente infundado para dizer que a sanção ao peticionante só tem lugar quando o pedido formulado se apresente como tal. Não nos diz, porém, como e quando é que um pedido de aceleração processual deve ser considerado manifestamente infundado. Cabe assim ao julgador apreciar em cada caso concreto se o pedido assumiu ou não esse cariz, partindo sempre do princípio de que o pedido só será manifestamente infundado quando, na hipótese considerada, não havia qualquer excedência nos prazos fixados na lei para a duração de cada fase do processo – tendo por isso o peticionante incorrido ligeireza de avaliação – ou quando, mesmo ultrapassado os prazos legais, havia justificação para essa excedência. Importa, esclarecer que a condenação aqui prevista é diferente da condenação em taxas de justiça e custas, é uma sanção autónoma. Trata-se de condenações com fundamentos diferentes e que tributam atividades diferentes, pois que, enquanto a condenação em custas tributa, em caso de decaimento, a atividade a que o requerente deu causa, a condenação em multa destina-se a penalizar a lide temerária ou a falta de seriedade na lide, pelo que pensamos que é possível uma condenação entre as duas. Para um melhor aprofundamento da questão, vide, o Ac. do TRP, processo nº 2025/03.5PAESP-B.P1, de 23/09/2009. No mesmo sentido, SANTOS, M. Simas, LEAL-HENRIQUES, M., *Código de Processo Penal Anotado*, ob. cit., pág.559, ALBUQUERQUE, Paulo Pinto, *Comentário do Código de Processo Penal*, ob. cit., pág.303-304.

³¹⁵ Cf. SANTOS, M. Simas, LEAL-HENRIQUES, M., *Código de Processo Penal Anotado*, 2ª Edição (Reimpressão – Letra da Lei atualizada), I Vol. (arts. 1.º a 240.º), Editora Rei dos Livros, 2004, págs. 558-559.

mencionado, podendo, quanto muito, desencadear procedimento disciplinar em relação aos agentes responsáveis³¹⁶. Por outras palavras, a existência de atrasos na condução do inquérito, da responsabilidade do MP, que vierem a justificar um incidente de aceleração processual, cujo prazo não foi cumprido pode justificar responsabilidade disciplinar, mas não constitui *crime de denegação de justiça*³¹⁷.

Cabe-nos analisar qual a sua relevância prática para a celeridade processual. Como ficou dito, a introdução no Código de Processo Penal de um incidente de aceleração processual tinha como único objetivo prevenir a violação dos prazos legais em cumprimento das exigências da eficiência e celeridade³¹⁸.

A fixação de um mecanismo de controlo e de responsabilização de prazos é inovadora. Afigura-se por isso assíncrona, já que não tem paralelo em nenhum outro lugar no Código, não havendo portanto qualquer outra forma de controlo de prazos nem de responsabilização pelo seu não cumprimento em qualquer uma das fases.

Não obstante, trata-se de um mecanismo estritamente administrativo que não produz qualquer efeito sobre o processo. Assim, o incidente da aceleração processual, *de per si*, não pode traduzir-se num meio suficiente e proeminente para remediar a violação do direito à decisão em prazo razoável do processo. Na verdade, o seu único efeito consiste na competência genérica do PGR ou dos Conselhos da Magistratura³¹⁹,

³¹⁶ Cf. SANTOS, M. Simas, LEAL-HENRIQUES, M., *Código de Processo Penal Anotado*, 2ª Edição (Reimpressão – Letra da Lei atualizada), I Vol. (artOs 1.º a 240.º), Editora Rei dos Livros, 2004, pág.558.

³¹⁷ Se o atraso ficar a dever ao juiz de instrução na fase de inquérito, o PGR nada pode fazer. Se o atraso se ficar a dever ao magistrado do Ministério Público na fase de instrução ou julgamento, o CSM nada pode ordenar, isto devido ao facto de que são dois órgãos completamente autónomos e independentes. Cf. ALBUQUERQUE, Paulo Pinto, *Comentário do Código de Processo Penal*, ob. cit., págs. 298-299.

³¹⁸ A motivação para a criação do incidente da aceleração processual encontra-se no Preâmbulo do Código de Processo Penal Português, ao referir que um dos propósitos que esteve na primeira linha dos trabalhos da reforma, foi a procura de uma maior celeridade e eficiência na administração penal: acrescentando, que a celeridade é também reclamada pela consideração dos interesses do próprio arguido, não devendo levar-se a crédito do acaso o facto de a Constituição, sob influência da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, lhe ter conferido o estatuto de um direito autêntico direito fundamental. No mesmo sentido, ver, MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DESTITO JUDICIAL DO PORTO, *Código de Processo Penal*, ob. cit., 278-279, GONÇALVES, M. Maia, *Código de Processo Penal Anotado*, ob. cit., pág.301, SANTOS, M. Simas, LEAL-HENRIQUES, M., *Código de Processo Penal Anotado*, pág.553.

³¹⁹ A intervenção do Conselho Superior da Magistratura ao nível da gestão dos processos se limita ao estabelecimento de «prioridades no processamento das causas que se encontrem pendentes nos tribunais por período considerado excessivo» – (cf. al. i) do art. 149.º do Estatuto dos Magistrados Judiciais). A vista disto, o autor JOÃO AVEIRO PEREIRA entende que «esta prerrogativa do Conselho, sendo de carácter administrativo, não pode consubstanciar-se numa ordem aos juízes para despacharem determinado processo. O estabelecimento de prioridades deve fazer-se de uma forma genérica, por espécies de processos, e não concreta e individualizada». Cf. PEREIRA, João Aveiro, *A responsabilidade civil por atos jurisdicionais*, Coimbra Editora, 2001, pág. 193.

em estabelecerem prioridades no processamento de causas pendentes nos tribunais e, em última instância, atribuir responsabilidades ao órgão responsável pelo atraso.

Apresenta uma eficácia diminuída no âmbito processual, tendo em conta que o PGR e os Conselhos são órgãos administrativos (e não judiciais). As suas decisões não têm força vinculativa que teria a decisão de um tribunal de recurso, por exemplo. Ainda que a decisão conclua pela existência de atrasos injustificados, ela não produz efeitos sobre os do processo ou a validade dos atos já praticados e nem ocorre um desvio ou alteração ao normal andamento do processo.

Por outro lado, citando GERMANO MARQUES DA SILVA³²⁰, «seria conveniente a obrigatoriedade de decisão expressa sobre a prorrogação dos prazos, em vez de se aguardar pelo incidente de aceleração processual, exigir que a autoridade responsável pela fase respetiva, tivesse de promover junto de outra a prorrogação do prazo, justificando mais tempo, como a partir das alterações introduzidas no Código de 2007 sucede no domínio do segredo da justiça (art. 86.º)».

2.2. A justiça penal: diversão, consenso e oportunidade

É sabido que, hoje, um pouco por toda a parte, é no tratamento jurídico processual penal dado à pequena e média criminalidade – fenómeno em grande parte responsável pelos «sentimentos de insegurança» e «crise da justiça» – que se concentram os esforços de celeridade e simplificação do processo penal, consenso e oportunidade³²¹.

A criminalidade de bagatela foi estudada pela autora espanhola TERESA ARMENTA DEU em 1991, na sua obra «*Criminalidad de bagatela y principio de oportunidad: Alemania y España*»³²².

Segundo aquela autora a chamada «criminalidade de bagatela» se plantou na Europa como um problema de índole geral e progressivamente crescente a partir da I Guerra Mundial. E, mais precisamente, com o término da II Guerra Mundial, em virtude das circunstâncias socioeconómicas, passou-se a conhecer um notável aumento dos

³²⁰ GERMANO, Marques da Silva, *Direito Processual Penal Português, Noções Gerais*, ob. cit., pág. 91.

³²¹ Neste sentido, FONSECA, Jorge Carlos, *O Novo Direito Processual de Cabo Verde*, ob. cit., pág. 109.

³²² ARMENTA DEU, Teresa, *Criminalidad de bagatela y principio de oportunidad: Alemania y España*, Promociones y Publicaciones Universitaires, in prólogo de Claus Roxin, 1.ª Edição, Barcelona, 1991.

delitos de natureza patrimoniais e económicas cujo características próprias consistia em sua pequena relevância, a que se veio designar de «delitos de bagatela»³²³.

Neste sentido, sublinha ANABELA MIRANDA que «os tópicos avultam hoje em um horizonte político-criminal comum subjacente ao processo penal de diversos países da Europa continental, que inspiram soluções diferentes ao nível da estrutura desse mesmo processo»³²⁴.

Diversos ordenamentos jurídicos europeus inspirados no sistema norteamericano do *plea bargaining* têm adotado soluções inovadoras com o objetivo de chegar a uma justiça penal mais célere, simplificada e mais eficiente, em atendimento aos anseios da comunidade. Um desafio de cunho funcionalista e que põe no prato da balança «o “fim” do Estado de Direito» ou «um novo “princípio”»³²⁵.

No que respeita a Portugal, como salienta EDUARDO MAIA COSTA³²⁶, «não é nova a preocupação em torno da eficiência do processo penal. Ela tem sido aliás uma

³²³ Refere aquela autora que o conceito de «delitos de bagatela» não se encontra dogmática nem legalmente reconhecido; sem embargo, é de uso comum por parte da imensa maioria da doutrina ao referirem-se dos crimes contemplados na lei penal, cujo reprobabilidade é reduzida e cujo bem jurídico protegido se considere de menor relevância. Acrescenta ela que, um dos autores alemães que maior atenção tem dedicado a este tipo de delito chama-se Krümpelman. Este autor divide aquele tipo de delito em «independentes ou próprios» e «dependentes ou impróprios. Os primeiros são aqueles que concorrem todas as características de um delito, mas produzem uma lesão social reduzida; já os segundos são aqueles outros cujos limites delituais não estão muito bem definidos. Os primeiros são em definitiva, «uma bagatela» em toda a sua essência e desenvolvimento; os segundos, por outro lado, quanto ao seu desenvolvimento podem ser considerados de pouca importância, no que respeita a sua essência é, em si, relevante. Cf. ARMENTA DEU, Teresa, *Criminalidad de bagatela y principio de oportunidad*, ob. cit., pág. 23.

³²⁴ Com o aumento quantitativo experimentado nos últimos anos por esta forma de delinquência de pequena e média gravidade – a ponto de se falar dela como um dos fenómenos mais típicos das sociedades modernas –, se não queremos provar a paralisação do sistema judicial, que em caso algum deve prescindir de realizar as finalidades da justiça e da paz social, preservando-se os direitos fundamentais, temos que submeter o seu tratamento ao princípio da celeridade. Assim assinalou, RODRIGUES, Anabela Miranda, «Os processos sumário e sumaríssimo», ob. cit., págs. 525 e 527. Também, RODRIGUES, Anabela Miranda, A celeridade no processo penal, ob. cit., págs. 233 e segs. É nesta perspetiva que COSTA ANDRADE, proferiu que não se estranha, por isso, que a pequena criminalidade se tenha convertido num dos temas principais da criminologia e da política criminal contemporâneas. E, sobretudo, que ela tenha estado no epicentro dos grandes movimentos de reforma quer no plano substantivo que no plano adjetivo. ANDRADE, Manuel da Costa, Consenso e oportunidade, ob. cit., págs. 320-321. Sobre isso, ainda, Cf. RAPOZA, Hon. Phillip, ob. cit., págs. 210-211.

³²⁵ Sobre isso, vide, DIAS, Jorge de Figueiredo, *Acordos sobre a sentença em processo penal: o "fim" do Estado de Direito ou um novo "princípio"?*, Porto, Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados, Porto, 2011, pág. 15-16. Ainda sobre a perspetiva funcionalista da justiça, vide, entre outros, KAUFMANN, Artur, «A problemática da filosofia do Direito ao Longo da história», in A. Kaufmann, W. Assemer (org.), *Introdução à Filosofia do direito e à teoria do direito contemporâneas* (tradução de Marcos Keel e Manuel Seca de Oliveira), revisão científica e coordenação de António Manuel Hespanha, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, págs. 196 e segs.

³²⁶ Sobre isso, COSTA, Maia Eduardo, «Justiça negociada: Do logro da eficiência à degradação do processo equitativo», *Revista Julgar*, n.º 19, (Janeiro -Abril), Coimbra Editora, 2013, págs. 87 e 89.

preocupação do legislador português, que ensaiou e aprofundou, pelo menos desde 1987, com o novo Código de Processo Penal diversas soluções com esse objetivo».

A impossibilidade de «tudo punir», pelo colapso da justiça penal por «insuportável *overloading*»³²⁷ resultou na preocupação do legislador português com a eficiência e celeridade do processo e com a escolha dos meios adequados para a efetivar que vem desde a primeira hora do Código de Processo Penal de 1987, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de Fevereiro³²⁸.

No que respeita as preocupações com a celeridade pelo legislador cabo-verdiano, verifica-se que as reformas no processo penal não têm sido tão frequentes como em Portugal. O Código de 2005 trouxe soluções inovadoras no que respeita a celeridade. Todavia, passado uma década desde da sua vigência tal se apresentava um pouco atrasado em relação as evidências da criminalidade moderna. Aquele Código era basicamente o Código Português de 1987. A reforma introduzida pelo Decreto-Legislativo n.º 5/2015 de 11 de Novembro que altera o Código de Processo Penal de 2005, trouxe soluções inovadoras do ponto de vista da celeridade³²⁹.

Tais reformas têm como principal objetivo a ampliação de aplicação das soluções alternativas, onde têm procurado responder aos efeitos negativos³³⁰ da pequena e média criminalidade no sistema da justiça penal, concretamente pela via de diversão, celeridade e simplificação, consenso e oportunidade³³¹.

Então, assente no respeito pela Constituição e em instrumento de direito internacional como a Convenção Europeia dos Direitos Humanos, e o Pacto internacional dos Direitos Civis e Políticos (influenciado pela lição de direito

³²⁷ No estudo levado a cabo por JORGE FIGUEIREDO DIAS sobre os problemas e o futuro do processo penal português em 2007, o autor já se confessava o medo para um «insuportável *overloading*», propondo como solução a justiça penal negociada de acordos da sentença, subordinado a regras jurídicas ajuizadas pelo respeito das normas e princípios fundamentais do processo penal, DIAS, Jorge Figueiredo, «O Processo Penal Português: Problemas e Perspetivas», in *Que Futuro para o Direito Processual Penal?*, *Simpósio em Homenagem a Jorge Figueiredo Dias por ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal Português*, Coimbra Editora, 2009, pág. 814.

³²⁸ Sobre isso, DIAS, Jorge Figueiredo, *O novo Código de Processo Penal*, ob. cit., pág. 14.

³²⁹ Publicada no Boletim Oficial de Cabo Verde, I Série, n.º 69, de 11 de Novembro de 2015.

³³⁰ É incontestável que a massificação da pequena criminalidade, fenómeno que remonta já a algumas décadas atrás, coloca problemas terríveis às instituições jurídicas. A pressão sobre o sistema é tremenda: a «procura» excede largamente a «oferta». Não há aparentemente capacidade de resposta «formal», quer pela inelasticidade das estruturas, quer pela complexidade do procedimento. Assim, COSTA, Maia Eduardo, *Justiça negociada*, ob. cit., pág. 88, ANDRADE, Manuel da Costa, *Consenso e oportunidade*, ob. cit., pág. 334.

³³¹ Cf. ALBUQUERQUE, José P. Ribeiro de, *A gestão do inquérito. Instrumentos de consenso e celeridade: consenso, celeridade e simplificação como instrumento de gestão processual*, texto proferido no Workshop realizado pelo CEJ em 25 de Maio de 2006, Évora, 2008, pág. 1. Disponível em: <http://www.pgdlisboa.pt/novidades/files/gestao_inquerito_albuquerque.pdf>. Consultado em: 02 de Jun. 2016.

comparado, pela moderna criminologia, pelos contributos da ciência jurídica identificada com os princípios de Estado de Direito Democrático, pela ação do Conselho da Europa e pela tradição e *praxis* processuais anteriores³³², os Códigos de Processo Penal, optaram resolutamente por um sistema de coordenada de distinção entre criminalidade grave e pequena criminalidade, entre soluções de consenso e de conflito, com a correspondente diversidade de tratamento processual.

Prontamente distintos do ponto de vista lógico-teorético, facto é que os dois eixos citados – o *vertical*: conflito/consenso; o *horizontal*: pequena criminalidade/criminalidade grave – buscaram separar a fenomenologia criminal segundo linhas sensivelmente sobreponíveis³³³.

Adotaram, um modelo processual dualista – promovendo a distinção de tratamento entre a criminalidade grave e a pequena criminalidade, enquanto realidades claramente distintas quanto à explicação criminológica, ao grau de danosidade social e ao alarme coletivo que provocam, e a correlativa linha de demarcação entre «espaço de conflito» correspondente à criminalidade grave e «espaço de consenso» (havendo também quem a designasse de área de negociação de conflito)³³⁴ reservada para a pequena criminalidade³³⁵. Uma dualidade materialmente justificada pela diversidade de

³³² Um facto significativo, nesta orientação é a Recomendação n.º R (87) 18, adotada pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa, de 17 de Setembro de 1987, que impugnou as reformas processuais penais por toda a Europa, incluindo Portugal, levando em linha de conta de experiências próximas de direito comparado, com resultados confirmados através de institutos como a ordem penal, a citação direta ou o processo abreviado, como sucede na Alemanha, na Itália, em França ou Espanha.

³³³ ANDRADE, Manuel da Costa, Consenso e oportunidade, ob. cit., pág. 335.

³³⁴ ANDRADE, Manuel da Costa, Consenso e oportunidade, ob. cit., pág. 335, COSTA, Maia Eduardo, Justiça negociada, ob. cit., págs. 87 e 90-91, MOTA, José Luís Lopes da, A revisão do Código, ob. cit., pág. 172.

³³⁵ Importa, contudo, prevenir que a opção do processo penal português por ideias como cooperação ou consenso, por sua vez, não é fruto ocasional ou de uma intenção desesperada de atacar estrategicamente problemas característicos do nosso tempo, como a lentidão da justiça ou a massificação de determinadas formas de delinquência. Está opção foi-se sedimentando, com a consciência de que «a tentativa de consenso deve ser levada tão longe quanto possível, para o que importa melhorar sensivelmente as estruturas de *comunicação* entre os sujeitos e as diferentes formas processuais». Esta opinião tem expressão na doutrina de FIGUEIREDO DIAS, em: DIAS, Jorge de Figueiredo, *Para uma reforma global do processo penal português: Para uma nova justiça penal*, Coimbra, 1983, pág. 220, sendo sufragada por COSTA, Maia Eduardo, Justiça negociada, ob. cit., pág. 90. A mesma opinião é perfilhada por ANABELA RODRIGUES, alertando, em síntese, esta autora que «a implementação do consenso como instrumento processual, favorece a realização de uma justiça rápida e eficaz, fomentando o diálogo das partes ao longo de todo o processo, criando um clima em que cada um deles defende os seus interesses em plano de igualdade e onde a sua opinião seja tomada em conta no momento de adotar decisões que as afetem. Pois, não pode deixar nas mãos de um investigador, por mais imparcial e descomprometido que possa ser – ele trará para o processo uma versão dos factos que deverá ser submetida a debate. Neste radica a verdadeira essência do processo, cujo objetivo último não é a verdade entendida como *adaequatio intellectus et rei*. O processo judicial tem de adaptar-se às regras do discurso prático geral de que constitui um caso específico. Cf. RODRIGUES, Anabela Miranda, «Os processos sumário e sumaríssimo, ob. cit., págs. 530-533. O que não significa que o processo penal fique inteiramente nas mãos das partes. Nem o processo penal se estrutura em termos de consensualidade

tipologias criminológicas sobre os quais indiciam diferentes procedimentos, sendo certo pela «via simplista» dos procedimentos alternativos, contanto que ofereça as garantias suficientes de salvaguarda dos valores fundamentais que o processo visa assegurar.

Os Códigos participaram, assim, de um programa político criminal reconhecendo soluções de diversão desjudicialização, participação, oportunidade e consenso, relativamente a crimes de pequena gravidade, ao mesmo tempo que visou criar um quadro potenciador de desburocratização, simplificação, desformalização e celeridade da justiça penal, ou pelo menos priorizar os tipos criminais a prosseguir. No espaço de consenso, o conteúdo material do Estado de Direito social realiza-se sobretudo pela acentuação dos *ethos* da ressocialização. Uma justiça marcado pela oportunidade, com particular relevância *État-arguido-vítima*³³⁶.

É neste espaço de consenso e simplificação que vão ocupar lugar as soluções até então, absolutamente inovadoras, que surgem como ideias motoras erigidas em verdadeiro imperativo ético-jurídico, que se traduzirão enquanto eixo-horizontal do processo penal, em institutos como o arquivamento do processo em caso de dispensa de pena, a suspensão provisória do processo, o processo sumaríssimo (idêntico ao processo de transação do CPP-CV), mas também transversal a outros institutos como o processo abreviado, a confissão em julgamento com a dispensa de produção subsequente de prova, mas que afloram também na atribuição da competência ao tribunal singular nos termos do art. 16.º, n.ºs 3 e 4 do CPP-P³³⁷, e ainda, de certa forma, na transferência de funções jurisdicionais para o Ministério Público³³⁸ que em princípio cabiam aos

absoluta, nem isso seria tão-pouco. Ou seja, nem a aplicação da pena pode, por princípio, depender da aceitação do condenado, nem da vítima. O acordo das partes em um processo de negociação não pode fundar por si só nem a verdade nem a validade da decisão judicial que o assume. Problema primeiro da verdade consensual é o do ato da aceitação e, em concreto, o das condições necessárias e suficientes para que se possa falar de uma aceitação racional. O consenso pressupõe uma solução razoável dos conflitos com base no sistema de contra-argumentação e discussão dos factos das pretensões a dirimir e não a *bargaining*.

³³⁶ Neste sentido, ANDRADE, Manuel da Costa, Consenso e oportunidade, ob. cit., págs. 335-336, COSTA, Maia Eduardo, Justiça negociada, ob. cit., pág. 88, MOTA, José Luís da, A revisão do Código, ob. cit., pág. 165, DIAS, Augusto Silva, «Modernas tendências da política criminal em matéria de desjudicialização e descarcerização; a experiência portuguesa», *Revista Cabinda Universitária*, n.º 3-4, (Jun.-Ago.), Centro Universitário de Cabinda Editora, Angola, 2008, págs. 41-42, FONSECA, Jorge Carlos, O Novo Direito Processual Penal de Cabo Verde, ob. cit., pág. 109.

³³⁷ Assim, MOURA, José Souto de, *Acordos em Processo Penal: a propósito da obra «Acordos sobre a Sentença em Processo Penal»* do Prof. Figueiredo Dias, Porto, 2012, pág. 2. Consultado em: <<http://www.pgdlisboa.pt/docpgd/files/acordos%20souto%20moura.pdf>>. Acesso em: 24 de Mar. 2017.

³³⁸ «Estas disposições em atribuir poderes e novas funções ao Ministério Público, parece poder querer reconhecer o papel preponderante da orientação do MP quando decide encaminhar os casos para formas célere e consensuais de resolução, desde logo porque condiciona grandemente as penas, sanções, medidas de segurança ou injunções e regras que virão a ser aplicadas». Cf. ALBUQUERQUE, José P. Ribeiro de, *A gestão do inquérito*, ob. cit., pág. 6.

tribunais³³⁹. Os três primeiros são inequivocamente mecanismos de consenso, que exigem, para a sua aplicação a concordância do Ministério Público e do juiz de instrução criminal, e também do arguido e do assistente.

O método de diversão³⁴⁰ adquire um novo fulgor, propondo-se como novo paradigma de processo penal: o consenso prevalecendo sobre o conflito na decisão do caso em concreto. Assim, mitigam às regras gerais de obrigatoriedade de submissão do arguido à fase de audiência e julgamento, permitem a individualização da sanção ou seja a determinação da medida adequada ao caso em concreto, contribuindo para a justiça do caso e eficácia do próprio processo penal, além de privilegiar a inclusão da vítima como um sujeito processual, na figura do *assistente* (arts. 68.º a 70.º do CPP-P, e 71.º a 73.º do CPP-CV), com possibilidade de oposição aos termos da suspensão provisória do processo³⁴¹.

A justiça consensual permite cumprir as funções de realização da justiça e proteção subsidiária do direito penal, alcançando a mesma finalidade que a da pena, mas sem que o arguido se submeta à estigmatização inerente ao julgamento e à imposição de pena.

Ademais, traz ganhos acrescidos em matéria de economia processual e eficiência do sistema pois quanto maior for a possibilidade de resolver o processo sem que haja julgamento e, se possível, sem que haja instrução maior o êxito do processo penal na realização das suas finalidades, mais célere e menos oneroso para o *erário público*³⁴².

³³⁹ COSTA, Maia Eduardo, *Justiça negociada*, ob. cit., pág. 90. No mesmo sentido, ALBUQUERQUE, José P. Ribeiro de, *A gestão do inquérito*, ob. cit., pág. 6.

³⁴⁰ Na doutrina de FIGUEIREDO DIAS sobre «o novo modelo da política criminal e os seus princípios diretores [descriminalização, diversão (ou desjudicialização)] », refere aquele autor que o movimento de diversão ou desjudicialização abarca o conjunto de processos usados pelas instâncias formais ou informais de controlo com vista a alcançar uma solução dos conflitos jurídico-penais fora do sistema de aplicação da justiça penal. Trata-se de um novo paradigma em que o direito penal só pode intervir onde se verifiquem lesões insuportáveis das condições comunitárias essenciais de livre desenvolvimento e realização da personalidade de cada homem. A tito exemplificativo, trata-se de «diversão pura e simples» o arquivamento em caso de dispensa de pena ou de «diversão com intervenção» a suspensão provisória mediante a imposição de injunções e regras de conduta. DIAS, Jorge Figueiredo, *Direito Penal Português, As Consequências jurídicas do crime*, (2.ª Reimpressão), Coimbra Editora, 2009, págs. 63-70.

³⁴¹ Sobre a posição da vítima no moderno sistema penal, vide, entre outros, ARUS, Francisco Bueno, «Panorama moderno de la pena de prisión», *Boletim da Faculdade de Direito*, Coimbra, Vol.70, 1994, págs. 247-268. Também, PEÑA, Diego-Manuel Luzon, *Prevención general, sociedad y psicoanálisis, Cuadernos de política criminal*, Edersa Editoriales de Derecho Reunidas, Madrid, n.º 16, 1982, págs. 93-105.

³⁴² MATIAS, Cláudia Isabel Ferraz Diaz, *A suspensão provisória do processo: o regime legal e perspectivado*, Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, na área de especialização de Ciências Jurídico-Forenses, Coimbra, 2014, pág. 5. Esta posição é, também, claramente defendida pelo STJ no seu Ac. STJ, processo n.º 07P4561, de 13/02/2008, relator: Simas Santos.

O Tribunal Constitucional ao pronunciar sobre a constitucionalidade das medidas de diversão no seu Ac. n.º 67/2006, de 24 de Janeiro conclui por não inconstitucionalidade e ainda reforçou a utilidade e eficácia de tais medidas para o combate à pequena e média criminalidade, onde o restabelecimento da paz jurídica, baseado na composição dos interesses dos sujeitos processuais, é um valor predominante, mas já não na criminalidade grave, cujo intenso desvalor ético e elevada repercussão social fazem sobrepor o valor da verdade sobre o da composição de interesses. Aqui a procura da verdade e o julgamento público adquirem valor essencial na administração da justiça, na sua legitimação político-constitucional³⁴³.

Não podemos esquecer que o problema da pequena e média criminalidade (criminalidade em massa) pela sua intensidade, adquire nesta perspetiva maior preocupação no seu tratamento, pois como acontece nos tipos de delitos que afetam essencialmente tráfico rodoviário, a propriedade e a integridade física, se não forem tratados atempadamente podem transformar-se em delitos reiterados³⁴⁴.

Importa ainda referir que, em 2007, em Portugal foi criado o regime de *mediação criminal*, pela Lei n.º 21/2007, de 12 de Junho, muito em voga nos EUA e em diversos países europeus. Um outro mecanismo de diversão, agora de carácter extra processual, que pode ter lugar durante o inquérito, por processos-crimes que dependam de queixa ou acusação particular³⁴⁵. A instituição do regime de mediação penal foi,

³⁴³ COSTA, Maia Eduardo, Justiça negociada, ob. cit., pág. 87.

³⁴⁴ ARMENTA DEU, Teresa, *Criminalidad de bagatela y principio de oportunidad*, ob. cit., pág. 24.

³⁴⁵ O tema já fora abordado em Portugal por COSTA FARIA. A mediação penal tem como escopo resolver os conflitos jurídico-penal fora dos cânones do processo normal da justiça penal, visando a promoção dos ideais de justiça consensualizada e diversificada, principalmente no que interessa aos sujeitos processuais para regularem os seus conflitos, procurando reconstruir a relação social que foi quebrada pela infração. São mecanismos que tanto servem para desenvolver uma justiça de proximidade mais aberta ao diálogo como para promover apenas a proximidade necessária a uma intervenção mais rápida e mais precoce. A ética da discussão e da negociação tem dificuldades sérias em se impor num domínio que se baseia tradicionalmente no «inegociável» e onde as lógicas de repressão e de prevenção dos riscos dominam. Impor e alargar a mediação confronta-nos com a questão de decidir se afinal certos conflitos não deveriam ser simplesmente descriminalizados e resolvidos no foro civil. Mas a marca do tempo acelerado contra motiva decididamente a mediação enquanto solução de conflitos, pois esta tem sempre que assegurar a relação entre o passado (o ato), o presente e o futuro (a reparação), e requer por isso necessariamente uma certa duração. Para assumir as suas responsabilidades, a justiça e a mediação tem necessidade de usar de um tempo «razoável» que permita que o diálogo se estabeleça e que os direitos da defesa sejam respeitados. Sobre isso, vide, o já citado autor COSTA FARIA, COSTA, José de Faria, *Diversão (desjudicialização) e mediação: que rumos?*, ob. cit., págs. 5 e segs. Também, BELEZA, Teresa Pizarro, MELO, Helene Pereira, *A Mediação Penal em Portugal*, Lisboa, Almedina Editora, 2012, ALBUQUERQUE, DIAS, Augusto Silva, *Modernas tendências da política criminal*, ob. cit., págs. 42-43, Paulo Pinto, *Sete teses sobre a reforma do processo penal*. Disponível em <<http://www.ucp.pt/site/resources/documents/Docente%20-%20Palbu/Dez%20Máximas.pdf>>. Acesso em: 22 de Nov. 2016. Sobre o fundamento da evolução dos conceitos de prevenção geral e especial da criminalidade, culpabilidade, e a posição da vítima no sistema penal moderno, vide, entre outros, os autores, ARUS, Francisco Bueno, «Panorama moderno de la pena de prisión», *Boletim da Faculdade de*

evidentemente, uma via para trilhar o caminho da celeridade e eficiência. Desde logo, é outra solução que se apresenta de eficácia inquestionável – a diversão e *despenalização* do processo penal.

Apesar de se verificar uma procura acrescida, não é ela que recebe os favores do legislador. Citando EDUARDO MAIA COSTA³⁴⁶, este, prefere, em geral, manter um «manto punitivo» extenso, sempre em expansão nos últimos anos, conferindo afinal ao direito penal um papel central no controlo social, e mesmo na defesa e promoção da ordem pública, o que contrasta e conflitua com a natureza subsidiária e fragmentária que, em teoria, ao direito penal continua a ser atribuída³⁴⁷.

Como ficou demonstrado, os dados estatísticos registados dão conta de uma diminuta adesão dos mecanismos de diversão³⁴⁸.

Passa-se, agora, às hipóteses conhecidas de celeridade, consenso e simplificação em Portugal e Cabo Verde.

2.2.1. Arquivamento do processo em caso de dispensa da pena

O primeiro método de consenso e oportunidade orientado para a pequena e média criminalidade, a ser apontado é o arquivamento em caso de dispensa de pena, previsto no art. 280.º do Código de Processo Penal português, introduzido pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de Fevereiro, com as necessárias adaptações do Decreto-Lei n.º 317/95, de 28 de Novembro. Este instituto também está consagrado no art. 317.º do Código de Processo Penal de Cabo Verde, introduzido pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2005 de 7 de Fevereiro³⁴⁹.

Direito, Coimbra, Vol.70, 1994, págs. 247-268, PEÑA, Diego-Manuel Luzón, «Prevención general, sociedad y psicoanálisis», *Cuadernos de política criminal*, Edersa Editoriales de Derecho Reunidas, Madrid, n.º 16, 1982, págs. 93-105, e ZIPF, Heinz, *Principios fundamentales de la determinación de la pena*, in notas bibliográficas (traducción española del Profesor Doctor Santiago Mir Puig), *Cuadernos de política criminal*, Edersa Editoriales de Derecho Reunidas, Madrid, n.º 16, 1982, págs. 189-195.

³⁴⁶ COSTA, Maia Eduardo, *Justiça negociada*, ob. cit., pág. 89.

³⁴⁷ Por outro lado, a previsão de cominações para o não cumprimento dos prazos, a atribuição de poder de disciplina e direção às autoridades judiciais, a regulação criteriosa da repartição de competências entre as autoridades judiciais, agilização meios alternativos de resolução de conflitos (mediação penal, arbitragem), modernização da gestão e organização dos tribunais, com processos informáticos, o controlo das situações do abuso de recursos, a especialização dos operadores judiciais penais, no tratamento das diversas modalidades de crime, têm sido uma das apostas, de forma a poderem responder com eficácia às novas formas de criminalidade, designadamente a violenta e a organizada, que flagelam o mundo contemporâneo.

³⁴⁸ No mesmo sentido, COSTA, Maia Eduardo, *Justiça negociada*, ob. cit., pág. 92.

³⁴⁹ SILVEIRA, Jorge Noronha, ob. cit., pág. 266

É um instituto, que como vimos, inspirado no art. § 153 do *StPO* Alemão³⁵⁰. Nos termos do art. 280.º, n.º 1 do CPP-P, antes de deduzida a acusação, o Ministério Público, com a devida concordância do juiz de instrução, pode decidir-se pelo arquivamento do processo, nas hipóteses em que haja expressa previsão legal de dispensa de pena para o crime em questão – desde que, por óbvio, verifiquem os pressupostos daquela dispensa³⁵¹.

Deduzida a acusação, ainda assim, o juízo da instrução poderá, enquanto esta decorrer, arquivar o processo, desde que verifiquem os pressupostos de dispensa da pena, e que haja concordância tanto do Ministério Público como do arguido (art. 280.º, n.º 2 do CPP-P)³⁵².

Os pressupostos em relação ao arquivamento em caso de dispensa de pena estão regulados no artigo 74.º, n.º 1 do CP-P, sendo exigível a verificação cumulativa dos seguintes pressupostos:

- _ Crime for punível com pena de prisão não superior a 6 meses, ou só com multa não superior a 120 dias;
- _ A ilicitude do facto e a culpa forem diminutas;
- _ O dano tiver sido reparado; e
- _ À dispensa de pena se não opuserem razões de prevenção.

Tais pressupostos são exigíveis, não apenas em relação às bagatelas penais a que se refere o n.º 1 do citado artigo 74.º, mas também, porque a lei o diz expressamente, em todos os casos em que, com carácter facultativo, seja admitida a dispensa de pena – n.º 3 do mesmo artigo.

O CPP-P não faz qualquer menção a concordância do assistente, pelo que a questão que se coloca é: será que esta solução não se revela injusta em termos de coerência sistemática, atendendo que a decisão de arquivamento *não é suscetível de impugnação*, nos termos do n.º 3 do art. 280.º, na medida em que o controlo da

³⁵⁰ A este propósito, NORIEGA, Juan Ortiz de, et al., *Código Penal Alemán StGB, Código de Proceso Penal Alemán StPO*, (cord. EMILIO, Eiranova, Encinas), Marcial Pons, Ediciones Jurídicas y Sociales, Barcelona, 2000, págs. 289-290, COSTA, José de Faria, *Diversão (desjudicialização) e mediação: que rumos?*, ob. cit., pág. 58, ARMENTA DEU, Teresa, *Criminalidad de bagatela y principio de oportunidad*, ob. cit., pág. 45, MADLENER, Kurt, ob. cit., págs. 657-658.

³⁵¹ PINTO, António Augusto Tolda, ob. cit., 689.

³⁵² Contudo, há que ter o cuidado na seguinte situação: se tiver sido deduzido acusação e não tiver sido requerido a abertura de instrução, ou tendo esta sido requerida e já estiver encerrada, não poderá ter lugar o arquivamento, mesmo que se verifiquem em concreto os pressupostos fixados na lei penal para aquela dispensa. Cf. PINTO, António Augusto Tolda, ob. cit., pág. 690.

legalidade é efetuado através do poder do juiz de instrução concordar ou não com os termos do arquivamento?

Será que os direitos processuais do assistente de requerer a abertura da instrução, nos termos do art. 287.º, n.º 1, al. b) do CPP-P e o direito de recorrer previsto no art. 401.º, n.º 1, al. b) do CPP-P não ficam prejudicados?³⁵³

Citando o Ac. do TRP, processo n.º 316/13³⁵⁴ «Desta resenha legal resulta que o arguido apenas será ouvido se tiver sido já formulada acusação contra si e que o assistente, em caso algum, é ouvido, quando estiver em causa o arquivamento a que se

³⁵³ Trata-se de uma questão que diverge a doutrina e a jurisprudência que se debatem a propósito: a de que o despacho de arquivamento, sendo proferido pelo MP é, pela sua natureza, irrecorrível, assim como é irrecorrível o despacho de concordância do juiz, já que não implica uma decisão judicial em sentido próprio. Segundo GERMANO MARQUES DA SILVA, a cláusula da inimpugnabilidade da decisão de arquivamento em caso de dispensa de pena, já assim não é, «quando a discordância respeitar não à oportunidade do arquivamento, mas à verificação dos seus pressupostos e requisitos. Só que por esses fundamentos só o assistente poderá ter legitimidade para impugnar a decisão de arquivamento, uma vez que relativamente ao arguido, não tendo sido formulado qualquer juízo de impugnação, caímos na regra geral. O arguido não pode nunca impugnar qualquer decisão de arquivamento do Ministério Público nem pode recorrer da decisão do juiz, por falta de interesse em agir (art. 410.º, n.º 2 do CPP-P). O assistente pode impugnar o despacho de arquivamento com fundamento na ilegalidade da decisão e pode fazê-lo por duas vias: *recurso* e *instrução*. Se o Ministério Público decidir o arquivamento e faltar a concordância do juiz, o meio processual para o assistente impugnar o despacho é o requerimento de instrução; o arquivamento é ilegal e o assistente formulará acusação, consubstanciada no seu requerimento instrutório, submetendo a decisão do Ministério Público e a sua acusação a comprovação do juiz de instrução. Se, porém, tiver havido a concordância do juiz, o meio para a impugnação pelo assistente deverá ser o recurso; portanto o juiz de instrução já se pronunciou ao concordar com a decisão do Ministério Público. É a decisão que está em causa, a verificação judicial da ocorrência dos pressupostos que permitem legalmente aquela decisão de arquivamento». Cf. DA SILVA, Marques Germano, *Curso de Processo Penal*, II, ob. cit., pág. 120. Neste sentido, O TRE proferiu no Ac. n.º 77/12.6GGSTC «a cláusula de inimpugnabilidade prevista pelo n.º 3 do art. 280.º do CP-P não vincula o assistente, ficando em aberto para este sujeito processual a possibilidade de impugnar por via de recurso os despachos de concordância proferidos pelo Juiz de Instrução, nos casos regulados pelo n.º 1 do referido artigo». Relativamente ao despacho de concordância do juiz de instrução, com efeito não é propriamente uma decisão, é acima de tudo um despacho de simples concordância. Não sendo uma decisão propriamente dita, não é suscetível de recurso. No fundo, o único ato processual com virtualidade de afetar os interesses do assistente é o despacho de arquivamento do Ministério Público com o qual o juiz de instrução concordou, e não um despacho deste. A concordância do juiz é, assim uma mera formalidade essencial, embora de conformação (validade) daquela decisão (do Ministério Público). Cf. Ac. TRP, processo n.º 765/11.4GDVFR.P1, de 19/06/2013, relator: Eduarda Lobo. Tendo o MP, com a concordância do juiz de instrução arquivado o processo, não pode o assistente requerer a abertura da instrução. Neste sentido, proferiu o TRC «o requerimento de abertura da instrução não é meio processual legalmente admissível para o assistente reagir contra despacho de concordância de juiz de instrução com a decisão de arquivamento de processo em caso de dispensa da pena». Cf. Ac. TRC, processo n.º 316/13.6GAPMS-A.C1, de 21/01/2015, relator: Jorge França. No mesmo sentido, TRP, Ac. 765/11.4GDVFR.P1, «o que se nos afigura é que não pode o assistente, nos casos como o presente, requerer a abertura de instrução, até porque, nos termos legais, o regime da dispensa da pena pressupõe a declaração de um estado de culpa do agente (v. o art.º 74.º, 1, proémio, do CP) que, todavia, não será sancionada com uma reação penal; se a existência da culpa está reconhecida, pelo menos em termos indiciários, não se justifica a abertura da fase jurisdicional da instrução que visa, entre o mais, e precisamente, o estabelecimento dessa culpa, com submissão do agente a julgamento (art.º 286º, 1, do CP-P)». No mesmo sentido pronunciou o Ac. TRE, processo n.º 3/10.7GCRDD.

³⁵⁴ Ac. TRC, processo n.º 316/13.6GAPMS-A.C1, de 21/01/2015, relator: Jorge França.

refere esta norma. E o mérito da decisão em si, não pode ser atacado, seja por via de intervenção hierárquica, seja através da interposição de recurso».

Como sublinhou ANA CRISTINA MATONO AFONSO³⁵⁵, e bem ao nosso ver, o legislador deveria ter consagrado expressamente a possibilidade de o assistente dar ou não a sua concordância com o arquivamento do inquérito em caso de dispensa de pena, não ficando essa faculdade reservada ao Ministério Público ou ao juiz de instrução consoante a fase processual em questão – inquérito ou instrução – n.ºs 1 e 2 do art. 280.º do CPP-P.

Por outro lado, a salvaguarda relativa à necessidade de concordância judicial deve ser vista com reservas, na medida que seu controlo deve dizer respeito aos pressupostos legais do arquivamento. Isto porque há necessidade de respeito ao sistema acusatório, o que pode transformar o juiz em parte interessada no julgamento do feito (no caso, juiz de instrução), especialmente porque pode obrigar o Ministério Público a propor uma ação para o qual não está convencido. Se ao juiz da instrução for conferido o poder de revogar a manifestação ministerial quanto ao arquivamento e ordenar a acusação ou realização de diligências, estará ele convertido em titular da ação penal, pelo que estaria rompido o equilíbrio do processo.

O art. 317.º, n.º 1 do CPP-CV determina que, se o processo for por crime relativamente ao qual se encontre expressamente prevista na lei penal a possibilidade de dispensa de pena, o Ministério Público, ouvido o assistente e o denunciante que tenha declarado na denúncia que desejava constituir-se assistente e para tal tenha legitimidade, poderá propor ao juiz o arquivamento do processo se entender verificarem-se os pressupostos daquela dispensa. Este artigo nada refere quanto a uma eventual concordância do arguido. Poderá até não haver arguido constituído no processo. E, mesmo que exista arguido, ele pode nem sequer ser ouvido sobre o arquivamento, o que lhe será pura e simplesmente comunicado, e apenas para o conhecimento, tal como acontece com o arquivamento normal da instrução (art. 317.º, n.º 3, que remete para o art. 315.º). Tal como o arquivamento “normal”, este arquivamento traduz-se numa decisão favorável ao arguido, que não terá legitimidade para impugnar³⁵⁶.

³⁵⁵ AFONSO, Ana Cristina Matono, «Institutos de Conciliação no Processo Penal: Arquivamento em caso de dispensa de pena. Suspensão provisória do Processo. Processo Sumaríssimo - Quadro Legal. Questões práticas - Algumas sugestões», in *Procuradoria-Geral Distrito de Lisboa*, Textos diversos - texto n.º - 25, 2005. Disponível em http://www.pgdlisboa.pt/textos/tex_mostra_doc.php?nid=25&doc=files/tex_0025.html. Consultado em: 19 de Mar. 2017.

³⁵⁶ SILVEIRA, Jorge Noronha, ob. cit., pág. 269

O sujeito processual diretamente prejudicado pela decisão de arquivamento é o ofendido, que pode legitimamente entender que o arguido deve ser submetido ao julgamento. Para tutelar este interesse, a lei coloca à sua disposição o direito ao recurso (n.º 2 do art. 317.º)³⁵⁷.

Não se encontra na Parte Geral do CP-CV uma previsão genérica da figura da dispensa de pena, semelhante ao art. 74.º do CPP-P³⁵⁸. O art. 85.º na epígrafe «isenção da pena» remete-nos para o art. 84.º «Atenuação livre da pena», ou seja, quando haja a «verificação simultânea de uma das circunstâncias da atenuação livre da pena e de outra que, nos termos deste Código, também dê ou não lugar à atenuação livre da pena, em atenção ao condicionalismo do caso concreto, nomeadamente à forma de aparecimento do facto punível e a sua gravidade, *poderá o tribunal isentar o agente da pena*». O que significa que a dispensa de pena poderá ter lugar nos casos previstos expressamente previstos nas normas incriminadoras da Parte Especial ou de legislação avulsa³⁵⁹.

Afigura-nos que o legislador cabo-verdiano foi menos específico em consagrar os pressupostos da dispensa de pena no sentido de uma maior aplicação deste instituto aos casos de pequena gravidade. Ao contrário do legislador português que especificou que o instituto da dispensa de pena está, genericamente, previsto para crimes de menor gravidade – puníveis com pena de prisão não superior a *seis meses* ou só com multa não superior a *120 dias* – no artigo 74.º do CP-P, pressupondo, em concreto e cumulativamente, que a ilicitude do facto e a culpa sejam diminutas, o dano tenha sido reparado e não haja razões de prevenção geral ou especial que aconselhem a imposição de uma pena – alíneas a) a c) do n.º 1 do citado preceito.

Importa lembrar que a dispensa de pena é um instituto destinado a resolver casos de bagatelas penais³⁶⁰, em que se verificam todos os pressupostos da punibilidade mas que não se justificaria a aplicação de qualquer sanção penal, já que tanto não seria exigido pela pouca gravidade do facto³⁶¹. Em se tratando de um instituto de consenso, a falta de concordância das entidades referidas nos artigos citados tem como consequência o normal prosseguimento dos autos, não se operando o arquivamento³⁶².

³⁵⁷ Ibidem.

³⁵⁸ Ibidem, ob. cit., pág. 267.

³⁵⁹ Ibidem.

³⁶⁰ Já o Ac. do TRC de 1984, determinava que a isenção da pena aplica-se aos casos de pouca importância do crime (insuficiente conteúdo do injusto e/ou da culpabilidade).

³⁶¹ GONÇALVES, Maia, *Código Penal Anotado*, 1999, pág. 263 em anotação ao art. 74.º

³⁶² PINTO, António Augusto Tolda, ob. cit., pág. 690.

Parafraseando FIGUEIREDO DIAS, «Do que se trata aqui é, na verdade, de comportamentos que integram todos os pressupostos da punibilidade – que constituem, isto é, ações ilícitas, típicas, culposas e puníveis –, mas não determinam a aplicação da pena (antes só a declaração de que o agente é culpado) em virtude do seu carácter bagatelar ligado à falta de carência de punição do facto concreto. Em tais casos, manda a lei que se não aplique uma pena, pura e simplesmente, porque ela não surge, perante as finalidades que deveria cumprir, como necessário»³⁶³.

Como pronunciou o TRG, no seu Ac. 316/08³⁶⁴ «a faculdade, atribuída ao julgador, de dispensar a aplicação da pena configura um poder-dever, cujo exercício depende, essencialmente, da desnecessidade de prosseguir os fins a que se destinam as penas – a proteção dos bens jurídicos lesados e a reintegração do agente na sociedade –, porque tais fins se mostram, em concreto, realizados».

Assim, uma vez presentes os pressupostos definidos na lei, que justificam o arquivamento como forma de regulação da ordem social e de reintegração do agente ao convívio coletivo, devem ser analisadas as questões atinentes à eventual dispensa de pena, – todas as circunstâncias que, pela via da culpa e da prevenção, são igualmente relevantes para à medida da pena.

A culpa aqui mencionada é aquela que, sopesados todos os fatores, atenuantes e agravantes, que revelam para a culpa, se deva concluir através da imagem global que eles fornecem, que a culpa do agente pelo ilícito típico cometido é pequena ou diminuta – se comparada com as demais em casos assemelhados, se mostra abaixo da «*media*», sempre em comparação com os factos idênticos. Por isso, não chega mesmo a ser fixada qualquer pena, nem o arguido pode se opor ao arquivamento, continuando a beneficiar do princípio da presunção de inocência relativamente aos factos objeto do inquérito³⁶⁵.

Além disso, a reparação do dano mostra-se como uma figura de relevo quanto ao arquivamento por dispensa de pena, sempre vinculado à inexistência de alguma vítima, que deverá noticiar o seu interesse e a efetiva reparação, se assim for³⁶⁶. O despacho de arquivamento tem força de caso julgado (art. 280.º do CPP-P).

³⁶³ Assim, DIAS, Jorge Figueiredo, *Consequências jurídicas do crime*, pág. 193.

³⁶⁴ Ac. TRG, processo n.º 316/08.8GAEPS-A.G1, de 11/07/2011, relator: Fernando Chaves.

³⁶⁵ GONÇALVES, M. Maia, *Código de Processo Penal-Anotado*, ob. cit., pág. 569.

³⁶⁶ Conforme pronunciou o TRG no seu Ac. 316/13.6GAPMS-A.C1 «O legislador penal que ao ser proferida uma decisão de arquivamento em consonância com esses ditames se mostram asseguradas as necessidades de perseguição dos crimes e dos seus agentes e a prossecução da paz pública, dadas, por um lado, as diminutas ilicitude do facto e da culpa do agente (artº 74º, 1, a), do CP) a inexistência ou a reparação do dano (al. b)) e a não oposição de razões de prevenção (al. c)). Reunido este quadro necessariamente pouco exigente em termos de perseguição do crime e de prevenção, e atenuados os danos

É cabível nas hipóteses de crimes públicos ou semipúblicos. Está previsto nas seguintes situações: *estado de necessidade desculpante* (cf. arts. 35.º, n.º 2 do CP-P e 42.º, n.º 2 do CP-CV); *crime de ofensa à integridade física simples*, ou seja, quando tendo havido lesões recíprocas não tiver provado qual dos contendores agrediu primeiro ou quando o agente tiver unicamente exercido retorsão sobre o agressor (art. 143.º, n.º 3, als. a) e b) do CP-P e art. 174.º do CP-CV); *ofensa a integridade física por negligência*, ou seja, quando o agente for médico no exercício da sua profissão e do ato médico não resultar doença ou incapacidade para o trabalho por mais de 8 dias (art. 148.º, n.º 2, al. a) do CP-P); ou quando da ofensa não resultar doença ou incapacidade para o trabalho por mais de 3 dias (art. 148.º, n.º 2, al. b) do CP-P e art. 131.º, n.º 3 do CP-CV); *crimes de difamação e injúria*, nas situações previstas nos arts. 186.º do CPP e 175.º do CP-CV); *crime de violação da obrigação de alimentos*, quando a obrigação vier a ser cumprida (art. 250.º, n.º 6 do CP-P e 284.º, n.º 2 do CP-CV); *crimes de perigo comum*, ou seja, nos casos previstos nos arts. 278.º-B e 272.º a 274.º e 277.º, n.ºs 3 e 5 do art. 279.º ou 280.º a 284.º, se o agente remover voluntariamente o perigo antes de se ter verificado dano considerável (cf. art. 286.º), todos do CP-P; *crimes contra a segurança das comunicações*, previsto nos arts. 287.º a 291.º, por força do art. 294.º, n.º 3, que remete para o art. 286.º, todos do CP-P; *crimes de falsidade de depoimento ou declaração, falsidade de testemunho, perícia, interpretação ou tradução e de suborno*, previsto nos arts. 359.º, 360.º e 363.º, respetivamente, nas situações previstas no art. 364.º do CP-P e 342.º a 344.º e 346.º, por força do art. 347.º do CP-CV.

O arquivamento em caso de dispensa de pena encontra-se ainda previsto no âmbito do processo sumário, por força dos arts. 384.º do CPP-P, e 420.º, que nos remete para os arts. 317.º e 318.º do CPP-CV. Também é aplicável ao processo abreviado, nos termos do art. 391.º-B, n.º 4, que nos remete para o art. 280.º do CPP-P, e 307.º, n.º 1 al. h) que nos remete para os arts. 317.º e 318.º do CPP-CV³⁶⁷.

causados à vítima, em sentido lato, compreende-se que a pesada máquina da Justiça cesse por aqui a sua intervenção. Estes argumentos afastam, *in limine*, a possibilidade de se falar em violação do princípio fundamental da igualdade de armas, a que o recorrente faz apelo ou, sequer dos princípios ínsitos nos art.ºs 20º, 1 e 4 e 32º, 1, 2, 4 e 7 da Lei Fundamental ou no art.º 6º, 1, da Convenção Europeia dos Direitos do Homem. (Curiosamente, uma das normas constitucionais que o assistente afirma ter sido violada é a do art.º 32º, 7, da CRP, segundo a qual «o ofendido tem o direito de intervir no processo nos termos da lei». A norma em causa relega para a lei ordinária a definição das situações em que o ofendido pode ter intervenção no processo e aquelas em que tal intervenção lhe está vedada, e a norma do art.º 280º, em estudo, é, precisamente, uma daquelas que procede a tal delimitação, sem ferir o espírito da lei superior)».

³⁶⁷ A possibilidade de aplicação do arquivamento em caso de dispensa de pena, assim como, da suspensão provisória do processo no âmbito de instrução prevista na al. h) do n.º 1, do art. 307.º do CPP-

Não é devida taxa de justiça quando o processo tiver sido arquivado em caso de dispensa de pena (art. 516.º do CPP-P).

Constata-se, assim, tendo em vista evitar o entupimento dos tribunais com pequena e média criminalidade e os solucionar de forma mais célere e consensual, fora das instâncias formais de controlo, surgiram no ordenamento jurídico português e cabo-verdiano, o instituto de arquivamento em caso de dispensa de pena e da suspensão provisória do processo, na medida em que o processo é arquivado logo na fase de inquérito. Ou seja, há uma supressão da fase de julgamento, com vista a aliviar os tribunais de uma morosa tarefa de julgamento, o que contribui para uma maior celeridade e menos custos judiciais³⁶⁸.

Todavia, os dados revelam que este instituto tem tido na prática insignificante aplicação. São pouquíssimos os casos conhecidos em que se tenha aplicado este instituto.

2.2.2. A suspensão provisória do processo

Outra medida de diversão processual conhecida no ordenamento jurídico português voltada para a pequena e média criminalidade é a *suspensão provisória do processo*³⁶⁹ introduzida pelo Decreto-Lei n.º 78/87 de 17 de Fevereiro³⁷⁰. Esta medida também está prevista no Código de Processo Penal de Cabo Verde desde a reforma de 2005, introduzida pela Decreto-Legislativo 2/2005 de 7 de Fevereiro³⁷¹.

Sofrendo influências da *plea bargaining* norte americana é no entanto, substancialmente diferente, porque o sistema processual penal português não permite uma negociação sobre a culpa. Do que aqui se trata é uma solução de consenso e oportunidade sobre o destino do próprio processo, mediante o regime de *injunções e regras de conduta*³⁷².

CV foi uma das soluções adotadas pela recente reforma, introduzida pelo Decreto-Legislativo n.º 5/2015 de 11 de Novembro de 2015.

³⁶⁸ GONÇALVES, M. Maia, *Código de Processo Penal-Anotado*, ob. cit. pág. 569.

³⁶⁹ É um ato decisório, devendo revestir os requisitos formais dos atos escritos e ser sempre fundamentados, devendo ser especificados os motivos de factos e de direito da decisão (Cf. art. 97.º, n.ºs 2, 3 e 4 do CPP-P). No mesmo sentido, PINTO, António Augusto Tolda, ob. cit., pág. 693.

³⁷⁰ Redação dada pelo Decreto-Lei n.º 78/87 de 17 de Fevereiro, com as necessárias adaptações, pelas Leis n.º 59/98, de 25/08, n.º 7/2000, de 27/05, n.º 48/2007, de 29/08 e, pela Retificação n.º 105/2007, de 09/11. Sobre o quadro geral da evolução das Leis que regulam o instituto da suspensão provisória do processo, vide, o Ac. STJ, processo n.º 07P4561, de 13/02/2008, relator: Simas Santos.

³⁷¹ SILVEIRA, Jorge Noronha, ob. cit., pág. 270.

³⁷² ANDRADE, Manuel da Costa, Consenso e oportunidade, ob. cit., pág. 346-347.

Do mesmo jeito, do art. 280.º, também, o art. § 153 a) do *StPO* Alemão (*Auflagen and weisungen*), influência diretamente o art. 282.º do CPP-P, para estabelecer, segundo as circunstâncias descritas nestes artigos citados e que são análogas às alemãs³⁷³.

É de notar que as injunções e as regras de condutas figuram como «equivalentes funcionais» de uma sanção penal. Só assim se explica que se espere delas a realização do mesmo interesse público, por via de regra e em alternativa, satisfeito através da aplicação de uma pena.

Do prisma do direito penal substantivo, trata-se aqui de uma sanção de índole especial não penal a que não está ligada a censura ético-jurídica da pena nem correspondente comprovação da culpa³⁷⁴.

É uma solução processual imbuída no espírito de oportunidade que visa solucionar por via de consenso e diversão o excesso de pendências dos tribunais provocado por crimes de pouca gravidade, fora das instâncias formais de jurisdição. Afirmar-se, assim, como uma alternativa ao despacho de acusação, apesar de, durante o inquérito, o Ministério Público ter recolhido indícios suficientes de se ter verificado um crime e de quem foi o seu agente – a infração não vai ser submetida a julgamento³⁷⁵.

Nos termos dos arts. 281.º, n.º 1 do CPP-P, e 318.º, n.º 1 do CPP-CV, são pressupostos, de verificação cumulativa, que depende a decisão de suspensão provisória do processo:

- a) ser o crime punível com pena de prisão não superior a 5 anos; ou
- b) crime punível com sanção diferente da prisão;
- c) determinada pelo Ministério Público, oficiosamente ou a requerimento do arguido ou do assistente³⁷⁶;
- d) concordância do juiz de instrução³⁷⁷;
- e) concordância do arguido e do assistente³⁷⁸;

³⁷³ COSTA, José de Faria, *Diversão (desjudicialização) e mediação: que rumos?*, ob. cit., pág. 58, ANDRADE, Manuel da Costa, *Consenso e oportunidade*, ob. cit., pág. 347. Sobre isso, também, MADLENER, Kurt, ob. cit., págs. 658-659.

³⁷⁴ ANDRADE, Manuel da Costa, *Consenso e oportunidade*, ob. cit., pág. 353, DIAS, Augusto Silva, *Modernas tendências da política criminal*, ob. cit., pág. 42.

³⁷⁵ DIAS, Jorge de Figueiredo, *Direito processual Penal, Lições coligadas por Maria João Antunes*, Secção de Textos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1988-9, pág. 97. No mesmo sentido, MATIAS, Cláudia Isabel Ferraz Diaz, ob. cit., pág. 5.

³⁷⁶ O legislador cabo-verdiano optou por subtrair esta segunda parte («a requerimento do arguido ou do assistente»). Mas não altera em nada o seu conteúdo. Assim, também em relação a algumas expressões e alíneas que foram alteradas configuradas numa única alínea.

³⁷⁷ Em vez desta expressão, o legislador cabo-verdiano usou («propor ao juiz»).

- f) ausência de condenação anterior por crime da mesma natureza;
- g) ausência de aplicação anterior de suspensão provisória de processo por crime da mesma natureza;
- h) não haver lugar a medida de segurança de internamento;
- i) ausência de um grau de culpa elevado;
- j) imposição de injunções e regras de condutas que não ofendam a dignidade do arguido e, nomeadamente, a sua subsistência (n.º 4 do CPP-P, e n.º 3, 2.ª parte do CPP-CV dos artigos citados) e;
- k) previsão de que o cumprimento das injunções e regras de conduta responda suficientemente às exigências de prevenção que no caso se façam sentir³⁷⁹.

Assim é competente para promover a suspensão provisória do processo o Ministério Público. Todavia, para que ela seja perfetibilizada, há necessidade de concordância por parte do juiz de instrução criminal, do arguido e do assistente. Ou seja, só com a concordância de todos estes sujeitos processuais é possível suspender provisoriamente o processo, constituindo um poder discricionário de cada um deles. Alcançado o acordo entre os diversos sujeitos processuais e verificados os demais requisitos previstos na lei, o Ministério Público tem o poder-dever de suspender o processo por um período até dois anos (durante o qual o prazo de prescrição fica suspenso) impondo ao arguido certas injunções e regras de conduta que considere adequada ao caso e cujo cumprimento conduzirá ao arquivamento do processo³⁸⁰. Portanto, cria espaços de consenso como forma de administração da justiça penal e permite a efetiva participação de todos os sujeitos processuais³⁸¹.

A este propósito a doutrina e a jurisprudência têm entendido que é o instituto que mais claramente se aproxima do princípio da oportunidade ao fazer intervir para a

³⁷⁸ Aqui o legislador cabo-verdiano foi mais além ao determinar também a verificação «da concordância do *denunciante* que tenha declarado na denúncia que desejava constituir-se assistente e para tal tenha legitimidade e do *ofendido* não constituído assistente». Isso para evitar falta de equidade e injustiças.

³⁷⁹ Para apoio e vigilância do cumprimento das injunções e regras de conduta podem o juiz de instrução e o Ministério Público, consoante os casos, recorrer aos serviços de reinserção social, aos órgãos de polícia criminal e as autoridades administrativas (cf. art. 281.º, n.º 5 do CPP-P e art. 318.º, n.º 4). Importa fazer referência a uma situação importante que vem prevista no n.º 3 do art. 281.º do CPP-P que é a seguinte: «...tratando-se de crime para o qual esteja legalmente prevista pena acessória de proibição de conduzir veículos com motor, é obrigatoriamente oponível ao arguido a aplicação de injunção de proibição de conduzir veículos com motor».

³⁸⁰ DIAS, Augusto Silva, *Modernas tendências da política criminal*, ob. cit., pág. 42, SILVEIRA, Jorge Noronha, ob. cit., pág. 270.

³⁸¹ ANDRADE, Manuel da Costa, *Consenso e oportunidade*, ob. cit., págs. 354-355, TEIXEIRA, Carlos Adérito, *Suspensão provisória do processo*, págs. 109 e 112, DIAS, Augusto Silva, *Modernas tendências da política criminal*, ob. cit. pág. 42.

sua aplicação o juiz de instrução, o Ministério Público, o arguido e o assistente.

Ela vem delimitada findo o inquérito, desde que presentes seus pressupostos e condições. O facto de ela apresentar regras e injunções próximas da suspensão condicional da pena decorre da circunstância de ser uma antecipação do tratamento jurídico-penal, com dispensa da atividade processual de custos elevados.

É, pois, relevante salientar que o exame da conformação feita pelo Ministério Público deve observar, necessariamente, os princípios e valorações de política criminal.

A verificação da ausência de qualquer um destes pressupostos constitui impedimento legal que, muitas vezes, impossibilita a aplicação da suspensão provisória do processo. Mas perguntar-se-á então: e no caso de concursos de crime?

Como vimos, um dos pressupostos de admissibilidade da suspensão provisória do processo é que, só pode ser aplicado a crime cujo limite máximo da pena não seja superior a 5 anos. Embora a lei seja omissa em relação ao concurso de crimes, pela interpretação dos arts. 281.º, n.º 1 do CPP-P, e 318.º, n.º 1 do CPP-CV, quando esteja em causa concurso de crimes, ainda, assim, deve ser obedecido o limite máximo de 5 anos de pena de prisão imposto por lei, ou seja, a pena abstratamente aplicável ao arguido não pode ser superior a 5 anos. *A priori*, não se admite a suspensão provisória do processo à moldura penal cuja pena ultrapasse os 5 anos.

A Procuradoria-Geral da República tem outra perspetiva. A Diretiva n.º 1/2014 de 24 de Janeiro³⁸² da Procuradoria-Geral da República fixa orientações gerais e específicas tendo em vista uniformizar a atuação do Ministério Público, no seu Capítulo I – Âmbito da aplicação da suspensão provisória do processo – determina como orientação geral, que o instituto da suspensão provisória do processo *«é também aplicável aos casos em que se indica suficientemente um concurso de crimes punível com pena de prisão superior a 5 anos mas que a pena em cada um deles não excede essa média»* (n.º 3). Ora, nesta perspetiva, o instituto pode ser aplicado em caso de concursos de crimes cujo limite máximo seja superior a 5 anos, mas que individualmente considerado não seja punível com uma moldura penal superior a 5 anos de prisão. Afigura-nos que a orientação fixada pela PGR vai muito além da interpretação da norma aplicável ao admitir que o instituto possa ser aplicado a um concurso de crimes em que a moldura penal abstrata do conjunto excede a pena de

³⁸² Publicada no Diário da República, II Série, n.º 17, de 24/01/2014, Procuradoria-Geral da República – Suspensão provisória do processo: diretiva que visa apoiar e incrementar a sua utilização e promover uma atuação mais eficaz e homogénea do Ministério Público.

prisão de 5 anos³⁸³.

A Procuradoria-Geral da República, no n.º 3 daquela Diretiva, vem colocar uma pedra fria nesta questão ao determinar que «o instituto não é aplicável aos crimes cujo limite de pena de prisão superior a 5 anos, salvo nas situações expressamente previstas na lei, mesmo que o Ministério Público entenda que, no caso concreto, a pena concreta não deveria exceder aos 5 anos de prisão».

Parece-nos que a fundamentação legal para tal determinação está no art. 16.º, n.º 3 do CPP-P que consagrou o seguinte: «compete ainda ao tribunal singular julgar os processos por crimes previstos na alínea b) do n.º 2 do artigo 14.º, mesmo em caso de concurso de infrações, quando o Ministério Público, na acusação, ou, em requerimento, quando seja superveniente o conhecimento do concurso, entender que não deve ser aplicada, em concreto, pena de prisão superior a 5 anos». Assim, por recurso a este artigo o MP em casos de crime ou concursos de crimes cujo limite máximo da moldura penal ultrapasse os 5 anos, mas que o MP entende que no caso em concreto não deve ser aplicado uma pena superior a 5 anos de prisão, pode admitir a aplicação do instituto da suspensão provisória do processo³⁸⁴.

As injunções e regras de condutas a impor ao arguido visam a reparação moral e material do crime e a satisfação das exigências de prevenção criminal, levando em linha de conta a recuperação e reinserção social daquele sujeito processual, estando excluídas aquelas injunções e regras de conduta que possam representar para o condenado obrigações cujo cumprimento não seja razoavelmente de lhe exigir (arts. 281.º, n.º 3 e 318.º, n.º 3, 1.ª parte)³⁸⁵.

Nos termos do n.º 2 daqueles artigos são oponíveis ao arguido as seguintes injunções e regras de conduta: *a)* indemnizar o lesado; *b)* dar ao lesado satisfação moral adequada ou efetuar prestação de serviço de interesse público; *c)* entregar ao Estado ou

³⁸³ MATIAS, Cláudia Isabel Ferraz Diaz, ob. cit., pág. 9.

³⁸⁴ Entendimento similar é o de FERNANDO TORRÃO, que considera que sim, afirmando que não existe qualquer diferença entre ser acusado por um crime cujo limite máximo de 5 anos de prisão se encontra estabelecido *a priori* na lei ou ser-se acusado por crime cujo limite máximo de 5 anos de prisão é estabelecido pelo Ministério Público ao abrigo do disposto no art. 16.º, n.º 3 do CP-P. Cf. TORRÃO, Fernando José Pinto, «Admissibilidade da suspensão provisória nas situações previstas pelo art. 16, n.º 3 do CP-P», in Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Figueiredo Dias, *Boletim da Faculdade de Direito*, Vol. III, Coimbra, Coimbra Editora, 2010, pág. 1025.

³⁸⁵ «A «injunção» consiste na imposição, ao arguido, de um «*facere*» ou «*nom facere*», ou seja de uma conduta ativa ou passiva que condicione a sua normal atividade. Não constitui, porém, injunção ou imposição de regras de conduta, a ordenação ao arguido de um comportamento que era obrigado a adotar, ainda que não houvesse essa infração ou obrigação, como seria a de não cometer qualquer ilícito penal, durante o decurso de certo prazo». Cf. Ac. TRL, de 11 de Junho de 1997, publicado na *Coletânea de Jurisprudência*, ano XXII, Tomo 3, pág. 155.

instituições privadas de solidariedade social certa quantia; *d*) não exercer determinadas profissões; *e*) não frequentar certos meios ou lugares; *f*) não residir em certos lugares ou regiões; *g*) não acompanhar alojar ou receber certas pessoas; *h*) não ter em seu poder determinados objetos capazes de facilitar a prática de outro crime; e, *i*) qualquer outro comportamento especialmente exigido pelo caso³⁸⁶.

Portanto, as injunções e regras de condutas aplicadas ao arguido estão taxativamente previstas na lei. Esta situação impede que o Ministério Público aplique ao arguido qualquer outra injunção ou regra de conduta, além das taxativamente previstas nas alíneas anteriores, que seja especialmente exigida no caso concreto, desde que não representem para o arguido obrigações cujo cumprimento não seja razoavelmente de lhe exigir.

Cumpre-se lembrar que, as injunções e as regras de condutas não se confundem com a noção de pena que é prevista no direito penal material, nem estão atreladas à noção de censura decorrente da ideia de culpa. Dito de outro modo, na suspensão provisória do processo, as injunções e regras de conduta adquirem índole de uma «suspensão especial não penal», já que não estão ligadas à qualquer hipótese de censura vinculada à culpa (não pode o arguido ser coagido a qualquer aceitação nem a seu cumprimento efetivo, uma vez que está sempre vinculada para fins de prevenção com manutenção da presunção de inocência).

Assim como no arquivamento em caso de dispensa de pena, a presença de todas as concordâncias levam à conclusão exposta nos arts. 281.º, n.º 6 do CPP-P, e 318.º, n.º 5 do CPP-CV, que ordena que a decisão de suspensão não é suscetível de *impugnação*.

Uma particularidade notável vem profetizada no artigo 281º, n.º 7 do CPP-P, introduzido pela Lei n.º 48/2007, de 29/08, fixando que é admissível a suspensão provisória do processo nos casos de crime de *violência doméstica*, desde que se verifique a não agravação pelo resultado, mediante o requerimento livre e esclarecido da vítima. Igualmente, sucede com o n.º 8 do artigo supra, onde ordenou que, também, é cabível de suspensão provisória do processo, quando se trata de crime *contra a liberdade e autodeterminação sexual de menor*, desde que se verifique a não agravação pelo resultado, tendo em conta o interesse da vítima, e a concordância entre o Ministério Público, o juiz de instrução e o arguido³⁸⁷.

³⁸⁶ As alíneas g) e m) não estão previstas expressamente no Código de Processo Penal de Cabo Verde.

³⁸⁷ A lei n.º 61/91, de 13/08, estabelecia que nos «crimes sexuais e de maus tratos a cônjuge, bem como rapto, sequestro, e ofensas corporais» a suspensão provisória do processo só podia ser decidida com

A suspensão provisória do processo nos termos em que ficou dito está sistematicamente enquadrada e pensada para a fase de inquérito do processo comum, mas, ainda pode ser aplicável no âmbito da fase de instrução do processo comum, nos termos dos arts. 307.º, n.º 2 do CPP-P, e 307.º, n.º 1, al. h) do CPP-CV, que nos remete para os art.317.º e 318.º ou no âmbito dos processos especiais: processo sumário nos termos do art. 384.º do CPP-P, e 420.º do CPP-CV e processo abreviado por força do art. 391.º-B, n.º 4 do CPP-P que remete para o art. 280.º a 282.º.

A Suspensão provisória do processo está prevista em algumas leis avulsas, nomeadamente, no art. 56.º, n.º 1 Decreto-Lei n.º 15/93, de 22/01 (da Legislação de Combate à Droga), revogado pela Lei n.º 38/2009, de 20/7³⁸⁸ que continha um regime especial de suspensão provisória do processo para os crimes relacionados com estupefacientes e substâncias tóxicas. Também o art. 9.º da Lei n.º 36/94, de 29 de Setembro (Legislação que institui Medidas Combate à Corrupção e Criminalidade Económica e Financeira) prevê um regime especial para o crime de corrupção ativa³⁸⁹.

O artigo 282.º do CPP-P, e 319.º do CPP-CV determina a duração e os efeitos da suspensão provisória do processo, a saber:

1- *Quanto a duração da suspensão provisória*

i) A suspensão provisória do processo pode ir até *dois anos* (n.ºs 1 dos artigos citados), com exceção do disposto no caso previsto no n.º 7, do art. 281.º (*processos por crimes de maus tratos entre cônjuges, entre quem convive em condições análogas, ou seja progenitor de descendente comum em 1.º grau*) em que a duração da suspensão

a concordância do arguido e da ofendida. Nos crimes em que fosse arguido pessoa com quem a vítima vivesse em economia comum, a medida de injunção era a de afastamento da residência da vítima, durante o período da suspensão, no caso em que se afigurasse necessário tal afastamento. A Lei 7/2000, de 27/05, teve como objetivo o alargamento do âmbito de aplicação da suspensão provisória do processo, sendo aplicáveis a crimes com pena superior a 8 anos de prisão, por força do art. 152.º, n.º 5, al. a) (atual n.º 3) do CP-P, que se referia ao resultado agravado das ofensas corporais, não sendo aplicável na al.) por não existir vítima que pudesse requerer a aplicação do instituto. Sobre isso, ALBUQUERQUE, Paulo Pinto, *Comentário do Código de Processo Penal*, ob. cit., pág. 737.

³⁸⁸ Estabelece o n.º 2 daquele artigo que «na aplicação da suspensão do processo, para além das regras de conduta a que se refere o n.º 2 do artigo 281.º do Código de Processo Penal, impor-se-á ao arguido, verificado o estado de toxicodependência, o tratamento ou internamento em estabelecimento apropriado, aplicando-se o disposto no artigo 47.º».

³⁸⁹ «1 - No crime de corrupção ativa, o Ministério Público, com a concordância do juiz de instrução, pode suspender provisoriamente o processo, mediante a imposição ao arguido de injunções e regras de conduta se, se verificarem cumulativamente os seguintes pressupostos: a) Concordância do arguido; b) Ter o arguido denunciado o crime ou contribuído decisivamente para a descoberta da verdade; c) Ser de prever que o cumprimento das injunções e regras de conduta responda suficientemente às exigências de prevenção que no caso se façam sentir. 2 - É correspondentemente aplicável o disposto nos artigos 281.º, n.ºs 2 a 5, e 282.º do Código de Processo Penal».

pode ir até ao limite máximo da respetiva moldura penal – *pena de prisão de 1 a 5 anos, se o facto não for punível pelo art. 144.º (n.º 5)*³⁹⁰;

ii) Durante o período da suspensão provisória do processo suspenda-se o prazo de prescrição do procedimento criminal, ou seja, a prescrição não corre no decurso do prazo de suspensão do processo (n.º 2)³⁹¹, voltando a correr a partir do dia em que cessar a causa da suspensão (art. 120.º, n.º 3 do CP-P), contando-se o tempo decorrido até ao momento em que foi proferido o despacho de suspensão provisória;

2- Quanto as consequências do cumprimento e do incumprimento das injunções e regras de conduta

E após a execução da suspensão provisória do processo podem advir duas situações:

i) Se o arguido cumprir as injunções e regras de conduta que lhe haviam sido impostas, o MP determina o arquivamento dos autos de inquérito, pelo que, após tal arquivamento, o ofendido ou queixoso não pode requerer a sua constituição como assistente ou a reabertura do processo uma vez que o mesmo não tem legitimidade para requerer a abertura da instrução – art. 287.º, n.º 1, al. b) do CPP-P. Ou seja, quanto ao termo da suspensão a mesma ocorrerá quando for determinado por despacho do MP o cumprimento total das injunções e regras de condutas pelo arguido ou quando for determinado o prosseguimento do processo por falta de cumprimento das injunções e regras de conduta pelo arguido (n.º 3 do art. 282.º do CPP-P, e n.º 2 do art. 319.º do CPP-CV)³⁹²;

ii) Se o arguido não cumprir as regras e as injunções que lhe foram impostas, o não cumprimento – culposo – implica, por si só e automaticamente, o prosseguimento ordinário do processo, a partir do momento em que ele passou a ser suspenso, com a impossibilidade das prestações feitas serem repetidas – o que em regra, se traduzirá na dedução da acusação na medida em que é pressuposto geral da suspensão provisória do processo a existência de indícios suficientes. O mesmo acontece, se durante o prazo de suspensão do processo, o arguido cometer crime da mesma natureza pelo qual venha a ser condenado (n.º 4, als. a) e b) do art. 282.º do CPP-P, e n.º 3 do CPP-CV)^{393 394};

³⁹⁰ Esta 2.ª parte não consta no CPP-CV.

³⁹¹ No CPP-P esta cláusula da não prescrição foi juntada ao n.º 1, 2.ª parte do art. 319.º

³⁹² Sobre isso, vide, TEIXEIRA, Carlos Adérito, *Suspensão provisória do processo*, ob. cit., págs. 113-114.

³⁹³ Sobre este assunto, vide, o Ac. TRL, processo n.º 107/08.6GACCH.L1-5, de 18/05/2010, José Adriano. Também, GONÇALVES, M. Maia, *Código de Processo Penal-Anotado*, ob. cit., pág. 574, SILVEIRA, Jorge Noronha, ob. cit., pág. 270.

Não se está diante da discricionariedade, ao ser aplicado o instituto em pauta (não surge a partir de conveniência do Ministério Público, mas em casos e condições expressamente limitadas pela lei), mas uma obrigatoriedade menos rígida, com maior maleabilidade. Pode-se apresentar como elemento de vantagem o facto de que o arguido submete-se a um conjunto de regras e de injunções, mas seu reconhecimento de responsabilidade é ainda feito dentro do princípio da presunção de inocência.

A suspensão provisória do processo tem, além dos efeitos de celeridade e redução nos custos processuais, apresenta uma vantagem ímpar – uma condição ampla – dado que exige a participação do assistente e do arguido, especialmente porque diz respeito, em regras gerais, com uma criminalidade de afrontamento entre aquele que delínque e aquele que sofre com a delinquência (a vítima tem maior presença no facto). Outra vantagem ímpar da suspensão provisória é que pela sua natureza consensual previne a utilização dos recursos. Além disso, afastam rótulos de frustração, de adulteração, de não pertencimento à comunidade³⁹⁵.

Mais uma vez, o consentimento do arguido deve ser livre, esclarecido e na presença de defensor.

Justificam a discordância judicial com a suspensão provisória a existência de alguma causa que impeça o seguimento da ação penal, como a prescrição, e se as regras e injunções ofenderem a dignidade do arguido e a proporcionalidade que demonstrem serem elas excessivas e injustificadas.

Uma vez cumprida a suspensão provisória do processo, a ação penal está resolvida, pelo que há preclusão de qualquer possibilidade de novo ajuizamento acerca do(s) mesmo(s) facto(s) ao passo que, no descumprimento, o processo terá seguimento e as prestações feitas não poderão ser repetidas.

O Tribunal Constitucional, bastas vezes, que foi chamado a pronunciar sobre a inconstitucionalidade da suspensão provisória do processo, reconheceu que o instituto da suspensão provisória do processo, tal como foi consagrado no art. 281.º do CPP-P não viola nenhuma norma nem preceito constitucional. Aliás, no seu Ac. n.º 67/2006³⁹⁶

³⁹⁴ Ainda no que refere a não cumprimento das regras e injunções, o n.º 4 do CPP-CV estabelece que «a quantia... que tiver sido entregue ao lesado a título de indemnização será descontada no montante indemnizatório que for atribuído na sentença final».

³⁹⁵ Neste sentido, também, TEIXEIRA, Carlos Adérito, *Suspensão provisória do processo*, págs. 17-8.

³⁹⁶ Também aquele Acórdão esclareceu outras questões importantes: i) «a admissibilidade da suspensão não levanta, em geral, qualquer obstáculo constitucional. Já não se aceita, porém, a atribuição ao MP da competência para a suspensão do processo e imposição das injunções e regras de conduta previstas na lei sem a intervenção de um juiz naturalmente o juiz de instrução e daí a

reconheceu a suspensão provisória do processo como um instituto informado pelos princípios de consenso e oportunidade, que funda na busca de soluções consensuais para a proteção dos bens jurídicos tutelados pelo direito penal e para a recuperação e ressocialização dos delinquentes, com vista à integração destes na sociedade. Ou seja, o que se pretende é atingir, por meios benignos e de consenso, os fins das penas estabelecidos no artigo 40.º do CP-P, a proteção dos bens jurídicos e a reintegração do agente na sociedade.

No que concerne à prevenção geral como prevenção positiva de integração e reforço da consciência jurídica comunitária e do seu sentimento de segurança face à violação da norma, enquanto estabilização das expectativas comunitárias na validade da norma infringida, entendemos que a suspensão provisória do processo atinge esse fim tão importante do direito penal. Efetivamente, e não obstante não ser aplicada uma pena, entendemos que o juízo de reprovação e aplicação de injunção ao arguido, traduz o sentimento comunitário de que o bem jurídico violado continua válido e vigente.

Pode-se mesmo dizer que, o instituto da suspensão provisória do processo, para além de potenciar uma maior celeridade aos crimes de pequena e média criminalidade, pela sua estrutura desburocratizada e por subtrair a fase de julgamento, significa um alívio do sistema de justiça e até a ausência de interesse na perseguição penal, potenciando o consenso e a oportunidade, sem perder de vista o princípio da legalidade e as garantias de defesa.

Noutro plano, é mais económico para o sistema pela redução de diligências que proporciona e por envolver uma menor implicação de recursos humanos e materiais. Essa economia permite também uma significativa redução do tempo que medeia entre o facto e a reação penal correspondente. Todavia, os estudos revelam para uma baixa adesão deste mecanismo – o que não se compreende, porque é um mecanismo proeminente e eficaz e que pode ajudar por meio de consenso a resolver os processos e diminuir o excesso de pendências dos tribunais por aquela criminalidade.

inconstitucionalidade nessa medida dos n.ºs 1 e 2 do artigo 281.º, por violação dos artigos 206.º e 32.º, n.º 4, da CRP»; ii) «Não é exigência constitucional a assistência obrigatória de advogado ao arguido, em ato processual em que está em causa a sua eventual concordância à suspensão provisória do processo, ou seja, a norma do artigo 281.º do CP-P em conjunto com o artigo 64.º do mesmo Código, interpretada no sentido de ser dispensada a assistência de defensor ao arguido no ato em que este é chamado a dar a sua concordância à suspensão provisória do processo, não viola o n.º 3 do artigo 32.º da Constituição». Ac. TC, n.º 67/2006, processo n.º 161/05, de 24/01/2006, relator: Conselheiro Vítor Gomes. Também, a este propósito Acs, TC, n.ºs 7/87 e 144/2006. Disponíveis em: <www.tribunalconstitucional.pt>.

2.3. As formas simplificadas e aceleradas do processo

Os processos especiais são formas mais céleres de realizar a justiça penal (apenas três formas especiais de processo). Aplicam-se quando se verificam razões que permitem uma simplificação processual, dispensando ou abreviando algumas fases processuais que fazem parte da estrutura essencial do processo comum³⁹⁷.

Para delimitar o âmbito de aplicação de cada uma das formas de processo há que começar por verificar se é aplicável algum dos processos especiais previsto no processo penal. Em todos os outros casos aplicar-se-á a forma comum ou ordinária, daí que se diz que o processo comum tem natureza subsidiária, pelo facto de a sua tramitação revestir de maior solenidade e com mais fases processuais, ficando, assim, reservado para a criminalidade mais complexa, embora se possa aplicar também em casos de pequena e média criminalidade³⁹⁸. A sua marcha está pensada para assegurar, na máxima amplitude legalmente prevista, as garantias de defesa do arguido³⁹⁹.

2.3.1. Processo sumário

O processo sumário vigora no âmbito processual como uma forma de tramitação

³⁹⁷ Cf. VERDELHO, Pedro, ob. cit., pág. 237. Também, SILVEIRA, Jorge Noronha, «Formas de Processo e sua tramitação em 1.ª instância no processo penal de cabo-verdiano» (5.º módulo), in *Direito Processual de Cabo Verde, Sumários do curso de Pós-Graduação sobre o novo processo penal de Cabo Verde*, (Praia, Fevereiro-Abril de 2007), coord. Augusto Silva Dias e Jorge Carlos Fonseca, Coimbra, Almedina Editora, 2009, pág. 248, FONSECA, Jorge Carlos, *O Novo Direito Processual Penal de Cabo Verde*, ob. cit., págs. 108-109.

³⁹⁸ No sistema do CPP-P de 1929, também, o processo penal podia ser comum ou especial (art. 62.º). Para além dos processos especiais previstos naquele Código haviam outros previstos em legislação avulsa, quais sejam: o processo de ausentes (art. 562.º e segs.), os processos por difamação, calúnia e injúria (art. 587.º e segs.), os processos por infrações cometidas por juízes de direito de primeira instância e magistrados do MP junto deles, no exercício das suas funções ou por causa deles (art. 595.º e segs.), os processos por infrações cometidas pelas mesmas entidades, mas fora das suas funções (art. 609.º e segs.), os processos por infrações cometidos por juízes das Relações ou do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), pelos magistrados do MP junto deles, por outros de igual categoria (art. 613.º e segs. e a reforma do autos perdidos, extraviados ou destruídos (art. 617.º e segs.). No que respeita ao processo comum, podia revestir de 5 formas: querela, correio, polícia correcional, transgressão e sumário. O Decreto-Lei n.º 605/75, de 3 de Novembro, unificou o processo de polícia correcional e o correcional. Cf. MENDES, Paulo de Sousa, *Lições de Direito Processual Penal*, ob. cit., pág. 53. No novo CPP-P de 1987, inicialmente, as formas de processos especiais eram o processo sumário e o processo sumaríssimo. Com a Lei n.º 59/98, de 25, de Agosto, foi criada mais outra forma de processo especial: o processo abreviado (art. 391.º-A). Em Cavo Verde, na versão tornada extensiva ao antigo ultramar, o processo comum desdobrava-se em quatro formas: querela, polícia correcional, transgressões e sumário (art. 11.º do Decreto n.º 19 271, de 24 de Janeiro de 1931). A solução de manter a distinção entre diversas formas de processo comum foi ensaiada em Cabo Verde no tentado Código de Processo Penal de 1980, aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 110/80, de 22 de Dezembro, o qual, no entanto, não chegou a entrar em vigor. Para melhor clareza sobre a situação em Cabo Verde antes de Outubro de 2005, vide, FONSECA, Jorge Carlos, *Um Novo Processo Penal*, pág. 11 a 34 e 108 e segs..

³⁹⁹ Cf. SILVEIRA, Jorge Noronha, ob. cit., pág. 248.

especial do processo, caracterizado pela simplificação e celeridade por dispensar a burocratização do processo ordinário, mas sem perder de vista as normas e os princípios constitucionais⁴⁰⁰.

É cabível no ordenamento jurídico português desde o CPP-P de 1987⁴⁰¹, mas a norma atual foi objeto de várias alterações com vista estimular uma maior utilização deste mecanismo. Neste sentido, na revisão efetuada pela Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto⁴⁰², o âmbito de aplicação do processo sumário foi alargado aos crimes puníveis com pena de prisão não superior a 5 anos, mesmo em caso de concurso de crimes – e não até 3 anos como na versão da lei anterior – e os que, apesar de a pena abstrata ultrapassar limite, o Ministério Público entenda deverem ser punidos, em concreto, com pena inferior a essa medida (art. 381.º do CPP-P).

A Lei n.º 20/2013, de 21 de Fevereiro veio determinar que o processo sumário é aplicável a dotas as detenções em flagrante delito, exceto relativamente a criminalidade altamente organizada, aos crimes contra a identidade cultural e integridade pessoal, aos crimes contra a segurança do Estado, e aos crimes previstos na Lei Penal Relativa as Violações do Direito Internacional Humanitário⁴⁰³. Sobre esta alteração incidiu diversos problemas de constitucionalidade tendo o Tribunal Constitucional declarado inconstitucionalidade com força obrigatória no seu Ac. 174/2014⁴⁰⁴, assunto que não vamos alongar muito por razões de tempo⁴⁰⁵.

A recente alteração pela Lei n.º 1/2016, de 25 de Fevereiro, resolveu o problema, aditou uma nova prerrogativa tendo determinado que o processo sumário é aplicável «(...) *mesmo em caso de concurso de infrações* (n.º 1, do art. 381.º): ou, *por crime punível com pena de prisão de limite máximo superior a 5 anos, mesmo em caso*

⁴⁰⁰ GASPAR, António Henriques, Processos sumário, ob. cit., pág. 363.

⁴⁰¹ Redação dada pelo Decreto-Lei 78/87 de 17 de Fevereiro, com as alterações da Lei n.º 59/98, de 25/08, Lei n.º 48/2007, de 29/08, Retificação n.º 105/2007, de 09/11, Lei n.º 20/2013, de 21/02.

⁴⁰² Tal alteração já vinha sendo sugerida pela doutrina, no intuito de abranger os crimes de média gravidade. Sobre esta e outras propostas de alteração, vide, MESQUITA, Paulo Dá, «Os processos especiais no Código de Processo Penal português: respostas processuais à pequena e média criminalidade», *Revista do Ministério Público*, n.º 68, ano17, (Out.-Dez.) 1996, Lisboa, pág. 109, RODRIGUES, Ana Bela, Os processos sumário e sumaríssimos, ob. cit., págs. 526 a 529, e SILVA, Germano Marques da, «A reforma do Código de processo penal e as perspetivas de evolução do direito processual penal», *Scientia iuridica*, t.48, n.º 277-279 (Jan.-Jun.), Braga, 1999, págs. 73 e 74.

⁴⁰³ SANTOS, Hugo Luz dos, «A reforma do Código do Processo Penal de 2013 e o processo sumaríssimo: entre a Law and Economics Posneriana (MDR) e a Maximização da Justiça Consensual (MJC): duas faces da mesma moeda? », *O Direito*, Coimbra, n.º 1, ano 147, 2015, pág. 177. SILVA, Germano Marques da, *Do procedimento (Marcha do Processo)*, ob. cit., págs. 393-394.

⁴⁰⁴ Publicado no Diário da República, 1.ª Série, n.º 51, de 13 de Março de 2014.

⁴⁰⁵ Para melhores desenvolvimentos, SILVA, Germano Marques da, *Do procedimento (Marcha do Processo)*, ob. cit., págs. 393-394.

de concurso de infrações, quando o Ministério Público, na acusação, entender que não deve ser aplicada, em concreto, pena de prisão superior a 5 anos» (n.º 2 do art. 381.º). Entendemos que aqui deve ser aplicado o art. 16.º, n.º 3 do CPP-P, embora esta situação não esteja agora expressamente previsto no art. 381.º, n.º 2.

A sua consagração no ordenamento jurídico cabo-verdiano está no art. 412.º do e segs do CPP-CV. A reforma do CPP-CV pela Lei 15/2015, de 11 de Novembro, trouxe alterações significativas no que respeita ao processo sumário, com vista a aumentar a sua aplicação aos casos. Tal como no ordenamento jurídico português o processo sumário passou a ser aplicável a crimes puníveis com um *quantum* de pena e de grau de criminalidade não superior a 5 anos (e não 3 anos como até então estava previsto)⁴⁰⁶.

Para que o processo possa seguir a tramitação sumária cumprem observar alguns requisitos:

a) crime punível com pena de prisão cujo limite máximo não seja superior a 5 anos, mesmo em caso de concurso de infrações ou por crime punível com pena de prisão de limite máximo superior a 5 anos, mesmo em caso de concurso de infrações, quando o Ministério Público, na acusação, entender que não deve ser aplicada, em concreto, pena de prisão superior a 5 anos⁴⁰⁷;

b) quando autor tenha sido detido em flagrante delito (arts. 381.º, n.º 1, conjugado com os arts. 255.º e 256.º todos do CPP-P, e 412.º, n.º 1 do CPP-CV). Convirá recordar que não pode ter lugar nos crimes puníveis com pena de multa nem nos crimes particulares⁴⁰⁸;

⁴⁰⁶ Na versão inicial do Código de 1929 CPP-CV só eram julgados em processo sumário os detidos em flagrante delito por crimes puníveis com pena de prisão de limite máximo não superior a seis meses. Neste Código, o processo sumário estava incluído no elenco das formas de processo comum (vide o seu art.62.º). Esse limite seria posteriormente objeto de alargamento, o qual inicialmente se restringiu a determinadas categorias de crimes, mas depois generalizou a todos crimes puníveis com pena de prisão até dois anos (prisão correccional, como então era designada). Na versão, dada pelo Código de 2005 a crime punível com pena de prisão de limite máximo não superior a 3 anos. E como dissemos na versão do Código de 2015 até 5 anos. E se se verificar alguma das situações que, em abstrato, permitiria a conexão de processos, previstas no art. 39.º do CPP-CV (nomeadamente concurso de crimes ou participação), só será possível operar a conexão de processos e julgar todos os crimes ou agentes no mesmo processo sumário se os pressupostos desta forma de processo se verificarem em relação a todos eles. No caso de concurso de crimes, será ainda necessário que a soma dos limites máximos das penas de prisão aplicáveis não excedam os 5 anos. Caso contrário, a melhor solução será, em regra, a de não operar a conexão, seguindo cada processo a forma que lhe for mais adequada. Neste sentido, SILVEIRA, Jorge, ob. cit., págs. 249 e 252, FONSECA, Jorge Carlos, Direito Processual Penal de Cabo Verde, ob. cit., pág. 110.

⁴⁰⁷ A segunda parte daquela alínea («mesmo em caso de concurso de infrações») não consta de forma expressa no CPP-CV.

⁴⁰⁸ O conceito de flagrante delito adotado para efeitos de detenção baseia-se nas ideias mestras da atualidade e da evidência probatória, na sequência da tradição do direito napoleónico. A distinção, no âmbito de flagrante delito em sentido estrito, quase flagrante delito, entre e presunção legal de flagrante delito foi introduzida em Portugal pelo art. 1020.º da Reforma Judiciária de 1841, que por sua vez

c) quando a detenção tiver procedido por qualquer autoridade judiciária ou entidade policial (als. a) daqueles artigos);

d) quando a detenção tiver sido efetuada por outra pessoa e, num prazo que não exceda duas horas, o detido tenha sido entregue a uma autoridade judiciária ou entidade policial, tendo esta redigido auto sumário de entrega (als. b) dos artigos citados)⁴⁰⁹.

É na detenção em flagrante delito que se encontra a razão de ser do processo sumário. O flagrante delito facilita a prova do cometimento do crime, justificando a utilização de uma tramitação mais simples e célere que a forma comum do processo penal⁴¹⁰. Ora, nesta perspetiva, os chamados «Projeto contra o furto nas lojas» (*Entwurf eins Gesetzes gegen Ladendiebstahl*) da década de 70, surgido na República Federal Alemã, constitui sem margem de dúvida, o modelo que inspirou o aditamento da al. b) do art. 381.º, n.º 1 do CPP-P, e posteriormente, al. b) do art. 412.º, n.º 1 do CPP-CV).

A decisão do processo pela forma sumária caracteriza-se pela *celeridade e pelo immediatismo*. Os termos processuais de julgamento são simplificados, designadamente porque o inquérito é suprimido ou reduzido ao interrogatório sumário do arguido (arts. 382.º, n.ºs 2 e 3 do CPP-P, e 416.º do CPP-CV), não há fase de instrução (arts. 286.º, n.º 3 do CPP-P)⁴¹¹ e, é reduzido ao máximo as possibilidades de adiamento do julgamento (arts. 387.º do CPP-P, e 417.º do CPP-CV)⁴¹², existe a possibilidade de substituição da

inspirou no *Code d'Instruction Criminelle* napoleónico de 1808. Cf. SILVEIRA, Jorge Noronha, ob. cit., pág. 250.

⁴⁰⁹ Esta disposição foi regulada pela Lei n.º 48/2007 de 29 de Agosto. Para efeitos do flagrante delito fazia necessário que a detenção tivesse sido efetuada por autoridade judiciária ou entidade policial. Esta reforma veio permitir que o arguido possa ser detido por pessoas que não sejam autoridade judiciária nem entidade policial, desde que a entrega a este ocorra no prazo de duas horas. A alteração foi pensada a fim de possibilitar julgamento em processo sumário de um rol de criminalidade contra o património, sobretudo, furtos, ocorridos nos grandes estabelecimentos comerciais e detetados por elementos de segurança privada (vigilantes da loja), ou mesmo caixas ou gerentes. As vantagens de celeridade, no conjunto, serão notáveis. Neste sentido, VERDELHO, Pedro, ob. cit., págs. 238-239, PINTO, Ana Luísa, ob. cit., pág. 104. Também, COSTA, José de Faria, *Diversão (desjudicialização) e mediação: que rumos?*, ob. cit., pág. 52. Tal previsão já se constava no CPP-CV de 2005, apesar do legislador cabo-verdiano só determinar que «a pessoa que tiver procedido à detenção entregará imediatamente o detido as autoridades judiciárias – n.º 3, do art. 265. DIAS, Augusto Silva, «Medidas Cautelares no novo Código de Processo Penal de Cabo Verde», (3.º módulo), in *Direito Processual Penal de Cabo Verde, Sumários do Curso de Pós-Graduação sobre o no Processo Penal de Cabo Verde*, coord. Augusto Silva Dias e Jorge Carlos Fonseca, (Praia, Fevereiro-Abril de 2007), Coimbra, Almedina Editora, 2009, pág. 204.

⁴¹⁰ Cf. PINTO, Ana Luísa, ob. cit., pág. 104, GASPARG, António Henriques, *Processos sumário*, ob. cit., págs. 365-366.

⁴¹¹ RODRIGUES, Anabela Miranda, *Os processos sumário e sumaríssimo*, ob. cit., pág. 527.

⁴¹² O julgamento se inicia, no máximo, *quarenta e oito horas* após a detenção (art. 387.º, n.º 1 do CPP-P). A problemática que suscitou-se foi a de saber se, pode o arguido detido na sexta-feira às 23 horas e 30 minutos ser notificado nos termos do art. 387.º, n.º 2 do CPP-P, para comparecer no tribunal na segunda-feira pelas 10 horas, a fim de ser julgado em processo sumário? Grande controvérsia na jurisprudência a este respeito, solucionada só em 2004, no Acórdão de Uniformização de Jurisprudência n.º 2/2004, de 21/4/2004, publicado no Diário da República, II série, de 12/5/2004, ao determinar o

acusação pela leitura do auto de notícia ou da participação da autoridade que tiver procedido à detenção (art. 389.º do CPP-P, e 419.º do CPP-CV), além do mais há a possibilidade de a sentença ser proferida oralmente e ditada para a ata (art. 389.º - A do CPP-P, e 419.º, n.º 7 do CPP-CV)⁴¹³.

Importa-se, contudo, ressaltar que o legislador foi sensível à preferência das soluções de consenso relativamente as soluções de conflito, mesmo quando estas se tratam de processo sumário. Tanto é que, como vimos, o Código de Processo Penal português como o cabo-verdiano, preveem que a aplicabilidade da forma de processo sumário não prejudica o arquivamento em caso de dispensa da pena nem a suspensão provisória do processo (cf. art.384.º do CPP-P, e 420.º do CPP-CV) – o Ministério Público só deverá apresentar o arguido para ser julgado em processo sumário se entender que não é de aplicar nenhum desses mecanismos de diversão⁴¹⁴.

Assim, se o juiz entender que estão reunidos todos os pressupostos, poderá, oficiosamente ou a requerimento de qualquer um dos sujeitos processuais, promover a indispensável concordância para procurar obter o consenso necessário a aplicação do instituto da suspensão provisória do processo. Mas se tal ocorrer e o arguido mais tarde não cumprir as injunções ou regras de conduta a que foi condenado, já não fará sentido proceder ao seu julgamento em processo sumário, salvo, porventura, se não for ultrapassado o vigésimo dia posterior à detenção, prazo que parece constituir o limite para ser possível utilizar esta forma processual (cf. art. 387.º, n.º 1, al c) do CPP-P) – nesse caso trigésimo dia no processo penal de Cabo Verde (art. 417.º do CPP-CV).

No que respeita ao arquivamento do processo em caso de dispensa da pena (art. 420.º do CPP-CV), está em causa, naturalmente, a possibilidade de sua aplicação antes

seguinte: « quando tenha havido libertação do arguido – detido em flagrante delito para ser presente a julgamento em processo sumário – por virtude de a detenção ter ocorrido fora do horário normal dos tribunais (art.º 387º, n.º 2 do Código de Processo Penal), o início da audiência deverá ocorrer no 1º dia útil seguinte àquele em que foi detido, ainda que para além das quarenta e oito horas, mantendo-se, pois, a forma de processo sumário». Essa solução viria a levantar outro problema. A questão que colocou-se na altura foi, o que deveríamos entender por 1.º dia útil? Então, questionava-se se pode o arguido que conduzia com uma taxa de álcool no sangue de 1,3 g/l no dia 7 de Outubro de 2006, pelas 2 horas, ser notificado para comparecer no Tribunal no mesmo dia por volta das 10 horas, a fim de ser julgado em Processo Sumário? Todavia, a nova redação do n.º 2 do art. 387.º do CPP-P, decorrente da Lei n.º 48/2007, de 29 de agosto, veio alargar ainda mais essa possibilidade, permitindo que a audiência em processo sumário possa ter lugar *até cinco* dias depois da detenção, quando nas primeiras quarenta e oito horas a seguir a este ato se interponham um ou mais dias não úteis. Neste sentido, PINTO, Ana Luísa, ob. cit., pág.105, GASPAR, António Henriques, Processos sumário, ob. cit., pág. 370. No mesmo sentido, vide, Ac. do TRP, processo n.º 776/12.2PFPRT.P1, de 11/09/2013, relator: Castela Rio.

⁴¹³ Neste sentido, FONSECA, Jorge Carlos, O Novo Direito Processual Penal de Cabo Verde, ob. cit., pág. 110.

⁴¹⁴ Cf. PINTO, Ana Luísa, ob. cit., pág. 105.

de realizar o julgamento. O juiz antes de dar início à produção da prova, oficiosamente ou a requerimento de qualquer um dos sujeitos processuais, pode decretar o arquivamento do processo em caso de dispensa de pena, caso seja aplicável ao caso concreto, nos termos dos arts. 317.º e 318.º do CPP-CV⁴¹⁵.

A celeridade foi expressamente qualificada como princípio geral do processo sumário, por força dos arts. 386.º, n.º 2 do CPP-P, e 419.º, n.º 1 do CPP-CV, onde se dispõe que os atos e termos do julgamento são reduzidos ao mínimo indispensável ao conhecimento e boa decisão da causa. O preceito citado evidencia igualmente que, tanto o legislador português como o cabo-verdiano, consideraram que a celeridade não pode comprometer as garantias de defesa do arguido nem a descoberta da verdade material, essenciais a uma decisão. A mesma preocupação decorre do facto de ambos os códigos preverem o adiamento do processo, sempre que o caso justifique para preparação da defesa do arguido ou para a realização das diligências probatórias justa (*5 a 20 dias* – art. 387.º, n.º 2, al. c) e (*5 a 30 dias* – art. 417.º, n.º 1 e 3 do CPP-CV)⁴¹⁶, e onde prevê que os autos possam ser tramitados segundo outra forma processual, quando haja necessidade de proceder a diligência probatórias que não puderam realizar-se no prazo máximo de adiamento da audiência (arts. 390.º, n.º 1, al. c) do CPP-P, e 418.º do CPP-CV). Só nestes casos faz sentido o adiamento do processo, sob pena de comprometer o princípio da celeridade que rege essa forma especial de processo.

A realização de muitos reenvios, nem sempre claramente justificáveis, levou o legislador português, através da Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto, a determinar que o juiz justifique porque é que as diligências probatórias necessárias não puderam realizar-se no prazo máximo de adiamento da audiência. Também, clarificou a questão da possibilidade de reenvio para outras formas de processos que não a comum – abreviado e sumaríssimo, o que é positivo em termos de celeridade⁴¹⁷. Entretanto, esse mesmo diploma veio permitir que o processo deixe de seguir a tramitação sumária *quando o juiz entenda que o procedimento é de excecional complexidade, devido, nomeadamente, ao número de arguidos ou de ofendidos ou ao carácter altamente organizado do crime*

⁴¹⁵ Cf. SILVERIRA, Jorge Noronha, ob. cit., págs. 290-291.

⁴¹⁶ Este alargamento tem como justificação pragmática a celeridade, uma vez que a prática tem demonstrado que quando se trata de certas diligências probatórias, estas só podem ser realizadas atempadamente – ou seja, evitando-se o envio do processo para a forma comum – em um prazo superior a 5 dias. Cf. RODRIGUES, Anabela Miranda, Os processos sumário e sumaríssimo, ob. cit. pág. 528, GASPAR, António Henriques, Processos sumário, ob. cit., pág. 370.

⁴¹⁷ SILVA, Germano Marques, *Do procedimento (Marcha do Processo)*, ob. cit. pág. 396.

(art. 390.º, n.º 1, al. c) do CPP-P). Facto é que, este novo fundamento de reenvio pode originar um retrocesso na frequência de utilização da tramitação sumária⁴¹⁸.

Note-se que o processo especial sumário, desde que não desvie os princípios que norteiam o direito processual penal, designadamente o princípio da legalidade, resulta adequada ao procedimento criminal para o combate a morosidade originada pela pequena e média criminalidade, devido à facilidade de prova e a celeridade do processo. Tal como dissemos, nesta forma de processo é suprimida a fase preparatória. Não há inquérito nem instrução, avançando-se de imediato para a fase de julgamento, ou seja, após a detenção o arguido é, sempre que possível, imediatamente apresentado ao juiz para dar início a audiência de julgamento⁴¹⁹.

De salientar que, apesar dos Códigos preverem a possibilidade de aplicação dos institutos do arquivamento em caso de dispensa da pena e da suspensão provisória do processo, a verdade é que, não se encontram nesta forma de processo características de oportunidade ou de consenso, mas sim de simples aceleração, designadamente por via da dispensa de diligências de investigação – uma vez que a celeridade, de que é expressão paradigmática, lhe advém das particularidades da estrutura processual que apresenta e não do consenso que busque⁴²⁰.

Por fim, parece-nos que da leitura das normas dos dois Códigos supra, que regulam a tramitação do processo especial sumário, esta forma de processo, ao contrário das demais, não é formalmente promovida pelo Ministério Público. Esta conclusão resulta, desde logo, do facto de a lei ser clara ao afirmar que o detido «será imediatamente apresentado ao juiz» (arts. 382.º, n.º 1 e 414.º, n.º 4, do CPP-CV).

O processo sumário vai ao encontro dos desígnios de política criminal que tem como escopo primordial a resolução rápida e eficaz do ponto de vista da tutela jurisdicional efetiva. É um meio formal de reação perante o tipo de criminalidade (pequena e média criminalidade) uma justiça pronta, que se adequa as finalidades do processo penal.

2.3.2. Processo abreviado

O processo abreviado foi introduzido no Código de Processo Penal português

⁴¹⁸ Sobre isso, vide, PINTO, Ana Luísa, ob. cit., pág. 106.

⁴¹⁹ Neste sentido, SILVERIRA, Jorge Noronha, ob. cit., 289.

⁴²⁰ Cf. RODRIGUES, Anabela Miranda, Os processos sumário e sumaríssimo, ob. cit., pág. 525.

pela reforma de 1998, operada pela Lei 59/98, de 25 de Agosto, pretendendo ser uma nova forma de reenvio do processo (que não o processo comum), uma vez verificada a impossibilidade de que se prossiga o processo sumário e, simultaneamente, dar cumprimento à Recomendação (87) 18, do Comité de Ministros do Conselho da Europa, de 17 de Setembro de 1987. Esta forma de processo, também, é acolhida pelo Código de Processo Penal cabo-verdiano, nos seus arts. 430.º a 435.º.

A sua aplicação depende do requerimento do Ministério Público, devendo estar preenchidos, em simultâneo, os seguintes pressupostos:

a) O primeiro tem uma vez mais a ver com a gravidade do crime: esta forma de processo só se pode aplicar em caso de crime punível com pena de multa ou com pena de prisão não superior a 5 anos (art. 391.º-A, n.º 1 do CPP-P, e 430.º, n.º 1, al. a) do CPP-CV)⁴²¹ e, desde a revisão do Código de Processo Penal português efetuada pela Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto, também quando estejam em causa crime punível com pena de prisão superior a 5 anos, mas que o Ministério Público entenda, na acusação, não deverem ser punidos, no caso concreto, com pena superior a essa medida (art. 391.º-A, n.º 2)⁴²², sendo aqui também cabível o disposto no art. 16.º, n.º 3 do CPP-P⁴²³;

b) O segundo prende-se com o objeto do processo e as características dos meios de provas que sustentam a acusação: exige-se a simplicidade da matéria de facto «provas simples e evidentes»⁴²⁴ de que resultem indícios suficientes da prática do facto e de quem foi o seu agente (art. 391.º-A, n.º 1 do CPP-P, e 430.º, n.º 1, al) c) do CPP-CV).

A aplicação desta forma de processo gerou uma grande polémica, até à reforma do Código de Processo Penal português de 2007, pela Lei 48/2007, de 29 de Agosto, devido a indeterminação com a noção, primeiro, de «*prova evidente*», e, na versão atual do Código, de «*provas simples e evidentes de que resultam indícios suficientes*»⁴²⁵. Esta

⁴²¹ O legislador cabo-verdiano previu algumas restrições quanto a sua aplicação, com a introdução de mais dois pressupostos, entre os quais: i) não ter decorrido mais de sessenta dias desde a data em que o facto foi praticado (art. 430.º, n.º 1 al. b) do CPP-CV) e, ii) não ser aplicável ao caso, ou sendo abstratamente aplicável, não ter sido aplicada, outra forma de processo especial previsto neste código (cf. art. 430.º, n.º 1, al. d) do CPP-CV).

⁴²² Contrariamente, no ordenamento jurídico cabo-verdiano, não é permitido o alargamento desta forma de processo a crimes puníveis com penas mais grave (superior a cinco anos), recorrendo ao método da previsão, pelo Ministério Público, da pena concreta a aplicar (alargamento que como vimos é permitido em Portugal pelo art. 391.º -A, n.º 2, do CPP-P).

⁴²³ SILVA, Germano Marques, *Do procedimento (Marcha do Processo)*, ob. cit., pág. 401.

⁴²⁴ No CPP-CV o requisito correspondente é o de «provas claras e de fácil perceção». A expressão usada pelo legislador cabo-verdiano parece-nos mais ajustada e mais clara.

⁴²⁵ FONSECA, Jorge Carlos, *O Novo Direito Processual Penal de Cabo Verde*, ob. cit., pág. 111.

reforma foi um passo significativo nesse domínio, indicando, através da «técnica dos exemplos padrão», três situações que o legislador entende serem provas simples. Pretendeu-se, com isso, dar aos aplicadores da lei – designadamente aos Magistrados do Ministério Público – indicação de situações processuais concretas, facilmente identificáveis na prática, nas quais deve-se optar pelo processo abreviado. Assim, nos termos do art. 391.º-A, n.º 3⁴²⁶, entende-se que existem provas simples e evidentes quando: *a)* o agente for detido em flagrante delito e o julgamento não pode efetuar-se sob a forma de processo sumário; *b)* a prova é essencialmente documental e pode ser recolhida no prazo previsto para a dedução da acusação; e, *c)* a prova assente em testemunhas presenciais com versão uniforme dos factos.

A forma especial de processo abreviado tem como característica essencial a aceleração e a simplificação da tramitação inicial, nomeadamente na fase de inquérito⁴²⁷. O Ministério Público deduz acusação diretamente em face do auto de notícia ou após realizar inquérito sumário, no prazo máximo de 90 dias⁴²⁸, a contar da aquisição da notícia do crime ou da apresentação da queixa, no caso de crime semipúblico ou particular (arts. 391.º-A, n.º 1 do CPP-P, e 391.º-B, n.º 2 do CPP-CV). Este regime foi introduzido pela Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto, e traduz-se num alargamento da possibilidade de utilização da tramitação abreviada, uma vez que, até então, o prazo de 90 dias se encontrava a partir da data prática do crime. Este prazo máximo de 90 dias entre a notícia do crime e a dedução da acusação reflete a simplicidade e evidência das provas, mas pretende também ser um fator dinamizador e encurtador da investigação criminal pré acusatória, atendendo a natureza das provas⁴²⁹.

Assim como da tramitação sumária, a Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto, veio consagrar expressamente no Código de processo penal que o arquivamento em caso de dispensa da pena ou a suspensão provisória do processo, por serem soluções

⁴²⁶ A mesma exemplificação está prevista no art. 430.º, n.º 2 do CPP-CV.

⁴²⁷ SILVA, Germano Marques, *Do procedimento (Marcha do Processo)*, ob. cit., pág. 401.

⁴²⁸ É sabido que o processo abreviado, é muito mais célere e expedito que o processo comum na fase de inquérito, mas a prática judiciária veio revelar que após o recebimento da acusação pelo tribunal estes processos são transmitidos de forma igual a dos processos comuns ou seja uma fase de julgamento lenta com a mesma rotina e formalidades do processo comum. Daí advém a razão da fixação do prazo máximo de 90 dias após a acusação para iniciar a audiência de julgamento. Por outro lado, uma alteração significativa, é previsão que determina que os julgamentos de processo abreviados serão agendados «com precedência sobre os julgamentos em processo comum». Tais inovações legislativas veio dar sequência, na fase de julgamento, à rapidez que o processo abreviado já tem na fase de investigação.

No CPP-CV o prazo correspondente é menos dilatado: 60 dias, para efeitos de validade, começa a contar desde a data em que o crime foi praticado (cf. art. 430.º, n.º 1, al. b)).

⁴²⁹ SILVA, Germano Marques, *Do procedimento (Marcha do Processo)*, ob. cit., pág. 402.

consensuais, têm preferência relativamente ao julgamento em processo abreviado (art. 391.º-B, n.º 4).

O potencial de aceleração processual resultante da tramitação abreviada era contrariado, até à revisão do CPP-P de 2007, pela possibilidade de haver fase de instrução, a requerimento do arguido. Certo é que, a duração máxima do processo abreviado era bastante curta em relação ao processo comum: no primeiro caso era de trinta dias e no segundo caso é de dois a quatro meses. Entretanto, mesmo tendo esta maior brevidade, a realização de instrução no processo abreviado punha em causa o cumprimento dos objetivos de celeridade que esta forma de processo visa alcançar.

A lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto, deu um passo revolucionário quando veio solucionar esta situação, suprimindo a fase de instrução a todas as formas de processo especiais, eliminando-a da tramitação abreviada (art. 286.º, n.º 3 do CPP-P)⁴³⁰.

Portanto, verificados todos os pressupostos do processo abreviado, o Ministério Público remeterá a acusação ao tribunal competente, sem necessidade de instrução ou realizando expeditas e sumárias diligências de investigação, nomeadamente a audição do arguido⁴³¹. Trata-se de uma alteração significativa para a celeridade, pois encurta o tempo de duração dos processos sujeitos a tramitação abreviada, além do mais, a supressão desta fase processual não restringe de modo intolerável os direitos do arguido. Até porque se partindo da premissa de que o processo abreviado pressupõe a existência de provas simples e evidentes, logo não há razão para realizar um debate instrutório, com a finalidade de comprovar se os indícios de facto e os elementos de direito são suficientes para justificar a submissão do arguido ao julgamento.

Além disso, quando não houvesse lugar a instrução, a lei previa, em compensação, um controlo amplo da acusação por parte do juiz, através do saneamento do processo (controlo que se mantém agora previsto nos arts. 391.º-C, n.º 1 do CPP-P, e 434.º, n.º 1 do CPP-CV). Por fim, na fase de julgamento regula-se pelas disposições relativas ao processo comum quanto à produção da prova e quanto à documentação dos

⁴³⁰ A supressão ou dispensa da fase de instrução no processo especial abreviado foi acolhida pelo legislador cabo-verdiano, na formulação do art. 431.º do CPP-CV, que diz o seguinte «... o Ministério Público, no prazo máximo nele referido (60 dias), remeterá a acusação ao tribunal legalmente competente, sem necessidade de instrução...».

⁴³¹ Vide, FONSECA, Jorge Carlos, O Novo Direito Processual Penal de Cabo Verde, ob. cit., pág. 112.

atos da audiência, mantendo-se inalteradas as prerrogativas de defesa do arguido (arts. 391.º-E do CPP-P, e 435.º, n.º 1 do CPP-CV)⁴³².

Outros mecanismos de aceleração do processo especial abreviado, alterado pela Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto, foi o facto dos atos relativos ao processo abreviado passam a poder praticar-se em dias não úteis e os respetivos prazos passam a poder praticar-se durante as férias judiciais (arts. 103.º, n.º 2, al. c) e 104.º, n.º 2 do CPP-P).

A audiência de julgamento deve realizar-se no prazo máximo de noventa dias (art. 391.º-B, n.º 2 do CPP-P), sem prejuízo da prioridade a conferir aos processos urgentes (art. 391.º-C, n.º 2)⁴³³. Só é admitido recurso da sentença ou despacho que puser termo ao processo (art. 391.º F).

2.3.3. Processo sumaríssimo

O processo sumaríssimo é outro tipo de processo especial, que presta homenagem não só à celeridade e à simplificação, mas de certo ao consenso na busca de solução da pequena gravidade da infração⁴³⁴. Como refere COSTA ANDRADE «Ao contrário do que sucede com a suspensão provisória do processo, o processo sumaríssimo revela não da oportunidade mas da legalidade desembocando numa verdadeira condenação penal»⁴³⁵. Todavia, a nossa perceção é que as reformas adotadas pelo Conselho da Europa e pela Diretivas da PGR, vêm no sentido de dar expressão máxima de oportunidade a esta forma especial de processo.

O Código de Processo Penal português de 1987, redação dada pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de Fevereiro⁴³⁶, no art. 392.º consagrou o chamado processo sumaríssimo, numa modelação que se aproxima a forma especial de processo de transação cabo-verdiano previsto nos arts. 422.º a 429.º do CPP-CV⁴³⁷. Porém, devido a algumas diferenças no tratamento desses dois processos vamos analisar cada um deles em separado.

⁴³² Assim, PINTO, Ana Luísa, ob. cit., págs. 109-110, SILVA, Germano Marques, *Do procedimento (Marcha do Processo)*, ob. cit., pág. 403.

⁴³³ No que tange a data da marcação da audiência, o CPP-CV, art. 435.º, n.º 2, prevê o seguinte: «a data de julgamento será marcada para a data mais próxima possível, mas nunca depois de 20 dias após a receção dos autos no tribunal».

⁴³⁴ RODRIGUES, Anabela Miranda, Os processos sumário e Sumaríssimo, ob. cit., pág. 532, SILVA, Germano Marques, *Do procedimento (Marcha do Processo)*, ob. cit., pág. 403.

⁴³⁵ ANDRADE, Manuel da Costa, Consenso e oportunidade, ob. cit., pág. 3356.

⁴³⁶ Contendo as alterações da Lei n.º 59/98, de 25/08 e da Lei n.º 48/2007, de 29/08.

⁴³⁷ FONSECA, Jorge Carlos, O Novo Direito Processual Penal de Cabo Verde, ob. cit., pág. 110.

A nível do processo sumaríssimo, o legislador português introduziu alterações de vulto, que procuraram criar condições para dar expressão a esta forma de processo que praticamente não tinha tido aplicação e que poderá desempenhar um papel muito importante no controlo das chamadas «bagatelas penais»⁴³⁸.

Recentemente a Diretiva n.º 1/2016 da Procuradoria-Geral da República introduziu um conjunto de orientações a qual visa apoiar e incrementar a utilização do processo sumaríssimo e promover uma atuação mais eficaz e homogénea do Ministério Público, tanto na fase de inquérito como na fase judicial. O n.º 1 da Diretiva determina que os magistrados do Ministério Público devem optar, no tratamento da pequena e média criminalidade, pelas soluções de consenso previstas na lei, utilizando o processo sumaríssimo quando não se mostre possível a aplicação da suspensão provisória do processo⁴³⁹.

A aplicação da forma de processo sumaríssimo depende do preenchimento simultâneo de dois requisitos:

a) O primeiro tem a ver com a gravidade do crime: esta forma simplificada de processo aplica-se, desde a revisão do CPP-P de 2007 pela Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto⁴⁴⁰ aos crimes puníveis com pena de prisão não superior a 5 anos, ainda que punível, também ou em alternativa, com pena de multa ou só com pena de multa (art 392.º, n.º 1). Assim sendo, não é admissível a aplicação do processo sumaríssimo quando a pena aplicável no processo exceder aquela média, mesmo que o magistrado entenda que, no caso em concreto, a pena deve ser inferior⁴⁴¹;

⁴³⁸ GASPAR, António Henriques, *Processos especiais*, ob. cit., pág. 373, PINTO, António Augusto Tolda, ob. cit., pág. 541.

⁴³⁹ A Diretiva determinou que «o Ministério Público, deve mobilizar esta forma de resolução do conflito penal quando não se mostre possível a aplicação da suspensão provisória do processo e se verifiquem os pressupostos vertidos na lei, dá curso ao imperativo constitucional de participação na execução da política criminal definida pelos órgãos de soberania, privilegiando as soluções de consenso no tratamento dos casos de pequena e média criminalidade. Por outro lado, contribui de forma importante para uma mais racional utilização dos meios disponíveis no sistema de justiça penal, permitindo uma maior disponibilidade para o tratamento dos factos criminais que pela sua gravidade imponham o reconhecimento e clarificação do conflito». Diretiva n.º 1/2016 da Procuradoria-Geral da República, publicada no Diário da República n.º 39/2016, Série II de 25 de Fevereiro de 2016.

⁴⁴⁰ Até então, a tramitação sumaríssima restringia-se aos casos de pequena criminalidade, puníveis com pena não superior a 3 anos de prisão. Esse âmbito de aplicação remonta à revisão do CPP-P efetuada pela Lei n.º 59/98, de 25 de Agosto, abrangendo inicialmente (em 1987) apenas os crimes puníveis com pena de prisão até 6 meses – este alargamento foi sugerido desde cedo pela doutrina. Conforme, por exemplo, GASPAR, António Henriques, *Processos especiais*, ob. cit., pág. 376 e 377, MESQUITA, Paulo Dá, *Os processos especiais*, ob. cit., pág. 114 e segs., e RODRIGUES, Ana Bela, *Os processos sumário e sumaríssimo*, ob. cit., pág. 538). PINTO, Ana Luísa, ob. cit., pág. 111.

⁴⁴¹ Assim, os n.ºs 4 e 5 da Diretiva 1/2006 da PGR, sobre o âmbito de aplicação do processo sumaríssimo.

b) O segundo prende-se com uma determinada convicção do Ministério Público relativamente à medida concreta da pena, convicção essa que irá fundamentar o requerimento desta forma processual. Esta é sem dúvida a principal característica do processo sumaríssimo – o facto de a decisão da causa ter na sua base uma proposta do Ministério Público, *sem a audiência oral prévia do arguido*, pronunciando uma condenação penal a aplicar concretamente ao arguido (cf. art. 394.º, n.º 2, al. a) e b) e art. 397.º, n.º 1 do CPP-P)⁴⁴². O requerimento descreve os factos imputados, enuncia a prova existente e aponta a espécie e a medida da sanção proposta (arts. 394.º, n.º 1).

O Ministério Público pode requerer todas as formas de penas aplicáveis no Código de processo penal, exceto pena ou medida de segurança privativa da liberdade, pena de prisão efetiva (art. 41.º do CP-P), mesmo quando executada em regime de permanência na habitação (art. 44.º do CP-P), por dias livres (art. 45.º do CP-P) ou em regime de semidetenção (art. 46.º do CP-P) e internamento de inimputável (art. 91.º CP-P). Esta é uma característica importante do processo sumaríssimo⁴⁴³.

Acresce, porém, que o pleno funcionamento do procedimento sumaríssimo, pressupõe, portanto, o reconhecimento pelo arguido dos factos e dos crimes que lhe são imputados, bem como a aceitação da sanção proposta pelo Ministério Público. Existindo acordo entre o Ministério Público, o juiz, o arguido relativamente à sanção a aplicar, a taxa de justiça é reduzida a um terço e a decisão judicial restringe-se ao mínimo, tendo um conteúdo quase homologatório (art. 397.º, n.º 1 do CPP-P). Quando no decurso do inquérito não for possível proceder ao interrogatório do arguido, fica excluída a

⁴⁴² No que corresponde a consensualidade, assemelhado ao processo sumeríssimo, seja-nos permitido ponderar algumas experiências estrangeiras que merecem o nosso aplauso – apresentando-as, pois, como referentes as possíveis soluções com vista a ultrapassar bloqueios do nosso sistema no tratamento da pequena e média criminalidade. Referimo-nos ao procedimento que corre, na legislação alemã, sob a denominação de *Strafbefehlsverfahren*, na francesa sob o de *ordonnance pénale* e na italiana sob o *giudizio per decreto penale di condanna*. Trata-se de formas de processos caracterizados pelo facto do juiz, a requerimento escrito do Ministério Público, pronunciar uma condenação penal, sem audiência prévia do arguido perante o tribunal. Uma tal condenação – que lhe é notificado – pode referir-se algumas penas ou uma medida de segurança não privativa de liberdade e o processo é, para o arguido, facultativo. Todavia, segundo COSTA ANDRADE, o processo sumaríssimo, contrapõe-se com uma maior proximidade ao processo de «ordens penais» alemão e a *ordonnance pénale* francesa. Segundo aquele autor as diferenças revelam-se logo no número e momento de intervenção dos diferentes sujeitos processuais que contribuem para a conformação da «ordem penal». Na França e na Alemanha a decisão é encontrada e formalizada sem qualquer participação do arguido e mesmo sem a audiência. Apesar de constituir um dos mais incómodos embaraços para a doutrina germânica, a verdade é que o arguido só toma decisão *a posteriori*. E, ainda assim, só lhe sendo oferecida a possibilidade de aceitação em bloco ou rejeição em bloco, através de um recurso que lhe abre a via para o processo comum. Cf. ANDRADE, Manuel da Costa, Consenso e oportunidade, ob. cit., pág. 357.

⁴⁴³ SILVA, Germano Marques, *Do procedimento (Marcha do Processo)*, ob. cit., pág. 404.

possibilidade de aplicação do procedimento sumaríssimo, pois esta forma especial de processo está dependente do acordo do arguido⁴⁴⁴.

Se o crime for particular, o Ministério Público só poderá requerer esta forma de processo se tiver obtido a concordância do assistente (art. 392.º, n.º 2 do CPP-P)⁴⁴⁵.

Se o crime não for particular, for punível apenas com pena de multa, parece que o Ministério público deverá obrigatoriamente requerer a aplicação desta forma de processo, já que é inevitável entender que ao caso apenas deverá ser concretamente aplicada pena não privativa da liberdade.

Quanto ao requerimento apresentado pelo Ministério Público, além da descrição dos factos imputados, das disposições legais violadas e da prova existente, deverá ser apresentada a motivação pela qual entende não ser caso de aplicação de pena de prisão, sendo que deverá apresentar, concretamente, a proposta (art. 394.º do CPP-P)⁴⁴⁶.

Formulada a acusação e com o reconhecimento do arguido, não haverá necessidade de realização da audiência de instrução, pois passa a ser pautado pelo acordo entre os sujeitos processuais – o acordo é obtido com o comparecimento do arguido em juízo.

Verificando-se uma situação que permita a conexão de processos, só será possível julgar num único processo sumaríssimo todos os crimes ou todos os agentes se os pressupostos acima mencionados se verificarem em relação a todos eles. Em caso de concurso de crimes, será também necessário, pelas razões já mencionadas a propósito da suspensão provisória do processo, que a soma dos limites máximos das penas de prisão aplicáveis não exceda os 5 anos.

A reforma de 2007, além de alargar o âmbito de aplicação da forma de processo sumaríssima (de 3 para 5 anos), também buscou medidas de consenso, por razões de economia processual, de forma assemelhada à suspensão provisória do processo, sendo admissível em caso de rejeição do requerimento pelo juiz e/ou oposição do arguido, a possibilidade de reenvio para outras formas de processo que não a comum com o objetivo de aumentar a utilização de formas de processos especiais, mais céleres e simplificadas (cf. arts. 395.º, n.ºs 1 e 3 e 398.º, n.º 1 do CPP-P). O processo sumaríssimo

⁴⁴⁴ Assim determinou o n.º 6 da Diretiva da PGR « Quando, no decurso do inquérito, não for possível proceder ao interrogatório do arguido, está excluída a possibilidade de aplicação do processo sumaríssimo. Fica ressalvada a aplicação de processo sumaríssimo a pedido do arguido. Neste sentido, também, ANDRADE, Manuel da Costa, *Consenso e oportunidade*, ob. cit., pág. 357.

⁴⁴⁵ SILVA, Germano Marques, *Do procedimento (Marcha do Processo)*, ob. cit., pág. 404.

⁴⁴⁶ GASPAR, António Henriques, *Processos especiais*, ob. cit., pág. 376.

é sem dúvida uma das reformas mais importantes do CPP-P, que exige a concordância do MP e do arguido e do assistente, mas neste caso só quando se trate de crime particular⁴⁴⁷.

No que respeita ao processo de *transação* cabo-verdiano este equipara ao processo sumaríssimo, na medida em que busca um acordo entre os sujeitos processuais através do consenso na realização da justiça penal. É caracterizado pela simplificação da tramitação processual, substituindo o julgamento, sendo lavrado um despacho com valor de sentença que substitui a sentença final⁴⁴⁸.

O processo de transação vigora no ordenamento jurídico cabo-verdiano desde a primeira hora no Código de Processo Penal de 2005, mas é no recente Código de 2015, introduzido pelo Decreto-Legislativo 5/2015 de 11 de Novembro, que encontra a expressão *maximum* de consenso.

Fazendo descrição do revogado art. 422.º, n.º 1 «O Ministério Público, o arguido ou quem tenha legitimidade, para se constituir assistente poderá requerer que o processo siga os seus tramites sobre a forma de transação para a aplicação de uma pena consensual». O legislador absteve-se de determinar um *quantum* de pena como fez nos outros tipos de processos especiais, (crimes puníveis com pena de prisão não superior a 5 anos) com vista a aumentar o seu âmbito de aplicação. Todavia, no n.º 2 o legislador fez algumas reservas como forma de delimitar o seu âmbito de aplicação.

Assim nos termos do n.º 2 a transação em processo penal não pode ter lugar nos seguintes casos:

- a) crimes de genocídio, crimes de guerra e crimes contra a humanidade⁴⁴⁹;
- b) homicídio doloso⁴⁵⁰;
- c) sequestro;
- d) crimes sexuais que tenham como ofendidos menores de 16 anos de idade⁴⁵¹;
- e) extorsão e chantagem⁴⁵²;
- f) escravidão e tráfico de pessoas⁴⁵³;

⁴⁴⁷ SILVA, Germano Marques, *Do procedimento (Marcha do Processo)*, ob. cit., pág. 404.

⁴⁴⁸ SILVEIRA, Jorge Noronha, ob. cit., pág. 291.

⁴⁴⁹ Correspondente aos crimes contra a comunidade internacional, p. e p. nos arts. 265.º a 278.º do CP-CV.

⁴⁵⁰ Os crimes de homicídios agravados em razão dos meios ou motivos, previstos e puníveis nos termos das alíneas do art. 123.º do CP-CV.

⁴⁵¹ Neste caso abuso sexual de crianças, p. e p. nos termos dos arts. 144.º e 145.º do CP-CV.

⁴⁵² Previstos e puníveis nos termos dos arts. 217.º e 218.º a 219.º, respetivamente, do CP-CV.

⁴⁵³ Previsto e punível no art. 271.º.

- g) crimes puníveis no Título IV do Código⁴⁵⁴; e
- h) crimes previstos no Capítulo I do Título VII do Código⁴⁵⁵.

A justificativa dos motivos que levou a reconfiguração do processo de transação, assenta-se na ideia de «reforçar a sua dimensão de justiça penal consensual através do qual se possa haver conversações entre o Ministério Público, o arguido e o assistente ou quem tenha legitimidade para constituir-se como tal, devidamente assistido por advogado, em ordem a obter acordo quanto à transação penal e a composição dos danos civis»⁴⁵⁶.

A comparação entre o processo sumaríssimo e a tramitação do processo de transação cabo-verdiano revela, assim, algumas diferenças.

Desde logo, o processo de transação pode ser aplicado *a crimes de qualquer natureza* desde que não caia nas exceções do n.º 2 do art. 22.º.

Em segundo lugar, tanto o Ministério Público, o arguido, o assistente ou quem tenha legitimidade para se constituir assistente poderá requerer que a causa siga os seus termos na forma de transação para aplicação duma pena consensual (n.º 1 do art. 422.º).

Também, o consenso que o legislador cabo-verdiano exige para que a justiça penal seja administrada nesta forma de processo é, no seu âmbito de aplicação, um consenso mais alargado. Não só exige a concordância do juiz de instrução, do arguido e do Ministério Público, como também é necessária a concordância do assistente. O assistente e o arguido têm direito de acesso integral dos autos mediante, consulta ou certidão. O ofendido ou quem tiver legitimidade para constituir assistente é sempre convocado.

Terceiro, o processo de transação é procedido de um *processo de negociação* que é marcado no prazo mais curto possível e, caso não seja logrado, na primeira sessão, o acordo sobre a pena consensual, poderá ser marcada uma outra sessão no prazo de 10 dias. Em caso de comparticipação só se aplica a presente forma se houver acordo de todos os arguidos. O processo de negociação não é público, mas é sempre acompanhado da participação do advogado. Só é permitido um único procedimento negocial no âmbito do mesmo processo (arts. 423.º, 424.º e 425.º)⁴⁵⁷. Caso o acordo ocorra na fase

⁴⁵⁴ Também, correspondente aos crimes contra a comunidade internacional.

⁴⁵⁵ Correspondente aos crimes contra o Estado de Direto Democrático, p.p. nos art. 306.º a 312.º.

⁴⁵⁶ Exposição dos motivos da alteração do Código Processo Penal de 2005 pelo Decreto-Legislativo n.º 5/2015 de 11 de Novembro, tendo o ponto 19 dedicado as razões que motivaram a reconfiguração do processo especial de transação.

⁴⁵⁷ Cf. SILVEIRA, Jorge Noronha, ob. cit., ob. cit., pág. 292.

de instrução os limites mínimos e máximos da moldura penal aplicável serão reduzidos de um terço e a taxa da justiça será reduzida a um quarto (art.426.º). A tramitação do processo negocial corre nos termos do art. 427.º.

Uma quarta diferença, e muito essencial, reside no facto de o Código de Processo Penal de Cabo Verde, prever a *realização da audiência e homologação* com a presença do juiz de instrução, do Ministério Público, do arguido e do seu defensor, onde será ouvido cada uma dos sujeitos sobre os termos do acordo, e será explicado ao arguido as consequências do seu acordo (art. 428.º).

É um processo muito informal marcado pela simplicidade e comparticipação dos sujeitos processuais na negociação da pena. Assemelha mais com o modelo do *plea bargaining* anglo-saxónico ou *plea guilty* Alemã do que o próprio processo sumaríssimo, onde procura a negociação entre o Ministério Público, o arguido e o assistente, com a diferença que o acordo que se exige do arguido não se confunde com a negociação da culpa ou da pena. A pena é sempre determinada pelo Ministério Público, mas só se aplica com a devida concordância do arguido e do seu defensor e a concordância do juiz de instrução nos termos do art. 429.º. Em caso de o juiz rejeitar o acordo deve sempre que possível reenviar o processo para outra forma especial de processo que não seja o comum.

Em tudo que não foi dito a respeito do processo de transação segue os mesmos termos do processo sumaríssimo português.

Em síntese, o processo especial sumaríssimo, assim como o processo de transação traduzem, em formas de dar resposta ao fenómeno da pequena e média criminalidade, onde a decisão final é encontrada e formalizada com a participação do arguido – domínio por excelência, mas também do assistente, como já dissemos, da consensualidade entre os intervenientes, visando a realização de justiça no caso em concreto com o rápido restabelecimento da paz jurídica⁴⁵⁸.

A aplicação destes tipos de processos pode viabilizar vantagens consideráveis para a realização das finalidades do processo penal no âmbito da pequena criminalidade, muito próximos da experiências americanas, alemã de *guilty plea*: do ponto de vista dos interesses do arguido, note-se que trará nestes casos e desde que o arguido não se oponha, de um processo «subtraído aos holofotes da publicidade». O que pode

⁴⁵⁸ Neste sentido, PINTO, Ana Luísa, ob. cit., pág. 111, RODRIGUES, Anabela Miranda, Os processos sumário e sumaríssimo, ob. cit. págs. 525 e 535.

legitimamente corresponder ao interesse do arguido, conjuntamente com o de ver o seu caso resolvido rapidamente «ajustar as suas contas com a justiça». Além do facto de ter a possibilidade de ver a sua pena especialmente reduzida, assim como, a taxa da justiça.

Nesta lógica sempre que possível deverá privilegiar-se a utilização destas formas especial de processo em detrimento das demais.

2.4. A confissão

A necessidade de celeridade do sistema jurídico-penal levou o legislador português na reforma do CPP-P de 1987 a adotar medidas não só nas fases preliminares mas também na própria conformação da audiência de julgamento e dos poderes dos sujeitos processuais sobre o objeto do processo durante aquela audiência. O mesmo sucede com o CPP-CV de 2005⁴⁵⁹. O instituto escolhido para prosseguir com aquele objetivo foi o regime da confissão do arguido⁴⁶⁰, se o crime for punível com pena de prisão de limite máximo até cinco anos⁴⁶¹.

O instituto da confissão vem previsto nos arts. 344.º do CPP-P, e 378.º do CPP-CV estabelecendo estes artigos que no caso de o arguido declarar que pretende confessar os factos que lhe são imputados, o presidente/juiz, deve sempre perguntar-lhe se o faz de livre vontade e fora de qualquer coação, bem como, se se propõe fazer uma confissão integral e sem reservas.

A admissibilidade da confissão integral e sem reserva do arguido em audiência de julgamento, tem como objetivo simplificar, conferir maior celeridade e menos custos aos processos⁴⁶², tendo, por isso, como efeito à renúncia da prova relativo aos factos imputados e consequentemente considerando-os como provados, e a passagem imediata

⁴⁵⁹ Como vimos, entre outras medidas criadas pelos Códigos para conferir maior celeridade a fase de julgamento, foi a consagração de um regime de continuidade da audiência, mesmo em caso de ausência de alguns dos intervenientes, desde que se verificam os pressupostos fixados na lei. Sobre isso, vide o Ponto 1 do VI Capítulo, pág. 118.

⁴⁶⁰ ALBUQUERQUE, Paulo Pinto, *Comentário do Código de Processo Penal*, ob. cit., pág. 861.

⁴⁶¹ Redação dada pela Lei n.º 59/98, de 25 de Outubro que veio substituir a versão inicial DL n.º 78/87, de 17 de Fevereiro, que previa um limite máximo de crimes puníveis com pena de prisão até 3 anos.

⁴⁶² Em Portugal a confissão livre e sem reserva do arguido na fase de audiência e julgamento, além dos efeitos supra, reduz a taxa da justiça em metade [cf. art. 344.º, n.º 2, al. c)]. O Código de Processo Penal de Cabo Verde não faz qualquer menção sobre isso, mas, ainda assim, não deixa de verificar uma redução nos custos com a justiça. Assim, ALBUQUERQUE, Paulo Pinto, *Comentário do Código de Processo Penal*, ob. cit., pág. 861.

a fase de alegações orais, seguindo-se da determinação da pena aplicável (n.º 2, als. a), b) e c) do CPP-P, e n.º 2, als a) e b) do CPP-CV)⁴⁶³.

Este instituto foi inspirado no sistema da *plea bargaining* do direito anglo-saxónico e *plea guilty* da Europa continental como a República Federal alemã, na forma de processo comum, onde se permite a negociação da pena e da culpa do arguido, mediante uma vantagem que pode traduzir numa redução da pena. Importa, contudo, ressaltar que, tanto no ordenamento jurídico português como cabo-verdiano, não contém qualquer afloramento de negociação. Assim, com a confissão integral e sem reservas, o arguido beneficia da aceleração do processo e da redução da taxa da justiça, mas não lhe é concedido qualquer vantagem na determinação da culpa e da sanção a aplicar⁴⁶⁴.

Não obstante, a confissão só tem relevância jurídica se for feita diante do juiz, na audiência de julgamento e sob o contraditório, de forma que o tribunal e os restantes sujeitos processuais possam controlar o carácter das declarações do arguido. A não verificação deste procedimento por parte do juiz implica a nulidade da confissão⁴⁶⁵.

O legislador visou prevenir a existência, há muito constatada pela doutrina, de uma percentagem significativa de erros judiciais fundados em confissões falsas, derivada da investigação insuficiente da personalidade do arguido, da não ponderação de mudanças no depoimento do mesmo arguido, da desconsideração de contradições entre factos que não respeitam ao tipo legal e o depoimento do arguido e da omissão da recolha de prova que consubstancie a confissão, sendo certo que a maioria dos erros judiciais nascem de vícios e omissões do processo preparatório e só raramente são corrigidos na fase de julgamento⁴⁶⁶.

A admissão da relevância jurídica da confissão integral e sem reservas não constitui, no entanto, uma porta aberta à «negociação penal» (*plea bargaining*), não tendo sido acolhida a variante do negócio penal entre o MP e o arguido, com a sanção do tribunal, nem na variante do negócio penal entre o tribunal e o arguido. Por conseguinte o arguido mantém inteiramente o seu direito de não cooperar, sem que à não cooperação esteja associado qualquer prejuízo para a sua posição processual⁴⁶⁷.

⁴⁶³ SILVEIRA, Jorge Noronha, ob. cit., pág. 286.

⁴⁶⁴ Ibidem.

⁴⁶⁵ Ibidem.

⁴⁶⁶ Assim, ALBUQUERQUE, Paulo Pinto, *Comentário do Código de Processo Penal*, ob. cit., págs. 861-862.

⁴⁶⁷ Ibidem, pág. 862.

Conforme proferiu o STJ, no seu Ac. 224/06, «o direito processual penal português não admite os acordos negociados de sentença. Pelo que constitui uma prova proibida a obtenção da confissão do arguido mediante a promessa de um acordo negociado de sentença entre o Ministério Público e o mesmo arguido no qual se fixam os limites máximos da pena a aplicar». Tal fundamento serve também para o direito processual penal cabo-verdiano⁴⁶⁸. No direito processual espanhol, também, encontra-se previsto este instituto através da *Ley de enjuiciamiento criminal* (arts. 694.º e 697.º)⁴⁶⁹.

Em termos de fundamentação concreta no direito português esgrime-se esta orientação com os arts. 72.º e 73.º e no direito cabo-verdiano no art. 84.º, todos do Código Penal, que fornecem, nomeadamente, os critérios de atenuação da pena (contrapartida necessária da colaboração do arguido, espelhada na confissão).

Como sustentou o TRP no seu acórdão n.º 8/13, a confissão pode ser um meio fundamental para a descoberta da verdade material e, tem um valor que varia segundo o contributo que fornece para a descoberta da verdade. Essa confissão fundamenta uma atenuação especial da pena se se traduzir numa verdadeira e imprescindível colaboração para a descoberta da verdade, sem a qual não se sustentaria a condenação e constituir uma inequívoca manifestação de culpabilidade⁴⁷⁰.

Esta posição também é assumida de forma clara na doutrina de JOSÉ DE FARIA COSTA, na sua obra sobre «Diversão (desjudicialização) e mediação: que rumos?», onde defende que com este mecanismo consegue-se «com vantagem para os intervenientes do discurso punitivo, não só a participação assumida do delinquente na fase judicial, o que muito pode facilitar o trabalho da sua reintegração social, mas, de igual modo e sem prejuízo da justiça material, se satisfaz a necessidade de uma maior celeridade da justiça penal»⁴⁷¹. É exatamente esse o sentido que se atribui à confissão tal como configurada nos arts. 344.º do CPP-P, e 378.º do CPP-CV.

Na verdade, a confissão não faz parte do elenco das exemplificativas das circunstâncias atenuantes de especial valor que podem indiciar uma diminuição acentuada da ilicitude do facto ou da culpa do agente, previsto nos arts. 72.º, n.º 2 do CP-P, e 84.º, n.º 2 do CP-CV, assim como, não há qualquer proteção à expectativa do arguido que confessa em relação à sua pena, sendo certo que a concessão da atenuação

⁴⁶⁸ Ac. do STJ, processo n.º 224/06.7GAVZL.C1.S1, de 10/04/2013, relator: Santos Cabral.

⁴⁶⁹ PINTO, Ana Luísa, ob. cit., pág. 140.

⁴⁷⁰ AC. TRP, processo n.º 8/13.6PSPRT, de 05/06/2015, relator: Eduarda Lobo.

⁴⁷¹ Cf. COSTA, Faria, «Diversão (desjudicialização) e mediação: que rumos?», ob. cit., pág. 147.

especial da pena tem uma justificação político-criminal pelo facto de o arguido revelar espírito de colaboração com a justiça e poupar as vítimas a uma vitimização secundária e o Estado a gastos acrescidos de tempo e dinheiro.

Todavia, como refere PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE⁴⁷², essa benesse só deve ser oferecida se o arguido confessar integralmente, e sem reservas, logo no início da audiência, não quando o Ministério Público já tenha feito prova da acusação, a vítima já tenha sido submetida à vitimização secundária e o Estado já tenha gasto tempo e dinheiro com a produção da prova da culpa do arguido.

Quer na hipótese de confissão integral e sem reservas, quer no caso de confissão parcial ou com reservas⁴⁷³, o tribunal mantém intacta a sua liberdade de apreciação e, consequentemente, pode admitir ou não a confissão. Assim, a confissão do arguido, mesmo no caso de ser admitida, não impede, necessariamente, a produção de prova em audiência, mormente no que respeita à prova da defesa, para o efeito da escolha e da medida da reacção criminal a aplicar, em tal sentido devendo interpretar-se os citados artigos 344.º e 378.º.

Parafraseando GERMANO MARQUES DA SILVA, o arguido pode confessar os factos por vários motivos, desde logo, por puro interesse processual, mas também por motivos nobres ou mesmo por motivos censuráveis. Por isso, que se o tribunal suspeitar do carácter livre ou da inveracidade dos factos confessados decide, em sua livre convicção, os efeitos a dar à confissão no que respeita a confissão da prova (art. 344.º, n.º 4)⁴⁷⁴.

Em suma, fica então conferida a relevância do instituto da confissão livre e sem reservas para efeito da celeridade do processo penal. Sem embargo, como sublinha ANA LUÍSA PINTO⁴⁷⁵ este instituto tem um âmbito de aplicação limitado, em dois sentidos: a confissão só tem efeitos nos moldes em que ficou dito se for efetuada na audiência de julgamento e, mesmo assim, esses efeitos não têm aplicação plena quando se verifica alguma das circunstâncias: *a)* quando existem coarguidos e não se verifica a confissão integral, sem reservas e coerente de todos eles; *b)* quando o tribunal suspeitar do carácter livre da confissão; ou, *c)* quando o crime for punível com pena de prisão

⁴⁷² ALBUQUERQUE, Paulo Pinto, *Comentários ao Código de Processo Penal*, pág. 867.

⁴⁷³ A confissão integral implica a admissão de todos os factos. A confissão não é integral quando o arguido, embora admitindo ter praticado factos que bastam para a condenação pelo crime imputado, nega ou apresenta uma versão incompatível com alguns factos relevantes que constam da acusação.

⁴⁷⁴ SILVA, Germano Marques, *Do procedimento (Marcha do Processo)*, ob. cit., pág. 228.

⁴⁷⁵ PINTO, Ana Luísa, ob. cit., pág. 140

superior a cinco anos (n.º 3 do art. do 344.º do CPP-P, e n.º 3 do art. 378.º do CPP-CV). Em tais situações, a lei reserva ao tribunal o direito de decidir, de acordo com a sua convicção, se e em que medida deve ter lugar a produção de prova relativamente aos factos confessados (n.º 4 do art. 344.º do CPP-P).

2.5. Os recursos

A garantia fundamental dos recursos tem desencadeado algumas reflexões problemáticas. Neste ponto procurar-se-á abordar, de forma fragmentária, algumas das alterações que têm sido efetuadas no intuito de conferir maior celeridade ao processo penal.

Os Códigos de processo penal preveem como regra geral a recorribilidade de qualquer decisão proferida em processo penal (recursos interlocutórios e recursos da decisão final que conhece do mérito da acusação). Podem recorrer dos despachos, sentenças ou acórdãos proferidos por quaisquer juízes ou tribunais, em matéria penal, que não forem expressamente excetuados por lei (arts. 399.º do CPP-P, e 436.º do CPP-CV). Por isso que, em regra, vigora um princípio geral da recorribilidade no processo penal.

Trata-se de uma garantia constitucional de defesa (art. 32.º, n.º 1 CRP, e 35.º, n.º 7, última parte da CRCV), pelo que qualquer sujeito processual (arts. 401.º, n.º 1 do CPP-P, e 438.º, n.º 1 do CPP-CV) que se sinta lesado pela decisão anterior pode recorrer da mesma junto ao tribunal superior, com base nos fundamentos previsto nos arts 410.º do CPP-P, e 442.º do CPP-CV. Essa exigência depende da importância que se atribua à justiça e aos interesses que nela se consubstanciam (arts. 20.º, n.º 1 da CRP, e 22.º, n.º 1 da CRCV)⁴⁷⁶.

Todavia, o legislador português, assim como, o cabo-verdiano consagraram expressamente na lei um conjunto de decisões irrecorríveis (arts. 400.º do CPP-P, e 437.º do CPP-CV)⁴⁷⁷.

Em Portugal, desde o CPP-P de 1987 que o regime dos recursos⁴⁷⁸ vem sofrendo

⁴⁷⁶ FERREIRA, Manuel Cavaleiro de, *Curso de Processo Penal*, Vol. 2.º, ob. cit., pág. 280.

⁴⁷⁷ Sobre o regime geral dos recursos em Cabo Verde, vide, LUCAS, Belarmino A. Ferreira, «Anteprojeto de Novo Código de Processo Penal de Cabo Verde – Do julgamento e dos recursos – Breve análise», *Direito e Cidadania*, n.ºs 10-11, ano 4, Praia, (Jul.2000.-Fev.2001), pág. 352, VEIGA, Raul Soares da, «Os recursos no novo Código de Processo Penal de Cabo Verde», (6.º módulo), in *Direito Processual Penal de Cabo Verde, Sumários do Curso de Pós-Graduação Sobre o Novo Processo Penal de Cabo Verde* (Praia, fevereiro-abril de 2007), coord. Augusto Silva Dias, Jorge Carlos Fonseca, Coimbra, Almedina Editora, 2009, págs. 308 e segs.

alguma revolução, motivada pelo reconhecido «pendor para o abuso dos recursos» no processo penal, que atenta contra a celeridade e eficiência do processo penal. Esta talvez seja uma das matérias mais controversas no processo penal⁴⁷⁹.

Conforme se acentua no texto preambular, é a muitos títulos inovador o regime de recursos que o novo Código estabelece, tendo procurado obter-se, com as inovações introduzidas, um duplo efeito⁴⁸⁰:

- i) Potenciar a *economia processual*, numa ótica de celeridade e eficiência;
- ii) «Emprestar efetividade» à garantia contida num *duplo grau de jurisdição* autêntico (logo a partir da primeira instância)⁴⁸¹.

Como tem sido defendido pela doutrina – e quanto a nós bem – a assunção do pressuposto de que a garantia constitucional do direito ao recurso constitui uma garantia de defesa, explicitada no art. 32.º, n.º 1 e um corolário da garantia de acesso ao direito e aos tribunais (20.º, n.º 1), mas deve subordinar-se a um desígnio de celeridade associado à presunção de inocência e à descoberta da verdade material⁴⁸².

E é justamente, tendo como trave-mestra os elementares direitos liberdades e garantias dos cidadãos consagrados constitucionalmente, mas sem nunca perder de vista a eficácia, a celeridade e a economia necessária a qualquer processo penal, que o legislador propôs diversas alterações ao princípio geral da admissibilidade dos recursos no processo penal previsto no art. 399.º, como são por exemplo, exceções previstos nos art. 400.º do CPP-P, mas também em muitas disposições dispersas pelo Código, entre os quais, o arts. 42.º, n.º 1, 86.º, n.º 5, 100.º, n.º 3, 280.º, n.º 3, 281.º, n.º 6, 291.º n.º 1, 310.º, n.º 1, 313.º, n.º 4, 420, n.º 1⁴⁸³.

⁴⁷⁸ Acresce que, só com a entrada em vigor do Código Processo Penal de 1988, que o sistema judiciário português passou a dispor de um regime próprio e específico em matéria dos recursos penais. Até então, e no domínio do Código de Processo Penal de 1929 escoravam toda a respetiva lógica no sistema de recursos do processo civil. Cf. FILHO, Rui da Silva Leal, «Recursos no Processo Penal, Que alterações?» in *Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados*, Braga, Universidade do Ninho, 2005, págs. 1-2. Disponível em <www.oa.pt/Uploads/%7B0A38EADD-5927-45C0-A31F-F4631A2AB805%7D.pdf>. Consultado em: 22 de Jan. 2016.

⁴⁷⁹ Sobre isso, vide, ALVES, Rogério, *Os recursos em processo penal: uma espécie em vias de extinção?* in III Congresso de processo penal (coordenador Manuel Monteiro Guedes Valente; comissão científica Manuel da Costa Andrade.. [et al.]), Coimbra, Almedina, 2010, págs. 307-315.

⁴⁸⁰ Assim, COSTA, José Gonçalves da, «Recursos», in Centro de Estudos Judiciários, *Jornadas de Direito Processual Penal: O Novo Código de Processo Penal*, Livraria Almedina, Coimbra, 1995, págs. 403.

⁴⁸¹ Assim, COSTA, José Gonçalves da, ob. cit., págs. 404-405.

⁴⁸² É dito na Exposição de Motivos da Proposta da Lei n.º 109 – XX/02 que deu origem à Lei n.º 48/2007 de 29 de Agosto, pág. 13.

⁴⁸³ SILVA, Germano Marques, *Do procedimento (Marcha do Processo)*, ob. cit., pág. 306 e 311.

2.5.1. Irrecorribilidade da decisão instrutória que rejeitar diligência probatória

Para alcançar-se a celeridade tentou o legislador obviar-se ao reconhecido pendor para o abuso dos recursos abrindo a possibilidade do juiz rejeitar qualquer requerimento ou diligência de prova que manifestamente não interessa para o apuramento da verdade material ou apenas sirvam para protelar o andamento do processo (arts. 291.º n.º 1 do CPP-P, e 331.º, n.º 5 do CPP-CV).

A decisão que, em sede de instrução (ou ACP em caso de Cabo Verde), indefere as diligências probatórias que, não sendo obrigatórias, apenas dependem da livre ponderação do juiz, não é recorrível. Salvo indicação expressa na lei, os atos de instrução ou de ACP efetuam-se pela ordem que o juiz reputar mais conveniente para o apuramento da verdade (arts. 291.º n.º 1 do CPP-P, e 331.º, n.º 7, conjugado com o n.º 4 do art. 304.º do CPP-CV) ⁴⁸⁴. O juiz indefere os atos requeridos que entenda *não interessarem à instrução e à ACP* ou servirem apenas para *protelar o andamento do processo* e pratica ou ordena oficiosamente aqueles que considerar úteis (arts. 291.º, n.º 1 do CPP-P, e 331.º, n.º 5 do CPP-CV).

Os atos e as diligências de provas só serão repetidos no inquérito (instrução no caso de Cabo Verde) se revelarem indispensáveis para a realização das finalidades da instrução ou ACP (arts. 291.º, n.º 3 do CPP-P, e 331.º, n.º 6 do CPP-CV).

Em Portugal a Lei n.º 59/98, de 25 de Agosto, veio alterar a redação inicial do artigo citado, determinando, no respetivo 2, que o despacho de indeferimento é irrecorrível. Outra prerrogativa importante introduzida por esta lei foi o aditamento do n.º 3 (atual n.º 4) na seguinte redação «Não são inquiridas testemunhas que devam depor sobre os aspetos referidos no artigo 128.º, n.º 2» ⁴⁸⁵.

Por sua vez, a Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto, consagrou no n.º 2 daquele artigo que «Do despacho previsto no número anterior cabe apenas reclamação, sendo irrecorrível o despacho que a decidir».

Tais medida justificam-se à luz do valor da celeridade processual, evitando que o andamento do processo seja protelado por constantes intervenções de 2.ª instância,

⁴⁸⁴ Entre outros, buscas domiciliárias, apreensões de correspondências, interceções ou gravações de conversas ou comunicações telefónicas, telemáticas e outras.

⁴⁸⁵ A propósito destas alterações, vide, o Ac. do STJ, processo n.º 07P3765, de 14/11/2007.

quando as diligências não interessam à instrução ou tem finalidades meramente dilatórias⁴⁸⁶.

E é bom de ver que, o Tribunal Constitucional⁴⁸⁷ tem posicionado entendendo que perante um texto normativo tão claro e inequívoco, não há volta a dar. Nem o pretexto da nulidade, nem o da inconstitucionalidade, procedem. Primeiro porque, o indeferimento de atos de instrução não consubstancia falta de instrução. Só ocorre falta de instrução quando, se omite em absoluto essa fase facultativa do procedimento. E não há insuficiência de instrução pois não ocorreu omissão por parte do juiz de instrução de atos legalmente obrigatórios, nomeadamente o debate instrutório a que alude o art. 289.º n.º 1 do CPP-P e a audição do arguido quando obrigatória, art. 61º, n.º1 al. b) do CPP-P. Segundo porque, as garantias de defesa do arguido não impõem a recorribilidade de todas as decisões do juiz, mas apenas das decisões condenatórias e das respeitantes à privação da liberdade e outros direitos fundamentais – isto é, a solução normativa em análise tem sido considerado conforme à Constituição, embora sem consenso.

Entende ainda aquele Tribunal que a solução normativa em questão ancora-se na circunstância da Constituição não consagrar um princípio de plena recorribilidade de todos os atos praticados pelo juiz ao longo do processo criminal e na ideia de que a instrução não compreende um contraditório pleno, dado que esta fase é um mero elo da cadeia de atos que compõem o processo penal e, no âmbito da fase seguinte (o julgamento), as garantias de defesas são plenamente asseguradas⁴⁸⁸.

Assim sendo, não se pode tornar o texto Constitucional um irrestrito direito ao recurso, em todas as fases processuais, de todos os despachos ou decisões interlocutórias. A Constituição impõe a consagração do direito ao recurso de um modo ponderado e não maximalista, desde que não atinja o conteúdo essencial das garantias de defesa a Constituição não proíbe a irrecorribilidade de algumas decisões intercalares.

Nesta conformidade, a nosso ver o disposto no art. 291.º n.ºs 1, 2 e 4 do CPP-P não é inconstitucional. E digo mais, a solução das als. 2 e 4 deveria ser pensada pelo legislador cabo-verdiano.

⁴⁸⁶ PINTO, Ana Luísa, ob. cit., pág. 131.

⁴⁸⁷ Entre outros, vide, Ac. do Tribunal Constitucional n.º 31/87 e 177/88, Vol. 9, págs. 467-469 e Vol. 12, págs. 596 e segs. Também, vide, Ac. TRP, Processo n.º 354/12.6PRPRT-A.P1, de 21/01/2014, relator: António Gama.

⁴⁸⁸ PINTO, Ana Luísa, ob. cit., pág. 131.

2.5.2. A irrecorribilidade da decisão de pronúncia

No que respeita à admissibilidade do recurso do despacho de pronúncia, o legislador português determinou que a decisão instrutória que pronunciar o arguido pelos factos em que assentam a acusação do Ministério Público é irrecorrível. Esta prerrogativa vem, desde de logo, da reforma do CPP-P de 1987. A Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto, veio alargar o seu âmbito de aplicação, ao determinar expressamente as situações em que o despacho de pronúncia é irrecorrível, acrescentando que quando «formulada nos termos do artigo 283.º ou do n.º 4 do artigo 285.º, é irrecorrível, mesmo na parte em que apreciar nulidades e outras questões prévias ou incidentais» (art. 310.º, n.º 1).

Portanto, esta prerrogativa impõe que tal decisão é irrecorrível mesmo na parte em que apreciou as nulidades arguidas ou outras questões prévias ou incidentais pelo ora recorrente e determina a remessa imediata dos autos para o julgamento.

A solução normativa que se extrai desta prerrogativa é a de que o âmbito de irrecorribilidade abrange, quer a decisão de acusação do MP, quer de questões prévias ou incidentais no despacho de pronúncia, quer a decisão de questões prévias ou incidentais em despacho prévio e autónomo ao de pronúncia. Desta forma, o legislador enclausurou qualquer obstáculo, principalmente as nulidades, que poderá surgir na fase preliminar de inquérito e que poderá protelar o andamento do processo, determinando a sua remessa imediata para a fase de julgamento.

A questão é que, antes da Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto, a questão da recorribilidade do despacho de pronúncia foi bastante controvertida no tocante à parte da decisão que conhecesse de nulidades de atos do inquérito ou de questões prévias e incidentais. Inclusive, o STJ no acórdão de uniformização de jurisprudência n.º 6/2000⁴⁸⁹, regulou a jurisprudência tendo determinado que o despacho era recorível na parte em que decidia sobre nulidades e questões prévias ou incidentais. E pelo acórdão n.º 7/2004⁴⁹⁰ estabeleceu que subia imediatamente o recurso da decisão instrutória que conhecia de nulidades. Todavia, essa subida imediata era em separado, sem efeito suspensivo sobre a marcha do processo, que podia prosseguir para julgamento, podendo-se realizar o julgamento sem ocorrer decisão do recurso.

⁴⁸⁹ Assento n.º 6/2000, DR, I Série - A, de 7/03/2000.

⁴⁹⁰ Ac. STJ de fixação de jurisprudência n.º 7/2004, DR, I Série A de 2/12/2004.

A Lei n.º 48/2007 veio deixar claro que a irrecurribilidade do despacho de pronúncia que confirma os factos da acusação do Ministério Público abrange a apreciação sobre questões prévias e incidental levada a cabo nesse despacho. E isso não constituiu nem novidade, pois parte da jurisprudência tinha esse entendimento, nem alteração legislativa, pois já o anterior art. 310.º n.º1 do CPP-P, era imperativo a afirmar a irrecurribilidade.

Como refere ANA LUISA PINTO⁴⁹¹ o legislador de 2007 se limitou a reafirmar a solução legislativa, já prevista no CPP-P de 1987, sendo a atual redação meramente interpretativa. Já no que respeita a instrução o legislador não quis descaracterizar a matriz inicial.

É de notar que o Ac. STJ de Fixação de Jurisprudência n.º 5/2011, veio criar uma ressalva no que respeita ao art. 310.º, n.º 1 ao determinar que *«Em processo por crime público ou semipúblico, o assistente que não deduziu acusação autónoma nem aderiu á acusação pública pode recorrer da decisão de não pronúncia, em instrução requerida pelo arguido, e da sentença absolutória, mesmo não havendo recurso do Ministério Público»*.

Não obstante, esta regra veio para ficar, e hoje não se discute que a decisão instrutória do MP que pronunciar o arguido pelos factos constantes da acusação é irrecurível, mesmo na parte em que apreciar nulidades e outras questões prévias ou incidentais.

O Tribunal Constitucional no seu recente acórdão n.º 482/2014, chamado a proferir sobre esta questão entendeu que tal disposição não é inconstitucional, pois não prejudica em nada as garantias de defesa se não houver recurso da decisão instrutória que pronuncie o arguido pelos factos constantes da acusação do Ministério Público, mesmo na parte em que aprecie e indefira nulidades do inquérito, uma vez que não esta em causa uma decisão sobre a sua culpabilidade ou inocência, mas tão-só o prosseguimento dos autos para julgamento, subsistindo a presunção de inocência de que o arguido beneficia até ao trânsito em julgado de eventual sentença condenatória.

Além do mais, as garantias de defesa no julgamento não são postas em causa, visto que a providência do saneamento do processo nesta fase possibilita, sem qualquer limitação, que o presidente do tribunal pronuncie-se sobre as nulidades e outras questões prévias ou incidentais que obstem à apreciação do mérito da causa, de que

⁴⁹¹ PINTO, Ana Luísa, ob. cit., pág. 132.

possa desde logo conhecer (art. 311.º, n.º 1 do CPP-P). Esta providência também vem prevista no art. 338.º do CPP-CV.

Do que ficou dito, podemos concluir em síntese, que esta medida tem como escopo evitar o abuso de manobras dilatórias que possa protelar o andamento do processo. Sendo assim, é uma solução que visa potenciar à celeridade processual – valor legal e constitucional nem sempre lembrado – e o interesse público na realização eficiente da justiça penal, sem que daí resulte prejuízo para as garantias de defesa do arguido.

É uma medida conforme à Constituição e a garantia do acesso ao direito e aos tribunais (art.20.º, n.º 4 da CRP) e as garantias de defesa, entre as quais o direito ao recurso (art. 32.º, n.º 1 da CRP), exigem que se assegure a máximo de duplo grau de jurisdição relativamente a todas as decisões proferidas no processo penal. Assim sendo, a solução normativa se mostre adequado e não se vislumbra violação das garantias de defesa do arguido.

2.5.3. A rejeição do recurso por manifesta improcedência

Já na reforma de 1987, entre outras medidas adotadas pelo legislador, para desincentivar o uso de recurso como manobra dilatória, foi a possibilidade de rejeição do recurso, quando este seja manifestamente improcedente [art. 420.º, n.º 1, al. a)].

Tal disposição também foi acolhida pelo CPP-CV de 2005, tal e qual na redação do CPP-P de 1987 (art. 420.º, n.º 1).

A questão é que o legislador não definiu o conceito de «manifesta improcedência do recurso», o que suscitou vários problemas de interpretação, por ser um conceito indeterminado⁴⁹². Todavia, em Portugal o STJ vinha dando um contributo impar para ultrapassar essa lacuna de indefinição e fixando critérios de apoio à utilização da possibilidade de rejeição do recurso em análise.

Assim, segundo essa jurisprudência dever-se-á utilizar tal faculdade de rejeição quando perante um exame preliminar dos termos ou objeto em que se encontre motivado o recurso, chega-se a conclusão que este se apresenta imediatamente insubsistente e manifestamente destituído de fundamento⁴⁹³. Portanto, nada tem a ver

⁴⁹² Assim, PINTO, Ana Luísa, ob. cit., pág. 144.

⁴⁹³ Cf. Assento STJ n.º 9/2000, de 30/03/2000, DR, I Série A, de 27/05/2000, Ac. do STJ, processo n.º 3998/04, de 26/01/2005.

com a extensão da matéria submetida a apreciação, nem com a complexidade da motivação do recurso. O que releva é o bem-fundado, a solidez ou o apoio legal, doutrinário ou jurisprudencial, da argumentação usada para atacar a decisão de que se recorre.

Existirá manifesta improcedência sempre que seja inequívoco que essa argumentação de modo nenhum pode conduzir ao efeito jurídico pretendido pelo recorrente. A decisão sumária não retira ao recorrente a possibilidade de o seu recurso ser apreciado por um coletivo de juízes, pois o recorrente sempre pode vir provocar a sua reapreciação, em coletivo, através da reclamação para a conferência (art. 417.º, n.º 8 do CPP-P).

A reforma de 2007 veio remediar aquele problema da indefinição do conceito de manifesta improcedência ao determinar que o recurso é rejeitado, para além da manifesta improcedência [al. a)], quando se verifique causa que devia ter determinado a sua não admissão nos termos do n.º 2 do artigo 414.º [al. b)]; ou quando o recorrente não apresente, complete ou esclareça as conclusões formuladas e esse vício afetar a totalidade do recurso, nos termos do n.º 3 do artigo 417.º [al. c)].

Outra medida introduzida desde o CPP-P de 1987, também, e no CPP-CV de 2005 foi a de que no caso de rejeição do recurso, o tribunal condena o recorrente, se não for o Ministério Público, ao pagamento de uma importância entre três e 10 UCs (5 a 40 mil escudos em Cabo Verde) (arts. 420.º, n.º 3 do CPP-P, e 462.º, n.º 4 do CPP-CV).

O Tribunal Constitucional no seu Ac. n.º 165/99⁴⁹⁴ também teve oportunidade de pronunciar sobre a constitucionalidade do art. 420.º, n.º 1, decidindo pela sua não inconstitucionalidade, e reafirmando que se trata de um mecanismo constitucionalmente adequado a evitar a prática de atos inúteis, sem perigar as garantias de defesa.

2.5.4. A irrecorribilidade das decisões proferidas em recurso pelos tribunais de relação

Neste ponto vamos tecer comentários essencialmente sobre a experiência portuguesa, visto que os tribunais da relação em Cabo Verde só foram instalados recentemente, em 2016, e ainda estão na fase de adaptação. O Código de 2005 nem

⁴⁹⁴ Diário da República, Série II, de 28 de Fevereiro de 2000.

sequer fazia menção ao tribunal de relação, apesar de já estar previsto na Constituição⁴⁹⁵.

Atendendo ao princípio processual penal de *duplo grau de jurisdição*, em regra, as decisões judiciais são recorríveis (art. 31.º, n.º 1, conjugado com o art. 399.º do CPP-P)⁴⁹⁶. Entretanto, como foi exposto, o CPP-P estabelece diversas exceções à regra da recorribilidade (art. 400.º do CPP-P)⁴⁹⁷. Os recursos podem ter diverso objeto e serem interpostos perante as relações ou o Supremo Tribunal de justiça, mas todos obedecem a uma tramitação unitária (arts. 410.º a 426.º)⁴⁹⁸.

Também com vista a atingir o objetivo da celeridade para além das medidas já referidas e complementarmente, procurou simplificar todo o sistema, abolindo-se concretamente, por regra, de um duplo grau de recurso, limitando o âmbito dos recursos para o STJ apenas para os crimes mais graves⁴⁹⁹.

Por essa razão, o regime dos recursos para o STJ tem sido alvo de diversas alterações. A Lei n.º 59/98, de 25 de Agosto, consagrou que era irrecorrível para o STJ: acórdãos absolutórios proferidos, em recurso, pelas relações, que confirmem decisão de 1.ª instância; os acórdãos condenatórios proferidos, em recurso, pelas relações, que confirmem decisão de 1.ª instância e apliquem pena de prisão não superior a 8 anos, mesmo em caso de concurso; os acórdãos proferidos, em recurso, pelas relações, em processo por crime a que seja aplicável pena de multa ou pena de prisão não superior a 5 anos, mesmo em caso de concurso de infrações, ou em que o Ministério Público tenha usado da faculdade prevista no artigo 16.º, n.º 3.

A Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto, veio ampliar a regra da irrecorribilidade para o STJ, consagrando, também, a irrecorribilidade dos acórdãos proferidos, em recurso, pelas relações que não conheçam, a final, do objeto do processo; os acórdãos proferidos, em recurso, pelas relações, que apliquem penam não privativa da liberdade;

⁴⁹⁵ Para esclarecer alguns pontos da situação, até Novembro de 2015 data da entrada em vigor do Tribunal Constitucional, o único tribunal de jurisdição superior competente para conhecer das decisões penais recorríveis era o STJ, sendo que a única instalação do STJ existente está situada na ilha de Santiago e de jurisdição sobre todo o território nacional (art. 216.º da CRCV). Ou seja, este tribunal acumulava as funções de Tribunal Constitucional e de Tribunal de Relação de todas as dez ilhas de Cabo Verde. A reforma do CPP-CV, redação dada pelo Decreto-Legislativo de 5/2015 de 7 de Fevereiro, que aditou o art. 470- A – Recurso para a relação – veio possibilitar de forma tímida e sem muito fundamento o recurso para as relações das decisões «proferidas por tribunal de primeira instância...», nada dizendo quanto aos seus pressupostos de admissão de tais recursos.

⁴⁹⁶ Este preceito também está regulado no art. 436.º do CPP-CV.

⁴⁹⁷ Sobre as exceções a regra de recorribilidade das decisões judiciais no sistema jurídico caboverdiano, vide, art. 437.º do CPP-CV.

⁴⁹⁸ SILVA, Germano Marques, *Do procedimento (Marcha do Processo)*, ob. cit., pág. 306.

⁴⁹⁹ COSTA, José Gonçalves da, ob. cit., pág. 404.

os acórdãos condenatórios proferidos, em recurso, pelas relações, que confirmem decisão de 1.^a instância e apliquem pena de prisão não superior a 8 anos.

A última alteração operada pela Lei n.º 20/2013, de 21 de Fevereiro, consagrou a irrecorribilidade dos acórdãos absolutórios proferidos, em recurso, pelas relações, exceto no caso de decisão condenatória em 1.^a instância em pena de prisão superior a 5 anos; de acórdãos proferidos, em recurso, pelas relações que apliquem pena não privativa de liberdade ou pena de prisão não superior a 5 anos.

Ora, todas essas alterações visaram restringir o recurso de segundo grau para o Supremo Tribunal de Justiça, sendo os casos de maior merecimento penal respeitante a alargamento do limite máximo superiores a 5 e 8 anos por uma referência a penas concretas com essas medidas.

Assim, o regime dos recursos vigente prescreve à regra da irrecorribilidade para o STJ dos acórdãos proferidos, em recurso, pelas relações (art. 400.º, n.º 1):

- i) que não conheçam, a final do objeto do processo (n.º 1, al. c));
- ii) que confirmem decisão absolutória de primeira instância em pena de prisão não superior a 5 anos (cf. al. d), do n.º 1);
- iii) que aplicam pena não privativa de liberdade ou pena de prisão não superior a 5 anos (al. e)); e
- iv) que confirmem decisão de primeira instância e apliquem pena de prisão não superior a 8 anos (al. f)).

Acresce, ainda, o art. 427.º do CPP-P *«excetando-se os casos em que há recurso direto para o Supremo Tribunal de Justiça, o recurso das decisões proferidas por tribunal de primeira instância interpõe-se para a relação»*. Portanto, salvo exceções à regra geral, serão sempre recorríveis para o Supremo Tribunal de Justiça as decisões, proferidas também elas em recurso, pelos tribunais de relações.

O regime de recurso, em processo penal, para o STJ está regulado de forma, específica e autónoma, no art. 432.º do CPP: de uma forma direta, nas als. a), c) e d) do n.º 1; de um modo indireto na sua al. b), decorrente da não irrecorribilidade de decisões proferidas, em recurso, pelas relações, nos termos do art. 400.º, n.º 1, e respetivas alíneas.

Em bom rigor, verifica-se que as condições de admissibilidade do recurso para o STJ resulta da al. c) do n.º 1 do art. 432.º, que fixa, em termos materiais, uma condição e um limiar material mínimo de recorribilidade – «acórdãos finais, proferidos pelo

tribunal do júri ou pelo tribunal coletivo, que apliquem pena de prisão superior a 5 anos, visando exclusivamente o reexame da matéria de direito». Não sendo interposto de decisão do tribunal coletivo, ou sendo recurso de decisão do tribunal coletivo ou do tribunal do júri que não aplique pena de prisão superior a 5 anos, o recurso, mesmo versando exclusivamente o reexame da matéria de direito, segue a regra geral do art. 427.º e deve ser obrigatoriamente dirigido ao tribunal da relação.

O regime dos recursos para as relações está previsto no art. 427.º do CPP-P que estipula que «excetuados os casos em que há recurso direto para o Supremo Tribunal de Justiça, o recurso da decisão proferida em 1.ª instância interpõe-se para a relação». Também no art. 28.º que determina que «As relações conhecem de facto e de direito» e no art. 429.º, n.º do referido Código que estabelece que “na audiência intervém o presidente da secção, o relator e um juiz-ajunto»⁵⁰⁰.

Embora o conteúdo dogmático do princípio do duplo grau de jurisdição – em matéria «de facto e de direito» (art. 428.º do CPP-P) não dê ensejo a maiores divergências, sua existência como regra obrigatória no sistema jurídico português é assunto que envolve notória controvérsia entre estudiosos do direito processual penal. Tais questionamentos se exacerbam especialmente quando se fala em celeridade e em duração razoável do processo⁵⁰¹.

O Supremo Tribunal de Justiça tem entendido ser irrecorrível o acórdão proferido pelas relações, em recurso, que aplique pena não privativa da liberdade não superior a 5 anos de prisão quando o tribunal de 1.ª instância tenha aplicado pena não privativa de liberdade ou pena privativa de liberdade inferior à aplicada pelo tribunal da relação, fazendo assim uma interpretação restritiva do art. 400.º, n.º 1, por conjugação com o art. 432.º, n.º 1, al. c)⁵⁰². Já o Tribunal Constitucional decidiu julgar a solução normativa inconstitucional⁵⁰³.

Em relação aos acórdãos condenatórios, proferidos, em recurso, pelas relações,

⁵⁰⁰ Em bom rigor, os tribunais de relação passam a conhecer em última instância das decisões finais do juiz singular, e das decisões interlocutórias do juiz singular e do tribunal coletivo ou de júri cujos recursos não devam subir com os que sejam interpostos de acórdãos finais (tribunal coletivo ou tribunal de júri), arts. 427.º e 432.º, al. d [conjugado com as als. b) e c)]. Assim, COSTA, José Gonçalves da, ob. cit., pág. 404.

⁵⁰¹ A este propósito, por exemplo, refere GERMANO MARQUES DA SILVA, tem dúvidas sobre a razoabilidade da solução legal. SILVA, Germano Marques, *Do procedimento (Marcha do Processo)*, ob. cit., pág. 310.

⁵⁰² Vide, por exemplo, Ac. STJ de Fixação de Jurisprudência n.º14/2013, DR, 1.ª Série, n.º 219, de 12/11/2013.

⁵⁰³ Neste sentido, entre outros, vide, Acs TC n.º 429/2016, de 06 de Outubro, n.º 412/2015, de 06 de Outubro, DR n.º 192/2016, Série II de 2016/10/06.

que confirmem decisão de primeira instância e apliquem pena não superior a 8 anos não é admissível recurso para o STJ. As dificuldades de aplicação do preceito nesta alínea respeitam fundamentalmente ao de deve ser entendido por acórdão condenatório que confirme decisão de 1.^a instância. Esclarece GERMANO MARQUES DA SILVA⁵⁰⁴, que tal preceito deve ser interpretado como a confirmação respeitante à condenação e não aos seus fundamentos, salvo se entre a decisão da 1.^a instancia e a decisão da Relação houver divergência relativamente à matéria de facto apurada, e que a confirmação não tem de ser integral. O que se mostra relevante é a pena aplicada e em caso de concurso de crimes a pena única aplicada ao condenado, não relevando que as medidas aplicadas a cada um dos crimes em concurso sejam inferiores a 8 anos de prisão.

O Tribunal Constitucional no Ac. n.º 385/2011, DR, II Série de 3/10/2011 conclui pela não inconstitucionalidade desta solução normativa, reafirmando que os limites apostos pelo Código de Processo Penal à recorribilidade para o Supremo Tribunal de Justiça das decisões proferidas em recurso pelos tribunais da relação, decorrentes das disposições conjugadas dos artigos 400.º, n.º 1, al. f) e 432.º, n.º 1 do CPP-P, não violam o artigo 32.º, n.º 1 da CRP – «*A Constituição não impõe ao legislador a obrigação de consagrar o direito de recorrer de todo e qualquer ato do juiz, admitindo-se embora, no processo penal, o direito a um duplo grau de jurisdição como decorrência da exigência constitucional do princípio da defesa, mas já não o direito a um triplo grau de jurisdição*». Assim, o facto de não dispor de um terceiro grau de recurso não viola a Constituição, pois o núcleo essencial dos seus direitos de defesa, mormente o direito ao recurso, já ficou ressaltado com o duplo grau de jurisdição⁵⁰⁵.

A conclusão que poderá ser extraída de todo o processo legislativo é que há uma preocupação com a alteração do paradigma da garantia de recorribilidade plena. Desta sorte, a irrecorribilidade pode fundamentar-se na pequena gravidade dos crimes em causa, devendo o STJ ficar reservado para os casos mais graves e de maior relevância, determinados pela natureza do tribunal de que se recorre e pela gravidade dos crimes aferida pelo critério da pena aplicável (art. 400.º, n.º 1, als. d) e e) do CPP-P).

⁵⁰⁴ GERMANO MARQUES DA SILVA, tem dúvidas sobre a razoabilidade da solução legal. SILVA, Germano Marques, *Do procedimento (Marcha do Processo)*, ob. cit., pág. 311.

⁵⁰⁵ Entre outros, vide, Acs. STJ, processo n.º 226/02.2GGLSB.L1.S1, relator: Santos Carvalho, de 25/11/2010, processo n.º 322/08.2TARGR.L1.S1, de 24/03/2011, relator: Raul Borges.

Em síntese, estas alterações que incidiram sobre o preceito dos arts. 400.º, n.º 1 e 432.º do CPP-P modificou a competência do STJ, em matéria de recursos de decisões proferidas, em recurso, pelas relações, restringindo-se a impugnação daquelas decisões para o Supremo Tribunal⁵⁰⁶. Assim, entendeu o legislador relativamente aos acórdãos absolutórios e as penas não privativas da liberdade de crimes de limite máximo da pena de prisão não superior a 5 anos e às penas superiores a oito anos, embora neste último a irrecorribilidade seja limitada aos casos de «dupla conforme» – situações em que a decisões proferidas em recurso pelas relações confirmem a condenação proferida em primeira instância (art. 400.º, n.º 1 als. d), e) e f) respetivamente). Entendeu então o legislador que em tais situações torna-se injustificado uma terceira apreciação judicial.

Na base dessas limitações ao recurso, está sem dúvida preocupações com a celeridade processual, visto que se não existissem tais restrições ao recurso, o STJ (enquanto terceira instância) poderia paralisar, dificultando o normal funcionamento da administração da justiça. Isso mesmo resulta do preâmbulo do Código de Processo de 1987, que justifica a abolição da regra do duplo grau de jurisdição a necessidade de «*potenciar a economia processual numa ótica de celeridade*». Portanto, os crimes de pequena e média criminalidade não devem ser objeto de recurso para o STJ, uma vez que são casos menores, reservando este grau de jurisdição para casos de maior gravidade.

O recurso pode ser utilizado como um instrumento dilatório, desvirtuando o seu propósito garantístico e prejudicando indevidamente a celeridade processual. Daí que o seu regime deva ser formalizado, de forma a dar cumprimento às garantias de defesa, mas impedir, na medida do possível, utilizações abusivas⁵⁰⁷.

Nos parece compreensível que, considerando o facto que o direito à decisão em prazo razoável é constitucionalmente protegido, é legítimo que o direito ao recurso possa sofrer compreensões, de forma a compatibilizar os diversos interesses em jogo. Trata-se de proceder à concordância prática das finalidades do próprio processo penal.

2.5.5. A nulidade como fundamento do recurso

A preocupação com a celeridade e simplificação verificou-se também no âmbito

⁵⁰⁶ A preocupação com a celeridade no âmbito dos recursos está também nos arts. 411.º, n.º 3 pela Lei n.º 59/98, de 25 de Agosto, conjugado com o art. 412.º, que veio exigir que o requerimento de interposição do recurso é sempre motivado, sob pena de não admissão do recurso.

⁵⁰⁷ PINTO, Ana Luísa, ob. cit., pág. 149.

das nulidades, que muitas vezes provocam uma instabilidade na marcha do processo, quando usadas de formas abusivas e irregulares.

O art. 410.º, n.º 3 prevê como fundamento do recurso a inobservância de requisito cominado sob pena de nulidade que não deva considerar-se sanada.

Todavia, a violação ou a inobservância das disposições da lei do processual só determina a nulidade do ato quando esta for expressamente cominada na lei (arts.118.º, n.º 1 do CPP-P e, 150.º, n.º 1 do CPP-CV). Traduz-se no princípio da legalidade no seu mais lato sentido (ou *numerus clausus*) das nulidades⁵⁰⁸.

Como explica GERMANO MARQUES DA SILVA, as nulidades podem ser insanáveis ou sanáveis (dependentes de arguição) e as irregularidades geram também a invalidade do ato e dos termos subsequentes que possam afetar quando atempadamente arguidas⁵⁰⁹.

Portanto, apenas são fundamento do recurso as nulidades insanáveis e que não devam considerar-se sanadas, por automaticamente comprometerem a estrutura do processo penal. Tais circunstâncias que vêm elencadas nos arts.119.º do CPP-P, e 151.º do CPP-CV. Significando que, mesmo em relação às nulidades dependentes da arguição, só devem ser consideradas fundamento do recurso se não puderem ser sanadas, conforme os arts. 120.º, conjugado com o art. 121.º do CPP-P, e 152.º, conjugado com o art. 153.º do CPP-CV. Também, por exemplo, o que sucede nos arts. 379.º, n.º 2 que nos remete para o art. 414.º do CPP-P e, 409.º, e 410.º do CPP-CV.

Em regra as nulidades devem ser arguidas perante o tribunal que praticou o ato viciado, sob pena de a nulidade ser considerada sanada, salvo devidas exceções⁵¹⁰.

A Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto, veio aditar a alínea d) do n.º 2, limitando um conjunto das nulidades sanáveis nas fases de inquérito e instrução. Um facto relevante é que as nulidades só podem ser arguidas dentro de um limite temporal que está regulado nas alíneas, do n.º 3, do art. 123.º do CPP-P, e do n.º 3 do art. 152.º do CPP-CV. A solução foi pensada no sentido de evitar que a tramitação do processo seja a todo o tempo perturbado pela arguição tardia de vícios processuais dispensáveis⁵¹¹.

⁵⁰⁸ Ibidem, pág. 96.

⁵⁰⁹ SILVA, Germano Marques, *Do procedimento (Marcha do Processo)*, ob. cit., págs. 326-327.

⁵¹⁰ Ibidem, pág. 326.

⁵¹¹ Outro facto importante é que a arguição de nulidade só se dá durante manter a relação processual. Sobre isso, o Ac. do STJ n.º 21/07.2SULSB-E.S1, de 11/02/2010, prevê que «mesmo as nulidades insanáveis, que a todo o tempo invalidam o ato em que foram praticadas e os atos subsequentes, ficam cobertas pelo trânsito em julgado da decisão, o que significa que, transitada em julgado a decisão, jamais

Na ausência de cominação legal da nulidade, o incumprimento das regras do processo constitui apenas mera irregularidade, sendo aplicável o regime do art. 123.º do CPP-P, e 155.º do CPP-CV. Citando ANA LUÍSA PINTO⁵¹², «as irregularidades constituem uma categoria residual face às nulidades, mas tem um âmbito de aplicação alargado, abarcando todas as violações da lei processual não cominadas com nulidade». Estas dependem, todavia, em regra, de arguição do interessado, apesar de o juiz possa ordena-las oficiosamente, quando afetem o valor do ato praticado (n.º 2, do art. 123.º do CPP-P, e n.º 2 do art. 155.º do CPP-CV).

2.5.6. A subida diferida

O regime de subida é semelhante no CPP-P e CPP-CV. Os Códigos estabelecem dois sistemas: a *imediata* e a *diferida*.

Ora, ponderadas as vantagens e inconvenientes de cada um desses sistemas, o legislador optou por uma solução eclética: uns recursos sobem imediatamente e outros ficam retidos, para subirem em momento ulterior. Por via de regra, é a subida diferida, pois os casos de subida imediata são apenas os taxativamente indicados na lei ou os que a retenção torne absolutamente inúteis⁵¹³.

Como se depreende do art. 407.º, n.º 1 do CPP-P, sobem imediatamente os recursos cuja retenção os tornaria absolutamente inúteis. Esta prerrogativa foi introduzida pela Retificação n.º 105/2007, de 09 de Novembro. Prevê-se neste n.º 1 uma cláusula geral. Portanto, os recursos devem subir de imediato, sob pena de levar a uma morosidade excessiva. O n.º 2 da mesma disposição legal estabelece situações típicas e taxativas em que os recursos têm subida imediata. Excetuando-se tais casos, os recursos sobem e são instruídos e julgados em momento posterior, conjuntamente com o recurso que vier a ser interposto da decisão que puser termo à causa (art. 407.º, n.º 3)⁵¹⁴.

podem ser invocadas ou oficiosamente conhecidas quaisquer nulidades, mesmo aquelas que a lei qualifica de insanáveis».

⁵¹² PINTO, Ana Luísa, ob. cit., pág. 98.

⁵¹³ A doutrina e a jurisprudência entendem unanimemente que a referida absoluta inutilidade corresponde a situações em que a retenção do recurso retira, de todo em todo, qualquer eficácia ao provimento do mesmo. Vê-se que ainda que a decisão do tribunal superior seja favorável, em nada aproveita o recorrente se tal decisão não acontecer em tempo útil. A demora na sua apreciação pode tornar irreversíveis os efeitos da decisão impugnada, oposto ao efeito jurídico pretendido, sendo certo que, para este efeito, não constitui inutilidade absoluta a eventual perturbação do desenrolar do processo ou a inutilização de atos já praticados em resultado do provimento do recurso.

⁵¹⁴ A situação *sub judice* é atípica, pois não se enquadra em qualquer uma das previstas taxativamente no art. 407.º, n.º 2 do CPP-P.

A Lei n.º 27/2015, de 14/04 que aditou a al. k) daquele artigo citado determinou que também sobem imediatamente os «despacho proferido ao abrigo do disposto nos n.ºs 2, 3 e 5 do artigo 328.º-A»⁵¹⁵. Este aditamento possibilita a subida imediata dos recursos que não seja possível a presença do juiz que proferiu o despacho, evitando assim, o atraso no andamento dos recursos.

No CPP-CV o regime de subida imediata está regulado no art. 446.º, n.º 1 do CPP-CV, elencando o legislador de forma direta as situações que o recurso sobe imediatamente. A cláusula do n.º 2 dirige-se apenas as situações que não estão reguladas naquele artigo, e que a sua retenção poderá torna-las absolutamente inúteis, pelo que o ideal seria que esta cláusula do n.º 2 fosse a regra geral do regime de subida dos recursos, salva exceções na lei.

Em Portugal, o Tribunal Constitucional tem posicionado no sentido de que a regra da subida diferida dos recursos não viola o núcleo essencial do princípio das garantias de defesa e do princípio da presunção de inocência, vocacionando que os mesmos são assegurados, no seu núcleo essencial, pelo direito ao recurso.

Tem defendido então este Tribunal que, embora a regra da subida diferida assenta em exigências de celeridade, em nada diminui as garantias de defesa do arguido que, face ao provimento do recurso, sempre verá a sua posição ser reconhecida jurisdicionalmente. Fê-lo, primeiro, no acórdão n.º 474/94⁵¹⁶ e posteriormente Ac. n.º 476/2007⁵¹⁷, tendo concluído que tal norma «ao considerar como não sendo absolutamente inúteis os recursos do despacho que indefira o pedido de realização de diligências em fase de instrução, se subirem, forem instruídos e julgados conjuntamente com o recurso interposto da decisão que tiver posto termo à causa, não viola qualquer princípio ou norma constitucional, designadamente os artigos 1.º, 2.º, 13.º, 16.º, 20.º, e 32.º da Constituição Portuguesa»⁵¹⁸.

A decisão do Presidente do TRL, processo n.º 121/08.1TELSB.J.L1-9 de 04 de Junho de 2015, veio determinar que «Os recursos cuja retenção os torna absolutamente

⁵¹⁵ O art. 328-A também é um aditamento da Lei n.º 27/2015, de 14/04, que institui o «Princípio da plenitude da assistência dos juízes».

⁵¹⁶ Publicado no DR, II série, de 8/11/1994.

⁵¹⁷ DR, II Série de 3/01/2008.

⁵¹⁸ Vide, também, entre outros, Acs. n.ºs 964/96, 1205/96, 104/98 (publicados no Diário da República, II série, de 14 de Fevereiro de 1997 e de 20 de Março de 1998). Sobre isso, vide ainda, Acs. TRC, proc. n.º 33/05.0JBLSB-B, de 21/01/2008, relator: António Piçarra, TRL, proc. n.º 5362/08.9TDLSB-A.L1-9, de 30/04/2013, relator: Sousa Pinto, TRL, proc. 2887/07.7TDLSB-A.L1, de 12/03/2010, relator: Fernando Estrela.

inúteis são apenas aqueles cujo efeito não mais poderá ser obtido, ainda que revogada a decisão sob recurso»⁵¹⁹.

Para que se justifique a subida imediata dos recursos, ao abrigo do disposto no n.º1 do art. 407.º do CPP, é necessário que haja uma situação de absoluta inutilidade do recurso retido, ou seja, que o recurso, mesmo que venha a ser provido, já não possa ter qualquer efeito útil na marcha do processo e que esta inutilidade seja causada pela sua retenção.

Em jeito de conclusão, conclui-se que o regime de subida diferida de recursos assenta claramente numa exigência de celeridade processual – que como ficou sublinhado, em processo penal é um valor constitucionalmente relevante. Portanto, impõe a lei processual penal que a subida imediata fica reservada apenas os recursos cuja utilidade se perderia em absoluto se a subida fosse diferida⁵²⁰.

Com isso pretende-se, por um lado, evitar que a tramitação normal do processo seja afetada por constantes envios do processo à 2.ª instância para apreciação de decisões interlocutórias e, por outro lado, que o conhecimento de muitos destes recursos ficam prejudicados no seu conhecimento pelo sentido da decisão final.

Para harmonizar os regimes de subida e eficácia, determina-se que os recursos cuja retenção os tornaria absolutamente inúteis têm efeito suspensivo do processo, ou da decisão recorrida, conforme os casos (art. 408.º do CPP-P). O efeito suspensivo só deve operar nos casos especialmente previsto na lei, devendo dar prevalência ao efeito devolutivo do recurso.

O modo de subida dos recursos é também fator determinante para efeito da celeridade. Deve-se, assim, dar prevalência, sempre que possível, a subida nos próprios autos, em vez da subida em separado, uma vez que se sobem nos próprios autos não será necessário requerer certidões das peças processuais pertinentes para instruir o recurso. Sobem nos próprios autos os recursos interpostos de decisões que ponham termo à causa e os que com ele devem subir⁵²¹.

⁵¹⁹ Sobre isso, também, SILVA, Germano Marques, *Do procedimento (Marcha do Processo)*, ob. cit., págs. 329-330.

⁵²⁰ A subida imediata fica então reservada aos recursos cuja necessidade seja prioritária, pois se tal não ocorresse a sua necessidade própria perder-se-ia não acautelando os interesses para os quais havia sido interposto.

⁵²¹ Para melhores desenvolvimentos, SILVA, Germano Marques, *Do procedimento (Marcha do Processo)*, ob. cit., págs. 330.

3. A prescrição

O decurso do tempo não é alheio para a intervenção do direito penal, e quem diz direito penal diz processo penal também⁵²². O decurso de um certo período de tempo é razão para que o direito penal se abstenha mesmo de intervir ou de efetivar sua reação – o chamado instituto da *prescrição*⁵²³.

A prescrição criminal caracteriza-se pela perda do direito de *ius puniendi* do Estado, e tem a sua *ratio* no não exercício, em tempo útil, do direito de prosseguir criminalmente contra o agente de um crime ou de executar uma pena aplicado a quem tenha sido condenado. Funciona como causa da extinção da responsabilidade criminal, impedindo, assim, que o Estado persiga criminalmente o agente de um crime ou o aplique a sanção imposta pela lei, extinguindo também a responsabilidade criminal⁵²⁴.

O TRC, no seu Acórdão de 2015⁵²⁵ proferiu o seguinte «I. A prescrição do procedimento criminal traduz-se numa renúncia por parte do Estado a um direito, ao *jus puniendi* condicionado pelo decurso de um certo lapso de tempo. Passado um certo tempo depois da prática de um facto ilícito-típico deixa de ser possível o procedimento criminal. II. A prescrição do procedimento tem sempre lugar quando, desde o seu início e ressalvado o tempo de suspensão, tiver decorrido o prazo da prescrição acrescido de metade. No caso em apreciação, o prazo de prescrição do procedimento é de 2 anos; o ressalvado tempo de suspensão pode chegar aos 3 anos; e metade daquele prazo da prescrição é 1 ano; assim, o procedimento prescreverá sempre ao fim de 6 anos».

A prescrição tem como seu elemento central e caracterizador o decurso do tempo e reporta-se no direito positivo ao procedimento criminal (arts. 118.º, n.º 1 do

⁵²² A doutrina defende que o processo penal é a aplicação material do direito penal, pelo que sem o processo penal o direito penal não passa de letra morta. Portanto, a lei penal necessita de um processo para a sua aplicação aos casos concreto. Assim, é por meio do direito processual que logra o direito substantivo, ao aplicar-se aos casos chegados a tribunal. Entre o direito processual penal e o direito penal existe uma «relação mútua de complementaridade funcional». Neste sentido, DIAS, Jorge Figueiredo, *Direito Processual Penal*, ob. cit., pág. 9. Citando, ainda, CASTANHEIRA NEVES, se o direito criminal se propõe avaliar juridicamente o delito, o direito processual criminal visa a regulamentação jurídica da averiguação do delito mesmo e do ato do seu julgamento. Se o direito criminal pressupõe o delito e o seu autor, o direito processual tem nisso mesmo, que para o direito criminal é pressuposto, a sua tarefa e problema. NEVES, António Castanheira, *Sumários de Processo Criminal, (fascículos policopiados)*, Coimbra Editora, 1968, pág. 11.

⁵²³ SILVA, Pedro Filipe Gama da, *A prescrição como causa de exclusão da responsabilidade criminal: um estudo de direito penal português*, Coimbra, FDUC, 2015, pág. 48.

⁵²⁴ SILVA, Fernando, «Os prazos de prescrição», *O direito e justiça em ação: Tópicos de direito comparado*, in Janus 2004, anuário de relações exteriores, pág. 178.

⁵²⁵ Vide, Ac. TRC, proc. n.º 594/11.5T3AVR.P1.C1, de 11/03/2015, relator: Orlando Gonçalves.

CP-P e 102.º al. e) do CP-CV) e às penas e medidas de segurança (arts. 40.º, n.º 1, conjugado com arts. 122.º e 124.º do CP-P, e 47.º, conjugado com art. 102.º, al f) do CP-CV)⁵²⁶.

Importa ressaltar que, o mero decurso do tempo não nos pode levar a considerar que um determinado facto qualificado como crime simplesmente não ocorreu⁵²⁷, não obstante, o direito penal, a partir de determinada altura, para além de inútil e ineficaz, careça de fundamento (do fundamento legitimador para intervir)⁵²⁸. Pois que, o prolongamento no tempo do facto ilícito pode fazer com que o bem jurídico violado, digno de pena, e carente de punição, deixa de existir. Podemos ainda invocar razões processuais para fundamentar a prescrição do procedimento criminal, relacionadas com a dificuldade de investigação e de recolha de prova, podendo mesmo conduzir a resultados falsos ou deturpados⁵²⁹.

Este instituto não está diretamente previsto na Constituição, encontrando lugar apenas no Código Penal como uma causa de extinção da responsabilidade criminal. Todavia, como refere ANA LUÍSA PINTO, deve entender-se que ele se encontra sedimentado desde há muito no ordenamento jurídico português (e acrescentaria nós no ordenamento jurídico cabo-verdiano), e deriva da conjugação de diversos valores fundamentais, designadamente os princípios do Estado de direito, da segurança e da paz jurídicas, as garantias de defesa e o princípio da necessidade das penas⁵³⁰.

É uma decorrência jurídico-constitucional do cumprimento do direito a uma decisão em prazo razoável e do processo equitativo e tem o seu fundamento máximo no princípio da presunção de inocência do arguido (arts. 20.º, n.º 4 e 32.º, n.º 2 e 22.º, n.º 1, e 35, n.º 1 da CRCV, conjugado com os arts. 1.º e 4.º do CPP-CV).

Ou seja, o poder-dever de provar a culpabilidade do arguido por quem acusa (MP) e pelo tribunal está limitado pelo tempo, não sendo admissível num Estado de

⁵²⁶ Cf. CORREIA, Eduardo, *Direito Criminal*, Vol. I (reimpressão), Coimbra, Almedina Editora, 2016, pág. 161, DIAS, Jorge Figueiredo, *As consequências jurídicas do crime*, ob. cit., pág. 698.

⁵²⁷ A prescrição não tem enquadramento possível como causa de exclusão da ilicitude ou da culpa, não está ligada ao comportamento do arguido aquando da prática do facto, contudo a prescrição tem como efeito extinguir a responsabilidade criminal do agente – estamos perante uma causa superveniente da extinção da responsabilidade criminal, por se verificar num momento posterior à prática do crime. Neste sentido, DIAS, Jorge Figueiredo, *As consequências jurídicas do crime*, ob. cit., pág. 699, SILVA, Pedro Filipe Gama da, ob. cit., pág. 13.

⁵²⁸ Segundo EDUARDO CORREIA, «passado um certo prazo depois da prática de um facto, deixa de ser possível o procedimento criminal; depois de certo prazo após a condenação, deixa de ser possível executá-la». CORREIA, Eduardo, *Direito Criminal*, Vol. I, ob. cit., pág. 161.

⁵²⁹ SILVA, Fernando, ob. cit., pág. 178.

⁵³⁰ PINTO, Ana Luísa, ob. cit., pág. 150.

Direito, que a justiça leva anos para decidir a situação do arguido, de ser condenado ou absolvido, sob pena de correr o risco de enxovalhar a dignidade do acusado. Atendendo a dignidade da pessoa humana e aos princípios da presunção de inocência e do *in dubio pro reo*, não é de aceitar que a justiça prorrogue a situação de indefinição do arguido, pelo facto que tal situação poderá acarretar prejuízos irreversíveis na vida pessoal e profissional do arguido, mesmo que se venha a considerar que ele é inocente.

Advém da ideia de que o Estado não deve dispor de tempo ilimitado para realizar a justiça penal. Decorrido um certo período de tempo sobre a prática do crime deixa de ser razoável que o Estado persiga o agente (daí a consagração legal de um prazo máximo para o procedimento criminal) e passado certo tempo sobre a condenação deixa de ser razoável executar a sanção aí prevista (o que leva à consagração da prescrição da pena)⁵³¹.

São várias as teorias que tentam explicar os fundamentos da prescrição⁵³², umas fundamentadas em razões de natureza jurídico-penal substantiva, dado que a pena se torna desnecessária com o decurso do tempo – as exigências de prevenção geral e especial atenuam-se⁵³³ e, outras em razões de ordem processuais, uma vez que o

⁵³¹ Se formos ver na Constituição cabo-verdiana, o legislador reconheceu «a conceção da dignidade da pessoa humana como um valor absoluto e sobrepondo-se ao próprio Estado». E no CPP-CV, art. 1.º, n.º 2, o legislador determinou que «a presunção de inocência do arguido exige que a prova da sua culpabilidade seja feita por quem acusa ou pelo tribunal, na obediência das regras estabelecidas pelo presente Código ou outras leis de processo penal». E como ficou dito também, o direito a uma decisão em prazo razoável é um corolário do princípio da presunção de inocência que recai sobre o arguido). Sobre isso, vide, também, SILVA, Germano Marques da, *Direito Processual Penal Português, Noções Gerais*, ob. cit. págs. 54-55.

⁵³² Sobre as várias teorias que explica o fundamento da prescrição, entre outros, vide, SILVA, Pedro Filipe Gama da, ob. cit., págs. 48-50.

⁵³³ Como proferiu FIGUEIREDO DIAS, a censura comunitária traduzida no juízo da *culpa* esbate-se, se não chega mesmo a desaparecer e as exigências de prevenção especial, muito fortes logo a seguir ao cometimento do facto, tornam-se progressivamente sem sentido e podem mesmo falhar completamente os seus objetivos, em concreto, as finalidades de socialização e de segurança. Ao nível da *prevenção geral positiva*, com o decurso do tempo, deixa de poder falar-se da necessidade de estabilização contrafática das expectativas comunitárias, já apaziguadas ou definitivamente frustradas. Cf. DIAS, Jorge de Figueiredo, *As Consequências jurídicas do crime*, ob. cit., pág. 699. CESARE BECCARIA refere «Quanto mais pronta e mais perto do delito esteja a pena, tanto mais justa e útil ela será. Mais justa, porque poupará ao réu os inúteis e cruéis tormentos da incerteza que crescem com o rigor da imaginação e com o sentimento da própria fraqueza. Mais útil porque quanto menor é a distância do tempo que passar entre a pena e o crime, tanto mais forte e duradouro é o espírito humano a associação dessas duas ideias, *delito e pena*, de tal forma que, insensivelmente, considera-se um como causa e a outra como o efeito necessário e inelutável. É pois de extrema importância a proximidade entre o delito e a pena. A longa demora não produz outro efeito senão o de cada vez mais dissociar estas duas ideias». Cf. BECCARIA, Cesare, ob. cit., págs. 102-104.

decurso do tempo dificulta progressivamente a descoberta da verdade material e diminui a força das provas, aumentando assim, o risco do erro da decisão⁵³⁴. Posto isso, o fator tempo na erosão da prova, é suscetível de conduzir, quer ao arquivamento da prova na fase do inquérito ou instrução, quer a absolvição na fase de julgamento do arguido.

Por outro lado, como refere CONCEIÇÃO GOMES as prescrições têm revelado a face mais dramática do colapso dos tribunais. Confrontam o sistema judicial com o limite do seu não funcionamento. E, naturalmente, geram indignação e descredito social na justiça criminal, porque deixam totalmente impune quem praticou um crime, mas também têm mostrado a complacência com que o sistema judicial trata os agentes que, por ação ou omissão, praticaram atos que permitiram que determinados processos prescrevessem⁵³⁵.

Trata-se de tal situação que temos vindo a debater ao longo do trabalho – uma questão crucial que exige intervenção – as situações em que os sujeitos processuais utilizam manobras processuais para arrastarem os processos no tempo, na esperança de um dia prescreverem e ficarem impunes. Nesta medida, assim como posicionou aquela autora e outros, como JOSÉ SOUTO DE MOURA, defendemos que a prescrição deveria, ser excecional e só ocorrer em situações pontuais.

A doutrina aponta como a primeira causa na história das muitas prescrições ocorridas em Portugal, sobretudo nos ditos processos mediáticos: a desarticulação entre o Código Penal de 1982 e o Código de Processo Penal 1987⁵³⁶, que conduziu a fortes

⁵³⁴ Para, JESCHECK, o decurso do tempo coloca em crise também os alicerces das funções do processo penal e é reforçado pela ideia de que o maior distanciamento entre o julgamento e a prática do facto criminal aumenta progressivamente as dificuldades probatórias, de modo que surge o perigo cada vez mais de sentenças erróneas. JESCHECK, Hens-Heinrich, *Tratado de Derecho Penal*, pág. 822. Este entendimento é sufragado por FIGUEIREDO DIAS, ao sustentar que sob o ponto de vista processual, torna mais difícil e de resultados duvidosos a investigação (e a consequente *prova*) do facto e, em particular, da culpa do agente, elevando os riscos de erros judiciais. DIAS, Jorge de Figueiredo, *Direito Penal Português, As Consequências jurídicas do crime*, ob. cit., pág. 700. Também, BELESA DOS SANTOS, lembra que a ação do tempo sobre a produção da prova, especialmente a prova testemunhal, não só apaga a lembrança dos factos como pode deturpar a recordação deles. Não há apenas que reear que as testemunhas que possam depor acerca de certo crime se tenham esquecido, mas ainda que, embora inconsciente, desfigurem aquilo de que, em princípio, conservavam, por ventura uma lembrança exata. SANTOS, Beleza dos «Medidas de segurança e prescrição» *Revista de Legislação e Jurisprudência*, ano 77, n.º 2790, pág. 322. Ainda, sobre isso, SILVA, Pedro Filipe Gama da, ob. cit., pág. 52.

⁵³⁵ No mesmo sentido GOMES, Conceição, ob. cit., pág. 12.

⁵³⁶ O Código Penal de 1982, no seu art. 120.º, n.º 1, al. a) disciplinou os factos interruptivos da prescrição do procedimento criminal nas fases de inquérito e instrução em função das normas vigentes (adequado ao CPP-P de 1929). Com a entrada em vigor do novo Código de 1987 seria de se esperar que procurasse adaptar a disciplina substantiva com a nova estrutura do processo penal. Não foi isso que aconteceu por vontade ou descuido do legislador. Tal omissão criou dificuldade de interpretação e gerou decisões contraditórias relativamente a problemática da interrupção da prescrição do procedimento criminal. Mas isso agora não interessa, pelo que para melhor conhecimento desta realidade, vide, SILVA, Germano Marques da, «A prescrição dos processos penais: não sabem o que dizem, nem se importam»,

controvérsias sobre o momento a partir do qual se verificava a interrupção da prescrição do Procedimento criminal⁵³⁷.

GERMANO MARQUES DA SILVA, refere que são muitas as razões por que os processos prescrevem, umas de natureza material, outras de natureza intelectual. Diz este autor que aquelas resultam as mais das vezes da incapacidade material do sistema judiciário para responder à crescente procura de serviços de justiça, por insuficiência de meios humanos para proceder às investigações dentro dos prazos que a lei estabelece, estas muitas vezes da precipitação ou deficiente cultura dos intervenientes no sistema da justiça⁵³⁸.

Os prazos da prescrição do procedimento criminal estão regulados nos arts. 118.º, n.º 1 do CP-P, e 108.º, n.º 2 do CP-CV⁵³⁹. O regime para a contagem dos prazos da prescrição do procedimento criminal está consagrado nos arts. 119.º do CP-P, e 109.º do CP-CV. Todavia, estes prazos estão sujeitos à suspensão verificados os pressupostos previstos nos arts. 120.º do CP-P, e 110.º do CP-CV⁵⁴⁰. Além disso, os prazos da

Forum iustitiae. Direito & sociedade, n.º 10, ano 1, (Abril), Lisboa, 2000, págs. 14 e segs. Também, COSTA, Eduardo Maia, «Interrupção da prescrição do procedimento criminal: Relevância do interrogatório do arguido no inquérito na instrução no domínio do CP de 1982 (versão originário) e do CP-P de 1987» (comentário aos acórdão do Tribunal Constitucional, n.º 205/99, de 7/04/1999; n.º 285/99 de 11/05/1999; e n.º 122/2000 de 23/02/2000), *Revista do Ministério Público*, n.º 84, ano 21, (Out.-Dez.), Lisboa, 2000, págs. 172-178.

⁵³⁷ Até 2000 o peso dos processos cujo procedimento criminal foi declarado extinto por prescrição aumentou significativamente. Só em 2001 que o número começou a cair – dado que a grande maioria dos processos prescritos referia-se a crimes de emissão de cheque sem provisão –, o acentuado do volume de decréscimo de prescrições se deveu, em parte, à descriminalização pelo Decreto-Lei n.º 316/95, de 19 de Novembro, da emissão de cheques pós-datados. A principal explicação reside, todavia, na reforma do Código de Processo Penal pelo Decreto-Lei n.º 317/95, de 28 de Novembro, que veio resolver o problema da desarticulação entre o Código de Processo Penal e o Código Penal. É referir que a prescrição levou à extinção do procedimento criminal em grandes processos de criminalidade económica, de que são exemplos os processos relacionados com as verbas do fundo Social Europeu, faturas falsas e Caixa Económica Faialense. Por outro lado, os grandes desajustamentos no volume e natureza da criminalidade ao nível dos diferentes patamares das instâncias formais de controlo, em especial entre a criminalidade acusada e a criminalidade com condenação, podem ser tomados como indicadores dessa erosão. Sobre isso, vide, GOMES, Conceição, ob. cit., págs. 12 -14. Assim como aconteceu no passado, na atualidade os chamados grandes processos-crime lideram o topo das prescrições, por tratar-se de processos naturalmente complexos, que envolvem vários arguidos, pela sua dispersão, por envolverem várias instituições, pelas dificuldades de fazer-se prova, e também, por envolverem os «ditos poderosos» que com que suas influências usam manobras processuais que condicionam o normal andamento do processo. Neste sentido, faz necessário uma maior organização do DIAP e do Tribunal Central de Instrução Criminal, com materiais e equipamentos a altura dos desafios que a criminalidade complexa exige. Também há que investir na especialização dos magistrados, para acompanhar a evolução da criminalidade moderna.

⁵³⁸ SILVA, Germano Marques da, A prescrição dos processos penais, ob. cit., pág. 14.

⁵³⁹ De igual modo o prazo para a prescrição das penas e medidas de segurança nos arts. 122.º e 124.º do CP-P e 113.º e 114.º do CP-CV, respetivamente.

⁵⁴⁰ O Tribunal Constitucional no seu Acórdão n.º 445/2012, publicado no DR, II Série, de 16/11/2012, «Não julga inconstitucional a norma dos artigos 120.º, n.º 1, alínea b), e 121.º, n.º 1, alínea b), ambos do Código Penal, na interpretação segundo a qual a prescrição do procedimento criminal não se suspende nem interrompe com a notificação da acusação particular se esta não for acompanhada pelo Ministério

prescrição podem sempre ser interrompidos, verificadas as situações reguladas nos arts. 121.º do CP-P, e 111.º do CP-CV⁵⁴¹.

Os prazos da prescrição do procedimento criminal no CP-P e CP-CV, até a pouco tempo eram basicamente iguais, mas o Decreto-legislativo n.º 4/2015 de 11 de Novembro, veio introduzir alterações significativas no Código Penal cabo-verdiano, no âmbito dos prazos da prescrição, pelo que passo a referi-los em separado.

Nos termos do art. 118.º, n.º 1, al. a) do CP-P, o procedimento criminal extingue-se, para efeito da prescrição, logo que sobre a prática do crime tiverem decorridos os seguintes prazos: *15 anos* [tendo como limite máximo crimes puníveis com pena de prisão superior a 10 anos – al. a)]; *10 anos* [crimes puníveis com pena de prisão igual ou superior a 5 anos, sem exceder os 10 anos – al. b)], *5 anos* [crimes puníveis com pena de prisão igual ou superior a 1 ano, mas inferior a 5 anos – al. c)] e *2 anos* [para os restantes casos – al. d)].

É de notar duas situações. A reforma do Código Penal português pela Lei n.º 59/2007, de 04 de Setembro, aditou o n.º 5 do art. 118.º, introduzindo uma prerrogativa importante, que diz o seguinte «os crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual de menores, o procedimento criminal não se extingue, por efeito de prescrição, antes de o ofendido perfazer 23 anos».

A Lei n.º 32/2010, de 02 de Setembro veio estabelecer outra prerrogativa importante, no que respeita aos, crimes de corrupção, tráfico de influência, peculato, concussão, participação ilícita em negócios e defraudação por interesses patrimoniais públicos, abusos de poder⁵⁴². Esta mesma prerrogativa já constava no art. 108.º, n.º 4 do

Público». O Acórdão do STJ de Fixação de Jurisprudência n.º 9/2010, de 26/11 determina o seguinte: A pendência de recurso para o Tribunal Constitucional não constitui a causa de suspensão do prazo de prescrição do procedimento criminal prevista no segmento normativo «dependência de sentença a proferir por tribunal não penal» da alínea a) do n.º 1 do artigo 119.º do Código Penal de 1982, versão original, ou da alínea a) do n.º 1 do artigo 120.º do Código Penal de 1982, revisão de 1995. Nota: cfr. no entanto o n.º 5 do art.º 215º do CP-P, relativo ao aumento do prazo da prisão preventiva». Também, o STJ na sua Jurisprudência n.º 5/2001, publicado Diário da República, I Série A de 15/03/2001 proferiu o seguinte: «Instaurado processo criminal na vigência do Código de Processo Penal de 1987, por crimes praticados antes de 1 de Outubro de 1995, a notificação ao arguido do despacho que designa dia para julgamento, proferido nos termos dos artigos 311.o a 313.o daquele diploma, na versão originária, suspende e interrompe a prescrição do procedimento criminal, de acordo com os artigos 119.º, n.o 1, alínea b), e 120.o, n.o 1, alínea c), ambos do Código Penal de 1982, também na sua versão originária».

⁵⁴¹ Neste sentido, vide, o Ac. TRL de 29/04/2014, relatado por Artur Vargues, *in* CJ, 2014, pág.162. A decisão Sumária do TRC de 19-/09/2012, CJ, 2012, T4, pág. 35, entendeu o seguinte: A referência expressa do artº 121º, nº1, al. a) do CP, á «constituição como arguido» só pode ser entendida no sentido rigoroso definido nos artºs 58º e 59º do CP-P». Ainda sobre isso, vide, DIAS, Jorge Figueiredo, *As consequências jurídicas do crime*, ob. cit., págs. 708-712.

⁵⁴² Art. 108.º, n.º 1, al. a) 2.ª parte, « (...) crimes previstos nos artigos 372.º, 373.º, 374.º, 374.º-A, 375.º, n.º 1, 377.º, n.º 1, 379.º, n.º 1, 382.º, 383.º e 384.º do Código Penal».

CP-CV (n.º 6 do atual Código) que determina que «aplica-se o prazo máximo da prescrição aos factos previstos nos artigos 363.º a 370.º».

Aquela prerrogativa aplica-se aos *crimes de responsabilidade de titular de cargo político em geral* (arts. 16.º, 17.º, 18.º e 19.º da Lei n.º 34/87, de 16 de Julho, alterada pelas Leis n.ºs 108/2001, de 28 de Novembro, e 30/2008, de 10 de Julho), *ao novo regime de responsabilidade penal por comportamentos suscetíveis de afetar a verdade, a lealdade e a correção da competição e do seu resultado na atividade desportiva* (arts. 8.º, 9.º, 10.º e 11.º), e ainda no *crime de fraude na obtenção de subsídio ou subvenção*⁵⁴³.

O que aconteceu é o seguinte: trata-se de crimes, em regra, puníveis com pena de prisão inferior ao limite máximo da prescrição que é de (crimes puníveis com pena de prisão limite máximo superior a 10 anos). Não obstante, pela natureza destes crimes e por tratar-se de crimes geralmente difíceis de investigar e fazer provas, o legislador decidiu aplicar o prazo máximo da prescrição (15 anos) como forma evitar que os infratores fiquem impunes pelo facto de a justiça não conseguir provar a culpa destes nos prazos previstos na lei.

Assim, esta prerrogativa, introduzida da 2.ª parte da al a) do n.º 1, do art. 118.º do CP-P, assim como, o n.º 6 do art. 108.º do CP-CV, funcionam como uma exceção à regra para o prazo máximo da prescrição. Ao nosso ver uma consagração louvável atendendo ao histórico das muitas prescrições por aqueles tipos de crimes, pelas razões que já expusemos.

Como ficou dito, a alteração do Código Penal cabo-verdiano em 2015, pelo Decreto-legislativo n.º 4/2015 de 11 de Novembro, trouxe alterações significativas no que toca aos prazos da prescrição⁵⁴⁴.

⁵⁴³ Em termos de direito comparado, em alguns ordenamentos jurídico-penais, como os países da *Common Law*, não é aceite a prescrição podendo haver determinação da responsabilidade criminal por um facto, independentemente do momento em que é tomada a iniciativa processual. Na Inglaterra apenas existe prescrição baseada em alguns preceitos dentro do *Salute Law*, mas o princípio determinante é o de não haver nunca a prescrição, podendo o agente ser chamado a responder criminalmente por um facto praticado. No estatuto do Tribunal Penal Internacional, por força da natureza dos crimes nele cometidos, está conferida a imprescritibilidade dos crimes. Não podemos de todo considerar que tal sistema seja adequado ao sistema acusatório e ao Estado de Direito. Em outros países como Espanha, Alemanha, que reconhecem a prescrição, não se verifica a sua aplicação nos crimes mais graves, particularmente quando estão em causa crimes contra a humanidade: na Espanha não prescreve o crime de genocídio, na Alemanha a imprescritibilidade verifica-se em relação ao genocídio e ao homicídio, no Brasil em relação aos crimes de racismo e os praticados por grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático. SILVA, Fernando, ob. cit., pág. 178.

⁵⁴⁴ O Decreto-legislativo n.º 4/2015 de 11 de Novembro, altera o Código Penal de 2004, aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 4/2003, de 18 de Novembro e em vigor desde 1 de Julho de 2004. Este Código previa o prazo da prescrição nestes termos: *15 anos* (tendo como limite máximo crimes puníveis

A primeira alteração significativa foi o aditamento da prerrogativa que corresponde o n.º 1, do art. 108.º do Código revogado que diz o seguinte: «são imprescritível o genocídio, os crimes de guerra, os crimes contra a humanidade e os crimes dolosos contra a vida». Ou seja, na perspectiva do legislador atendendo a natureza cruel e desumano destes crimes, não são suscetíveis de prescreverem.

A segunda alteração visível é que o legislador unificou as als. b) e c) do antigo Código, tendo aumentado o prazo de prescrição de 5 anos nos puníveis com pena de prisão cujo limite máximo de pena seja superior a 1 ano, mas inferior a seis meses, para 10 anos. Ou seja, a al. b) do novo Código veio determinar o prazo de «10 anos, quando se tratar de infração punível com pena de prisão cujo limite máximo seja superior a 1 ano, mas que não exceda 10 anos». Também, prazo de 2 anos para os restantes crimes foi aumentado para 5 anos (al. c) do CP-CV).

Salvo devido respeito, neste enquadramento, não nos parece minimamente razoável a ideia do legislador em resolver o problema da prescrição pelo caminho mais fácil que é o alargamento dos prazos da prescrição. Citando GERMANO MARQUES DA SILVA o que se mostra necessário não é o alargamento dos prazos que já eram bastantes latos, mas essencialmente o respeito dos prazos estabelecidos para as diversas fases processuais, para que a duração se possa coadunar com o princípio da presunção de inocência do arguido, em todas as suas consequências. Esta posição parece ser sufragada também por FIGUEIREDO DIAS⁵⁴⁵.

Aquele autor refere que os prazos previsto no CPP (semelhantes aos que existia no antigo CP-CV), são razoáveis e não são a princípio desajustados os prazos para as diversas fases processuais. Assim, o alargamento daqueles frustraria as finalidades do direito penal e enfraqueceria os direitos da defesa. Por essa razão, em vez de se procurar evitar a extinção do procedimento criminal através do alargamento dos prazos da prescrição, ou a multiplicação das causas de suspensão e de interrupção da prescrição do cumprimento deve-se dar lugar ao cumprimento jurisprudencial dos prazos para as diversas fases processuais, que seria mais conforme com os art. 35.º, n.º 1 da CRCV e 4.º, n.º 1 do CPP-CV, assim como o art. 7.º, da CADHP. O sistema pode ser lento mas tem capacidade de remediar o erro, mas não por essa via.

com pena de prisão superior a 10 anos – al. a)); 10 anos (crimes puníveis com pena de prisão igual ou superior a 6 anos, sem exceder os 10 anos – al. b)), 5 anos (crimes puníveis com pena de prisão igual ou superior a 1 ano, mas inferior a 6 anos – al. c)) e 2 anos (para os restantes casos – al. d)).

⁵⁴⁵ DIAS, Jorge Figueiredo, *As consequências jurídicas do crime*, ob. cit., págs. 703-704.

A trave-mestra para o problema da prescrição é sobretudo os prazos legais para a duração das fases processuais sejam cumpridos e estabeleçam sanções processuais, e por ventura disciplinares, quando injustificados ou indesculpáveis, para a sua violação⁵⁴⁶.

Não obstante, estamos em crer que a culpa do incumprimento dos prazos processuais não é dos magistrados judiciais, na grande maioria dos casos, mas na falta de condições materiais que possam cumprir e seja legítimo exigir-lhes o cumprimento⁵⁴⁷. E, isso é responsabilidade do Estado e não dos magistrados judiciais, pelo que o Estado deve ser o único culpado nessas situações, podendo o cidadão exigir responsabilidade civil do Estado pelos prejuízos resultantes da violação do seu direito a obter uma decisão judicial em prazo razoável.

O legislador cabo-verdiano esqueceu-se de uma das preocupações do direito penal dos dias atuais, atentos os seus fins, é a mais celeridade do julgamento dos arguidos, desde que não compromete a sua defesa, não tanto com a efetividade ou gravidade da sanção, por se considerar que a justiça aplicada em tempo razoável realiza mais eficazmente os fins de prevenção do que o castigo aplicado quando a sociedade quase esqueceu o crime. Esqueceu-se também que a pendência exagerada do procedimento acarreta para o arguido sacrifícios de natureza social e jurídica, nomeadamente em razão do pré julgamento dos *media*, das medidas processuais cautelares que a fica submetido e das dificuldades acrescidas de prova da sua eventual inocência, e que, umas e outras, perturbam a eficácia do sistema penal e favorecem o erro judiciário⁵⁴⁸.

Do que ficou dito, é cabal notar que, a prescrição impõe limites máximos de tempo para a conclusão do procedimento criminal e para a execução da pena, impelindo aos órgãos da administração da justiça a serem céleres.

Não se trata de renunciar o direito de punir, mas antes fixar limites temporais para o exercício desse direito e não propriamente ao direito de punir, mas antes também, no âmbito do próprio processo, ao direito e dever de investigar e apurar se um determinado crime existiu e quem foi o seu autor, num prazo tempestivo.

Todavia, também, não é desejável do ponto de vista da celeridade processual,

⁵⁴⁶ Neste sentido, SILVA, Germano Marques da, A prescrição dos processos penais, ob. cit., págs. 18-19.

⁵⁴⁷ Ibidem, pág. 19.

⁵⁴⁸ Ibidem.

que os prazos de prescrição sejam muito curtos. Isto porque a existência de prazos muito curtos pode incentivar o arguido a protelar o processo (designadamente, utilizando as possibilidades de recurso ao seu alcance, com intuitos meramente dilatórios) para conseguir alcançar a extinção do procedimento criminal.

Portanto, é necessário um controlo disciplinar eficaz do fenómeno da prescrição sob pena de levar a uma cultura judiciária de impunidade, sem consequência para quem comete crime.

VII CAPÍTULO. A JUSTIÇA NEGOCIADA: UMA PERSPETIVA DO DIREITO COMPARADO

No sentido etimológico a palavra *negotiation* significa decidir um debate entre os sujeitos processuais para se chegar a um acordo. Os atores judiciais (autoridades policiais e judiciais, acusados e vítimas) atuam informalmente como associados na determinação da culpa e da pena do arguido, o que poderia classificar-se como um «encontro de vontades». Uma expressão de justiça consensualizada e concertada, que a primeira vista paradoxal em processo penal dá conta de um fenómeno que exige o acordo entre os sujeitos processuais, incluindo «a participação do delinquente na negociação da sentença»⁵⁴⁹.

Diferentes razões se conjugam para tentar compreender porquê a justiça negociada entrou no campo processual penal e está enraizado nele («*the globalization of plea bargaining and the americanization thesis in criminal procedure*»)⁵⁵⁰.

Do ponto de vista da teoria geral, a questão da justiça penal negociada «se destaca sobre a crise da justiça e dos sistemas jurídicos tradicionais», face a um modelo de autoridade que vai perdendo a sua legitimidade natural de Estado-intervencionista (*État-providence*), fazendo surgir outras formas de intervenção, mais flexíveis, menos informais e menos custosos.⁵⁵¹

Numa era de aumento da criminalidade e, consequentemente massificação de processos nos tribunais, os *contentieux de masse*, nomeadamente o processo ordinário, a justiça negociada pretende satisfazer as exigências da celeridade e desencadear a reação social da criminalidade de maneira mais rápida, mais eficaz e mais efetiva (*crime control due process*)⁵⁵².

Dado o acolhimento do instituto da justiça penal negociada pelos processos penais europeus, já com um âmbito de aplicação universal, justifica-se que se conheça um pouco melhor as experiências estrangeiras, influenciadas pelo sistema norte-

⁵⁴⁹ DELMAS-MARTY, Mireille, *Procesos Penales de Europa, (Alemania, Inglaterra y Países de Gales, Bélgica, Francia, Italia)*, in Association de Recherches Pénales Européennes (ARPE), (traducción de Pablo Morenilla Allard), Editorial Edijus, 2000, 660-661.

⁵⁵⁰ WORLD PLEA BARGAINING, *World plea bargaining: consensual procedures and the avoidance of the full criminal trial*, Edited by Stephen C. Thaman, Durham, Carolina Academic Press, 2010, págs. 1-4.

⁵⁵¹ DELMAS-MARTY, Mireille, *Procesos Penales de Europa*, ob. cit., pág. 662, WORLD PLEA BARGAINING, *World plea bargaining*, ob. cit., pág. 108.

⁵⁵² DELMAS-MARTY, Mireille, *Procesos Penais de Europa*, ob. cit., págs. 668 e 690.

americana do *plea bargaining*.

Considera-se conveniente, antes de mais, começar por elaborar um curto antelóquio, descrevendo brevemente o Processo Penal dos Estados Unidos da América.

Citando MIREILLE DELMAS-MARTY «a justiça negociada encontra a sua expressão mais acabada nos procedimentos do *plea bargaining* ou de *guilty plea* que se conhecem desde a muito tempo nos Estados Unidos (...)»⁵⁵³.

1. Estados Unidos

O método *plea bargaining* tornou-se comum, nos Estados Unidos, para resolver processos criminais em meados do século XIX e início do século XX, sendo a esmagadora maioria dos casos criminais resolvida através da *plea bargaining*. Nem sempre a regra foi essa⁵⁵⁴.

A sua utilização tornou-se progressivamente comum devido razões predominantemente práticas e funcionais, relacionadas principalmente com o aumento do número de processos de natureza criminal levados a tribunal. Por sua vez, altera-se dramaticamente o paradigma do sistema americano⁵⁵⁵.

Como sublinha HON. PHILLIP RAPOZA⁵⁵⁶, a imagem comum do sistema de justiça criminal americano – doze pessoas sentadas numa bancada de júri decidindo o destino de um cidadão – está seriamente desatualizada. Estima-se que no sistema de justiça penal dos 50 Estados, cerca de 95 % dos casos criminais são resolvidos sem o julgamento, através da confissão da culpa⁵⁵⁷.

O crescimento do *plea bargaining* não foi assim apoiado no facto de ser um mecanismo melhor do que o julgamento para assegurar a realização da justiça. Com

⁵⁵³ Ibidem, pág. 675.

⁵⁵⁴ Historicamente, os processos criminais eram julgados por *jury trials* e não por *plea bargaining*. Cf. RAPOZA, Hon. Phillip, A experiência Americana do *plea bargaining*: a exceção transformada em regra, *Revista Julgar*, n.º 19, (Jan.-Abr.), Coimbra Editora, 2013, págs. 209.

⁵⁵⁵ WORLD PLEA BARGAINING, *World plea bargaining*, ob. cit., págs. 46-47.

⁵⁵⁶ Cf. RAPOZA, Hon. Phillip, ob. cit., págs. 208-209, WORLD PLEA BARGAINING, *World plea bargaining*, ob. cit., pág. 15.

⁵⁵⁷ WORLD PLEA BARGAINING, *World plea bargaining*, pág. 107. Também, refere HON. PHILLIP RAPOZA que o crescimento do *plea bargaining* é progressivo. Só em 2009, os dados apresentados por este autor era de cerca de 94% de todas as condenações dos estados e 97% de todas as condenações federais, resultados de *guilty pleas*, cuja esmagadora maioria envolve *plea bargains*. Estas percentagens assumem maior significado se tivermos em conta que vinte milhões de processos criminais se iniciam anualmente nos tribunais estaduais e que o número de casos pendentes na jurisdição federal se aproxima dos 100.000. Cf. RAPOZA, Hon. Phillip, ob. cit., págs. 207.

efeito, o seu crescimento baseou-se no desejo de resolver processos de natureza criminal de forma célere e eficiente⁵⁵⁸.

Nos Estados Unidos, o sistema jurídico faz parte do chamado sistema «adversarial» de *Common Law*⁵⁵⁹, que representa diferentes tradições do sistema «acusatório» *civil law* de Portugal.

A possibilidade de adoção de diferentes formas do *plea bargaining* tem sido discutida, frequentemente, nos países de *civil law*, como uma perspetiva útil para o problema da morosidade. Sendo assim, analisaremos como funciona o procedimento criminal mais comum nos EUA⁵⁶⁰.

O procedimento inicia-se com a prisão do infrator, ou com o oferecimento de uma acusação (*complaint*) que visa a demonstração de uma causa justa e indícios suficientes da existência de um facto criminoso (*probable cause and reasonable suspicion*) submetida a aprovação de um magistrado. Posteriormente, é marcada a comparência do acusado perante o juiz (*first appearance or arraignment on complaint*) para que seja cientificado das acusações e advertido do direito que lhe assiste em ter um advogado ou ser libertado mediante o pagamento de uma fiança.

Em seguida, a acusação formalizada contra o infrator é submetida à análise pelo Grande Júri (*grand jury*) que ouvirá em audiência as provas apresentadas pela acusação e decidirá se há justa causa para que o arguido vá a julgamento. Aceitando a acusação, o Grande Júri faz o «indiciamento» (*indictment*), fixando as acusações que serão levadas a julgamento.

Superada esta etapa, o arguido é chamado a comparecer a uma nova audiência (*arraignment on indictment*), na qual será indagado como ele se declara culpado ou inocente (*plea of guilty or not guilty*), além de advertido sobre as acusações. A corte, então, agendará o julgamento, dentro de padrões constitucionais de rápido julgamento (*speed trial*).

Passa-se a fase de confronto de prova (*discovery*), na qual cada parte procura

⁵⁵⁸ RAPOZA, Hon. Phillip, ob. cit., pág. 210.

⁵⁵⁹ De origem consuetudinária, as práticas e os procedimentos apresentam significativas variações de acordo com a jurisdição (federal, estadual e do Distrito de Colômbia). WORLD PLEA BARGAINING, *World plea bargaining*, ob. cit., págs. 46-47.

⁵⁶⁰ Sobre isso, vide, SCHWARZER, William W., HIRSCH, Alan, «Os elementos da gestão processual: um guia de bolso par juízes» (2.ª Edição – 2006), *Revista Julgar*, n.º 19, (Jan.-Abr.), Coimbra Editora, 2013, págs.197-198. No mesmo sentido, FARIA, Paulo Ramos de, «O ciclo de vida de uma ação nos tribunais norte americanos», *Revista Julgar*, n.º 19, (Jan.-Abr.), Coimbra Editora, 2013, págs.185-186.

examinar as evidências que seu adversário pretende utilizar no julgamento. Nesta etapa é bastante comum que as partes apresentem petições (*pretrial motions*) sobre uma variedade de temas, supressão de provas ilicitamente obtidas, entre outras possíveis nulidades procedimentais.

A parte mais importante nesta tramitação é que, antes do julgamento pode ocorrer a chamada *plea bargaining*. Apesar do Supremo Tribunal não ter definido especificamente o termo «*plea bargaining*», descreveu-o sumariamente como «regulação das acusações criminais pro acordo».

A doutrina foi mais longe entendendo que o *plea bargaining* é «o processo através do qual o acusado e o Ministério Público num processo criminal procedem uma regulação mutuamente satisfatória no caso sujeita a aprovação do tribunal. Por regra, envolve a admissão da culpa do arguido relativamente a um crime menos grave ou só um ou alguns de vários crimes de que foi acusado em troca de uma pena mais leve do que aquela que seria possível pela acusação mais grave»⁵⁶¹.

De forma simplista, nada mais é do que um processo de negociação entre o Ministério Público, o arguido e o seu defensor, podendo culminar na confissão da culpa (*guilty plea or plea of guilty*) ou no *nolo contendere*, através do qual o arguido não assume a culpa, mas declara que não quer discuti-la, isto é, não deseja contender (*no contest plea*). Ao concordar com a *plea bargaining*, o Ministério Público também faz concessão que não seriam necessárias no julgamento, ou seja, na falta de uma exigência de acusação obrigatória, o Ministério Público tem a liberdade de arquivar ou reduzir a acusação (o chamado *charge bargaining*) ou recomendar a redução da pena (o chamado *sentence bargaining*), ou ambos, em troca da admissão da culpa⁵⁶².

Na eventualidade de o acusado declarar-se culpado (*plea guilty*) é agendada uma conferência para que ele manifeste sua decisão perante um juiz. A *guilty plea* é, ao mesmo tempo, uma admissão de cometimento do delito e uma renúncia aos direitos que o arguido teria caso tivesse decidido ir ao julgamento.

Mas que direitos abdica o arguido? De bastante, além do direito a um julgamento com ou sem júri, ao admitir a culpa, também, renúncia o direito de

⁵⁶¹ Cf. RAPOZA, Hon. Phillip, ob. cit. págs. 210-212, WORLD PLEA BARGAINING, *World plea bargaining*, ob. cit., págs. 108-109.

⁵⁶² O primeiro caso, trata-se de uma negociação horizontal que se desenvolve inteiramente nos níveis da persecução da infração, entre o culpado e o Ministério Público, que pode desqualificar ou qualificar penalmente os factos. No segundo caso trata-se de uma negociação vertical na medida em que o acordo dado pelo órgão de persecução penal vincula o juiz. Assim, DELMAS-MARTY, Mireille, ob. cit., pág. 679.

presunção de inocência e ao correspondente direito de exigir que o Ministério Público prove a sua culpa em julgamento. Igualmente, abdica do direito de ter a prova avaliada por um júri dos seus pares, cujo veredito requeria unanimidade. Sacrifica, ainda, o direito de confrontar a prova testemunhal contra si, o direito de apresentar testemunhas e outras provas a seu favor e o direito ao silêncio ao longo do processo, tornando-se numa testemunha contra si mesmo.

Diante disso, na conferência, o juiz deve advertir o acusado sobre seus direitos à assistência por advogado, à produção de provas, à ir ao julgamento e à não autoincriminação, dentre outros supra. Similarmente, deve ser avaliada a voluntariedade da decisão, bem como, a ausência de coerção sobre o acusado. De mais a mais, ele deve compreender tanto as acusações contra si como as consequências do seu *plea*. Apenas, caso a decisão do arguido seja informada, esclarecida, consciente e voluntária e depois de determinar se há uma base fáctica na prova do Ministério Público para a *guilty plea* do arguido é que, o juiz pode aceitar a assunção da culpa.

Recorrendo a *plea bargaining* o tribunal pode oferecer uma redução das acusações ou da sentença a ser aplicada, em troca da confissão da culpa por parte do acusado⁵⁶³.

Apesar do acordo estar sujeito à aprovação do tribunal, o juiz fica excluído do procedimento do *plea bargaining*, pois é reconhecido tanto a nível federal como estadual que a participação do juiz poderia deixar de ser sujeito processual neutro, passando a um defensor da resolução do caso que quisesse em relação ao arguido. Assim, o destino tanto da acusação como da defesa está nas mãos das «partes», que podem escolher exercer os seus direitos processuais ou prescindir deles mediante um benefício correspondente. Tal *bargain* envolve, como ficou sublinhado, uma vantagem mútua, o que em boa medida explica porque o *plea bargaining* é hoje regra e não exceção.

Hoje, a *plea bargaining* norte-americana é apontada pelos próprios estudiosos dos EUA como instrumento principal de soluções das lides penais deste país⁵⁶⁴. Além de ambos os lados beneficiarem deste sistema, usando as palavras do Supremo Tribunal «uma vantagem mútua», contribui em larga escala para a diminuição de pendências, pois se todas as acusações criminais fossem submetidas a julgamento, em toda a sua

⁵⁶³ Vide, RAPOZA, Hon. Phillip, ob. cit., págs. 213-219.

⁵⁶⁴ RAPOZA, Hon. Phillip, ob. cit., pág. 220.

amplitude, os Estados e o Governo Federal precisariam de multiplicar várias vezes o número de juízes e tribunais. Assim, o processo comum (*adversary*) ficou reservado exclusivamente para os casos de maior complexidade, sendo por isso considerado, a maior fonte de custos e atrasos na justiça⁵⁶⁵.

Acresce que o *plea bargaining* tem sido objeto de severas críticas, sendo a mais grave, à de supressão dos direitos fundamentais do acusado (alguns autores chegaram a apelidaram-no de «ficção de igualdade de armas»). Acusaram-no de carácter opaco e intransparente, que viola o direito a ser informado das acusações, o direito a um julgamento público, o direito a um julgamento em um júri imparcial no local do crime, o direito a questionar as testemunhas de acusação e o direito a ser assistido por advogado⁵⁶⁶. Também, o direito de não se autoincriminar em processo penal (*do not self-incrimination*). Por outro lado, ela pode pressionar um inocente a confessar a culpa para evitar ser condenado por uma acusação mais grave. Questiona-se a eficácia da justiça penal: *crime control vs. due process*⁵⁶⁷. Por fim, alegam que o processo penal não sendo um processo de partes em sentido material, é contrário a qualquer ideia de disponibilidade do objeto do processo, do qual faz parte tanto a questão da culpabilidade, como a questão da sanção⁵⁶⁸.

A Suprema Corte dos Estados Unidos pronunciou sobre a constitucionalidade do sistema do *plea bargaining*, considerando-o constitucional, porém fixando alguns requisitos procedimentais (formais), visando, sobretudo, coibir arbitrariedades por parte da acusação⁵⁶⁹.

Se a prática de *plea bargaining* é (ou não é ainda) uma alternativa à justiça ritualizada e formalizada, efetivamente nos Estados Unidos ela está para ficar. Seguramente, por um lado, ela reforça a organização judiciária, tornando mais consensual, mais rápida e mais eficaz a resolução dos processos e, por outro, ela reforça

⁵⁶⁵ Sobre isso, vide, RAPOZA, Hon. Phillip, ob. cit., págs. 209-210, WORLD PLEA BARGAINING, *World plea bargaining*, ob. cit., págs. 110 e segs.

⁵⁶⁶ Sobre isso, vide, RAPOZA, Hon. Phillip, ob. cit., págs. 217-219.

⁵⁶⁷ No que respeita as críticas na Europa, vide, DELMAS-MARTY, Mireille, ob. cit., págs. 682 e 687-691, WORLD PLEA BARGAINING, *World plea bargaining*, ob. cit., págs. 114-115.

⁵⁶⁸ DIAS, Jorge de Figueiredo, *Acordos Sobre a Sentença*, ob. cit., pág. 31.

⁵⁶⁹ WORLD PLEA BARGAINING, *World plea bargaining*, ob. cit., págs. 112-113.

a função social dos tribunais e a reação da sociedade.

Manifestações de justiça negociada, no plano do direito comparado, influenciadas pelo impacto da *plea bargaining*, encontram já referências na Europa⁵⁷⁰.

⁵⁷⁰ Em Bélgica, o sistema processual penal vigente não reconhece, em princípio, o sistema de *guilty plea* (*plea bargaining*), no sentido de que o reconhecimento fático na fase preliminar não dispensa a prática a apreciação da matéria probatória por parte de um juiz ou corpo de jurados. A Comissão para o Direito Processual Penal, criada em 1991, nem sequer chegou a abordar a questão sobre os procedimentos negociados na reforma. Na França, onde vigora um sistema processual do tipo inquisitório (*se bem que A. BRAUNSCHWEIG, refere que o processo penal francês apresenta-se como um sistema misto entre o inquisitório e o acusatório, pois que a instrução é tradicionalmente considerado como inquisitório, na medida em que é escrito e secreto, porém, tem-se verificado uma certa tendência para o acusatório devido ao aumento dos direitos de defesa, que vem desempenhando um papel menos passivo*), também é um exemplo clássico de países europeus que não reconhece, o sistema *guilty plea*. BRAUNSCHWEIG, A., ob. cit., págs. 1094 e 1103. O Relatório preliminar da Comissão de Justiça Penal e Direitos Humanos (1989), referia que o sistema suscita reticências muito fortes. Já o Relatório Final (1990), a Comissão estimava, sem embargo, que «o reconhecimento do acusado em «declarar-se culpado» ou «não culpado» deveria ser tomado em consideração». Por conseguinte, sugere, três propostas que têm como ponto comum uma justiça mais rápida. A primeira proposta traduzia-se na simplificação do procedimento – *mise en état* – sumário (*dossier*). Ou seja, o facto de o acusado confessar culpado implica aligeirar o procedimento no sentido de que as investigações se limitariam ao exame da sua personalidade. A segunda proposta se referia ao julgamento do processo: em caso de infração menores, e quando o acusado reconhece os factos, o Ministério Público pediria ao juiz a terminação do processo quando a acusação pela infração tenha cessado e o dano tenha sido reparado ou na eminência de ser reparado. Neste caso, o juiz declara extinta a ação penal e, em caso, da força executiva o acordo civil concluído. A terceira proposta trata-se de uma sentença imediata pelo juiz, mediante certas condições. Não obstante, a prática dos tribunais judiciais francês do *correctionnel spécialisés*, sobre determinadas categorias de crimes, onde existe uma certa desformalização dos tribunais, pode implicar uma certa margem de negociação implícita, uma vez que este procedimento requer necessariamente o acordo de todas as partes assim como do juiz. Mas não é admissível as práticas da justiça negociada, «somente pode fazer um acordo entre os magistrados perante a solução escolhida», nem tão pouco em troca de uma pena reduzida – *cause d'excuse* – (benefício em troca da confissão). Assim, DELMAS-MARTY, Mireille, ob. cit., págs. 685-686. No mesmo sentido, WORLD PLEA BARGAINING, *World plea bargaining*, ob. cit., págs. 74-78. O Ministério Público, seguindo as discussões com o juiz de instrução podia, por exemplo, decidir cerrar seus olhos ao facto de que um furto foi cometido no curso de uma entrada premeditada pela noite (delito a que corresponde uma pena de 5-10 anos (art. 382.º do CP-F) e tratar o assunto como se fosse uma simples apropriação sem circunstâncias agravantes (art. 381.º do CP-F). Isto terá lugar sempre que o MP considera que o procedimento «solene» da *Cour d'Asies* e as penas disponíveis são excessivamente para tratar o tipo de delito em questão, tendo referido RICHARD VOGLER que a França – é quase o único dos países europeus – que aplica o princípio da «oportunidade» da acusação. Por outro lado, esse procedimento pode ser também adotado pelo MP, quando suspeita que um jurado poderia adotar uma visão mais liberal da questão que uma Câmara de três juízes no Tribunal Constitucional. VOGLER, Richard, Justiça consensual e processo penal, ob. cit., págs. 290- 292.

No Brasil, país da América Latina, J. M. DE ARAUJO JUNIOR sublinhou que, o processo penal brasileiro, de estrutura puro acusatório, não conhece o *guilty plea*, nem tão pouco das garantias de direitos e liberdades que dependem que o inculcado colabore com a justiça penal. O Código Penal prevê, não obstante, como circunstância atenuante a confissão espontânea do inculcado. Por outro lado, aquele prof. defende que o processo penal brasileiro acolhe influências do processo italiano e também da doutrina alemã. Atualmente é visível o grande influxo que o CPP-B tem inspirado no Código de Processo Penal da República alemã. Assim, entre as inovações do novo anteprojeto de reforma do Código de Processo Penal brasileiro para o combate ao excesso de pendências, adotaram de medidas inovadoras: a simplificação dos procedimentos, especialmente dos recursos; instituição do processo sumaríssimo para criminalidade de pequena gravidade e relativo aos crimes de tráfico de droga, subtraindo a fase de instrução; criação de um órgão colegial, de primeiro grau de jurisdição para conhecer os recursos formulados no processo sumaríssimo e simplificação das fases preliminares do processo. Cf. JUNIOR, J. M. de Araujo, «Los movimientos de reforma del procedimiento penal y la protección de los derechos del hombre en Brasil», in *Revue Internationale de Droit Pénal*, (Comunicação apresentada no colóquio subordinado ao título

Refere-se as orientações próximas tais como: o *patteggiamento* italiano, a *Verständigung* alemã, a *guilty plea* britânica e a *conformidad* espanhola⁵⁷¹.

Importa, contudo, referir que não se tratam exatamente do *rule of law* anglo-saxónico, mas sim de experiências com base nas aspirações do *plea bargaining* do sistema anglo-saxónico, que se traduziu no *guilty plea* europeu a partir da qual se negociará a acusação ou a culpa ou a pena ou todas elas.

Nos textos legais e na prática, as formas de justiça negociada são relativamente diferentes, mas com os mesmos objetivos. Todas elas não respondem perfeitamente ao modelo teórico do tipo ideal da justiça negociada, pelo que participam em modos diversos. Todavia, tratando-se do modelo original ou cópia todos se inscrevem em um conjunto de filosofia: negociar a solução do conflito e encurtar o processo.

A Recomendação R (87) 18, de 17 de Setembro de 1987 do Conselho de Ministros do Comité da Europa, sobre a simplificação da justiça penal teve um papel motor nesta matéria na europa.

2. Alemanha

Na Alemanha, apesar de sérias objeções doutrinárias, a *plea bargaining* é cada vez mais uma prática recorrente, onde o objetivo é acelerar e desinformar o processo (*informelle Absprachen*)⁵⁷².

A reforma de 1975 – a mais importante no plano estrutural – que aboliu o juiz de instrução no processo penal (*Strafprozessordnung*) conferiu ao Ministério Público (*staatsanwalt*) o poder de arquivar o processo com fundamento num «modelo de reconhecimento legal de justiça consensualizada»⁵⁷³.

Nos termos do § 153 a) *StPO*, o arquivamento condicional (*vorläufiges Absehen*

Les mouvements de réforme de la procédure pénale et la protection des droits de l'homme, realizado em Toledo de 1 a 4 Abril de 1992), Nouvelle Série année 64 (3 et 4 trimestres), Toledo, 1993, págs. 974-975 e 989. No mesmo sentido, vide, GROSSI, Ana Cláudia, «Pode o acordo ser uma solução para os problemas da morosidade e sobrecarga da Justiça?: subsídios para um debate, a partir da experiência alemã», *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n.º 114, ano 23, (Maio-Jun.), São Paulo, 2015, págs.133-171

⁵⁷⁰ DELMAS-MARTY, Mireille, ob. cit., pág. 677.

⁵⁷¹ Sobre o instituto da conformidade vigente no sistema processual penal espanhol, vide, ARMENTA DEU, Teresa, *Criminalidad de bagatela y principio de oportunidad*, ob. cit., págs. 213 e segs.

⁵⁷² DELMAS-MARTY, Mireille, ob. cit., pág. 677, WORLD PLEA BARGAINING, *World plea bargaining*, ob. cit., pág. 50.

⁵⁷³ Para mais conhecimentos sobre outras reformas do Código de Processo Penal Alemão, vide, ROXIN, Claus, ob. cit., págs. 171-186, Ibidem, *Pasado, presente y futuro del derecho procesal penal*, ob. cit., pág. 146, MADLENER, Kurt, ob. cit., pág. 657.

von Klage) pode realizar-se na fase preliminar (*Vorverhören*), pelo Ministério Público com consentimento do juiz e do acusado⁵⁷⁴. Este procedimento facultativo (*Kann*), apresenta-se sob a forma triangular: Ministério Público, acusado e juiz, e se aplica sobretudo nos delitos leves e menos graves⁵⁷⁵. Na negociação, o reconhecimento de certos factos pelo arguido desencadeia a promessa pelo juiz de uma redução de pena⁵⁷⁶.

Trata-se de um sistema caracterizado pelo princípio da oportunidade e que situa a sua origem numa estratégia de diversão ou de «bagatelizeção» por via processual. Esta reforma veio ampliar os poderes do Ministério Público com vista a incrementar a prática da negociação da justiça penal na fase preliminar de investigação.

As *absprachen* (acordos, ajustes) foram durante largo tempo utilizadas pelos tribunais sem sustentáculo legal expreso⁵⁷⁷. Somente em 1987, ganhou algum reconhecimento por parte dos tribunais e, incluindo o *BVerfG Bundesverfassungsgericht* (Tribunal Constitucional Federal alemão), facto que as tornaram instrumento imprescindível para o alívio do sistema judiciário, incapaz de responder com a celeridade e a economia exigíveis à enorme carga de solicitações das sociedades modernas⁵⁷⁸.

Dado ao sucesso, em 4 de Agosto de 2009 foi produzida uma lei que acolheu tais acordos no parágrafo 257 C do *StPO*⁵⁷⁹. Esta lei foi distinguida quer pelos práticos do Direito quer pelos partidários das *absprachen* como uma verdadeira mudança de paradigma, chegando a ser considerada «a reforma mais importante» do *StPO* desde a sua entrada em vigor em 1879, que trouxe várias alterações com vista a aceleração do processo penal, entre as novidades, a consagração expressa do direito à decisão «em

⁵⁷⁴ As primeiras formas de justiça negociada, também, podem incidir ainda na *fase policial*, através da confrontação das forças policiais com o potencial delincente, as vezes com a presença da vítima, resulta um acordo que toma a forma de uma «intervenção suspensa» sob certas condições (restituição, indemnização, compromisso de boa conduta e de não reincidir, informações etc.).

⁵⁷⁵ DELMAS-MARTY, Mireille, ob. cit., pág. 671, VOGLER, Richard, *Justiça consensual e processo penal*, ob. cit., pág. 293, ROXIN, Claus, *Pasado, presente y futura del derecho procesal penal*, ob. cit., págs. 146-147, MADLENER, Kurt, ob. cit., pág. 659 e segs.

⁵⁷⁶ RODRIGUES, Anabela Miranda, «A celeridade no processo penal: uma visão de direito comparado» *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, ano 8, Fasc. 2, (Abr.-Jun.), Coimbra Editora, 1998, págs. 238.

⁵⁷⁷ Segundo HERMANN, as origens de negociação no sistema de justiça penal alemã remontam ao princípio dos anos 70 e à abolição do juiz de instrução. Apud, VOGLER, Richard, *Justiça consensual e processo penal*, ob. cit., págs. 292.

⁵⁷⁸ Em decisão de 27 de Janeiro de 1987, o Tribunal Constitucional Federal Alemão aprovou a prática da justiça negociada, e estabelecia que a prática de negociação da justiça penal mediante confissão de culpa não era inconstitucional, que respeita o princípio da igualdade de armas, e que a prática deveria ser reconhecida. VOGLER, Richard, *Justiça consensual e processo penal*, ob. cit., pág. 293, MADLENER, Kurt, ob. cit., pág. 662.

⁵⁷⁹ Sobre isso, vide, MADLENER, Kurt, ob. cit., pág. 663.

prazo razoável» [§§ 154.º e 154 a)], e a ata dos atos judiciais de investigação criminal de forma simplificada [§§ 168 e 168 a)]⁵⁸⁰.

Assim sendo, no processo penal alemão coexistem um procedimento clássico e um procedimento negociado (*negotiation*). Entretanto, as sucessivas críticas, fizeram com que este modelo fosse adaptado com rigor às garantias de defesa que o processo penal visa assegurar, nomeadamente o direito à igualdade de armas e à presunção de inocência⁵⁸¹.

O facto notório é que, visando evitar a impressão de que se podiam fazer assentar os fundamentos de um julgamento penal num acordo de natureza quase contratual, a designação tradicional de *absprachen* foi substituído em favor de «*Verständigung*» que significa «entendimentos».

O resultado deste novo sistema, como parafraseou ROXIN, é algo, assim, como 200.000 processos por ano (frente a 700.000 condenações). Acrescenta este autor que fica claro que esta via consegue em vários campos da criminalidade uma simplificação significativa e uma aceleração do processo⁵⁸².

3. Inglaterra

Em Inglaterra, chega a afirmar-se que o sistema de justiça penal não poderia funcionar sem a *guilty plea* na maior parte dos arguidos, que dispensa o tribunal da produção de provas⁵⁸³. Quanto aos factos, a *guilty plea* organiza-se de acordo com um jogo de qualificações alternativas e, salvo nos casos em que a pena esteja determinada de maneira fixa, a *guilty plea* leva a uma redução de pena (*sentence discount*) que, em função de circunstâncias e de acordo com o momento em que o arguido confessa, pode ir até um terço⁵⁸⁴.

Num caso recente, o tribunal de apelação proferiu que quanto mais pronto o acusado se declara culpado melhor será para a administração da justiça, explicando na sua decisão que: *the earlier the plea the higher the discount*⁵⁸⁵.

⁵⁸⁰ ROXIN, Claus, ob. cit., pág. 186.

⁵⁸¹ DELMAS-MARTY, Mireille, ob. cit., pág. 678.

⁵⁸² ROXIN, Claus, *Pasado, presente y futuro del derecho procesal penal*, ob. cit., pág. 147.

⁵⁸³ Sobre a evolução e as várias formas de *guilty plea* na Inglaterra, vide, VOGLER, Richard, «Justiça consensual e processo penal, ob. cit., págs. 284 e segs.

⁵⁸⁴ Ibidem, pág. 296.

⁵⁸⁵ ALLDRIDGE, P., «Reform movements in criminal procedure and the protection of human rights in England», in *Revue Internationale de Droit Pénal*, (Comunicação apresentada no colóquio subordinado ao título *Les mouvements de réforme de la procédure pénale et la protection des droits de*

Apesar das sucessivas discussões, a *sentence bargaining* continua a ser vista como a forma mais eficaz de intervenção judicial⁵⁸⁶. Chegam a defender que a *plea bargaining* «as the single most effective form judicial intervention to save court time and money»⁵⁸⁷.

4. Itália

Na Itália, o novo *Codice di Procedura Penale* (Código de Processo Penal) de 1988, criou também alguns procedimentos alternativos que «se fundam no reconhecimento legal de certas afeições de acordo concluída entre o Ministério Público e o acusado», ou seja, muito mais rápidos mas – como não se poderia esperar – com menos garantias para os arguidos. Fala-se do *patteggiamento*⁵⁸⁸, que é um procedimento mais simples e célere dos processos⁵⁸⁹.

Evoluiu de uma lei (de 24 de Novembro de 1981) de escassa aplicação «aplicação das penas a pedido das partes» (*applicazione della pena su richiesta delle parti*), para outra que na linguagem corrente se chama de *patteggiamento* (1988). CHIAVARIO, explica que, trata-se de um instituto de negociação de penas, que continua dominado pelo princípio da legalidade do processo penal, por via do qual o juiz homologa, por sentença, uma pena que foi proposta por acordo do Ministério Público e do arguido. O término da sentença «abreviada» desencadeia em uma

l'homme, realizado em Toledo de 1 a 4 Abril de 1992), Nouvelle Série année 64 (3 et 4 trimestres), 1993, págs.1118-1119.

⁵⁸⁶ Cf. DELMAS-MARTY, Mireille, ob. cit., pág. 678. No mesmo sentido, RODRIGUES, Anabela Miranda, A celeridade no processo penal, ob. cit., págs. 239-241.

⁵⁸⁷ DELMAS-MARTY, Mireille, ob. cit., pág. 682.

⁵⁸⁸ Segundo ROBERTO ANGELINI *patteggiamento* é o *nomem* jurídico do direito processual penal acusatório italiano, introduzido no ordenamento jurídico em 1981, com o art. 77.º da Lei n.º 689, conhecida como *Legge di depenalizzazione* (curiosamente ainda na vigência do sistema inquisitório) relativo à negociação das penas, que se foi desenvolvido até hoje, e que constitui um importante deflação processual ao nível da pequena e média criminalidade». Inicialmente o *patteggiamento* estava prevista apenas para as contravenções e crimes punidos com pena de prisão até dois anos, mas em 2003 a Lei n.º 134, alargou a possibilidade de aplicação de penas a pedido das partes a crimes mais graves, envolvendo pena de prisão ou multa até cinco anos. ANGELINI, Roberto, «A negociação das penas no Direito Italiano (o chamado *patteggiamento*)», *Revista Julgar*, ano 19, (Jan.-Abr.), Coimbra Editora, 2013, págs. 221-223, WORLD PLEA BARGAINING, *World plea bargaining*, ob. cit., págs. 62 e segs, RODRIGUES, Anabela Miranda, A celeridade no processo penal, ob. cit., págs. 222-223, DELMAS-MARTY, Mireille, ob. cit., pág. 683, VOGLER, Richard, Justiça consensual e processo penal, ob. cit., pág. 294.

⁵⁸⁹ CHIAVARIO, M., ob. cit., pág.1196-1198.

absolvição ou uma condenação a uma pena que será em princípio reduzida a um terço⁵⁹⁰.

Também o novo CPP-I introduziu outra forma de justiça consensualizada: o *giudizio abbreviato* (que corresponde essencialmente ao processo sumaríssimo português, mas principalmente, ao novo processo de transação de cabo-verdiano). Trata-se de um processo especial com preferência sobre o processo ordinário. Este processo aplica-se a todas as infrações independentemente da sua gravidade e seu limite máximo da pena, com exceção do crime de homicídio⁵⁹¹.

Este instituto é transversal às (outras) formas de processos especiais, introduzidas pelo Código de Processo Penal Italiano: *giudizio direttissimo* (corresponde essencialmente ao processo sumário) e *giudizio immediato* (processo abreviado).

A *Corte Costituzionale* admitiu, em muitas decisões, de maneira implícita ou explícita, que a justiça consensual não era incompatível com o princípio da legalidade e das garantias de defesa, exigência do modelo processual acusatório. Com essas medidas, o objetivo pretendido era, sobretudo, o de acelerar o processo, tendo em conta as várias condenações que a Itália sofreu no Tribunal Europeu do Direitos Humanos por violação do direito à decisão em prazo razoável⁵⁹².

Ele permite não apenas economizar a fase de *abatimento* (audiência de julgamento) como também a fase de impugnação, muitas vezes utilizada com fins dilatórios, devido à “inapelabilidade da sentença surgida do acordo das partes”.

5. Portugal

Em Portugal apesar de o CPP-P 1987 acolher o sistema de justiça consensual inspirado no sistema de *guilty plea*, não é admitida em processo penal a prática de negociação da sentença.

Não obstante, a questão relativa à admissibilidade no sistema jurídico-penal português de acordos negociados de sentença em processo penal, na linha do modelo alemão, tem sido objeto de particular atenção de alguma doutrina, nomeadamente

⁵⁹⁰ CHIAVARIO, M., ob. cit., pág.1199. Também, DELMAS-MARTY, Mireille, ob. cit., pág. 683-684, WORLD PLEA BARGAINING, *World plea bargaining*, ob. cit., págs. 60-61, VOGLER, Richard, Justiça consensual e processo penal, ob. cit., págs. 295.

⁵⁹¹ CHIAVARIO, M., ob. cit., pág.1197, DELMAS-MARTY, Mireille, ob. cit., págs. 684-685.

⁵⁹² Cf. ANGELINI, Roberto, ob. cit., págs. 221-223, DELMAS-MARTY, Mireille, ob. cit., pág. 683, WORLD PLEA BARGAINING, *World plea bargaining*, ob. cit., págs. 66-67, RODRIGUES, Anabela Miranda, A celeridade no processo penal, ob. cit., págs. 237-238.

FIGUEIREDO DIAS, nas suas obras «*Acordos sobre a sentença em processo penal: Um caso exemplar das relações entre o Direito Processual Penal e o Direito Constitucional*» e «*Acordos Sobre a Sentença em Processo Penal: O «fim» do Estado de Direito ou um Novo «Princípio»*», tendo sido aplicado pelos tribunais portugueses em casos residuais⁵⁹³.

A questão a saber é, não existindo norma expressa no ordenamento jurídico-penal português, se será constitucionalmente admissível o acordo celebrado entre o Ministério Público e o arguido para a determinação da pena a aplicar, fundado na confissão dos factos que lhe são imputados na acusação, e com a homologação do tribunal?

Pondera-se, assim, se serão constitucionalmente admissíveis práticas processuais penais negociadas dirigidas à obtenção de acordos para a simplificação e encurtamento da marcha processual, mediante antecipação do sentido da sentença.

Se tentarmos resumir os traços essenciais da doutrina daquele autor diremos que, expondo a sua fundamentação sobre a constitucionalidade e legalidade da apontada proposta jurídica para o problema da falta de celeridade com que o sistema da justiça se debate, e invocando objetivos de celeridade, simplificação e economia processual, defende que tal solução é válida desde que naturalmente se verifiquem os seguintes pressupostos⁵⁹⁴:

⁵⁹³ Logo no início no da obra, aquele autor começa por fazer uma retrospectiva ao tempo em que ele defendia a teoria a favor de um modelo do processo penal baseada numa *estrutura acusatória integrada por um princípio de investigação oficial*, como sendo aquele que melhor se adequa à conceção de Estado de Direito, para depois, afirmar que «Desejo retirar à partida esta minha inabalável convicção: aquele modelo, filho da conceção iluminista da função penal no seio de uma sociedade regida pelo princípio do Estado de Direito, herdeiro de uma conceção *mista* – quer dizer: *acusatória/inquisitória* ...». Acrescenta «se reitero esta convicção é porque as dificuldades terríveis com que hoje se debate o processo penal – e de modo particular o português...». Continua referindo «É antes a realização prática deste modelo que deparamos, cada vez mais, com verdadeiros nódulos que a normatividade processual parece ser incapaz de ultrapassar: desde a complexificação inútil ou desnecessária (e quantas vezes contraproducentes) dos procedimentos e diligências, até a delongas, desleixos e abusos ou mesmo chicanas inqualificáveis do exercício dos direitos processuais (frequentemente justificados com a inovação dos sagrados direitos humanos!). Formas de atuação que, quando não obstem em definitivo à realização, *in casu*, do processo, fazem com que os procedimentos se arrastem interminavelmente, as decisões se multipliquem e se contradigam: e, pior do que tudo isso, com a resolução final do caso seja recebida com desinteresse público e sorrisos irónicos, servindo só para oferecer ainda maior consistência ao sentimento de desconfiança e frustração das legítimas expectativas comunitárias no exercício da justiça penal». DIAS, Jorge Figueiredo, *Acordos sobre a sentença em processo penal: Um caso exemplar*, ob. cit., págs. 259-260. A mesma posição é perfilhada na sua obra *Acordos Sobre a Sentença em Processo Penal: O «fim» do Estado de Direito ou um Novo «Princípio»?*, Porto, Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados, Coleção Virar de Página, 2011, pág.14.

⁵⁹⁴ Sobre isso, vide, DIAS, Jorge de Figueiredo, *Acordos Sobre a Sentença*, ob. cit., págs. 37 e segs.

a) confissão da prática do crime pelo arguido («*conditio sine qua non*»), seu autêntico pressuposto⁵⁹⁵;

b) poder-dever do tribunal de sindicância da credibilidade da confissão⁵⁹⁶;

c) salvaguarda do princípio de que o acordo nunca poderá prejudicar os princípios da investigação judicial e de descoberta da verdade material⁵⁹⁷;

d) acordo restringe-se aos limites máximo, e eventualmente mínimo, da pena a aplicar, desembocando numa moldura concreta da pena⁵⁹⁸;

e) colocação da possibilidade, ou mesmo vinculação, a penas de substituição ou penas acessórias⁵⁹⁹;

f) manutenção da decisão final do tribunal, dentro dos limites consensualizados, por respeito ao princípio da culpa.

g) ao tribunal, e só a ele, compete ponderar todas as circunstâncias do caso que relevam para a culpa e a prevenção especial e, em função delas, encontrar o exato *quantum* de pena⁶⁰⁰;

h) a publicitação do acordo deve constar da ata⁶⁰¹;

⁵⁹⁵ Em caso de inexistência da confissão pode (por ventura devem) continuar a verificar-se «conversações» entre os sujeitos processuais destinadas a simplificar e abreviar o procedimento. O acordo sobre a sentença traduziria no desenvolvimento da confissão prevista no art. 344.º do CPP-P. Portanto requer uma confissão livre, informada, ciente das suas consequências e credível, sendo que em caso de o tribunal duvidar da credibilidade do acordo ou da sua liberdade, dever investigar tanto a credibilidade como a liberdade da mesma. DIAS, Jorge de Figueiredo, *Acordos Sobre a Sentença*, ob. cit., pág. 47.

⁵⁹⁶ A aceitação do acordo pelo arguido dispensa automaticamente a produção de prova em audiência e, é exatamente nessa lógica que reside a vantagem do instituto em termos de celeridade e simplificação do processo. No que respeita ao arguido, a vantagem ou contrapartida traduz-se no estabelecimento de um limite inferior, abaixo do qual a pena não poderá descer e, naturalmente na visão do MP, constitua ainda uma medida adequada, se bem que não seja a ótima, à proteção dos bens jurídicos.

⁵⁹⁷ DIAS, Jorge de Figueiredo, *Acordos Sobre a Sentença*, ob. cit., pág. 43 e segs.

⁵⁹⁸ Como se sabe a pena pode ter três funções: *i*) uma função preventiva (de dissuasão para o futuro); *ii*) uma função retributiva (de pagamento daquilo que foi cometido no passado), e *iii*) uma função reparadora ou restaurativa (aliviar a vítima no tempo atual). Esta última função está atualmente no centro da discussão social e mediático. Haja visto a insistência crescente em políticas de reparação, destinadas a compensar o prejuízo. Elas preocupam-se essencialmente com a vítima (na figura do assistente), que assume um lugar de relevo na questão dos acordos de sentença em processo penal, como assiste nos sistemas penais de outros países.

⁵⁹⁹ Por outro lado, aquele autor admite os acordos sobre os factos em matéria de medidas e segurança, todavia exclui dele «a questão sanção» porque só ao tribunal pertence legitimidade para decidir da perigosidade do arguido. Do mesmo modo, efeitos penais da condenação (perda de instrumento, produto ou vantagens do crime) poderão ser objeto de acordo.

⁶⁰⁰ Sublinha-se que no que respeita ao limite máximo da pena pelo MP, CPP-P prevê a disciplina do art. 16.º, n.ºs 3 e 4.

⁶⁰¹ Sobre a publicidade suscitou a questão de saber em que momento o acordo seria publicado, tendo aquele autor respondido que tal aconteceria no momento da prestação das declarações do arguido e, por conseguinte, antes que seja iniciada a apresentação dos meios de provas. A sentença decidirá do direito do caso e por isso deverá a acusação conter todos os elementos relevantes para a determinação da pena concreta. Em se tratando de um tribunal coletivo ou tribunal de júri, implicará necessariamente a aprovação por unanimidade. O acordo deve ser redigido e só ser alterado perante factos ou provas novas,

i) proibição de prova dos elementos do processo negocial na hipótese de o acordo fracassar⁶⁰²;

j) intervenção no acordo de todos os sujeitos processuais em plano de estrita igualdade e, forçosamente, nos termos do respetivo estatuto processual penal⁶⁰³;

k) proibição da renúncia prévia ao direito de recurso, mesmo tendo havido acordo⁶⁰⁴;

l) acordo deve ser obtido até ao início da produção de prova, após as declarações do arguido⁶⁰⁵; e,

m) cumprimento de todos os atos processuais legalmente prescritos, incluindo a prolação da sentença, a qual deve ser elaborada com pleno respeito pelos princípios, regras e normas gerais do Código de Processo Penal⁶⁰⁶.

Desta forma, possibilitaria, por esta via consensual, simplificar e conferir maior celeridade ao processo penal português, sem se afetar os seus fundamentos constitucionais, nem sequer o respetivo modelo acusatório. Permitiria uma nova era não só em matéria de acordos relativos à sentença, mas de atuação corporativa em outras fases, mesmo nas do inquérito ou da instrução. Para mais, esta via negocial permitirá, nos moldes acima propostos, dar cumprimento ao princípio constitucional do Estado de Direito, ao propiciar uma maior agilização, celeridade e economia processuais (art. 32.º, n.º 2 da CRP)⁶⁰⁷.

O autor ressalva que, o modelo do processo penal acusatório integrado por um princípio subsidiário de investigação oficial deve pois permanecer intocado⁶⁰⁸.

em termos paralelos aos que presidem ao recurso de revisão. Cf. DIAS, Jorge de Figueiredo, *Acordos Sobre a Sentença*, ob. cit., pág. 69 e segs.

⁶⁰² A lealdade processual implica que se tinha passado em conversações não coroadas de êxito, nunca possa ser usada depois por qualquer dos sujeitos processuais.

⁶⁰³ O que se espera é que o acordo manter-se-á o estatuto de subordinação do assistente ao MP e, indispensavelmente, a concordância do assistente na fase preliminar do processo de negociação e na própria audiência da negociação, todavia este não poderá o inviabilizar. A grande dúvida que fica é se as partes civis poderão ser chamadas por um dos participantes no acordo, mas estão incluídos «no círculo subjetivo do acordo», uma vez que segundo aquele professor não são sujeitos processuais e sim meros participantes. Perguntar-se-á se, implicitamente, queria dizer que o tratamento das partes civis no processo penal, como sujeitos processuais, é meramente formal? O acordo será por, regra, apresentado ao presidente da audiência no momento em que o arguido se inicia as declarações (acrescentando o José Souto de Moura que o mesmo deverá constar de um documento escrito já entregue ao juiz). Neste sentido, vide, MOURA, José Souto de, *Acordos em Processo Penal*, ob. cit., pág. 11.

⁶⁰⁴ O direito ao recurso é sempre irrenunciável.

⁶⁰⁵ DIAS, Jorge de Figueiredo, *Acordos Sobre a Sentença*, ob. cit., pág. 51.

⁶⁰⁶ Ibidem, pág. 54.

⁶⁰⁷ DIAS, Jorge Figueiredo, *Acordos sobre a sentença em processo penal: Um caso exemplar*, ob. cit., págs. 266 e 279-280.

⁶⁰⁸ DIAS, Jorge Figueiredo, *Acordos sobre a sentença em processo penal: Um caso exemplar*, pág. 260 DIAS, Jorge de Figueiredo, *Acordos Sobre a Sentença*, ob. cit., pág. 16.

O sistema de justiça penal português deve adequar-se à transformação ideológica, cultural e social dos tempos ditos pós-modernos e às exigências acrescidas de eficácia processual, integrado num paradigma semelhante a alguns países da Europa continental (e inspirados no sistema de *plea bargaining* anglo-saxónico). Um novo paradigma que, sem retirar ao processo penal a sua característica *adversarial*, deve dar passos decisivos no acolhimento, em toda a medida possível, de estruturas de consenso entre os sujeitos processuais, como forma de oferecer futuro a um processo penal dotado da «eficiência funcionalmente orientada» indispensável à ultrapassagem da atual sobrecarga da justiça penal, sem «menoscabo» dos princípios constitucionais adequados ao Estado de Direito⁶⁰⁹.

Parafraseando aquele autor, aqui o mandamento jurídico-político é um só: o da cooperação dos sujeitos processuais em tudo quanto possa facilitar, simplificar, acelerar, fomentar, numa palavra, favorecer o processo⁶¹⁰.

A propósito da proposta de admissibilidade dos acordos de sentença daquele autor JOSÉ SOUTO DE MOURA, pronunciou-se nos seguintes termos: «a proposta de acordos sobre a sentença, tal como foi formulada, não implica atuações *contra legem*, ordinária ou constitucional»⁶¹¹.

Nas palavras de EDUARDO MAIA COSTA⁶¹², alertando para o ganho fulcral da justiça negociada face a deficiência da justiça penal: «estaria assim encontrada a fórmula de acelerar/simplificar, e simultaneamente *embaratecer* (*deal process*). Seria o Triunfo da nova razão – a razão prática empresarial: com menos custos, em menos tempo, mais produtos acabados, no caso mais processos findos e arquivados (...). O «eficientismo», nova ideologia processual, correlativa ao fordismo no velho mundo frágil».

O Supremo Tribunal de Justiça chamado a pronunciar sobre esta questão, no seu Ac. n.º 224/06⁶¹³, conclui que «o direito processual penal português não admite os acordos negociados de sentença» e que «constitui uma prova proibida a obtenção da confissão do arguido mediante a promessa de um acordo negociado de sentença entre o

⁶⁰⁹ DIAS, Jorge Figueiredo, Acordos sobre a sentença em processo penal: Um caso exemplar, pág. 260.

⁶¹⁰ DIAS, Jorge de Figueiredo, *Acordos Sobre a Sentença*, ob. cit., pág. 113.

⁶¹¹ Posição de acolhimento expressa a propósito da obra do prof. JORGE FIGUEIREDO DIAS sobre a admissibilidade de acordos de sentença em processo penal em Portugal. Cf. MOURA, José Souto de, *Acordos em Processo Penal*, ob. cit., pág. 14.

⁶¹² Cf. COSTA, Maia Eduardo, *Justiça negociada*, ob. cit., pág. 88.

⁶¹³ Ac. do STJ, processo n.º 224/06.7GAVZL.C1.S1, de 10/04/2013.

Ministério Público e o mesmo arguido, no qual se fixam os limites máximos da pena a aplicar»⁶¹⁴.

A Procuradoria-Geral da República na Diretiva n.º 2/14 de 21 de Fevereiro de 2014 determinou que «as divergências entre a doutrina e a jurisprudência sobre a admissibilidade dos acordos de sentença e a sua conformação legal, acima refletidas, e a complexidade jurídica da questão, sugerem a necessidade de aprofundamento da reflexão sobre a mesma, designadamente quanto à posição a assumir pelo Ministério Público no âmbito das suas atribuições no exercício da ação penal» e «por outro lado, a inexistência de determinações ou orientações similares em todas as Procuradorias-Gerais Distritais, como se assinalou, pode promover a desigualdade de tratamento de idênticos casos concretos, o que importa salvaguardar, no respeito pelo princípio da igualdade do cidadão perante a lei»⁶¹⁵. Assim, na ausência de solução legal inequívoca e considerando as divergências assinaladas, importa uniformizar a atuação do Ministério Público neste âmbito.

Citando FIGUEIREDO DIAS, «o Estado de Direito só pode realizar-se quando se torne seguro que o agente criminoso será, no quadro das leis vigentes, perseguido, sentenciado e punido em tempo razoável com uma pena justa. Por isso um processo penal funcionalmente orientado constitui uma exigência irrenunciável do Estado de Direito»⁶¹⁶.

A necessidade do alargamento do âmbito do espaço de consenso no processo penal português responde ainda às exigências do princípio constitucional de acesso à justiça e à tutela judicial efetiva (art. 20.º da CRP), e das garantias de defesa do processo criminal (art. 32.º, n.º 2 da CRP), mediante a plena realização do princípio do favorecimento do processo⁶¹⁷.

Pode-se concluir que a justiça penal negociada encontra a sua justificativa em valores de efficientismo/utilitarismo, celeridade e simplificação e economia processual do sistema penal. Se não houvesse a prescrição (que frequentemente torna inútil todo o trabalho desempenhado, deixando os sujeitos processuais sem uma proteção efetiva dos seus direitos), se os recursos materiais e pessoais fossem adequados para chegar em

⁶¹⁴ Sobre as proibições de prova em processo penal, ANDRADE, Manuel da Costa, 1.ª Edição (reimpressão), Coimbra Editora, 2013.

⁶¹⁵ Consultado no Sistema de Informação do Ministério Público (SIMP). Disponível em: <<http://www.ministeriopublico.pt/iframe/diretivas>>.

⁶¹⁶ DIAS, Jorge de Figueiredo, *Acordos Sobre a Sentença*, ob. cit., pág. 38.

⁶¹⁷ Ibidem.

prazos razoáveis a uma sentença justa, depois de uma instrução completa e exaustiva, baseando em provas que deem uma certeza para além de uma dúvida razoável acerca da culpabilidade do arguido, o processo comum seria preferível a justiça negociada. Isso não só porque o processo comum respeita muito mais as garantias procedimentais (e constitucionais), mas uma sanção aplicada na sequência de um processo comum, se mostrará mais ajustada⁶¹⁸.

Fica claro que, abstratamente, o processo comum é preferível ao procedimento negociado. Mas não há como negar que diante de uma realidade concreta como a do processo penal atual, o recurso a justiça negociada representa uma solução alternativa que, mesmo com todos os seus defeitos e limitações, é imprescindível num sistema acusatório, desde que não abdicando dos princípios constitucionais da legalidade, da investigação e da descoberta da verdade material.

A medida que a discussão sobre a justiça penal consensual ganha um público maior em Portugal, é de se esperar que mais abordagem sobre o tema venha ocorrer. E que uma maior consciência dos benefícios apresentados pelo sistema de justiça penal negociada poderá se promover e, quiçá venha progressivamente a obter a adesão doutrinal, e mesmo jurisprudencial em Portugal.

6. Cabo Verde

Em Cabo Verde o discurso acerca dos acordos sobre sentença da justiça penal não tem sido vigoroso. Apesar disso, a reforma do Código de Processo Penal de 2015 buscou imprimir uma maior celeridade e economia no processo penal, criando condições para ampliar a aplicabilidade dos mecanismos de consenso, análogo ao instituto do *guilty plea*, mas que não se confunde com este. Por isso, também se espera que em Cabo Verde possa haver estudos sobre o tema e quiçá o seu acolhimento.

⁶¹⁸ No mesmo sentido, ANGELINI, Roberto, ob. cit., pág.229.

VIII CAPÍTULO. CONSEQUÊNCIAS DA VIOLAÇÃO DO DIREITO À DECISÃO EM PAZO RAZOÁVEL

1. O dever de reparação do Estado-juiz

Independentemente da extensão desta questão, cuidaremos apenas do tema da tutela reparatória por violação do direito à decisão em prazo razoável, ou seja, da responsabilidade civil extracontratual do Estado-juiz pelos atrasos da justiça. Ocupa-se também da ação de regresso do Estado contra o magistrado causador dos danos⁶¹⁹.

Trata-se de uma questão que sempre gerou polémica, mas que assume hoje particular importância⁶²⁰.

Não obstante o princípio da irresponsabilidade que é inerente à função da magistratura judicial decorrente diretamente do texto constitucional e do respetivo Estatuto, admite-se a responsabilidade daqueles apenas nos casos expressamente determinados na lei⁶²¹.

Como lembrava GERMANO MARQUES DA SILVA⁶²², «Se politicamente os juízes são irresponsáveis, não o são em absoluto no plano criminal, civil e disciplinar».

Seguindo a lição deste autor a independência dos juízes é correlativa da sua responsabilidade no plano ético. No plano jurídico, o que a Constituição verdadeiramente garante não é a irresponsabilidade dos juízes, mas antes a reserva de lei na tipificação da responsabilidade.

⁶¹⁹ Algumas legislações estrangeiras autonomizam o funcionamento anormal ou defeituoso da administração da justiça enquanto gerador de danos carecidos de indemnização. É o que acontece, por exemplo, na Constituição espanhola (art. 121.º), mas também a Lei Orgânica do Poder Judicial (art.292.º), e no Código de Organização Judiciária francês (art. L. 781.1).

⁶²⁰ No dualismo entre a responsabilidade obrigacional contratual e a responsabilidade extracontratual, a questão que se coloca é se o artigo 22.º da CRP se esgota ou não no âmbito da responsabilidade extracontratual. Está questão foi pronunciada pelo Tribunal Constitucional no seu Ac. n.º 153/90, de 03/05/1990 tendo entendido que no que se refere aos direitos liberdades e garantias ou prejuízos para outrem, e dos trabalhos preparatórios, o artigo 22.º tem unicamente em vista a chamada responsabilidade extracontratual do Estado e demais entidades públicas, não se situando no domínio da responsabilidade emergente do não cumprimento, cumprimento defeituoso ou retardamento no cumprimento dos contratos. Entre muitas outras obras importantes elencados, que contribui para o nosso estudo sobre a *responsabilidade civil do Estado por violação do direito a uma decisão em prazo razoável*, MIRANDA, Jorge, MEDEIROS, Rui, *Constituição Portuguesa Anotada*, ob. cit., pág. 211, MIRANDA, Jorge, «A Constituição e a Responsabilidade Civil do Estado», *Boletim da Faculdade de Direito*, Separata de Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Rogério Soares, págs. 928 e segs, CANOTILHO, Gomes, MOREIRA, Vital, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 3.ª Edição, Coimbra, pág. 170, MEDEIROS, Rui, *Ensaio sobre a Responsabilidade Civil do Estado por atos Legislativos*, Coimbra, 1992, págs. 92 e segs, GOMES, Canotilho, *O problema da responsabilidade do Estado por atos lícitos*, Coimbra, Almedina Editora, 1974, págs. 209-229.

⁶²¹ Sobre isso, vide, V. Capítulo, ponto 4, págs. 94 e segs.

⁶²² SILVA, Germano Marques da, *Direito Processual Penal Português, Noções Gerais*, ob. cit., pág. 227. No mesmo sentido, CANOTILHO, J. J. Gomes, *Direito Constitucional*, ob. cit., pág. 581.

No âmbito criminal são vários os tipos legais em que a lei penal prevê a responsabilização dos juízes por atos praticados no exercício das suas funções. É o que se verifica, entre outros, nos crimes de *denegação de justiça* e de *prevaricação* (arts. 369.º do CP-P, e 329.º a 330.º do CP-CV)⁶²³.

No âmbito disciplinar, é o próprio EMJ que prevê a responsabilidade disciplinar dos magistrados judiciais pelos *factos, ainda que meramente culposos, praticados pelos magistrados judiciais com violação dos deveres profissionais, e atos ou omissões da vida pública ou que nela se repercutam, incompatíveis com a dignidade indispensável ao exercício das suas funções* (art. 82.º do EMJ)⁶²⁴.

Não menos importante é a responsabilidade dos magistrados no plano ético-profissional, que de algum modo pode transformar-se em responsabilidade disciplinar e tem a maior importância nas suas classificações (art. 34.º do EMJ).

Por fim, no âmbito civil, também os juízes são responsáveis, embora, com limitações decorrentes do n.º do art. 5.º do seu Estatuto. Isto, por força do art. 22.º, conjugado com os arts. 268.º, n.ºs 4 e 5 da CRP, e 16.º, conjugado com o art. 245.º, als. e), f) e c) da CRCV⁶²⁵.

A propósito das garantias, a par das incompatibilidades, a Constituição veio remediar o problema estabelecendo que os juízes não podem ser responsabilizados pelas suas decisões, salvas as exceções consignadas na lei (art. 216.º, n.º 2). Esta estatuição é o corolário do imperativo do art. 203.º que estabelece que os tribunais são independentes e apenas estão sujeitos à lei. Parafraseando GOMES CANOTILHO «A independência dos tribunais é um daqueles *«Kampfbegriffe»* («conceito de luta») de que está povoado o Estado de direito»⁶²⁶.

Ademais, a Constituição portuguesa de 1976 consagrou um *princípio geral de responsabilidade civil do Estado e demais entidades públicas em forma solidária* com os titulares dos seus órgãos, funcionários ou agentes, por ações ou omissões praticadas

⁶²³ O art. 329.º do CP-CV – *Denegação de justiça* – diz claramente «que o magistrado... que, com intenção de beneficiar ou prejudicar alguém, provocar a demora ou retardamento na administração da justiça ou na aplicação do direito será punido com pena de prisão até 2 anos».

⁶²⁴ No ordenamento jurídico cabo-verdiano, vide, o art. 31.º, n.º 2 do EMJ.

⁶²⁵ Com efeito, ainda que para alguns esta seja uma solução em «última ratio». É o que aconteceu, por exemplo, no caso *Kudta c. Polónia*, em 2000. Como se lê em ISABEL CELESTE FONSECA, M. A. NOWICKI, no seu relatório sobre a lentidão dos processos civis e penais e o modo de a combater, dá-nos conta de ter sido acionado um processo-crime contra um magistrado italiano por ter protelado durante dois anos o julgamento de um processo civil, tendo sido condenado pelo tribunal de Perúcia, em 22 de Janeiro de 1996, no pagamento de um milhão de liras. *Apud* FONSECA, Isabel Celeste M., O direito a um processo à prova de tempo, ob. cit., págs. 228-229.

⁶²⁶ CANOTILHO, J. J. Gomes, *Direito Constitucional*, ob. cit., pág. 575.

no exercício das suas funções e por causa desse exercício, de que resulte violação de direitos, liberdades e garantias em prejuízo de outrem (art. 22.º)⁶²⁷.

Por seu turno, a Lei n.º 67/2007, que revogou o Decreto-Lei n.º 48051, de 21 de Novembro de 1967, ampliou o Regime de Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado, estabelecendo expressamente que o Estado e os magistrados judiciais respondem civilmente pelos *danos ilicitamente causados pela administração da justiça, designadamente por violação do direito a uma decisão judicial em prazo razoável* (art. 7.º a 10.º e 12.º do RRCEE)⁶²⁸. Além do mais, outra grande novidade foi seguramente a norma do artigo 7.º, n.º 2 do RRCEE, de percurso atribulado e que remete-nos para os requisitos da responsabilidade civil extracontratual definidos pelo Direito Comunitário⁶²⁹.

Este sistema de responsabilidade civil do Estado tem como fonte a CEDH, pelo que deve obedecer os preceitos deste diploma, nomeadamente o estipulado nos artigos

⁶²⁷ O texto do art. 22.º da CRP, corresponde, sem alterações, ao n.º 1 do art. 21.º do texto original, desde 1976, e ao art. 22.º da versão de 1982. O artigo 22.º, na medida em que consagra um direito fundamental à reparação dos danos causados ilícita e culposamente pelo Estado ou demais entidades públicas, constitui – por imperativo constitucional (art. 17.º e 18.º, n.º 1, da Constituição) – uma norma diretamente aplicável, sendo aplicável, não apenas *contra legem*, mas também na *ausência de lei*, cabendo o órgão aplicador estabelecer, a partir das coordenadas constitucionais e do sistema legal, os critérios de decisão no caso concreto. Com efeito, nesta dimensão, o direito fundamental à reparação dos danos tem natureza análoga à dos direitos, liberdades e garantias e beneficiando, portanto, nos termos do art. 17.º, do regime destes direitos. Assim, MIRANDA, Jorge, MEDEIROS, Rui, *Constituição Portuguesa Anotada*, págs. 210-213. A evidente e importante função reparadora que o instituto da responsabilidade é chamado a desempenhar e a sua instituição legal nos diversos ordenamentos jurídicos, demonstra que o legislador constitucional configura a resposta ao problema da indemnização enquanto princípio *organizatório*, mas também como um instrumento fundamental da proteção dos direitos e interesses dos particulares. Por exemplo, no Direito comparado, este princípio está previsto no I Aditamento à Constituição dos Estados Unidos, no art. 28.º da Constituição Italiana, art. 9.º, n.º 3, 106.º, n.º 2, e 121.º da Constituição Espanhola e, art. 34.º da Constituição da República Federal da Alemanha e 359.º, n.º 6 *StPO*.

⁶²⁸ Cumpre destacar que o novo RRCEE contém aspetos que estão por resolver na lei, mormente no que concerne ao pressuposto da ilicitude, designadamente aos critérios de determinação da duração do processo, ao pressuposto da culpa e o cálculo de indemnização do dano). Neste contexto que os tribunais portugueses têm socorrido da jurisprudência do TEDH para colmatar esta lacuna. Sobre isso, vide, FONSECA, Isabel Celeste M., *Processo Temporalmente justo*, ob. cit., pág. 324 e 329. No mesmo sentido, CRUZ, Nuno Gaspar da, «Breves considerações sobre a irreversibilidade, por efeito da morosidade da justiça, dos efeitos resultantes do decretamento de providência cautelar de tipo antecipatório», *Revista Julgar*, n.º 19, (Jan./Abr.), 2013, págs. 140-141.

⁶²⁹ Sobre isso, vide, entre outros, MEDEIROS, Rui, MARTINS, Patrícia Frago, *Comentário ao Regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas* (comentário ao artigo 7.º, n.º 2), Lisboa, Universidade Católica Editora, 2013, págs. 181 segs., MACHETE, Pedro, «A responsabilidade da Administração por facto ilícito e as novas regras de repartição do ónus da prova», *Cadernos de Justiça Administrativa*, n.º 69, (Maio-Jun.), 2008, Braga, págs.30-33, ANDRADE, Vieira, «A responsabilidade indemnizatória dos poderes públicos, Estado de Direito, Estado Social, Estado Fiscal», in *Estudos em homenagem ao Prof. Doutor José Joaquim Gomes Canotilho*, Vol. I, Coimbra, Coimbra Editora, 2012, págs. 55 segs. Também, GOMES, Carla Amado, «O livro das ilusões: a responsabilidade do Estado por violação do Direito Comunitário, apesar da Lei 67/2007, de 31 de Dezembro», in *Textos dispersos de Direito da responsabilidade civil das entidades públicas*, Lisboa, AAFDL, 2010, págs. 185 segs. e 195-200.

6.º, n.º 1, 13.º, 34.º, 35.º, n.º 1 e 41.º, conjugado com os artigos 483.º e segs e 562.º e segs. do Código Civil.

Esta estatuição permite qualquer pessoa que tenha sofrido danos por violação do direito à uma decisão judicial em prazo razoável, interpor recurso contra o Estado e os magistrados judiciais a fim de obter uma indemnização pelos prejuízos causados. A primeira via deve ser através dos Tribunais Administrativo, tribunal competente para apreciar o recurso desta natureza, independentemente de tratar-se de processo penal, cível ou administrativo (art. 212.º da CRP)^{630 631}.

Importa ressaltar que, em Cabo Verde não é conhecido casos de recurso por violação do direito à decisão em prazo razoável. As pessoas nem sequer sabem que têm esta garantia a seu favor. Talvez pelo facto de não existir previsão legal expressa que responsabilizem os juízes e o Estado por violação daquele direito. Por isso, esta análise incide especificamente sobre a experiência de Portugal, com o olhar atento para quem sabe num futuro próximo servir de contribuição para a regulamentação desta matéria em Cabo Verde.

Antes de tentarem esta via, como deixamos exposto nos tópicos anteriores, outro modo de tutela do direito à decisão em prazo razoável se encontra por via do aceleração dos processos (arts. 108.º e 110.º do CPP-P, e 139.º-B do CPP-CV). Esta forma de atuação preventiva tem, nomeadamente, sido referenciada pelo TEDH como um meio interno eficaz e adequado de acautelar/efetivar o direito ao prazo razoável, nos termos do art. 13.º da CEDH e, por isso, também esgotáveis nos termos do art. 35.º, n.º 1.⁶³²

Por outro lado, os sujeitos processuais podem apresentar queixa ao Provedor de Justiça pela administração da justiça morosa (arts. 23.º, n.º 1 da CRP, e 21.º, n.º 1 da CRCV)⁶³³.

⁶³⁰ PEREIRA, João Aveiro, *A responsabilidade civil por atos jurisdicionais*, ob. cit., pág. 192.

⁶³¹ No que respeita a Cabo Verde, Constituição no seu art. 217.º prevê a existência dos tribunais administrativos como, tribunais judiciais de 2.ª instância. Todavia este tribunal nem sequer está instalado, pelo que o recurso supra citado seria ou para a Relação (instalado em 2016) ou para o STJ.

⁶³² BARRETO, Irineu Cabral, CAMPOS, Abel, ob. cit., pág. 147.

⁶³³ Conforme refere JOÃO PEREIRA, «excedida a dilação razoável diz-se que não há ato judicial e sim uma omissão processual, dando lugar a uma questão de natureza administrativa respeitante ao funcionamento do serviço, com eventual relevância disciplinar. E, assim, sendo, fica legítima a intervenção da Provedoria de Justiça junto do Conselho Superior da Magistratura e dos Tribunais administrativos». Cf. PEREIRA, João Aveiro, *A responsabilidade civil por atos jurisdicionais*, ob. cit., pág. 193. Sobre as queixas ao Provedor de Justiça por duração excessiva do processo, vide, por exemplo, Acórdão n.º 113/2008, processo n.º 454/07, de 20/02/2008. Disponível em <<http://www.provedor-jus.pt/?idc=19&idi=14232>>. Acesso em 02 de Abr. 2017. Sobre isso, também, PEDRO, Ricardo, *Jurisprudência Crítica sobre a Administração da Justiça Morosa: La Storia Continua*, Anotação ao

Em Cabo Verde, outro meio interno que os particulares podem utilizar é o *recurso de amparo* que se concretiza através de processos de «queixa constitucional» da competência do Tribunal Constitucional, depois de esgotadas as vias de recursos ordinário (art. 20.º, n.º 1, al. a) da CRCV). Através deste mecanismo a vítima pode inclusive exigir, indemnização pelos prejuízos causados pela violação do direito a uma decisão em prazo razoável (n.º 2). Este mecanismo está consagrado noutros ordenamentos jurídicos como, na Espanha, na Alemanha, na República Checa e na Croácia. Também o TEDH entendeu ser um meio interno eficaz para tutelar o prazo razoável⁶³⁴.

No ordenamento jurídico português, uma vez esgotados todos os meios internos, os particulares têm ainda a seu favor outra via que é recorrer para o TEDH a fim de exigir a reparação do direito violado, desde que no prazo de 6 meses a contar da data da notificação da última decisão (art. 13.º, conjugado com art. 35.º da CEDH).

Estima-se que o TEDH recebeu no período de 1959 a 2012, cerca de 280 casos de queixa de Portugal. Do total, em 187 casos julgados consideraram que houve violação dos direitos na Convenção e em 10 não houve. Destes, 106 condenações foram devido a violação do direito à decisão em prazo razoável, uma percentagem de 57%⁶³⁵.

2. Jurisprudência de Portugal vs. jurisprudência de Estrasburgo

2.1. Casos de Portugal

Antes de mais, queríamos ressaltar que os casos aqui reportados sobre a matéria de violação do direito ao prazo razoável são no âmbito cível e laboral, e não no âmbito penal por não haver casos, pelo menos da investigação que fizemos, neste âmbito.

Apesar da polémica suscitada sobre a responsabilidade dos juízes, os tribunais da ordem judicial, designadamente o Supremo Tribunal Administrativo⁶³⁶, começaram maioritariamente a aceitar a responsabilidade dos juízes⁶³⁷.

acórdão do STA, processo n.º 0144/13, de 15/05/2013, pág. 347. Disponível em <<http://www.oa.pt/upl/%7B32fc0832-e88d-445e-9523-e1573222f97f%7D.pdf>>. Acesso em: 24 de Mai. 2016. Também, para mais informações sobre a figura do provedor de justiça e a sua função, vide, MIRANDA, Jorge, MEDEIROS, Rui, Constituição Portuguesa Anotada, ob. cit., págs. 217 e segs.

⁶³⁴ Sobre isso, vide por exemplo, FONSECA, Isabel Celeste, O direito a uma decisão à prova de tempo, ob. cit., págs. 227-228.

⁶³⁵ Dados estatísticos consultados no sítio oficial do TEDH, disponíveis em <http://www.echr.coe.int/Documents/Stats_violation_1959_2012_ENG.pdf>. Acesso em: 23 de Mar. 2016.

⁶³⁶ Doravante STA.

Note-se que, cada vez mais, é crescente o número de ações de natureza civil interposta ao STA que visa obrigar o Estado a indemnizar o interessado de uma *presunção natural* de existência de um *dano moral* decorrente da violação do direito à obtenção de uma decisão num prazo razoável.

Este aumento deve-se ao facto do TEDH impor a obrigatoriedade de esgotar-se os meios internos de ação por responsabilidade civil extracontratual do Estado, passando a recusar toda a sorte das ações que não cumprem tal requisito.

Inicialmente houve uma certa dificuldade na proteção do direito ao prazo razoável pelo juiz nacional e na aplicação da jurisprudência do TEDH, não seguindo os critérios hoje aceites em Estrasburgo relativos aos atrasos dos processos, ou fazendo uma interpretação da Convenção a margem do que é feito em Estrasburgo⁶³⁸. Assim, as pessoas ou não tinham indemnização, ou obtinham-na de forma muito reduzida⁶³⁹.

A situação evolui e hoje pode-se dizer que os tribunais administrativos aplicam os critérios de Estrasburgo, embora os seus acórdãos não tenham em geral carácter obrigatório. Ou seja, os tribunais de 1.^a instância e os tribunais centrais não são obrigados a aplicarem a jurisprudência do STA⁶⁴⁰. Assim sendo, podemos dizer que se durante muito tempo os órgãos da Convenção foram os únicos a proteger o direito a uma decisão em prazo razoável, hoje em dia o juiz nacional é o seu principal defensor. E o contencioso de ressarcimento do dano resultante da violação do prazo razoável é um dos dois tipos de garantias que gradualmente vai sendo confiado ao juiz nacional, deixando para o juiz de Estrasburgo uma intervenção subsidiária⁶⁴¹.

⁶³⁷ A este propósito, Ac. do STJ, Revista n.º 1207/99, de 17/02/2000, relator: Simões Freire e Roger Lopes; Ac. do STJ, processo n.º 4032/02, de 17/06/2003, relator: Lopes Pinto e Pinto Monteiro; Ac. do STJ, processo n.º 4170/03, de 19/02/2004, relator: Santos Bernardino e Bettencourt de Faria; Ac. do STJ, processo n.º 1848/08, de 03/07/2008, relator: Mota Miranda, Alberto Sobrinho e Maria dos Prazeres Beleza; Ac. do STJ, processo n.º 368/09.3YFLSB, de 08/09/2009, relator: Sebastião Póvoas, Moreira Alves e Alves Velho. Estes acórdãos podem ser encontrados em: GABINETE DE JUÍZES ASSESSORES DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA ASSESSORIA CÍVEL, «A responsabilidade civil extracontratual do Estado na jurisprudência das Secções Cíveis do Supremo Tribunal de Justiça», in *Sumários de acórdão de 1996 a 2012*, págs. 19-50.

⁶³⁸ É uma solução que se estava a evoluir, uma vez que nem sempre tem sido este o entendimento do STA. Cf. Ac. do STA, processo n.º 791/06, de 21/09/2006. Vide, também as referências feitas pela Corte de Estrasburgo à jurisprudência nacional nos acórdãos do TEDH: «*Caso Martins Castro e Alves Correia de Castro c. Portugal*», de 10/06/2008, Caso «*Anticor-Sociedade de Anti-Corrosão, Lda., c. Portugal*», de 23/02/2010, e Caso «*Novo e Silva c. Portugal*», de 25/09/2012. Neste último caso o STA não admitiu o recurso sobre a violação do direito a uma decisão em prazo razoável, tendo, assim, o Estado português sido condenado pelo TEDH por violação do direito a uma decisão em prazo razoável.

⁶³⁹ BARRETO, Irineu Cabral, «A solução para o Tribunal Europeu dos Direitos Homem não está em Estrasburgo», *Boletim da Ordem dos Advogados*, Mensal, n.º 74, Janeiro 2011, pág. 26.

⁶⁴⁰ Ibidem.

⁶⁴¹ FONSECA, Isabel Celeste M., O direito a um processo à prova de tempo, ob. cit., pág. 224.

Uma das primeiras decisões dos tribunais portugueses, ainda na vigência do antigo Decreto-Lei n.º 48051, de condenação do Estado por duração excessiva do processo foi o acórdão do STA, de 07 de Março de 1989, no processo «*Garagens Pintosinho Lda.*»⁶⁴². O STA, referindo-se aos acórdãos do TEDH «*Guincho c. Portugal*» (acórdão de 10 de Julho de 1984, série A n.º 81), «*Baraona c. Portugal*» (acórdão de 8 de Julho de 1987, série A n.º 122) e «*Martins Moreira c. Portugal*» (acórdão de 26 de Outubro de 1988, série A n.º 143), considerou que a duração excessiva constituía um ato ilícito, justificando reparação. Em causa estava, sobretudo, uma ação de ressarcimento de danos resultante da demora do juiz do Tribunal de Trabalho pelo atraso de cinco anos do processo.

Sobre o anormal funcionamento do aparelho judiciário, o tribunal proferiu o seguinte: *i)* «Age com culpa o juiz titular do órgão estatal que tendo realizado uma ação com processo sumário no Tribunal de Trabalho sobre despedimento sem causa, só 5 anos mais tarde profere a correspondente sentença sem que houvesse qualquer circunstância anormal que a justificasse (...); *ii)* «O nosso ordenamento jurídico prevê a responsabilidade civil extracontratual por danos provenientes de factos ilícitos culposos resultantes da função jurisdicional, no caso (omissão de pronúncia da sentença em prazo razoável); *iii)* «O facto ilícito e no condicionalismo descrito consubstanciando na conduta omissiva do Juiz em não ter proferida a decisão em prazo razoável – art. 6.º, n.º 1 da CEDH»; *iv)* «Verifica-se o nexo de causalidade adequado entre a referida omissão culposa (facto ilícito) e o dano (o que justifica as retribuições e indemnizações pelos prejuízos que o recorrente teve de suportar relativamente a parte daquele 5 anos considerada não razoável)».

Em 15 de Outubro de 1998, o STA proferiu um outro acórdão no processo «*Pires Neno*» relativo a um processo cível, em que a sua duração na primeira instância foi de sete anos. A ação foi considerada parcialmente procedente e resultando na condenação do Estado a pagar uma indemnização de 900.000\$00, menos os 540.000\$00 já recebidos no âmbito do processo que correu termos perante os órgãos da Convenção⁶⁴³. Justificou-se tal condenação pelo mau funcionamento dos serviços da

⁶⁴² Cf. Ac do STA, processo n.º 026525, de 07/03/1989, relator: António Samagaio.

⁶⁴³ Os recorrentes já tinham apresentado, uma queixa na Comissão Europeia dos Direitos do Homem pela duração do mesmo. Na sequência desta queixa e por Resolução do Comité de Ministros do Conselho da Europa receberam uma indemnização de 540.000\$00.

justiça e a violação ilícita e culposa do art. 20.º, n.º 4 da CRP e 6.º, n.º 1 da CEDH, causando danos materiais e morais aos autores⁶⁴⁴.

Por último, em 2014, Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul^{645 646}, decidiu um caso sobre a responsabilidade civil do Estado por violação do direito a uma decisão em prazo razoável. Neste caso, o Estado, representado pelo Ministério Público, inconformado, veio interpor recurso jurisdicional da sentença do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, datada de 22/02/2012 que, no âmbito da ação administrativa comum, sob a forma ordinária, instaurada por M. julgou a ação parcialmente procedente, condenando o Réu, Estado português, a pagar ao Autor, a título de indemnização, a quantia de € 250.000,00 por danos morais e de € 500.000,00 por danos patrimoniais, acrescida de juros legais, desde a citação até efetivo pagamento, por violação do direito a uma decisão em prazo razoável.

O Tribunal Central Administrativo Sul deu a ação como improcedente alegando o seguinte no que diz respeito a responsabilidade civil extracontratual do Estado: *i)* «O direito a uma decisão em prazo razoável tem consagração constitucional no art. 20.º, n.º 4 da Constituição e no art. 6.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, ratificada pela Lei n.º 65/78, de 13/10»; *ii)* «O direito à decisão da causa em prazo razoável, também referido como direito a uma decisão judicial sem dilações indevidas, direito a uma decisão temporalmente adequada ou direito à tempestividade da tutela jurisdicional, aponta para uma tramitação processual adequada e para a razoabilidade do prazo da decisão, no sentido de a tutela jurisdicional ocorrer em tempo útil ou em prazo consentâneo»; *iii)* «A razoabilidade do prazo deverá ser aferida mediante critérios, como a complexidade do processo, o comportamento do recorrente e das diversas autoridades envolvidas no processo, o modo de tratamento do caso pelas autoridades judiciais e administrativas e as consequências da delonga para as partes, entre outros»; *iv)* «A violação do direito à decisão judicial em prazo razoável faz incorrer o Estado em responsabilidade civil, segundo o disposto no art. 22.º da Constituição e nos termos do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades

⁶⁴⁴ Este acórdão foi publicado e comentado na revista *Cadernos de Justiça Administrativa*, n.º 17, de Setembro/Outubro de 1999.

⁶⁴⁵ Doravante, TCAS.

⁶⁴⁶ Acórdãos do STA, processo n.º 09034/12, de 20/03/2014. No mesmo sentido, vide, Acs. do STA processo n.º 01635/15, de 14/04/2016, relator: Costa Reis; processo n.º 0336/10, de 01/03/2011, relator: Fernanda Xavier; processo n.º 01164/06, de 17/01/2007, relator: Jorge Sousa; processo n.º 0144/13, de 27/11/2013, relator: Costa Reis, processo n.º 0976/11, de 06/11/2012, relator: Fernanda Chavier; processo n.º 0308/07, de 28/11/2007, relator Políbio Henriques; TCAN processo n.º 02767/06.3BEPRT, de 05/07/12, relator: Rogério Paulo da Costa Martins.

Públicas, quer sob a vigência do Decreto-Lei n.º 48.051, de 21 de Novembro de 1967, quer na atualidade, segundo a Lei n.º 67/2007, de 31/12»; v) «A responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais pessoas coletivas por factos ilícitos praticados pelos seus órgãos ou agentes assenta nos pressupostos da idêntica responsabilidade prevista na lei civil, com as especialidades resultantes das normas próprias relativas à responsabilidade dos entes públicos, de entre os quais, o facto, a ilicitude, a culpa, o dano e o nexo de causalidade».

2.2. TEDH e o tratamento das queixas

Os parâmetros de aferição da violação do direito a uma decisão em prazo razoável que vamos analisar são usados pelo TEDH na generalidade dos casos submetidos à sua apreciação, independentemente de o processo subjacente pertencer à jurisdição penal, civil, administrativa ou outra.

Para efeito de melhor compreensão dos pressupostos e requisitos da responsabilidade civil extracontratual do Estado não poderíamos deixar de considerar o «*Caso Maria de Lourdes Gouveia da Silva Torrado c. Portugal*»⁶⁴⁷ sucedido em 2003. O TEDH indeferiu o pedido de indemnização instaurado pela requerente contra o Estado Português, em que invocando o art. 6.º, n.º 1 da CEDH, queixava-se da duração excessiva do processo⁶⁴⁸.

Tratava-se de uma ação executiva de penhora por incumprimento do pagamento da quantia certa, determinada em 302.400\$00, ou seja €1508, que se encontrava pendente de 1987 a 2002 (15 anos) no tribunal de Cascais, apesar das sucessivas interpelações da exequente.

⁶⁴⁷ Ac. do TEDH, processo nº 65305/01, de 22/05/2003.

⁶⁴⁸ No mesmo sentido, vide, entre outros, Casos «*Antunes Rocha c. Portugal*», de 31/05/2005, «*Joachim Baraona c. Portugal*», de 06/09/1982, «*Falcão dos Santos c. Portugal*», de 03/07/2012, «*Alexandre c. Portugal*», de 20/11/2012, «*Antunes c. Portugal*», de 02/03/2010, «*Apicella c. Itália*», de 10/11/2004, «*Apicella c. Itália*», de 29/03/2006, «*Comingersoll S.A. c. Portugal*», de 06/04/2000, «*Domingos Marques Ribeiro Maçarico c. Portugal*», de 17/01/2012, «*Flores Cardoso c. Portugal*», de 29/05/2012, «*Frydlender c. França*», de 27/06/2000, «*Karpetas c. Grécia*», de 30/12/2012, «*Musci c. Itália*», 29/03/2006, «*Novo et Silva c. Portugal*», de 25/09/2012, «*Pellegrin c. França*», de 08/12/1999, «*Riccardi Pizzati c. Itália*», de 29/03/2006, «*Sociedade de Construções Martins & Vieira, Lda. e outros c. Portugal (n.º 4)*», de 1/ 05/2012, «*YAGIZ e outros c. Turquia*», de 22/11/2005. Esses acórdãos encontram disponíveis no sítio do TEDH <<http://hudoc.echr.coe.int/eng>>, seguidos pelo Centro de Estudos Judiciários em: Ações de formação contínua – Jurisprudência Internacional e Constitucional Penal e Processual Penal, (org. Francisco Mota Ribeiro e outros), Lisboa, 2015, pág. 28. Disponível em: <[http://www.cej.mj.pt/.../penal/Jurisprudencia Internacional Constitucional Penal Processual](http://www.cej.mj.pt/.../penal/Jurisprudencia_Internacional_Constitucional_Penal_Processual)>. Acesso em: 01de Mai. 2016.

O Estado contesta fundamentando não esgotamento dos meios de recurso internos. Sustenta que a ação fundada em responsabilidade extracontratual, prevista no Decreto-Lei n.º 48051, de 21 de Dezembro de 1967, constitui um meio acessível, adequado e eficaz para reparar a situação suscitada pela requerente, pelo que não se deverá contestar a eficácia deste meio apenas na base de critérios estatísticos.

A queixosa contesta estes argumentos. Contesta a eficácia dos meios internos para recorrer. Alega que continua válida a jurisprudência constante dos órgãos da Convenção nos termos da qual não constitui meio eficaz a ação indicada pelo Estado. De acordo com a requerente, é facto público e notório que a justiça em Portugal é muito lenta. Se os cidadãos fossem obrigados a recorrer aos tribunais administrativos antes de se dirigir ao Tribunal Europeu, agravar-se-ia a violação do seu direito a verem decidida a sua causa em prazo razoável, na medida em que, para reagir contra a duração excessiva do processo, ver-se-iam confrontados com uma segunda possibilidade de violação do mesmo direito. A requerente acrescenta que uma tal situação poderia persistir por tempo indeterminado.

Sobre responsabilidade civil extracontratual do Estado, o TEDH entendeu o seguinte: i) «Para que haja obrigação de indemnização a cargo do Estado é preciso que tenha havido um ato ilícito, cometido com culpa, e um nexo de causalidade entre esse ato e o prejuízo dele resultante»; ii) «Para os efeitos do Decreto-Lei 48058, art. 6.º *«consideram-se ilícitos os atos jurídicos que violem as normas legais e regulamentares ou os princípios gerais aplicáveis e os atos materiais que infrinjam estas normas e princípios ou ainda as regras de ordem técnica e de prudência comum que devam ser tidas em consideração»*; iii) «De acordo com o artigo 498.º do Código Civil, o direito a indemnização prescreve no prazo de três anos a contar da data em que o lesado teve ou podia ter tido conhecimento da possibilidade de exercer esse direito»; iv) «O TEDH relembra que, nos termos do artigo 35.º, n.º 1, da Convenção, não pode conhecer da causa senão depois de esgotadas as vias de recurso internas»; v) «O artigo 13.º abre pois uma opção na matéria: um meio é «efetivo» quando permitir não só acelerar a decisão do tribunal respetivo como também fornecer às partes uma reparação adequada para os atrasos já ocorridos».

Neste caso o TEDH considerou a ação improcedente por não ter a recorrente esgotado todas as vias internas de recurso, nos termos dos arts. 13.º e 35.º, n.º 1, da Convenção, consubstanciando num fundamento de não admissibilidade do recurso segundo os parâmetros dos órgãos da Convenção (art. 35.º, n.ºs 1 e 2 da CEDH). De

acordo com o tribunal o art. 13.º deve ser interpretado em consonância com o art. 35.º, n.º 1 da Convenção.

Acrescenta o tribunal que o facto do processo judicial continuar pendente nos tribunais, não obsta que se interpõe um recurso nos tribunais administrativos, com fundamento na violação do direito a decisão em prazo razoável, a fim de conseguir uma responsabilidade extracontratual do Estado.

Em 2009, houve outro acórdão, o «*Caso Martins Castro e Alves Correia de Castro c. Portugal*»⁶⁴⁹ em que o TEDH condenou Portugal por violação do direito a uma decisão em prazo razoável.

O caso trava-se de uma queixa de despejo contra o casal “C” no âmbito de um processo cível. O período a considerar principiou em 24 de Novembro de 1993, data em que os requerentes instauraram a ação no Tribunal de Matosinhos, e terminou em 3 de Dezembro de 2002, data da sentença proferida por este mesmo tribunal. Durou pois um pouco mais de nove anos.

Apesar dos sucessivos recursos, no Tribunal Administrativo do Porto (2004), no Tribunal Central Administrativo do Norte (2004), no Supremo Tribunal Administrativo (2006), todos os pedidos foram considerados improcedente. Inconformados com as decisões, em 2008 os (requerentes) instauraram no TEDH uma ação de responsabilidade civil extracontratual contra o Estado Português, invocando a duração excessiva do processo cível, com fundamento na violação do n.º 1 do artigo 6.º da Convenção. O Estado Português contestou.

O TEDH pronunciou da seguinte forma: i) «O Tribunal lembra que a razoabilidade da duração de um processo aprecia-se de acordo com as circunstâncias da causa e tendo em vista os critérios consagrados pela sua jurisprudência, em particular a complexidade da causa, o comportamento do requerente e o das autoridades competentes bem como o interesse da causa (*enjeu du litige*) citando, (entre muitos outros, *Frydlender c. France* [GC], n.º 30979/96, § 43, TEDH 2000-VII)»; ii) «A jurisprudência em matéria de responsabilidade civil extracontratual do Estado continua a considerar que apenas está obrigado a indemnizar quando existir um ato ilícito, praticado com culpa, e um nexo de causalidade entre o ato e o dano alegado. Nos termos do artigo 498.º do Código Civil, o direito à indemnização prescreve no prazo de três

⁶⁴⁹ CONSEIL DE L'EUROPE COUNCIL OF EUROPE – COUR EUROPÉENNE DES DROITS DE L'HOMME EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS, «*Caso Martins Castro e Alves Correia de Castro c. Portugal*», (Queixa n.º 33729/06), Estrasburgo, 10 de Junho de 2008. Disponível em <www.gddc.pt/> . Acesso em: 29 de Mai. 2016.

anos, a contar da data em que o lesado teve conhecimento do direito que lhe compete»; *iii*) «Tendo em conta a sua jurisprudência na matéria, o Tribunal considera que no caso em apreço a duração do processo litigioso é excessiva e não responde à exigência do «prazo razoável». Portanto, houve violação do n.º 1 do artigo 6.º da Convenção»; *iv*) «Pelos motivos expostos, condena o Estado português requerido a pagar aos requerentes, ... nos termos do n.º 2 do artigo 44.º da Convenção, a importância de *a*) €9.500 (nove mil e quinhentos euros), mais qualquer quantia devida a título de imposto, por danos morais»; e, *b*) €3.370,60 (três mil trezentos e setenta euros e sessenta cêntimos), mais qualquer quantia devida a título de imposto, para os requerentes, por custas e despesas».

Recentemente, em 2012, outro caso de condenação de Portugal pelo TEDH, por violação do prazo razoável foi o «*Caso Silva Gonçalves e Neves Dias c. Portugal*»⁶⁵⁰. Trata-se de um processo executivo, de despejo e pagamento de várias rendas que não tinham sido pagas. O período relevante começou em 17 de Outubro de 2001, data em que a ação foi instaurada no Tribunal de Matosinhos, e terminou em 1 de Fevereiro de 2011. Os requerentes, recorreram ao TEDH alegando que a duração do processo violou o princípio de «prazo razoável», nos termos do artigo 6.º, n.º 1 da Convenção.

Por outro lado, invocando os artigos 13.º e 35.º, n.º 1 da Convenção, eles também denunciaram a ineficiência do meio interno para recorrer do delito da duração excessiva do processo. Queixaram-se que tal ação não pode ser um remédio «eficaz», para punir a duração excessiva dos processos judiciais. O Estado contesta alegando falta de esgotamento dos recursos internos.

Sobre o prazo razoável o TEDH proferiu o seguinte: *i*) «O Tribunal considera que os recorrentes não interpuseram o recurso interno após o julgamento do Tribunal de Matosinhos, que durou cerca de 5 anos, 9 meses e 19 dias»; *ii*) «O Tribunal observa ainda que os candidatos são também responsáveis do atraso da ordem judicial de 28 de Setembro de 2009, que suspende o processo pelo facto de o devedor não ter bens que podia garantir o processo de execução»; *iii*) «A razoabilidade da duração do processo deve ser apreciada nas circunstâncias do caso e tendo em conta os critérios estabelecidos na sua jurisprudência, em especial, a complexidade do caso, a conduta dos requerentes e das autoridades competentes e a importância do caso para os requerentes, (citando, entre muitos outros, *Caso Frydlender v. France*)»; *iv*) «Depois de considerar

⁶⁵⁰ Ac. do TEDH, recurso n.º 52692/10, de 04/12/2012.

todos os elementos que lhe foram apresentadas, o Tribunal considera que o Estado não apresentou qualquer facto ou argumento de que podia levar a uma conclusão diferente neste caso. Dada a sua jurisprudência, o Tribunal considera que, neste caso, a duração do processo foi excessiva e não satisfaz a exigência de «prazo razoável», logo, consequentemente, houve violação do artigo 6.º, n.º 1 da Convenção»; v) «Declara o recurso admissível, considerando que houve violação dos artigos 6.º, n.º 1 e 13.º da Convenção».

3. Os pressupostos da responsabilidade civil

A jurisprudência desenvolvida pelo STA em consonância com a jurisprudência do TEDH apresentam uma importância fulcral onde vem demonstrando que a violação do direito à prestação jurisdicional num prazo razoável, gera responsabilidade civil extracontratual do Estado-juiz, quando recusar, omitir ou retardar as providências judiciais necessárias ao normal andamento do processo, causando danos injustos – perdas e danos aos sujeitos processuais. Ou seja, o interessado beneficia de uma presunção natural de existência de um dano moral decorrente daquela violação.

Deste modo, atendendo ao princípio da subsidiariedade o juiz nacional na aferição dos pressupostos da responsabilidade do Estado-juiz, bem assim, quanto à metodologia para avaliar a razoabilidade da duração dum processo, à quantificação (*quantum*) do dano e à fixação da reparação deverá ter em consideração a jurisprudência precedente do TEDH⁶⁵¹.

Assim, faz-se saber que os pressupostos gerais cumulativos da lei civil geral considerados e lidos à luz do quadro normativo, da jurisprudência do STA e do TEDH acabado de convocar são os seguintes:

i) Para o reconhecimento, em concreto, da obrigação de indemnização do Estado por *anormal funcionamento do aparelho justiça – excesso da duração do processo* – no âmbito do exercício da função jurisdicional, não basta apenas a mera convicção da parte que se diz lesada de que a decisão não respeitou o prazo razoável, estipulado no art. 6.º, n.º1 da Convenção. Impõe-se que haja a certeza (indícios suficientes) de que um juiz normal e exigivelmente preparado e cuidadoso não teria nunca conduzido o

⁶⁵¹ No mesmo sentido, FONSECA, Isabel Celeste M., *Processo temporalmente justo*, ob. cit., págs. 328-329.

processo pela forma que conduziu, sendo esta inadmissível e fora dos cânones minimamente aceitáveis⁶⁵²;

ii) Cabe ao juiz nacional, nos termos do art. 13.º da CEDH, a proteção dos direitos e liberdades reconhecidas pela Convenção, visto que a intervenção do TEDH só opera uma vez esgotados os mecanismos nacionais e/ou se estes não tiverem exercido uma resposta satisfatória (art. 35.º, n.º 1 da CEDH);

iii) A aferição da existência de violação do «prazo razoável» pode ocorrer mesmo num processo ainda pendente, não valendo ou relevando para efeitos de eliminar a ilegalidade/ilicitude uma eventual recuperação posterior do ritmo normal e adequado do processo judicial;

iv) Os requisitos para este tipo de responsabilidade são os seguintes: i) *a ilicitude decorrente da violação*; ii) *a culpa*; iii) *o dano ou prejuízo*, e; iv) *o nexo de causalidade entre o facto e o dano*⁶⁵³, em consonância com aqueles parâmetros verificados da determinação da razoabilidade do processo fornecidos pelo TEDH⁶⁵⁴.

Para surgir o dever de indemnizar é condição *sine qua nom*, verificar cumulativamente estes requisitos, pelo que faltando um deles, desaparecerá tal dever⁶⁵⁵. Por isso que se diz que a responsabilidade civil do Estado pelo atraso da justiça não é autónoma.

Como ficou explicado, para efeito da aferição da existência de violação do prazo razoável e, consequente, dever de reparação, não se pode tomar automaticamente como referência a violação do prazo legalmente fixado para a prática de um ato processual ou obtenção de uma decisão judicial, sob pena de considerarmos como fonte anormal do processo todo e qualquer atraso ou incumprimento dos prazos processuais pelos tribunais ou pelos sujeitos processuais.

Não se pode dispensar a análise das circunstâncias, *in concreto* de cada caso e numa perspetiva global, implicando não só a análise dos prazos legalmente

⁶⁵² GOMES, Canotilho, *O problema da responsabilidade do Estado*, ob. cit., pág. 271. Também, Ac. do STJ, processo n.º 774/96, de 08/07/1997, relator: Ribeiro Coelho.

⁶⁵³ Ac. TCAS, processo n.º 09424/12, de 21/11/2013, relator: Ana Celeste Carvalho.

⁶⁵⁴ Sobre isso, vide, o ponto 2 do V. Capítulo, págs. 83 e segs.

⁶⁵⁵ Como adverte GOMES CANOTILHO, temos de precaver-nos contra a completa equiparação da ilegalidade à ilicitude, sugerida pela redação do art. 6.º. Segundo este autor «a violação dos preceitos jurídicos não é, por si só, fundamento bastante da responsabilidade. Quer se exija a violação de direitos subjetivos, quer a violação dum dever jurídico ou funcional para com o lesado, quer ainda uma falta da administração, faz-se intervir sempre um elemento qualificador e definidor de uma relação mais íntima do indivíduo prejudicado com a administração do que a simples legalidade e regularidade do funcionamento dos órgãos administrativos». Cf. GOMES, Canotilho, *O problema da responsabilidade do Estado*, ob. cit., págs. 74 segs..

estabelecidos, mas também a duração do processo e os critérios de averiguação da ilicitude da atuação do Estado, e que nortearam tal atraso⁶⁵⁶. Haja visto, a mais recente jurisprudência do TEDH, casos em que, apesar de se ter afirmado que ocorreu violação do art. 6.º, n.º 1 da CEDH, por ter excedido o «*prazo razoável*», entendeu o TEDH que não haveria lugar a indemnização por danos morais decorrentes dessa violação⁶⁵⁷, pelo facto do prejuízo moral invocado ter outra causa – causas exógenas. Portanto, depende da existência de nexo de causalidade entre o atraso e os danos morais que se consideram provados.

Passemos agora a analisar cada um desses pressupostos de responsabilidade civil extracontratual do Estado-juiz, segundo a Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro⁶⁵⁸.

A responsabilidade emergente de danos causados no exercício da função administrativa surgiu originariamente como responsabilidade subjetiva, assim designada por envolver um juízo de censura sobre o comportamento do causador do prejuízo que, podendo e devendo ter optado por outra conduta, escolheu aquela que era censurável e potencialmente danosa (art. 7.º, conjugado com art. 12.º do RRCEE). A responsabilização assenta nas ideias de ilicitude e de culpa.

a) A *ilicitude* – consiste numa ação ou omissão violadora: a) *de princípios e regras constitucionais, legais ou regulamentares*; b) *de regras técnicas*; c) *de deveres objetivos de cuidado*; d) ou, *resultante do funcionamento anormal do serviço*. Dessa ação ou omissão há de ter resultado a ofensa de direitos ou interesses legalmente protegidos de alguém (art. 9.º RRCEE).

b) A *Culpa* – decorre de um comportamento adotado com diligência ou aptidão inferiores àquelas que são razoável exigir, no caso, a um titular de órgão administrativo, funcionário ou agente zeloso e cumpridor, com base nos princípios e regras jurídicas relevantes (art. 10.º, n.º 1 do RRCEE).

⁶⁵⁶ Neste sentido, CANOTILHO, Gomes, «Responsabilidade civil extracontratual do Estado: pressupostos de responsabilidade civil extracontratual do Estado: facto ilícito, culpa, dano e nexo causalidade», *Revista de Legislação e Jurisprudência*, n.º 3799, ano 123.º, Coimbra, (Fev.), 1991, pág. 306, JORGE MIRANDA, *Manual de Direito Constitucional*, Tomo IV, Coimbra Editora, 1988, pág. 268, MEDEIROS, Rui, *Ensaio sobre a Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado por Atos Legislativos* (reimpressão), Almedina Editora, 1992, pág. 112.

⁶⁵⁷ TEDH, «Caso KRÍŽ c. República Checa», processo n.º 26634/03, de 9/1/2007; «Caso MEZL c. República Checa, processo n.º 27726/03, de 9/1/2007.

⁶⁵⁸ Sobre a responsabilidade civil extracontratual do Estado na Administração da Justiça e no exercício da função jurisdicional, vide, também, GOMES, Carla Amado, «A responsabilidade civil do Estado por atos materialmente administrativos praticados no âmbito da função jurisdicional no quadro da Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro», *O Direito*, ano 141, n.º IV, 2009, págs. 801 a 813, «O livro das ilusões: a responsabilidade do Estado por violação do Direito Comunitário, apesar da Lei 67/2007, de 31 de Dezembro», in *Textos dispersos de Direito da responsabilidade civil das entidades públicas*, Lisboa, AAFDL, 2010.

A culpa pode revestir duas modalidades: a) *Culpa grave*, mais séria, quando o autor da conduta ilícita haja atuado com dolo ou diligência e zelo manifestamente inferiores a que se encontrava obrigado em razão do cargo (art. 8.º, n.º 1 do RRCEE); b) *A culpa leve*, menos séria, não está definida na lei, ocorrendo quando o autor da conduta ilícita haja atuado com diligência e zelo inferiores, mas não manifestamente inferiores, a que se encontrava obrigado. Note-se que a lei, a fim de facilitar a responsabilização, estabelece uma presunção, com base na qual a autoria de um ato jurídico ilícito ou o incumprimento de deveres de vigilância faz presumir a culpa leve (art. 10.º, n.ºs. 2 e 3 do RRCEE).

A eventual contribuição do lesado para a produção do facto danoso ou para o agravamento dos danos – aquilo que se designa por concorrência da culpa do lesado – pode conduzir a redução ou mesmo exclusão do direito a indemnização. Para o efeito, considera-se existir culpa do lesado sempre que este não tenha utilizado os meios processuais ao seu alcance para eliminar o ato jurídico gerador dos prejuízos (art. 4.º do RRCEE). Esta distinção é fulcral para a repartição da responsabilidade.

A responsabilidade civil extracontratual é exclusiva do Estado:

- i) Quando o autor da conduta ilícita haja atuado no exercício da função administrativa e por causa desse exercício, com culpa leve (art. 7.º, n.º1 do RRCEE);
- ii) Quando os danos causados sejam imputáveis ao funcionamento anormal do serviço, mas não tenham resultado de um comportamento concretamente determinado ou não seja possível apurar a respetiva autoria (art. 7.º, n.º 3 do RRCEE).

Já quando o autor da conduta ilícita haja atuado com dolo ou culpa grave, no exercício das suas funções e por causa desse exercício, o Estado ou outra entidade pública *são solidariamente* responsáveis com o titular do órgão, funcionário ou agente (art. 8.º, n.º 2 do RRCEE)⁶⁵⁹.

Mantendo-se a regra de que o Estado ou outra entidade pública poderá ser obrigado a pagar a totalidade da indemnização determinada pelo tribunal, mantém-se também o direito de regresso, relativo às quantias que deveriam ter sido pagas pelo titular do órgão, funcionário ou agente. Sublinhe-se ainda que o *direito de regresso* corresponde a um poder vinculado, que a administração tem obrigatoriamente de exercer (arts. 3.º, 8.º, n.º 3, 6.º, n.º 1 e 14.º do RRCEE).

⁶⁵⁹ Sobre a solidariedade da obrigação de indemnizar, vide, também, MIRANDA, Jorge, MEDEIROS, Rui, *Constituição Portuguesa Anotada*, ob. cit., págs. 214-216.

c) O *Dano* – quanto a este requisito importa referir que o dano pode ser classificado em *danos ou encargos especiais e anormais*. Consideram-se especiais os danos ou encargos que incidam sobre uma pessoa ou um grupo, sem afetarem a generalidade das pessoas, e anormais os que, ultrapassando os custos próprios da vida em sociedade, mereçam, pela sua gravidade, a tutela do direito (art. 2.º do RRCEE).

Com efeito, os danos anormais podem incluir tanto o dano patrimonial como o moral ou não patrimonial, bem como os danos já produzidos e os danos futuros, nos termos gerais de direito (art. 3.º, n.º 3 do RRCEE).

Os danos não patrimoniais são as consequências normais, ainda que não automática, da violação do direito à decisão em prazo razoável e presume-se como existente, sem necessidade de dele fazer prova, sempre que a violação tenha sido objetivamente constatada. Ocorrem em praticamente todos os casos de atraso significativo na atuação da justiça, merecem, em princípio, a tutela do direito, não sendo de minimizar na respetiva relevância, sem prejuízo de prova em contrário, ou de diferente causalidade, em cada caso. Esta forte presunção é ilidível, havendo casos em que a duração excessiva do processo provoca apenas um dano moral mínimo ou, até, nenhum dano moral, sendo que, então o juiz nacional deverá justificar a sua decisão, motivando-a suficientemente⁶⁶⁰.

Relativamente aos danos patrimoniais, cabe ao requerente a prova em juízo do primeiro tipo de dano, provando também que o dano emergente e o lucro cessante a ressarcir é consequência imediata e direta da duração excessiva do processo. Todavia, se a parte que invoca a lesão alegar e procurar provar mais danos do que os comuns, mas não conseguir provar que os sofreu, nem por isso fica prejudicada no direito à indemnização que resulta da presunção natural de um dano moral relevante, salvo quando se provar, em concreto, que este não ocorreu.

Deve frisar-se, outrossim, que o TEDH teve já oportunidade de esclarecer que a duração razoável corresponde, em princípio, a duração média de um processo, devendo, também em princípio, a duração média em primeira instância corresponder a três anos, ou dois anos e sete meses, se entendermos as causas em matéria laboral ou relativas a pessoas.

⁶⁶⁰ Exemplos da fundamentação do entendimento do TEDH neste quadro: Acs. do TEDH, «*Caso Riccardi Pizzati c. Itália*», processo n.º 62361/00, de 29/03/2006; «*Caso Apicella c. Itália*», processo n.º 64890/01, de 29/03/2006.

No que respeita à duração média em todo o processo, em princípio, deve corresponder a um período que medeia entre quatro a seis anos, salvo casos especiais, em que dois anos podem significar duração excessiva, tomando em consideração particulares direitos ou interesses próprios do caso⁶⁶¹.

Similarmente, na determinação do *quantum* da reparação o TEDH já afirmou, em termos gerais, que a duração (em anos) de um processo se apura no seu conjunto e não isoladamente por cada ano de atraso, sendo que por cada ano de demora deve existir uma reparação que, quanto ao dano moral, pode variar entre 1.000 € a 1.500 €, independentemente da sorte da ação perante o juiz nacional⁶⁶². Note-se, todavia, que este cálculo constitui apenas uma base de partida da valoração, podendo aumentar para 2.000 € tendo em conta a importância da matéria que é objeto da lide ou diminuir conforme não existe grande relevância dos interesses em jogo ou o comportamento do requerente justifique a demora, afigura-se equitativo fixar a indemnização em valor inferior a 1.000 €⁶⁶³. Assim, há casos em que a fixação do *quantum* pelo TEDH foi muito inferior aos 1.000,00 € por ano de demora, chegando por vezes aos 500 € por ano de demora.

d) O *nexo de causalidade* – para que haja obrigação de indemnizar pelo atraso na aplicação da justiça será necessário que se demonstre a existência da generalidade dos requisitos da responsabilidade civil extracontratual incluindo o nexo de causalidade entre o atraso na tramitação do processo e o dano.

O nexo de causalidade é o facto de existir alguma circunstância que poderá causar anormalidade no andamento do processo. Verifica-se o nexo de causalidade

⁶⁶¹ Cf. FONSECA, Isabel Celeste M., *Processo temporalmente justo*, ob. cit., págs. 328-329.

⁶⁶² Vide, Acs. do TEDH, «*Caso Scordino c. Itália*» processo n.º 36813/97, de 29/03/2006.

⁶⁶³ Sobre Casos de indemnizações totais atribuídas correspondentes a valores inferiores a 1000 Euros por cada ano de demora do processo. Acs. do TEDH, («*Caso Apicella c. Itália*» em que para um processo que demorou 12 anos foi atribuída uma indemnização total de 9.800 Euros); («*Caso Giuseppe Mostaccinello*» onde foi atribuída uma indemnização total de 11.900 Euros decorrentes de 15 anos de demora processual); («*Caso Ernesto Zullo*» arbitrada uma indemnização total de 6.364 Euros por danos resultantes de 9 anos de demora do processo); e, por fim («*Caso Concchiarella*») foi atribuída uma indemnização total de 5.600 Euros por danos decorrentes de 8 anos de demora processual). Ao que parece ser uma crítica à jurisprudência do TEDH é a posição de HENRIQUES GASPAR ao referir que é preocupante o caldo de cultura que vem com o TEDH, a armadilha da mercantilização do contencioso dos direitos humanos. Os direitos humanos deixaram de ser a afirmação de princípios e passaram a ser para atribuir dinheiro. Os critérios de reparação do tribunal europeu deixaram de ser reparação moral para ser retribuição de dinheiro. Entende aquele autor que no fundo essa questão do prazo razoável é fácil, é barato, dá milhões e está a ser uma indústria de alguma advocacia. Aquele autor cita como perfeito para exemplificar o «*Caso Silva Gonçalves e Neves Dias c. Portugal*», em que o TEDH condenou Portugal em vários milhares de euros sem que houvesse uma violação efetiva do prazo razoável. Houve uma pendência fictícia e aparente do processo. Cf. GASPAR, António Henriques, *Direito a um Processo Justo e Equitativo*, ob. cit., pág. 29.

adequado quando haja relação direta entre o excessivo atraso (facto ilícito) e o dano (prejuízos) que o recorrente teve de suportar relativamente àquele tempo de duração do processo considerado não razoável. Contudo, não se verifica o nexo de causalidade adequada entre o atraso da justiça e o dano, quando resulta dos autos que se o processo tivesse demorado menos anos a(o) recorrente teria visto satisfeito a sua pretensão de forma diversa do que vier a ser feita.

Neste quadro, somos naturalmente compelidos a concluir que, tem-se verificado um progresso desde a ratificação da Convenção Europeia dos Direitos Humanos por Portugal em 1978, com vista a responsabilização do Estado pelos danos causados aos particulares pela demora e mau funcionamento da função jurisdicional, implicando uma maior confiança e credibilidade no papel garantístico do Estado e reforça a convicção de que vale a pena reagir contra a morosidade da justiça e o *status quo* em prol de uma justiça efetiva.

4. Algumas considerações gerais sobre o dever de reparação

De tudo quanto se referiu neste capítulo, ficou demonstrado que o conceito de prazo razoável computa alguns critérios essenciais para a sua configuração.

No que toca a complexidade do processo, que pode resultar da complexidade material da dificuldade da questão, complexidade das provas, complexidade do número de arguidos, de testemunhas e de intervenientes, do número de atos praticados, do número de instituições envolvidas na investigação – a morosidade pode ser justificável até certo limite.

Quanto ao comportamento dos sujeitos processuais que influenciam negativamente a advocação do processo, ou seja, que usam manobras processuais de forma abusiva para protelar o andamento do processo, temos um problema bastante complexo⁶⁶⁴. Como vimos, a advocação razoável do processo pode ser negativamente influenciado pelo comportamento de um dos sujeitos processuais, causando prejuízo a outra parte. Essa nunca se poderá ser responsabilizada ou pelo menos essa parte não é aqui refletida.

A questão que se coloca é a de saber como que a autoridade judiciária (o juiz ou o MP como for os casos) que tem a direção do processo, pode fazer tendo em conta aquilo que é a equidade na direção do processo. E, se havia mecanismos ou meios

⁶⁶⁴ Baseamos na reflexão de GASPARG, António Henriques em: *Direito a um Processo Justo e Equitativo*, ob. cit., pág. 29

processuais que podiam ser utilizados para prevenir ou impedir aquele comportamento ou as consequências daquele comportamento e não fizeram, aí o Estado é responsável?

Atendendo aos critérios de condenação do Estado por violação do direito a uma decisão judicial em prazo razoável que é cada vez mais exíguo, talvez fosse o caso de o TEDH na fixação deste tipo de violações, determinar que o sistema deve estar organizado para impedir situações desta natureza, em que a duração excessiva do processo foi causada por um dos sujeitos processuais porque utilizou abusivamente o processo prejudicando a outra parte. É uma questão pertinente que quem sabe poderá ser discutida futuramente.

Outra observação, é que só há responsabilidade civil por parte do juiz se o processo não for conduzido nos termos que deveria ser conduzido. No caso de se verificar a condução do processo por parte dos magistrados nos termos em que devia ser conduzido, nomeadamente os tempos certos na prática dos atos, e mesmo assim, houver uma excessiva duração do processo, isto pode ser por exemplo devido a negligência da secretária, ou pode ser devido a outros fatores que no nosso ponto de vista são objetivos mas que não são objetivos do ponto de vista dos critérios da determinação da responsabilidade civil do juiz, nomeadamente no que respeita a fonte do serviço.

Posto isto, cabe-nos sufragar que, se os serviços não estão bem organizados, se os tribunais estão sobrecarregados, se é preciso mais magistrados ou se é preciso mais tribunais, é da responsabilidade do Estado e não dos juízes. Essa responsabilidade do Estado determina que Ele seja responsável por esta violação do direito à decisão em prazo razoável. Ou seja, não significa que haja, ou tenha de haver sempre, uma culpa personalizada neste ou naquele agente em concreto. Como refere JOÃO AVEIRO PEREIRA, na maior parte dos casos existe «culpa do serviço», imputável à estruturação da «máquina» judiciária burocrática, à falta de pessoal ou outras causas, em virtude do que o Estado não consegue satisfazer a procura de justiça pela sociedade⁶⁶⁵.

O Estado é responsável pela organização do seu sistema judiciário de modo que tenha as condições de responder eficazmente as demandas que chegam aos tribunais. Ou seja, neste caso independentemente da inexistência de culpa dos juízes pelo funcionamento anormal da justiça, o Estado responde civilmente pela reparação dos prejuízos causados ao lesado segundo os órgãos da Convenção e o RRCEE de 2007,

⁶⁶⁵ PEREIRA, João Aveiro, ob. cit., pág. 188. Também no caso estudado «FP-25 de Abril», pudemos constatar que a morosidade dos magistrados é muito reduzida em relação a morosidade dos funcionários judiciais.

tendo em conta os padrões médios do funcionamento do serviço considerado e as circunstâncias do caso em concreto, fica aquém daquilo que é razoavelmente exigível (arts. 7.º, n.ºs 3 e 4 do RRCEE)⁶⁶⁶.

No que respeita às queixas que chegam ao *Cour* de Estrasburgo a fim de impor uma reparação civil do Estado, ficou demonstrado que, o clássico problema da morosidade assume o topo, o que demonstra que algo precisa ser feito⁶⁶⁷.

Mister referir que, ultimamente tem sido vigoroso o discurso de que a solução para os conflitos de direitos humanos, naturalmente incluindo a violação do direito fundamental à obtenção de uma decisão judicial num prazo razoável não está no Tribunal de Estrasburgo. IRINEU CABRAL BARRETO⁶⁶⁸, juiz português no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, alerta para o facto de o tribunal não ter capacidade de resposta para o elevado número de queixas que recebe. O tribunal tem um excesso de denúncias, que corresponde a uma média anual de 55 mil queixas.

Devido a este excesso o Tribunal tem sido cada vez mais rigoroso nos critérios de admissibilidade das denúncias que são chegadas até ele.

Segundo aquele autor cerca de 90% das queixas são renunciadas, ou porque não são esgotados os meios internos, ou não foram apresentadas no prazo legal de seis meses a contar da data decisão interna definitiva, nos termos do art. 35.º da Convenção, que são requisitos obrigatórios da admissibilidade do recurso, ou ainda porque as queixas não têm qualquer interesse, sendo notoriamente mal fundamentadas e sem conteúdo⁶⁶⁹.

Outra questão importante de se referir, não do ponto de vista da celeridade, é o tempo em média que demora o TEDH para responder uma queixa.

Seguindo a reflexão daquele autor, uma chamada de atenção importantíssima penamos nós já que estamos a falar da celeridade da decisão, em regra, o prazo para a decisão é de 2 anos, mas demora sempre mais. Isto no que se refere às queixas que chegam até ao fim, sendo consideradas como uma violação.

Tratando-se de uma queixa simples são decididas por três juízes e podem ser decididas em 2 anos. Uma queixa mais complexa exige a intervenção de sete juízes, podendo demorar 3 anos até a decisão final. Ainda pode ocorrer que seja precisa uma

⁶⁶⁶ GASPAR, António Henriques, *Direito a um Processo Justo e Equitativo*, ob. cit., pág. 29.

⁶⁶⁷ A este propósito também, BARRETO, Irineu Cabral, CAMPOS, Abel, Portugal e o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, ob. cit., pág. 147.

⁶⁶⁸ BARRETO, Irineu Cabral, ob. cit., pág. 24, Neste sentido, também, FONSECA, Isabel Celeste M., *O direito a um processo à prova de tempo*, ob. cit., pág. 224.

⁶⁶⁹ Ibidem.

audiência ou queixa depois da decisão da secção, vá à chamada Grande Câmara, onde a decisão é tomada não por 7 mas por 17 juízes. Em tais circunstâncias a decisão pode demorar 4 ano⁶⁷⁰.

É sem dúvida muito tempo, ainda mais se considerarmos que naturalmente os processos que chegam ao TEDH já levam uma longa história a nível interno, onde chegam a demorar 2 a 5 anos. Depois pode ser necessário esperar mais ou menos o mesmo tempo para obter uma decisão do Tribunal Europeu⁶⁷¹.

O sujeito lesado pode até vir a ter reparado o seu direito, mas quando chega até ele talvez já não tenha efeito útil. Dai a necessidade de adequação da legislação interna e da prática administrativa e legislativa ao estabelecido na Convenção.

Diz aquele autor que a Constituição portuguesa é adequada a Convenção, o grande problema é a aplicação prática das leis⁶⁷².

⁶⁷⁰ Ibidem.

⁶⁷¹ Ibidem.

⁶⁷² Ibidem, pág. 26.

IX CAPÍTULO. CAMINHOS JURÍDICO-PROCESSUAIS POSSÍVEIS

O estado atual da justiça clama por uma intervenção no sentido de repor a legitimidade dos tribunais e a confiança dos cidadãos numa justiça tempestiva e na segurança jurídica.

O problema do excesso das pendências que se encontram acumulados nos nossos tribunais é uma realidade que revela o lado mais negro da justiça.

A imperiosidade de um *sistema de justiça célere e eficaz*, no que diz respeito ao combate à criminalidade complexa e, principalmente, no plano do tratamento da pequena e média criminalidade, é uma exigência do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva.

Mas, de que modo se pode, num Estado de Direito, reduzir adequadamente o excesso das pendências e a impunidade dos criminosos, sem afetar as garantias de defesa e a estrutura do sistema processual penal? Como poderemos contribuir para o conseguir, desde logo, na fase decisiva de inquérito (instrução)?

Sem pretensão de dar uma resposta acabada, passamos a elencar algumas ideias-chave – em jeito de proposta – para atender aos desafios que o sistema de justiça penal ora enfrenta. Essas ideias que nos parecem a trave-mestra para colmatar a deficiência de um sistema judiciário penal perturbado pelo excesso de pendências.

1. Em Portugal, o reconhecimento da insuficiência das reformas para combater os bloqueios do sistema judicial desencadeou na doutrina a ideia de que a solução para os problemas da justiça em especial a chamada «*crise de credibilidade e legitimidade*», passa por um «Pacto da Justiça» que envolva as diferentes forças políticas (magistrados judiciais e do Ministério Público, Órgãos de Polícias Criminais, advogados, funcionários) no sentido de assumir, de forma consensual, o direito de acesso à justiça como um bem público fundamental, cuja discussão e formulação deve estar acima das diferenças partidárias⁶⁷³.

Esta ideia é defendida, do ponto de vista sociológico, por BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS, no seu artigo «A justiça em Portugal: diagnósticos e terapêuticas»,

⁶⁷³ Este pacto é defendido por FUIGUEIREDO DIAS, alertando para a necessidade de uma ampla discussão do tema dos acordos sobre a sentença e fazendo apelo para a proeminência da mudança do espírito e da mentalidade vigentes, que deve passar por todos nós, a fim enveredarmos por um caminho de colaboração de todos, na finalidade comum de toda a administração judiciária: a melhor e a mais rápida justiça. DIAS, Jorge Figueiredo, Acordos sobre a sentença em processo penal: Um caso exemplar, pág. 260.

tendo ele afirmado que não só concorda com esta ideia como a considera uma via fundamental para a resolução da crise da justiça.

Acrescenta aquele autor que, existem três modos diferentes de diagnosticar os problemas da justiça: *o primeiro* é o diagnóstico sociológico e assente na avaliação sólida e rigorosa do desempenho do sistema judicial e na perceção dos cidadãos sobre o funcionamento dos tribunais e das instituições conexas; *o segundo* é político, e é feito pelos decisores políticos, por analistas e comentadores da comunicação social; *o terceiro* é operacional e está a cargo dos operadores do sistema judicial: magistrados, advogados, funcionários, associações profissionais e Conselhos do poder judicial⁶⁷⁴.

Para o presente estudo, vamos centrar no diagnóstico operacional, que é um tipo de diagnóstico funcional e, frequentemente, reativo.

Creemos que a questão principal prende-se com o conhecimento da justiça que temos, ou seja, consiste em saber de que justiça estamos a falar. Este primeiro passo já foi dado. Ficou dito que, o sistema de justiça penal português, assim como, o cabo-verdiano, são caracterizados por dois tipos de justiça: a *justiça de rotina*, que é aquela que envolve a pequena e média criminalidade, e a *justiça dramática* que envolve a criminalidade mais complexa.

Também demostramos que a justiça de rotina é aquela que ocupa a maior parte da atividade dos magistrados e dos funcionários. Atinge uma percentagem significativa de 99%.

A justiça dramática representa uma pequena fração da atividade judicial e é ela que atrai toda a atenção da comunicação social⁶⁷⁵.

⁶⁷⁴ A relevância deste diagnóstico: o primeiro diagnóstico permite mostrar o funcionamento real do sistema judicial no seu conjunto e saber o que os cidadãos anónimos – que só podem expressar publicamente a sua opinião quando solicitados a responder a um inquérito – pensam sobre a justiça e os seus operadores; o segundo diagnóstico dá-nos a verdade política do sistema judicial. Revela-nos a sensibilidade da classe política sobre o estado e o papel político e institucional da justiça, o modo como formula os problemas da justiça, a prioridade que lhes confere e as soluções que propõe para eles; o terceiro tipo de diagnóstico operacional, é, frequentemente, um diagnóstico reativo, que acontece, em regra, perante uma forte pressão externa. Cf. SANTOS, Boaventura de Sousa, *Justiça em Portugal*, ob. cit., pág. 76-79.

⁶⁷⁵ Neste sentido, JOSÉ SOUTO DE MOURA, escreve «Depois os casos da justiça são notícias, sobretudo, os casos da justiça penal. Como é bom ver, os crimes mais noticiados são os que envolvem figuras com notoriedade pública. Têm em regra uma investigação mais complexa por diferentes razões, e nelas se esgotam todas as possibilidades processuais, com o consequente protelamento do processo. Esses são processos de que se fala, e os processos de que mais se fala são os que mais demoram». Cf. MOURA, José Souto de, *Sobre a justiça e sobre o Ministério Público*. Disponível em <www.stj.pt/ficheiros/estudos/justicaeminpub_soutomoura.pdf>. Acesso em: 23 de Mar. 2017.

Em Portugal, além dos casos reportados por CONCEIÇÃO GOMES, «FP-25 de Abril», «Setúbal Connection» e «M. Pedra», também houve o caso «Casa Pia», e, agora, o caso «José Sócrates», talvez o mais mediático do momento.

Em Cabo Verde, recentemente temos assistido alguns casos mediáticos, tais como, «Voo da Águia», «Lancha Voadora» e «Perla Negra».

Apesar da natureza tendencialmente mais complexa e, em regra, morosa deste tipo de criminalidade, por ser mais difícil de investigar e de fazer prova, em razão (sobretudo) da opacidade gerada pela transnacionalidade e pela utilização de mecanismos virtuais de atuação, o que se verifica é que ainda há uma falta de preparação dos tribunais e dos magistrados em lidarem com este tipo de criminalidade. Assim, torna-se necessário criar um plano prático, eficaz e eficiente que responda a todo o tipo de criminalidade complexa, desde a mais alta criminalidade moderna e sofisticada, ao crime organizado e à corrupção tradicional⁶⁷⁶.

⁶⁷⁶ Como respostas a alta criminalidade a reforma de 2007, introduziu algumas alterações pontuais, mas importantes. Desde logo, redefiniu os conceitos de «criminalidade violenta», «criminalidade especialmente violenta», contra a vida, a integridade física, a liberdade pessoal, a liberdade e autodeterminação sexual ou a autoridade pública (aplicável a crimes puníveis com pena de prisão de máximo igual ou superior a 5 ou 8 anos, conforme os casos), e de «criminalidade altamente organizada» que passou a abranger a criminalidade económica, crimes de associação criminosa, tráfico de pessoas, tráfico de armas, tráfico de estupefacientes ou de substâncias psicotrópicas, a corrupção, o tráfico de influências e o branqueamento de capitais [art. 1.º, als. j), l) e m), respetivamente, do CPP-P], permitindo-se um regime mais gravoso para estes crimes em matéria de prisão preventiva. Sobre este assunto, vide, MARIA, Fernanda Palma, Linhas estruturais da reforma penal, ob. cit., pág. 1372. Nesta última há uma tendência de internacionalização (uma das suas características principal é a transnacionalidade), pelo que a cooperação judiciária e o trabalho em rede internacional e, «*last but not least*», das técnicas e métodos mais avançados de intervenção investigatória torna-se fundamental e assiste-se, hoje, na União Europeia a uma orientação no sentido de se poder obter uma rápida troca de informações entre Estados ou, por exemplo, no terreno do sigilo bancário, a possibilidade de as próprias instituições bancárias acederem às contas dos seus investigados noutros países. Mas constitui também um desafio à capacidade de investigação criminal se adaptar a nova realidade e ultrapassar dificuldades emergentes, através, de uma mudança de paradigma, designadamente no domínio metodológico. É necessário tratar a informação da criminal de forma centralizada. É necessário aumentar a tecnicidade e a especialização dos OPC e do MP, através de novos meios de obtenção de prova, tendo como denominador comum o objetivo de penetrar no interior da organização criminosa, permitindo identificar os seus elementos, conhecer e caracterizar o seu funcionamento, extensão, meios e logísticas e apoios, ligações, *modus operandi*, ações em curso ou planeadas. Também é preciso equipar os DIAP e os TIC com equipamento modernos capazes de responder a criminalidade sofisticada. Cf. BRAZ, José, «Um novo paradigma metodológico na investigação do crime organizado», in *2.º Congresso de investigação criminal*, Almedina Editora, Lisboa, 2009, págs. 337 e segs. De entre outros estudos sobre este tema que fomos citando ao longo do trabalho, vide, MARIA, Fernanda Palma, «Apresentação científica do Congresso», in *2.º Congresso de investigação criminal*, Almedina Editora, Lisboa, 2009, Ibidem, «O princípio do reconhecimento mútuo e o reconhecimento de sentenças e de decisões judiciais na União Europeia», in *Separata de Cooperação judiciária internacional em matéria penal*, Coimbra Editora, 2011, DIAS, Augusto Silva, «Criminalidade organizada e combate ao lucro ilícito», in *2.º Congresso de investigação criminal*, Almedina Editora, Lisboa, 2009, págs. 23-47, FONSECA, Jorge Carlos, «O crime de «lavagem de capitais»: uma perspetiva crítica dogmática e de política criminal, em especial a partir da experiência cabo-verdiana», in *2.º Congresso de investigação criminal*, Almedina Editora, Lisboa, 2009, págs. 263 e segs., RODRIGUES, Anabela Miranda, «Criminalidade organizada – que política criminal?», in *Direito Penal Económico e Europeu: Textos doutrinários*, Vol. III, Coimbra Editora, 2009, pág. 83.

Tornou-se viral o sentimento de desigualdade e impunidade quando, se trata de julgar os ditos «poderosos», o que se reflete essencialmente através da frase: «a justiça para os ricos não funciona ou a justiça só funciona para os pobres».

A referência de eficiência da justiça no combate a criminalidade complexa, muito citada a nível internacional, é o programa de luta contra a corrupção vigente na Itália onde se verificou a maior investigação sobre corrupção sistémica já realizada na Europa, conhecida por «Operação Mãos Limpas» que colocou os magistrados do Ministério Público e, posteriormente todos os magistrados dos tribunais nas primeiras páginas dos jornais. Num só ano, foram detidas e colocadas em prisão preventiva 663 pessoas em Milão e Roma. Eram todas pessoas, económica, social ou politicamente importantes (empresários, políticos, primeiros ministros, ministros, ex-primeiros ministros, etc.)⁶⁷⁷. Vários países têm inspirado nesta operação para combater a criminalidade complexa⁶⁷⁸.

Não obstante, não é esta a principal preocupação no que respeita à morosidade da justiça. Naturalmente que é uma preocupação fundamental, mas não é a principal linha de intervenção, máxime quando vista da perspectiva de pequena e média criminalidade⁶⁷⁹. É aí que se concentram os interesses da esmagadora maioria dos cidadãos que recorram à justiça ou que são envolvidos nela. Voltamos a frisar, não significa que a alta criminalidade não deva ser tratada, mas aquela criminalidade deve ser tratada com igual prioridade⁶⁸⁰.

2- É fundamental a maximização da eficácia no controlo da pequena e média criminalidade, porque, por um lado, seria um erro gravíssimo relegar para segundo plano a sua repressão, sob pretexto, já usual, de insuficiências de recursos humanos e técnicos, bem como a maior perigosidade e alarme social da criminalidade mais grave. A longo prazo, esta opção teria efeitos extremamente perniciosos, uma vez que o cidadão que sofre diariamente na sua pessoa ou na sua propriedade os efeitos desta delinquência sentir-se-ia inseguro e carente de proteção.

⁶⁷⁷ Sobre este assunto, SANTOS, Boaventura de Sousa, *Justiça em Portugal*, ob. cit., pág. 80.

⁶⁷⁸ Para saber mais sobre isso, vide, BARBACETO, Giani, GOMEZ, Peter, TRAVAGLIO, Marco, *Operação Mãos Limpas - A Verdade Sobre A Operação Italiana Que Inspirou A Lava Jato*, Citadel Editora.

⁶⁷⁹ Assim entendeu, também, SANTOS, Boaventura de Sousa, *Justiça em Portugal*, ob. cit., pág. 80.

⁶⁸⁰ Esta posição é consensual tanto do ponto de vista jurídico, como sociológico, desde logo, SANTOS, Hugo Luz dos, «A reforma do Código do Processo Penal de 2013 e o processo sumaríssimo: entre a Law and Economics Posneriana (MDR) e a Maximização da Justiça Consensual (MJC): duas faces da mesma moeda?», *O Direito*, Coimbra, n.º 1, ano 147, 2015, pág. 160.

Por outro lado, a otimização político-criminal das reações que, se supõe assegurar ao delincente primário – normalmente menos perigoso e potencialmente de mais fácil reinserção social – um tratamento favorável relativamente ao reincidente, não pode significar uma diminuição da proteção dos valores ou bens atingidos pela conduta criminosa.

E, por fim, para dar resposta à velha aspiração do descongestionamento dos tribunais, deve-se percorrer dois caminhos essenciais:

– O primeiro, impõe que a perseguição orientada para a criminalidade grave e complexa em que os comportamentos *conlevam* maior perigosidade para a comunidade deve absorver uma maior alocação de meios logísticos e humanos para uma melhor eficiência e qualidade na perseguição desta criminalidade. Na fase de inquérito o MP deve adotar-se uma postura mais intervencionista, definindo estratégias de investigação, fixando objeto do processo, as linhas gerais e o prazo de investigação a prosseguir. Claro que, preferencialmente, essa estratégia deve ser discutida com os OPC especializado, com base no consenso. Também na fase de julgamento, as decisões finais devem ser pormenorizadas e devidamente motivadas no plano fáctico e jurídico.

– O segundo, já implica, naqueles em que a danosidade e o alarme social que provocam são menores, deve recorrer-se, paralelamente, à estruturas processuais dotadas de maior flexibilidade e informalidade e/ou ao desenvolvimento de mecanismos de celeridade, economia processual, diversão, consenso e oportunidade, sob pena de, por objetiva incapacidade de resposta, se fazer colapsar ou retardar excessivamente o sistema⁶⁸¹.

Em síntese, para a criminalidade bagatelar ou de massa, deve-se criar catálogos de «*boas práticas*», que influem uma maior utilização dos mecanismos de oportunidade, celeridade e consenso que já estão previstos nos Códigos de Processo Penal, por forma a que seja concretizada uma justiça mais funcional e baseada em evidências.

Por um lado, isto traduzir-se-ia na pacificação social abalada por esta criminalidade e, por outro lado, numa prossecução assente na racionalização, maximização e otimização de mecanismos processuais. Esta compreensão das coisas talvez nos ajude a melhor entretecer a teia, sempre frágil, da luta contra a criminalidade.

3- É preciso também repensar o próprio sistema da justiça criminal, aliás faz-se mesmo necessário estabelecer a sua reestruturação, no sentido de aumentar a sua

⁶⁸¹ Neste sentido, também, SIMÕES, Euclides Dâmaso, ob. cit., pág. 37.

eficiência, celeridade e economia, que deve assentar numa mudança de paradigma, principalmente na reflexão de transportar para o nosso sistema a prática da *guilty plea*.

A experiência internacional de países como a Alemanha, a Inglaterra e a Itália, onde vigora o sistema da justiça penal negociada como forma de dar resposta à pequena e média criminalidade, constitui prova do sucesso deste mecanismo. Possibilitaria, por via consensual e da desjudicialização, simplificar e conferir maior celeridade ao processo penal, sem se afetar os fundamentos constitucionais, nem sequer o respetivo modelo acusatório. Também pela sua natureza consensual possibilitaria a redução dos recursos. Só assim, permitirá o cumprimento cabal do princípio constitucional de direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva, e ao mesmo tempo, «descarregar» os tribunais da «litigação de massa» e melhorar o seu desempenho. Esta seria uma solução inteligente não só da perspetiva funcional, mas também social, uma vez que reúne a participação e colaboração dos sujeitos processuais, mormente o arguido e a vítima.

Como vimos, a institucionalização da justiça negociada em Portugal já é vista como uma forma de cumprir os desígnios da celeridade e eficiência, por vários teóricos de direito, juristas e doutrinadores conceituados. Como um dos principais defensores desta solução em Portugal está FIGUEIREDO DIAS⁶⁸².

Ficou explícito, também, que na seara interpretativa da jurisprudência do art. 6.º, n.º 1 da CEDH, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos não se opõe à materialização de mecanismos de contingências que se impõem por imperativo de celeridade processual e judiciária, e de cujo cumprimento traduz-se numa melhor satisfação de respostas da justiça, na perspetiva de concretização do direito a uma decisão em prazo razoável. Não se opõe nomeadamente, à política de «desjudicialização» e a possibilidade de organizar um pré-tratamento não jurisdicional de assunto de matéria penal, nem à limitação de vias de recurso jurisdicional, nem à validade de processos simplificados em função da natureza, urgência e importância do objeto do processo e nem à fundamentação sumária de sentenças em certas circunstâncias e atendendo a importância do litígio.

Ainda, no âmbito do Conselho da Europa tem sido adotado diversas Recomendações no sentido de impor aos Estados-Membros a implementação de medidas processuais dotadas de celeridade e simplificação, por forma a cumprir as finalidades do processo penal e com vista a repor a paz jurídica.

⁶⁸² DIAS, Jorge de Figueiredo, *Acordos Sobre a Sentença*, ob. cit., pág. 38.

CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

De tudo que ficou expendido ao longo deste trabalho, estamos em condições de formular as seguintes conclusões:

1. O processo penal deve ter condições para dar respostas justas e imediatas no desenlace do pleito, devendo ser tempestivo e efetivo, na medida em que tem como finalidade a pacificação social obtida com a solução do conflito e a viabilização do direito penal.

Apesar de se registar alguma evolução positiva na prestação jurisdicional, de uma forma geral, tanto o Processo Penal português como o cabo-verdiano apresentam deficiências de produtividade e de celeridade uma vez que não conseguem atender satisfatoriamente aos conflitos de interesse que lhes são apresentados.

É facto que parte desses problemas resulta do excesso de processos-crime entrados nos tribunais. Todavia, a questão de fundo está na gestão dos sistemas *maxime* por parte do Ministério Público na fase do inquérito (instrução).

A lei processual penal apresenta virtualidades não aproveitadas. O modelo dualista dos Códigos de Processo Penal mostra-se, em parte, adequado para enfrentar a criminalidade de massa, com procedimentos caracterizados pela diversidade, simplicidade, oportunidade e consenso, reservando os meios mais pesados para a criminalidade complexa. Esta dualidade mostra-se justa e não ofende o princípio da igualdade, porque mantém uma relação de proporcionalidade entre o formalismo e as garantias, por um lado, e a gravidade das sanções por outro.

Os métodos de diversão além de apresentarem vantagens do ponto de vista da celeridade e economia processual permitem a individualização da pena, ou seja, a determinação da medida adequada ao caso em concreto, contribuindo para a justiça e eficácia do próprio processo penal, além de privilegiar a inclusão da vítima como um sujeito processual (na figura do assistente), com possibilidade de oposição aos termos da suspensão provisória do processo.

Apesar destes institutos sofrerem influências do direito comparado, de países como a Alemanha, a Inglaterra e a Itália, onde vigoram o sistema de justiça penal negociada, do *guilty plea* (*plea bargaining*) anglo-saxónico, é possível afirmar que inexistente ainda a negociação de sentença criminal em Portugal e Cabo Verde. A concordância que se exige do arguido para aplicação dos institutos do arquivamento do processo em caso de dispensa de pena e da suspensão provisória do processo não se

confunde com a negociação, pois nos nossos sistemas o arguido não participa na determinação da pena ou da culpa, que é competência exclusiva do juiz. O acolhimento da justiça negociada poderá ser uma solução viável.

Outra medida de diversão, certamente de uma eficácia impar, é a mediação penal, em vigor em Portugal, pela Lei n.º 21/2007, de 12 de Junho, aplicável aos processos-crime que dependam de acusação particular.

É necessário uma maior aplicabilidade do princípio da economia processual, por forma a evitar as práticas frequentes de atos inúteis, tanto nas fases preliminares, como no julgamento e nos recursos, que em nada contribuem para as garantias de defesa e a descoberta da verdade material, servindo apenas para protelar o normal andamento do processo.

Torna-se imperativo criar um sistema de controlo e fiscalização do cumprimento dos prazos processuais pelos magistrados judiciais. Os prazos, que a lei fixar clara e razoavelmente, para à descoberta da verdade material e a proteção dos interesses dos sujeitos processuais em jogo, devem ser respeitados, sob pena do dever de responsabilização pelos incumprimentos de forma proporcional.

No inquérito (instrução em Cabo Verde), devem praticar-se apenas os atos relevantes e necessários para a descoberta da verdade. Sempre que se verificarem os pressupostos exigidos por lei deve-se dar preferência aos institutos de oportunidade, consenso e os processos especiais.

Na instrução (ACP em Cabo Verde), consideram-se apenas os atos indispensáveis para comprovar a subsistência dos pressupostos da acusação ou do requerimento instrutório, devendo indeferir-se tudo que não interessar ou sirva apenas para protelar o andamento do processo.

Igualmente, no julgamento só devem ser produzidos os meios de prova cujo conhecimento seja indispensável à descoberta da verdade material e boa decisão da causa, devendo sempre que não for o caso ser rejeitados os requerimentos de prova irrelevantes ou supérfluos, de obtenção impossível ou com finalidade meramente dilatória. Também deve-se dar prevalência as medidas de oportunidades e celeridade, nomeadamente uma confissão integral e sem reserva do arguido, ou, as medidas de intervenção mínima do direito penal (trabalhos comunitários, indemnização, etc.), desde que tais medidas sejam adequadas e suficientes para a reparação do dano e evitar a reincidência.

Nas instâncias superiores só devem ser admitidos os recursos penais devidamente fundamentados e carecidos de uma segunda apreciação, devendo-se ser rejeitados quando manifestamente infundado, ou quando não apresentam qualquer contributo para a descoberta da verdade material, servindo apenas para protelar o andamento do processo. Deve ser privilegiado o regime de subida imediata.

De igual modo, impõe-se que haja mecanismos de responsabilização dos sujeitos processuais que usem manobras dilatórias e de má-fé para a não realização da justiça.

2. O incidente da aceleração processual criado pelo legislador destinado a recuperar processos que se encontrem em situações de morosidade, pode ser um recurso suscetível de ser utilizado em caso de duração excessiva de um processo-crime. O pedido pode ser dirigido ao Procurador-Geral da República ou ao Conselho Superior da Magistratura, consoante a fase em que o processo se encontre, produzindo efeitos meramente administrativo. Todavia, ainda que a decisão conclua pela existência de atrasos injustificados, ela não produz efeitos sobre os atos do processo nem determina um desvio ou alteração ao normal decurso do processo.

Contudo, o incidente da aceleração processual por si só não pode traduzir-se num meio suficiente e proeminente para remediar a violação do direito à decisão em prazo razoável, pois, na verdade, o seu maior efeito consiste apenas na competência genérica dos Conselhos Superiores da Magistratura para estabelecerem prioridades no processamento de causas pendentes nos tribunais e adotar ou propor medidas disciplinares.

Ainda, outra via possível poderá ser a apresentação de uma queixa ao Provedor de Justiça solicitando uma intervenção deste junto dos Conselhos referidos e dos tribunais administrativos.

Em Cabo Verde, depois de esgotadas todas as vias de recursos ordinários, outro meio suscetível, agora de natureza judicial, é o recurso de amparo dirigido ao Tribunal Constitucional. O Pedido pode ser feito para exigir uma indemnização pelos prejuízos causados. A tramitação é simples e tem carácter urgente.

3. Em Portugal, o RRCEE determina expressamente que a infração do direito à decisão em prazo razoável suscetível de causar prejuízos ao recorrente constitui o Estado em responsabilidade civil, em forma solidária. Todavia, o direito de regresso só ocorre quando o processo não for conduzido nos termos normais. Se a tramitação do processo seguir todos os trâmites normais, nomeadamente, os prazos legais para a

prática dos atos processuais, o incumprimento não pode ser imputável ao juiz. Mas não isenta o dever de reparação do Estado.

O Estado responde pelo funcionamento anormal ou defeituoso da administração da justiça (*faute de service*), pois está incumbido a Ele o dever de organização do sistema judiciário de modo a oferecer as condições de responder eficazmente as demandas. Se o sistema de justiça penal não responde às evidências dos tempos atuais, se os serviços não estão bem organizados, se os tribunais estão sobrecarregados, se é preciso mais juízes ou mais funcionários ou se é preciso mais tribunais, ou ainda, se há insuficiência de condições físicas e meios colocados à disposição do tribunal, é ao Estado que deve ser imputado a responsabilidade.

As ações por violação do direito da prestação jurisdicional num prazo razoável são, em instância nacional, da competência dos tribunais administrativos. Esgotadas todas as vias de recursos interno, ou caso estas não tiverem exercido uma decisão satisfatória, os particulares podem, ainda, no prazo de seis meses, apresentar uma queixa junto do TEDH (arts. 6.º, n.º 1, 13.º e 35.º n.º 1, da CEDH), com vista à obtenção de uma decisão declarativa de existência de violação do direito à decisão em prazo razoável (vinculativa para o Estado português) e, caso se verifiquem as circunstâncias previstas no art. 41.º da CEDH, o arbitramento de uma indemnização.

É consensual na doutrina e na jurisprudência que não existe um conceito genérico do que seja o «prazo razoável». A primeira observação cabível a esse respeito é que se trata de um vocábulo jurídico abstrato e indeterminado.

Tem sido defendido que, para efeito da aferição da verificação da violação do prazo razoável, não se pode tomar automaticamente como referência o prazo legal fixado para a prática de um ato ou fase processual, sob pena de considerarmos como fonte anormal do funcionamento da justiça todo e qualquer atraso ou incumprimento de prazos processuais pelos tribunais ou pelos sujeitos processuais.

A apreciação do cômputo prazo razoável e, consequentemente, a averiguação da sua violação, exige, portanto, um processo de avaliação *in concreto* e numa perspetiva global, implicando não só a análise dos prazos legalmente estabelecidos, mas também, a duração do processo judicial em consonância com os pressupostos (ilicitude, culpa, nexos causalidade entre o facto ilícito e dano) e os critérios desenvolvidos pela jurisprudência do TEDH para a determinação da razoabilidade do prazo razoável (complexidade do processo, comportamento das partes, atuação das autoridades competentes no processo, o interesse da causa para o requerente – urgência na decisão).

Assim, a fixação destes critérios impede construções abstratas do prazo razoável, obrigando à aplicação dos critérios precedentes do caso concreto para determinar, desta forma, a sua violação. Da apreciação global desses critérios resultará um juízo positivo ou negativo sobre a violação do direito à decisão em prazo razoável.

Para efeito de contagem da duração do processo toma-se como ponto de partida a data da entrada do processo no tribunal e, como ponto de chegada a data em que se verificou a prolação da decisão definitiva que põe termo à causa. Devem ser contabilizadas todas as instâncias, inclusive os recursos.

4. O fenómeno da morosidade da justiça não é de todo um problema exclusivo do processo penal, porém ele porta neste âmbito consequências muito particulares.

Numa primeira perspetiva, põe em causa a presteza da decisão penal e da aplicação da pena, na medida em que dificulta a descoberta da verdade material e restringe a produção probatória, fatores indispensáveis ao cumprimento da finalidade do próprio processo penal.

Numa outra perspetiva, afeta as garantias de defesa do arguido impondo a redução ao mínimo a duração de um processo, corolário do princípio da presunção de inocência enquanto regra de tratamento do arguido. Prolonga inevitavelmente a situação de indefinição em que o arguido se encontra, aumentando o perigo de uma estigmatização e adulteração irreversível da sua identidade. Toda essa morosidade pode culminar no compromisso com uma carreira de delinquente, constituindo-se uma punição em si mesma, além de contribuir para disseminar um sentimento de injustiça, de impunidade e de incerteza na sociedade.

Mas é também do interesse da vítima e da sociedade que a justiça seja pronta, por forma a estabelecer uma relação de confiança entre *Estado-arguido-vítima* e sociedade em geral.

Enfim, não só retarda como prejudica a reparação dos direitos violados com a prática do crime, direitos esses cujos seus valores não são negligenciáveis, uma vez que o direito penal apenas salvaguarda bens jurídicos primordiais.

Com efeito, a celeridade também não é, de *per si*, elemento exclusivo do processo. E isso deve ficar bem claro. Contudo, é certo que nenhum sistema de justiça pode prescindir de um nível mínimo, melhor, aceitável de funcionalidade e celeridade, sob pena de sua deslegitimação. Assim, deve-se respeitar o valor constitucional conferido à dignidade da pessoa humana já que, esse sim, constitui um fim em si. Consequentemente, o plano da celeridade deve ser relativizado ou, pelo menos,

enquadrado no contexto das finalidades do processo penal e das penas. Como tem sido sustentado pela doutrina, o processo penal é certamente instrumento do direito penal. É através dele que este se realiza. A *instrumentalidade* do processo confronta-se, pois, com a *substantividade* dos direitos e garantias que terá de respeitar. Daí que, o processo penal nunca poderá ser encarado exclusivamente como um instrumento de política criminal.

Mas continuemos. A celeridade do processo não significa duração breve. Ou seja, tramitação veloz não se dá necessariamente em tempo razoável, já que o órgão jurisdicional não pode comprometer a plena defesa e o contraditório, devendo assegurar aos sujeitos o devido processo legal. A duração processual no mais «curto prazo» é apenas desejada em nome da eficiência da justiça na concretização dos fins do processo penal, devendo compatibilizar-se com as exigências de um processo equitativo e as garantias de defesa do arguido.

Por conseguinte, a duração razoável do processo nada mais é do que aquela duração necessária e adequada ao deslinde da causa, levando-se em consideração todas as suas peculiaridades, visto que de nada valeria um pronunciamento judicial célere, porém ineficaz. Também não é de bom-tom do ponto de vista da eficiência do processo penal e das garantias de defesa que a justiça seja demasiadamente apressada, desajuizada e irrefletida, sem que haja tempo hábil para a produção de provas e alegações dos sujeitos processuais, com total cerceamento de defesa. A justiça requer o seu tempo para se promover a investigação, bem como para os sujeitos processuais exercerem o contraditório e o aplicador do direito aos casos criminais refletir.

Torna-se imperioso buscar o ponto de equilíbrio entre a celeridade e a segurança jurídica, objetivando a efetividade da prestação jurisdicional, sem enxovalhar os outros direitos e/ou princípios constitucionalmente consagrados.

Feitas estas imprescindíveis ressalvas, parece-nos óbvio que do fundamento daquele princípio, podemos retirar algumas conclusões fundamentais: a celeridade apresenta duas vertentes: *uma subjetiva* – porque ela realiza o direito no caso concreto, correspondendo o interesse individual dos sujeitos (o arguido e a vítima) enquanto intervenientes no processo penal; *outra objetiva* – ela repõe as expetativas da comunidade na funcionalidade, eficácia e vigência da justiça penal e no respeito pelo bem jurídico lesado pelo infrator. Permita-se-nos acrescentar *uma terceira* – ela previne a litigiosidade: uma justiça lenta aumenta a esperança do delinquente de que um dia a sua situação prescreverá e ele ficará impune.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMY, Pedro, «Prescrição e segurança jurídica: considerações iniciais», *Temas Atuais e Controvertidos – Doutrina e Jurisprudência*, Vol. 4, Livraria do Advogado Editora, Porto Alegre, 2013.

AGUIAR, Francisco, «Direito ao recurso, graus de jurisdição e celeridade processual», *O Direito*, n.º 2, ano 138, 2006, págs. 295-311.

ALEXANDRINO, José de Melo, *A Estruturação do Sistema de Direitos, Liberdades e Garantias na Constituição Portuguesa*, Vol. I – Raízes e Contexto, Coimbra, 2006.

_____, *Os tribunais e a defesa dos direitos fundamentais: reflexões em torno da experiência cabo-verdiana*, (texto da conferência proferida no Colóquio universitário “18 Anos de Estado Constitucional de Direito Democrático, organizado pelo Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais, na Cidade da Praia, em 24 de Setembro de 2010, para assinalar os 18 anos da Constituição da República de Cabo Verde), FDUL, págs. 1-20. Disponível em <<http://www.fd.ulisboa.pt/.../Alexandrino-Jose-de-Melo-Os-tribunais-e-a-defesa-dos-direitos>>. Acesso em 20 de Jun. 2015.

_____, *Direitos Fundamentais – Introdução geral*, 2.ª Edição, Principia Editora, 2015.

_____, *A Hermenêutica dos Direitos Humanos*, (texto revisto na conferência proferida sobre o Curso “Tutela dos Direitos Humanos e Fundamentais” entre 11 e 13 de Janeiro de 2011), FDUL, págs. 1-23. Disponível em: <<http://www.fd.ulisboa.pt/.../Alexandrino-Jose-de-Melo-Hermeneutica-dos-Direitos-Humano>>. Acesso em 20 de Jun. 2015.

ALLDRIDGE, P., «Reform movements in criminal procedure and the protection of human rights in England», in (Comunicação apresentada no colóquio subordinado ao título Les mouvements de réforme de la procédure pénale et la protection des droits de l'homme, realizado em Toledo de 1 a 4 Abril de 1992), *Revue Internationale de Droit Penal, Nouvelle Série*, année 64 (3 et 4 trimestres), Toledo, 1993, págs. 1115-1125.

ALBUQUERQUE, José P. Ribeiro de, *A gestão do inquérito. Instrumentos de consenso e celeridade: consenso, celeridade e simplificação como instrumento de gestão processual*, (texto proferido no Workshop realizado pelo CEJ em 25 de Maio de 2006), Évora, 2008. Disponível em: <http://www.pgdlisboa.pt/novidades/files/gestao_inquerito_albuquerque.pdf>. Acesso em: 02 de Jun. 2016.

_____, *Simplificação, celeridade e consenso no processo penal*, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, 2012.

ALBUQUERQUE, Catarina, TELES, Patrícia Galvão, «Portugal e os Direitos Humanos», *O direito e a justiça em ação: Portugal no ordenamento jurídico internacional*, Janus 2004: anuário de relações exteriores, págs. 124-125.

ALBUQUERQUE, Paulo Pinto, *Comentário do Código de Processo Penal, à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, 4ª Edição atualizada, Lisboa, Universidade de Cabo Católica Editora, 2011.

_____, *Sete teses sobre a reforma do processo penal*. Disponível em <<http://www.ucp.pt/site/resources/documents/Docente%20-%20Palbu/Dez%20Máximas.pdf>>. Acesso em: 22 de Nov. 2016.

ALENCAR, Layana Dantas de et al, «A responsabilidade pessoal do juiz pela morosidade da prestação jurisdicional», *Polêm!ca*, Vol. 12, n.º 1, 2013. Disponível em <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/5301/3903>>. Acesso em: 22 de Mar. 2016.

ALMADA, David Hopffer, «A justiça em Cabo Verde, 30 anos depois», *Cabo Verde Três Décadas Depois*, Número Especial, Ano VIII, 2007, Praia, (org. Jorge Carlos Fonseca), págs. 183-190.

ÁLVAREZ, Yuiria Saavedra, «El Sistema Africano de Derechos humanos Y de Los Pueblos», *Anuario Mexicano de Derecho Internacional*, Vol. III, (Instituto de Investigaciones Jurídicas Unam), 2008, págs. 671-712. Disponível em <<http://biblio.juridicas.unam.mx/revista/pdf/DerechoInternacional/8/cmt/cmt20.pdf>>. Consultado em: 02 de Mai. 2016.

ALVES, Jorge de Jesus Ferreira, *Morosidade da justiça: como podem ser indemnizados os injustiçados por causa da lentidão dos Tribunais à luz da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e da Legislação Nacional*, Porto, Legis Editora, 2006.

ALVES, Rogério, «Os recursos em processo penal: uma espécie em vias de extinção?» in III Congresso de Processo Penal (coordenador Manuel Monteiro Guedes Valente; comissão científica Manuel da Costa Andrade... [et al.]), Coimbra, Almedina, 2010, págs. 307-315.

ANDRADE, José Carlos Vieira de, *Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*, 2.ª Edição, Almedina, 2001.

_____, «Algumas reflexões sobre os direitos fundamentais, três décadas depois», *Anuário Português de Direito Constitucional*, ano V, 2006, págs. 121-141.

_____, «Consenso e oportunidade: (reflexões a propósito da suspensão provisória do processo e do processo sumaríssimo)», in Centro de Estudos Judiciários, *Jornadas de Direito Processual Penal: O Novo Código de Processo Penal*, Livraria Almedina, Coimbra, 1995, págs. 317-358.

_____, *Sobre as Proibições de Prova em Processo Penal*, 1.ª Edição (Reimpressão), Coimbra Editora, 2013.

ANDRÉ, Adélio Pereira, *Defesa dos direitos e acesso aos tribunais*, Livros Horizonte Editora.

ANDRADE, José. «El sistema africano de protección de los derechos humanos y de los pueblos», *Serie: Estudios Básicos de Derechos Humanos*, Vol. VI, 2002, págs. 448-462. Disponível em <<http://biblio.juridicas.unam.mx/libros/4/1840/30.pdf>>. Consultado em 22/05/2015.

ANDRADE, Vieira, «A responsabilidade indemnizatória dos poderes públicos, Estado de Direito, Estado Social, Estado Fiscal», in Estudos em homenagem ao Prof. Doutor José

Joaquim Gomes Canotilho, Vol. I, Coimbra, Coimbra Editora, 2012.

ANGELINI, Roberto, «A negociação das penas no Direito Italiano (o chamado patteggiamento)», *Revista Julgar*, ano 19, (Jan.-Abr.), Coimbra Editora, 2013, págs. 221-229.

ANTUNES, M. J., «La réforme de la procédure pénale et la protection des droits de l'homme au Portugal», in (Comunicação apresentada no colóquio subordinado ao título Les mouvements de réforme de la procédure pénale et la protection des droits de l'homme, realizado em Toledo de 1 a 4 Abril de 1992), *Revue Internationale de Droit Pénal, Nouvelle Série*, année 64 (3 et 4 trimestres), Toledo, 1993, págs. 1271-1287.

ANTUNES, Maria João, «As garantias do arguido no processo penal português», *O direito e a justiça em ação: O poder judicial e o exercício da justiça*, Janus 2004: anuário de relações exteriores, págs. 188-189.

ARAÚJO, Rui, «Reflexões sobre a defesa e a acusação no processo penal aplicado em Cabo Verde», *Revista Cabo-Verdiana de Direito*, n.º 4, ano I, 1990, págs. 13-15.

ARUS, Francisco Bueno, «Panorama moderno de la pena de prisión», *Boletim da Faculdade de Direito, Coimbra*, Vol.70, 1994, págs. 247-268.

_____, «La posición de la víctima en el moderno sistema penal», *Boletim da Faculdade de Direito, Coimbra*, Vol.70, 1994, págs. 369-388.

ARMENTA DEU, Teresa, *Criminalidad de bagatela y principio de oportunidad: Alemania y España, Promociones y Publicaciones Universitaires*, in prólogo de Claus Roxin, 1.ª Edição, Barcelona, 1991.

_____, *Principio acusatorio y derecho penal*, Publicaciones del Instituto de Criminología de la Universidad de Barcelona, J.M. Bosch Editor, Barcelona, 1995.

AZEVEDO, Belmiro Mendes de, «O impacto económico da morosidade judicial: reflexões para uma reforma urgente», in *Novas exigências do processo civil*, (org.) celeridade e eficácia, *Associação Jurídica do Porto (AJP)*, Porto, AJP, 2007, págs. 265-282.

_____, «A Nova Constituição Processual Penal», *Revista da Ordem dos Advogados*, 1988, págs. 425-448. Disponível <em <https://portal.oa.pt/upl/%7Bfb2bda40-2883-4766-a66d-a671b126eb50%7D.pdf>>. Acesso em: 06 de Abr. de 2017.

BARRETO, Ireneu Cabral, «A solução para o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem não está em Estrasburgo: entrevista de Ana Isabel Cabo», *Boletim da Ordem dos Advogados*, Lisboa, n.º 74 (Jan.), 2011, págs. 24-28.

_____, CAMPOS, Abel, «Portugal e o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem», *O direito e a justiça em ação: A construção de uma justiça internacional*, Janus 2004: anuário de relações exteriores, págs. 146-147.

BRAUNSCHWEIG, A., «La procédure pénale en droit français», in (Comunicação apresentada no colóquio subordinado ao título Les mouvements de réforme de la procédure pénale et la protection des droits de l'homme, realizado em Toledo de 1 a 4 Abril de 1992),

Revue Internationale de Droit Pénal, Nouvelle Série, année 64 (3 et 4 trimestres), Toulouse, 1993, pág.1089-1113.

BRAZ, José, «Um novo paradigma metodológico na investigação do crime organizado», in *2.º Congresso de investigação criminal*, Almedina Editora, Lisboa, 2009, págs. 337-347.

BECCARIA, Cesare, *Dos Delitos e Das Penas*, (tradução de José de Faria Costa), 3.ª Edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2009.

BELEZA, Teresa, *Apontamentos de Direito Processual Penal*, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, Lisboa, 1992.

BOLINA, Helena, «Razão de ser, Significado e Consequências do princípio da presunção de inocência (art. 32.º, n.º 2, da CRP)», *Boletim da Faculdade de Direito, Coimbra*, Vol.70, 1994, págs. 433-461.

BRANCO, Isabel Maria Fernandes, *Considerações acerca da aplicação do instituto da suspensão provisória do processo*, Universidade Portucalense, Lisboa, 2013.

BRITO, Wladimir, «A revisão da Constituição de 1992», *Direito e Cidadania*, n.º 9, ano III, (Mar.-Jun.), 2000, págs. 165-184.

CAEIRO, Pedro, «Legalidade e oportunidade: a perseguição penal entre o mito da “justiça absoluta” e o fetiche da “gestão eficiente” do sistema», *Revista do Ministério Público*, n.º 84, ano 21, (out./Dez.), 2000, págs. 31-47.

CANOTILHO, J. J. Gomes, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 7.ª Edição (Reimpressão), Almedina Editora, 2017.

CATARINO, Luís Guilherme, *A responsabilidade do Estado pela Administração da Justiça*, Coimbra, Almedina, 1999.

CARBALLO-CALERO, Ricardo Fernández, «Dilaciones indebidas en el proceso penal y atenuante analógica del art. 21.6ª del Cuerpo Punitivo», *Revista del poder judicial*, n.º 86 (2.trim.), Madrid, 2007, págs. 63-82

CARVALHO, Anette Penna de, *O direito ao prazo razoável no procedimento administrativo português: um contributo ao direito brasileiro*, Relatório de doutoramento para a cadeira de Direito Administrativo apresentado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2007.

CARVALHO, Daniel Proença, «A justiça como pilar do Estado de direito», *Políticas Públicas em Portugal*, Edição Imprensa Nacional-Casa Moeda (INCM) – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), 2012, págs.195-205.

CARVALHO, João de, et al, «A morosidade da Justiça Brasileira nos julgamentos dos processos de pessoas idosas», *Revista do Instituto do Direito Brasileiro*, n.º 3, ano 1, 2012, págs. 1225-1256.

CÁSTAN, María Luisa Marín, «La polémica cuestión de la determinación del “plazo razonable” en la administración de justicia, Comentario a la Sentencia del Tribunal Europeo

de Derechos Humanos de 13 de julio de 1983», *Revista Española de Derecho Constitucional*, n.º 10, año 4, (Janeiro-Abril), 1984, págs. 215-227. Disponível em <www.cepc.gob.es/publicaciones/revistas/revistaselectronicas>. Acesso em 31 de Mar. 2016.

CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS, *Relatório do seminário sobre a morosidade da Justiça*, realizado no Centro de Estudos Judiciários em 5 e 6 de Fevereiro de 1991, Textos, Lisboa, Vol. 1, 1990-1991, págs. 241-249.

CHIAVARIO, M., «Les mouvements de réforme du procès pénal et la protection des droits de l'homme en Italie», in (Comunicação apresentada no colóquio subordinado ao título Les mouvements de réforme de la procédure pénale et la protection des droits de l'homme, realizado em Toledo de 1 a 4 Abril de 1992), *Revue Internationale de Droit Pénal, Nouvelle Série*, année 64 (3 et 4 trimestres), Toulouse, 1993, pág.1193-1211.

CHIMUCO, Armindo Moisés, *Morosidade no processo penal*, Lobito, Escolar Editora, 2014.

COMISSÃO NACIONAL PARA OS DIREITOS HUMANOS E A CIDADANIA, *Relatório Nacional de Direitos Humanos*, Praia, 2010.

CONSELHO SUPERIOR MAGISTRATURA JUDICIAL DE CABO VERDE, *Relatórios Anuais Sobre a Situação da Justiça em Cabo Verde*, anos 1996 a 2016.

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CABO VERDE, *Relatórios Anuais Sobre a Situação da Justiça em Cabo Verde*, anos 2014 a 2016.

CORREIA, Eduardo, *Direito Criminal*, Vol. I (reimpressão), Coimbra, Almedina Editora, 2016.

_____, *Direito Criminal*, Vol. II (reimpressão), Coimbra, Almedina Editora, 2016.

COSTA, António Almeida, «Alguns princípios para um direito e processo penais europeus», *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, n.º 2, ano 4, (Abr.-Jun.), 1994, págs. 199-215.

COSTA, Eduardo Maia, «Interrupção da prescrição do procedimento criminal: Relevância do interrogatório do arguido no inquérito na instrução no domínio do CP de 1982 (versão originário) e do CPP de 1987», (comentário aos acórdão do Tribunal Constitucional, n.º 205/99, de 7/04/1999; n.º 285/99 de 11/05/1999; e n.º 122/2000 de 23/02/2000), *Revista do Ministério Público*, n.º 84, ano 21, (Out.-Dez.), Lisboa, 2000, págs. 172-178.

_____, «Algumas reflexões (in)tempestivas em final de milénio», *Revista do Ministério Público*, n.º 84 ano 21, (Out.-Dez.), Lisboa, 2000, págs. 7-13.

_____, «Justiça negociada: Do logro da eficiência à degradação do processo equitativo», *Julgar*, n.º 19, (Jan.-Abr.), Coimbra Editora, 2013, págs. 87-97.

COSTA, J. M. Nogueira da, «Novas tecnologias e prática processual», *Revista do Ministério Público*, Lisboa, n.º 127, ano 32, (Jul.-Set.2011), págs.221-241.

_____, «As relações entre o Ministério Público e a Polícia: a experiência portuguesa», (Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Joaquim Gomes Canotilho), *Boletim da*

Faculdade de Direito, Coimbra, Vol.70, 1994, págs. 221-246.

_____, «O Direito Penal e o Tempo (Algumas Reflexões dentro do nosso tempo e em redor da prescrição)», *Boletim da Faculdade de Direito*, Volume comemorativo do 75.º Tomo, 2003.

_____, *Diversão (desjudicialização) e mediação: que rumos?*, in Separata do Vol. LXI (1985), Coimbra, 1986.

_____, «A criminalidade em um mundo globalizado: ou plaidoyer por um direito penal não-securitário», in *Direito Penal Económico e Europeu: Textos doutrinários*, Vol. III, Coimbra Editora, 2009, págs. 113-126.

_____, «Apontamentos para umas reflexões mínimas e tempestivas sobre o direito penal hoje», *Revista de legislação e de jurisprudência*, n.º 3958, ano 139, (Set.-Out.), 2009, págs.48-55.

COSTA, José Gonçalves da, «Recursos», in Centro de Estudos Judiciários, *Jornadas de Direito Processual Penal: O Novo Código de Processo Penal*, Livraria Almedina, Coimbra, 1995, págs. 401-471.

COSTA, Salvador da, «Responsabilidade civil por danos derivados do exercício da função jurisdicional», in Texto da comunicação apresentada no Colóquio “Carreira dos Juizes – Perspetivas de futuro”, organizado pelo Fórum Permanente Justiça Independente, no dia 23 de Janeiro de 2009, em Lisboa.

COUTINHO, Luís P. Pereira, «Sobre a restrição aos direitos fundamentais», in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Sérvulo Correia*, Vol. I, Edição da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Coimbra Editora, 2010, págs. 557-574.

CUNA, Ribeiro José, *Lições de Direito Processual Penal*, Moçambique, Escolar Editora, 2014.

CRUZ, Nuno Gundar da, «Breves considerações sobre a irreversibilidade por efeito da morosidade da justiça, dos efeitos resultantes do decretamento de providência cautelar de tipo antecipatório», *Revista Julgar*, n.º 19, (Jan.-Abr.), Lisboa, 2013, págs.127-148.

DAMACENO, Ludmila Barros, *O modelo burocrático e a gestão judiciária: caminhos para a celeridade processual*, Bacharela em Ciências Económicas; Curso de Pós-Graduação em Gestão da Inovação no Setor Público/UESB e Digitadora da Ila Vara dos Juizados Especiais Cíveis e de Defesa do Consumidor da Comarca de Vitória da Conquista, situada no Fórum João Mangabeira, 2011.

DELGADO, José Pina, «Constituição de Cabo Verde de 1992 – Fundação de uma República Liberal de Direito, Democrática e Social», in Estudos em Comemoração do XXº Aniversário da Constituição de Cabo Verde, págs. 111-155. Disponível em: <<http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2016/02/LOPE-cabo-verde-75.pdf>>. Acesso em: 02 de Mar. 2017.

DELMAS-MARTY, Mireille, *Procesos Penais de Europa, (Alemania, Inglaterra y Países de Gales, Bélgica, Francia, Italia)*, in Association de Recherches Pénales Européennes (ARPE),

(traducción de Pablo Morenilla Allard), Editorial Edijus, 2000.

DIAS, Jorge de Figueiredo, *Direito Processual Penal*, Vol. I (reimpressão da 1ª Edição de 1974), Coimbra, Coimbra Editora, 1984.

_____, *O novo código de processo penal*, Ministério da Justiça, Centro para o Acesso ao Direito, (Textos Jurídicos), in *Separata sobre o novo código de processo penal*, (Conferência proferida pelo Prof. Doutor Jorge de Figueiredo Dias no Auditório do G.E.P. do Ministério da Justiça no dia 9 de Abril de 1987), 1987.

_____, *La protection des droits de L'Homme dans la Procédure Pénale Portugaise*, Lisboa, 1980.

_____, A Revisão Constitucional e o Processo Penal, in *A Revisão Constitucional*, os Tribunais, Lisboa, 1981.

_____, *Direito Penal Português, As Consequências jurídicas do crime*, (2.ª Reimpressão), Coimbra Editora, 2009.

_____, *Direito Penal, Parte Geral*, Tomo I, 2.ª Edição, Coimbra Editora, 2007.

_____, «Lei Criminal e o Controlo da criminalidade», *Revista da Ordem dos Advogados*, n.º I – III, ano 36, (Jan.-Dez.), 1976.

_____, «Para uma Reforma Global do Processo Penal Português»: *Para uma nova Justiça Penal*, Coimbra, 1983.

_____, *Direito Processual penal*, Lições coligadas por Maria João Antunes, Secção de Textos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1988-9.

_____, «Sobre o Estado Atual da Doutrina do Crime», 2.ª Parte, *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, n.º 1, ano 2, (Jan.-Mar.), 1992.

_____, «Sobre os sujeitos processuais no novo Código de Processo Penal», in Centro de Estudos Judiciários, *Jornadas de Direito Processual Penal: O Novo Código de Processo Penal*, Livraria Almedina, Coimbra, 1995, págs. 3-34.

_____, «Os princípios estruturantes do processo e a revisão do Código de Processo Penal», *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, n.º 2, ano 8, (Abr.-Jun.), Coimbra Editora, 1998, págs. 199-213.

_____, «O Processo Penal Português: Problemas e Perspetivas», in *Que Futuro para o Direito Processual Penal?*, *Simpósio em Homenagem a Jorge Figueiredo Dias por ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal Português*, Coimbra Editora, 2009.

_____, *Acordos sobre a sentença em processo penal: O “fim” do Estado de Direito ou um novo “princípio”?*, Porto, Conselho Distrital do Porto, Coleção Virar de Página, 2011.

_____, «Acordos sobre a sentença em processo penal: Um caso exemplar das relações entre o Direito Processual Penal e o Direito Constitucional» in *Boletim da Faculdade de Direito de*

Coimbra, *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Joaquim Gomes Canotilho*, Studia Iuridica, ano 103, Ad Honorem – 6, Coimbra, Coimbra Editora, 2012, 259-280.

_____, ANDRADE, Manuel da Costa, «Limites ao Direito de Defesa, O Direito de defesa em Processo Penal» *Revista da Ordem dos Advogados*, n.º I, ano 52, Abril, 1992.

_____, *Criminologia, O Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena*, (2.^a Reimpressão), Coimbra Editora, 1997.

_____, ANDRADE, Manuel da Costa, *Questões Fundamentais. A doutrina geral do crime*. Apontamentos e materiais de estudo da cadeira de Direito Penal segundo as lições dos Profs. Doutores Jorge Figueiredo Dias e Manuel da Costa Andrade, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1996.

DIAS, Augusto Silva, «Medidas Cautelares no novo Código de Processo Penal de Cabo Verde», (3.º módulo), in *Direito Processual Penal de Cabo Verde, Sumários do Curso de Pós-Graduação sobre o no Processo Penal de Cabo Verde*, coord. Augusto Silva Dias e Jorge Carlos Fonseca, (Praia, Fevereiro-Abril de 2007), Coimbra, Almedina Editora, 2009, págs. 201-220.

_____, «A prisão preventiva após a revisão de 2007 do Código de Processo Penal: foi superada a crise?», (Texto correspondente à intervenção no Colóquio sobre a reforma do Código de Processo Penal de 2007, realizado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa) in *Estudos em Honra do Professor José de Oliveira Ascensão*, org. António Menezes Cordeiro Pedro País de Vasconcelos e Paula Cota Silva, Vol. II, Coimbra, Almedina, 2008, págs. 1378-1393.

_____, «Criminalidade organizada e combate ao lucro ilícito», in *2.º Congresso de investigação criminal*, Almedina Editora, Lisboa, 2009, págs. 23-47.

_____, «Modernas tendências da política criminal em matéria de desjuridicização e descarcerização; a experiência portuguesa», *Revista Cabinda Universitária*, n.º 3-4, (Jun.-Ago.), Centro Universitário de Cabinda Editora, Angola, 2008, págs. 41-44.

FARIA, Catarina Alexandra das Neves, *O direito a que a causa seja apreciada num prazo razoável estatuído no artigo 6º, nº 1 da CEDH : o aprofundamento deste direito através da jurisprudência do TEDH e a repercussão desta no aperfeiçoamento dos sistemas judiciais*, Tese de mestrado, Direito Internacional e Relações Internacionais, Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, 2015.

FARIA, Paulo Ramos de, «O ciclo de vida de uma ação nos tribunais norte americanos», *Revista Julgar*, n.º 19, (Jan.-Abr.), Coimbra Editora, 2013, pág.181-188.

FERNANDES, Antonio Scarance, *Efetividade, Processo Penal e Dignidade Humana*, Tratado Luso-Brasileira da Dignidade Humana, (Coord. António Marques da Silva), Editora Quartier Latin do Brasil, São Paulo, 2008, págs. 527-542.

FERREIRA, Fátima Ribeiro, *Regime dos procedimentos para cumprimento de obrigações pecuniárias*, Coimbra, Livraria da Universidade, 1998.

FERREIRA, Manuel Cavaleiro de, *Curso de Processo Penal*, Vol. 2.º, Lisboa, Danúbio Editora, 1986.

FERREIRA, António Manuel da Rocha, «Jurisprudência do Tribunal Constitucional em matéria penal e processual penal» in Centro de Estudos Judiciários, *Ações de formação contínua – Jurisprudência Internacional e Constitucional Penal e Processual Penal*, (org. Francisco Mota Ribeiro e outros), Lisboa, 2015. Disponível em: <http://www.cej.mj.pt/.../penal/Jurisprudencia_Internacional_Constitucional_Penal_Processual>. Acesso em: 01 de Mai. 2016.

FILHO, Rui da Silva Leal, *Recursos no Processo Penal, Que alterações?*, Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados, Braga, Universidade do Ninho, 2005. Disponível em: <<http://www.oa.pt/Uploads/%7B0A38EADD-5927-45C0-A31F-F4631A2AB805%7D.pdf>>. Acesso em: 22 de Nov. 2016.

FIDALGO, Sónia, «O consenso no processo penal: reflexões sobre a suspensão provisória do processo e o processo sumaríssimo», *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, n.ºs 2 e 3, ano 18, (Abr.-Set.), 2008, págs. 277-315.

FONSECA, Jorge Carlos, «“Processo Penal – Que reforma?”», (Conferência Nacional da Justiça, realizada no dia 10 a 14 de Novembro, na cidade na Praia, a I Conferência Nacional de Justiça, organizada pelo Ministério da Justiça e da Administração Interna), *Revista de Direito e Cidadania*, n.º 3, ano I, (Março-Junho), 1998, Praia, págs. 281-284.

_____, *Um novo Processo Penal para Cabo Verde: Estudos sobre o Anteprojeto de Novo Código de Processo Penal*, AAFDL, 2003.

_____, «O Novo Direito Processual Penal de Cabo Verde. Dados de um percurso. Estrutura e princípios fundamentais», (1.º módulo), in *Direito processual penal de Cabo Verde, Sumários do Curso de Pós-Graduação Sobre o Novo Processo Penal de Cabo Verde*, Praia, (fevereiro-abril de 2007), coord. Augusto Silva Dias e Jorge Carlos Fonseca, Coimbra, Almedina Editora, 2009, págs. 7-161.

_____, «O crime de “lavagem de capitais”: uma perspetiva crítica dogmática e de política criminal, em especial a partir da experiência cabo-verdiana», in *2.º Congresso de investigação criminal*, Almedina Editora, Lisboa, 2009, págs. 263-294.

_____, «Estado de Direito Democrático, Direitos Fundamentais e o instituto do ombudsman – uma introdução ao tema: “ombudsman – quadro normativo e experiência institucional», *Direito e Cidadania*, n.º 8, ano III, (Nov. 1999/Fev. 2000), págs. 109-122.

FONSECA, Graça, SILVA, Mariana Vieira da, «A diminuição da litigância e de pendências nos tribunais ameaça os direitos e as garantias dos cidadãos?», *Políticas públicas de justiça*, in *Políticas públicas em Portugal*, (org.) Maria de Lurdes Rodrigues, Pedro Adão e Silva, Lisboa, INCM, D.L. 2012, pág. 187-194.

FONSECA, Isabel Celeste M., «O direito a um processo à prova de tempo: um apelo à Kairos», in (Ars iudicandi: estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Castanheira Neves, (org.) Jorge de Figueiredo Dias, José Joaquim Gomes Canotilho, José de Faria Costa), *Boletim da Faculdade de Direito*, Vol. 3, Coimbra, Coimbra Editora, 2008,

págs. 201-247.

_____, *Processo temporalmente justo e urgência: contributo para a autonomização da categoria da tutela jurisdicional de urgência na justiça administrativa*, Coimbra, Almedina Editora, 2009.

_____, «A propósito do direito à prolação de sentença em prazo razoável: a ausência de posição do Tribunal Constitucional», *Revista de direito público*, n.º 2, ano 1, (Jul.-Dez.), 2009, págs. 63-90.

FRÁGUAS, Helder, *Se a justiça falasse*, Book-Tree Editora, 2011.

GABINETE DE JUÍZES ASSESSORES DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA ASSESSORIA CÍVEL, «A responsabilidade civil extracontratual do Estado na jurisprudência das Secções Cíveis do Supremo Tribunal de Justiça», in Sumários de acórdão de 1996 a 2012.

GABRIEL, Fernando Cruz, «Análise estatística da morosidade judicial (1990-2002)», *O direito e a justiça em ação: O poder judicial e o exercício da justiça*, Janus 2004: anuário de relações exteriores, págs. 188-189.

GARRONE, Fanny, «La Carta Africana de Derechos Humanos y de los pueblos», *Revista Española de Derecho Internacional*, Vol. 36, 1984.

GASPAR, António Henriques, «Direito a um Processo Justo e Equitativo: prazo razoável na administração da justiça, absoluta igualdade de armas e efetiva defesa oficiosa, Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem: Casos Nacionais», in Série Formação Contínua, *Centro de Estudos Judiciários Editora*, Lisboa, 2013. Disponível em <www.cej.mj.pt/.../Jurisprudencia/Jurisprudencia_Tribunal_Europeu_Direitos_Homem....>

_____, «Processos especiais», in Centro de Estudos Judiciários, *O Novo Código de Processo Penal, Jornadas de Direito Processual Penal*, Livraria Almedina, Coimbra, 1995, págs. 361-377.

GOMES, Canotilho, *O problema da responsabilidade do Estado por atos lícitos*, Coimbra, 1974.

_____, «Responsabilidade civil extracontratual do Estado: pressupostos de responsabilidade civil extracontratual do Estado: facto ilícito, culpa, dano e nexó causalidade», *Revista de Legislação e Jurisprudência*, n.º 3799, ano 123.º, (Fev.), Coimbra, 1991, págs. 293-307.

GOMES, Carla Amado, «A responsabilidade civil do Estado por atos materialmente administrativos praticados no âmbito da função jurisdicional no quadro da Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro», *O Direito*, n.º IV, Ano 141, 2009, págs. 801-813.

_____, «O livro das ilusões: a responsabilidade do Estado por violação do Direito Comunitário, apesar da Lei 67/2007, de 31 de Dezembro», in Textos dispersos de Direito da responsabilidade civil das entidades públicas, Lisboa, AAFDL, 2010.

GOMES, Conceição, *O tempo dos tribunais: Um estudo sobre a morosidade da justiça*,

Coimbra Editora, 2003.

GONÇALVES, M. Maia, *Código de Processo Penal Anotado, Legislação Complementar*, 17.^a Edição (Revista e atualizada), Coimbra, Almedina, 2009.

GROSSI, Ana Cláudia, «Pode o acordo ser uma solução para os problemas da morosidade e sobrecarga da Justiça?: subsídios para um debate, a partir da experiência alemã», *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n.º 114 ano 23, (Maio-Jun.), São Paulo, 2015, págs.133-171

HESPANHOL, Manuel Joaquim de Oliveira Pinto, «Crise económica e tempo da justiça: os recursos e o processo laboral», *Revista Julgar*, n.º 21, (Set.-Dez.), Lisboa, 2013, págs.151-158.

HANSUNGULE, Michelo, *African courts and the African Commission on Human and Peoples' Rights*, 2010. Disponível em [http://www.kas.de/upload/auslandshomepages/namibia/Human Rights in Africa/8 Hansungule.pdf](http://www.kas.de/upload/auslandshomepages/namibia/Human_Rights_in_Africa/8_Hansungule.pdf)>. Consultado em 26 de Dez. 2016.

ISCA, Frederico, *Alteração substancial dos factos e sua relevância no processo penal português*, Coimbra, Almedina, 1992.

IONILTO, Pereira Do Vale, *Princípios Constitucionais do Processo Penal: Na Visão do Supremo Tribunal Federal*, Editora Método, São Paulo, 2009.

JESCHECK, Hens-Heinrich, *Tratado de Derecho Penal, Parte Geral*, 4.^a Edição, (trad. de José Luís Manzanares Samaniego), Editorial Comares, Granada, 1993.

JUNIOR, J. M. de Araujo, «Los movimientos de reforma del procedimiento penal y la protección de los derechos del hombre en Brasil», in (Comunicação apresentada no colóquio subordinado ao título Les mouvements de réforme de la procédure pénale et la protection des droits de l'homme, realizado em Toledo de 1 a 4 Abril de 1992), *Revue Internationale de Droit Pénal, Nouvelle Série*, année 64 (3 et 4 trimestres), Toledo, 1993, págs. 970-992.

KANT, Immanuel, *Fundamentação da metafísica dos costumes*, (tradução de Paula Quintela), Edições 70, Lda., 2007. págs. 68-72. Disponível em <https://professorredmarfilosofia.files.wordpress.com/2012/02/kante-fundamentacaodametafisicadoscostumes-trad-pauloquintela-edicoes70-120p.pdf>>. Acesso em: 11-05-2017.

KAUFMANN, Artur, «A problemática da filosofia do Direito ao Longo da história», in A. Kaufmann, W. Assemer (org.), *Introdução à Filosofia do direito e à teoria do direito contemporâneas (tradução de Marcos Keel e Manuel Seca de Oliveira)*, revisão científica e coordenação de António Manuel Hespanha, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

KEETHARUTH, Sheila B., *Hechos Destacados Del Sistema Africano De Derechos Humanos Con Especial Referencia Al Tribunal Africano De Derechos Humanos Y De Los Pueblos*, 2008. Disponível em http://www.icam.es/docs/web3/doc/DDHH_PonenciaSheilaKeetharouthEeMmayo2011.pdf>. Consultado em 26 de Dez. 2016.

LEITE, André Lamas, *A Mediação Penal de Adultos: Um Novo “Paradigma da Justiça?”, Análise Crítica da Lei 21/2007, de 12 de Junho*, Coimbra Editora, 2008.

LEONARDO, Maria Laura S. Maia, «Memórias breves dum passado judicial recente» *Revista Julgar*, Lisboa, n.º 8, (Maio-Ago.2009), págs. 217-223.

LIMA, Aristides R., LIMA, Aristides R. Lima, «Justiça e Política – quem guarda os guardas?» *Constituição, Democracia e Direitos Humanos*, Praia, 2002, págs. 279-285.

_____, «O País dá-se bem com os Direitos Humanos» *Constituição, Democracia e Direitos Humanos – Discursos de representação e outros textos*, Praia, 2004.

LIMA, Joaquim Pires, *Considerações acerca do direito à decisão em prazo razoável*, Lisboa, 1990, págs. 671-701. Disponível em <<https://portal.oa.pt/upl/%7Bd704c67c-deb6-4bc5-b858-7852d48ba894%7D.pdf>>. Acesso em: 05 de Mai. 2017.

LUCAS, Belarmino António Ferreira, «A resolução não Judicial de litígios, em especial, os pequenos conflitos, e descongestionamento dos tribunais», in (Comunicação apresentada no Fórum sobre a Justiça, organizada pela Associação dos Magistrados cabo-verdianos, em São Vicente, entre 18 e 19 de Julho de 1996), *Revista de Direito e Cidadania*, n.º 1, ano I, (Julho-Outubro de 1997), Diretor, Jorge Carlos Fonseca, Praia, Cabo Verde, págs. 207-218.

_____, «Anteprojeto de Novo Código de Processo Penal de Cabo Verde – Do julgamento e dos recursos – Breve análise», *Direito e Cidadania*, n.ºs 10-11, ano 4, Praia, (Jul.2000.-Fev.2001), págs. 345-352.

LÚCIO, A. Laborinho, «Sujeito do Processo Penal (Algumas considerações)», in Centro de Estudos Judiciários, *O Novo Código de Processo Penal, Jornadas de Direito Processual Penal*, Livraria Almedina, Coimbra, 1995, págs. 35-58.

MACHETE, Pedro, «A responsabilidade da Administração por facto ilícito e as novas regras de repartição do ónus da prova», *Cadernos de Justiça Administrativa*, n.º 69, (Maio-Jun.), 2008, Braga, págs.30-40.

MADLENER, Kurt, «Meios e métodos para alcançar-se no processo penal as metas de “prazo razoável” e de “celebridade”: observações a respeito da justiça alemã», in *Que futuro para o direito processual penal? Simpósio em homenagem a Jorge de Figueiredo Dias, por ocasião dos 20 Anos do Código de Processo Penal Português*, Coimbra Editora, 2009, págs. 645-670.

MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DESTRITO JUDICIAL DO PORTO, *Código de Processo Penal, Comentários e Notas Práticas*, Coimbra Editora, 2009.

MARQUES, Mário Reis, «A dignidade humana: minimum invulnerável ou simples cláusula de estilo?» *Boletim da Faculdade de Direito, Volume comemorativo do 75.º Tomo, 1994, Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Joaquim Gomes Canotilho*, 2.Vol., Coimbra, Coimbra Editora, 2012, págs. 407-429.

MARRANA, Rui Miguel. «O direito a um processo equitativo no quadro dos direitos fundamentais: regime e jurisprudência recente», *Lusíada. Direito* (Porto), n.ºs 1-2, 2015, págs. 127-149. Disponível em

<<http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/ldp/article/viewFile/2023/2138>>. Acesso em: 23 de Mar. 2016.

MATIAS, Cláudia Isabel Ferraz Diaz, *A suspensão provisória do processo: o regime legal e perspectivado*, Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, na área de especialização de Ciências Jurídico-Forenses, Coimbra, 2014.

MATTA, Saragoça da, «“Old ways and New Needs”? ou “New Needs and Old ways”?», Uma perspectiva das reformas necessária ao Código de Processo Penal Português», *Revista do Ministério Público*, n.º 122, ano 31, (Abr.-Jan.), 2010, págs. 9-40.

MATOS, Inês Lobinho, «A dignidade da pessoa humana na Jurisprudência do Tribunal Constitucional, mormente, em matéria de Direito Penal e Direito Processual Penal», in *Tratado Luso-Brasileiro da Dignidade Humana*, (coord. Jorge Miranda, Marco António Marques da Silva), São Paulo, Editora Quartier Latin do Brasil, 2008, págs. 81-101.

MELO, Vítor, «Direito temporalidade e justiça laboral: Um realçar de algumas especialidades», *Centro de Estudos Judiciários*, Lisboa, n.º 5, (2.º Semestre 2006), págs. 217-229.

MEDEIROS, Rui, *Ensaio sobre a Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado por Atos Legislativos* (reimpressão), Almedina Editora, 1992.

_____, MEDEIROS, Rui, «Direitos, liberdades e garantias e direitos sociais: entre a unidade e a diversidade», in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Sérvulo Correia*, Vol. I, Edição da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2010, págs. 657-683.

_____, MARTINS, Patrícia Frago, *Comentário ao Regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas (comentário ao artigo 7.º, n.º 2)*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2013.

MENDES, Paulo de Sousa, «Os sujeitos processuais no novo Código de Processo Penal de Cabo Verde» (2.º módulo), in *Direito Processual Penal de Cabo Verde, Sumários do Curso de Pós-Graduação Sobre o Novo Processo Penal de Cabo Verde*, Praia, (fevereiro-abril de 2007), coord. Augusto Silva Dias e Jorge Carlos Fonseca, Coimbra, Almedina Editora, 2009, pág. 163-199.

_____, *Lições de direito processual penal*, (2.º reimpressão), Coimbra, Almedina Editora, 2014.

MIRANDA, Jorge, *A Declaração Universal e os Pactos Internacionais de Direitos do Homem*, Livraria Petrony, Lisboa, 1977.

_____, *Manual de Direito Constitucional*, Tomo IV, 3.^a Edição, Coimbra Editora, 2000.

_____, «Tribunais, Juízes e Constituição», *Revista da Ordem dos Advogados*, n.º I, ano 59, 1999, págs. 5-28.

_____, MEDEIROS, Rui, *Constituição Portuguesa Anotada*, Tomo I, Coimbra Editora, 2005.

MOCO, Marcolino, *Direitos Humanos. As Particularidades Africanas*. 2009. Disponível em <<http://www.andhep.org.br/anais/arquivos/Vencontro/gt6/gt06p04.pdf>>. Consultado em: 02 de Mai. 2016.

MONTEIRO, Simão, «Justiça Cabo-Verdiana – 30 anos depois – Uma retrospectiva histórica e uma perspectiva futura», *Cabo Verde Três Décadas Depois*, Número Especial, Ano VIII, 2007, Praia, Cabo Verde, (org. Jorge Carlos Fonseca), págs. 191-261.

MOTA, José Luís Lopes da, «A revisão do Código de Processo Penal», *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Fasc. 2, ano 8, (Abr.-Jun.), Coimbra Editora, 1998, págs. 164-198.

_____, «O novo processo penal na Europa», *Revista do Ministério Público*, n.º 39, ano 10, (Jul.-Set.), Lisboa, 1989, págs.177-184

MOURA, José Souto de, *Acordos em Processo Penal: a propósito da obra “Acordos sobre a Sentença em Processo Penal” do Prof. Figueiredo Dias*, Porto, 2012. Consultado em: <<http://www.pgdlisboa.pt/docpgd/files/acordos%20souto%20moura.pdf>>. Acesso em: 24 de Mar. 2017.

_____, «Inquérito e instrução», in Centro de Estudos Judiciários, *Jornadas de Direito Processual Penal: O Novo Código de Processo Penal*, Coimbra, Livraria Almedina, 1995, págs. 81-145.

_____, *Sobre a justiça e sobre o Ministério Público*. Disponível em <www.stj.pt/ficheiros/estudos/justicaeminpub_soutomoura.pdf>. Acesso em: 23 de Mar. 2017

MORAIS, Carlos Banco de, «A sindicabilidade do direito da União Europeia pelo Tribunal Constitucional português», in *Estudo em Homenagem ao Prof. Doutor Sérvulo Correia*, Vol. I, Edição da Faculdade de Lisboa da Universidade de Lisboa, Coimbra, Editora, 2010, págs. 221-256.

MOREIRA, Vital, CANOTILHO, J.J. Gomes, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, Vol. I, 4.^a Edição (revista), Coimbra Editora, 2007.

MUNÓZ, Riánsarez Lopez, *Dilaciones indebidas y responsabilidad patrimonial de la administración de justicia*, Editorial Comares, 2000.

NALINI, José Renato, *Duração razoável do processo e a dignidade da pessoa humana*, Tratado Luso-Brasileira da Dignidade Humana, (coord. António Marques da Silva), Editora Quartier Latin do Brasil, São Paulo, 2008, pág. 191-202.

NASCIMENTO, Giliardo, *A Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos como principal meio de controlo e proteção no Sistema Africano*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Universidade de Lisboa, 2015. Disponível em <http://www.academia.edu/13950221/A_COMISS%C3%83O_AFRICANA_DOS_DIREITOS_HUMANOS_E_DOS_POVOS_COMO_PRINCIPAL_MEIO_DE_CONTROLO_E_PROTE%C3%87%C3%83O_NO_SISTEMA_AFRICANO>. Acesso em: 21 de Dez 2016.

NASCIMENTO, João Octávio da Rocha, «Nação e Estado na Constituição da República de Cabo Verde», in *A Questão Social no Novo Milénio: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 16, 17 e 18 de Setembro de 2004.

NEVES, António Castanheira, *Sumários de Processo Criminal, (fascículos policopiados)*, Coimbra Editora, 1968.

OLIVEIRA, Roberto da Silva, *A dignidade da pessoa humana, a razoável duração do*

processo e a cooperação jurídica internacional penal: A experiência Luso-Brasileira, Tratado Luso-Brasileira da Dignidade Humana, (coord. António Marques da Silva), Editora Quartier Latin do Brasil, São Paulo, 2008, pág. 507-519.

OLIVEIRA, Pedro Miranda de, «O direito à razoável duração do processo à luz dos direitos humanos e sua aplicação no Brasil» *Jurisprudência catarinense*, Florianópolis, ano 31, n.º 107, (2.trim.), 2005, págs.169-180.

PALMA, Maria Fernanda, «Linhas estruturais da reforma penal. Problemas de Aplicação da Lei processual Penal no tempo», (Texto correspondente à intervenção no Colóquio sobre a reforma do Código de Processo Penal de 2007, realizado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa) in *Estudos em Honra do Professor José de Oliveira Ascensão*, org. António Menezes Cordeiro Pedro País de Vasconcelos e Paula Cota Silva, Vol. II, Coimbra, Almedina, 2008, págs. 1365-1377.

_____, «Direito Processual Penal e Direitos Fundamentais: as Jornadas», in Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados (org.), *Jornadas Direito Processual Penal e Direitos Fundamentais*, Coimbra, Almedina Editora, 2004, págs. 11-13.

MARIA, Fernanda Palma, «Apresentação científica do Congresso», in 2.º Congresso de investigação criminal, Almedina Editora, Lisboa, 2009.

_____, «O princípio do reconhecimento mútuo e o reconhecimento de sentenças e de decisões judiciais na União Europeia», in *Separata de Cooperação judiciária internacional em matéria penal*, Coimbra Editora, 2011.

PATRÍCIO, Rui, «Da prova no novo Código de Processo Penal de Cabo Verde», (4.º módulo), in *Direito Processual Penal de Cabo Verde, Sumários do Curso de Pós-Graduação Sobre o Novo Processo Penal de Cabo Verde* (Praia, fevereiro-abril de 2007), coord. Augusto Silva Dias e Jorge Carlos Fonseca, Coimbra, Almedina Editora, 2009, pág. 221-246.

PEDRO, Ricardo, *Jurisprudência Crítica sobre a Administração da Justiça Morosa: La Storia Continua...*, *Anotação ao acórdão do STA*, processo n.º 0144/13, de 15/05/2013. Disponível em <<http://www.oa.pt/upl/%7B32fc0832-e88d-445e-9523-e1573222f97f%7D.pdf>>. Acesso em: 24 de Mai. 2016.

PEDROSO, João, TRINCÃO, Catarina, DIAS, João, *Tribunais em Sociedade – 2: Por caminhos da(s) reforma(s)*, Observatório Permanente da Justiça Portuguesa (OPJP), Coimbra, Coimbra Editora, 2003.

PEÑA, Diego-Manuel Luzon, «Prevención general, sociedad y psicoanálisis», *Cuadernos de política criminal*, n.º 16, Edersa Editoriales de Derecho Reunidas, Madrid, 1982, págs. 93-105.

PEREIRA, João Aveiro, *A responsabilidade civil por atos jurisdicionais*, Coimbra Editora, 2001.

PIÇARRA, Nuno, *A separação dos poderes como doutrina e princípio constitucional: um contributo para o estudo das suas origens e evolução*, Coimbra, Coimbra Editora, 1989.

_____, «A evolução do sistema de garantia da Constituição em Cabo Verde», in Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor André Gonçalves Pereira, Coimbra, 2006.

PIMENTEL, Sílvia, Em busca da (Re)afirmação da dignidade humana: Processo longo, paulatino, difícil, complexo, Tratado Luso-Brasileira da Dignidade Humana, (coord. António Marques da Silva), Editora Quartier Latin do Brasil, São Paulo, 2008, págs. 443-463.

PINA, Casimiro de, «Direito Justiça e Estado», *Revista Direito e Cidadania*, nº 10/11, ano IV Julho de 2000 a Fevereiro de 2001, Praia, págs. 65-78.

_____, «Cidadania, justiça, tribunais e o projeto social global», *Direito e Cidadania*, n.º 8, ano III, (Nov. 1999/Fev. 2000), págs. 97-98.

PINTO, Ana Luísa, *A celeridade no processo penal: direito a decisão em prazo razoável*, Coimbra Editora, 2008.

PINTO, António Augusto Tolda, *A tramitação processual penal*, 2ª Edição, Coimbra Editora, 2001.

PISANI, Mario, «Celerità nel processo penale italiano, *L'indice penale*, Padova, n.º 2, ano 29, (Maggio-Agosto), 1995, págs. 257-285.

PORFIRIO, Geórgia Bajer Fernandes de Freitas, «Celeridade do processo, indisponibilidade da liberdade no processo penal e prescrição retroativa», *Revista brasileira de ciências criminais*, n.º 45, ano 11, (Out.-Dez.), São Paulo, 2003, págs.115-133.

PORTO, Manuel, SILVA, João Nuno Calvão da, «Apontamentos para uma reflexões mínimas e tempestivas sobre o direito penal de hoje», *Revista de Legislação e Jurisprudência*, n.º 3958, ano 139, págs. 48-55.

QUEIRÓS CAMPOS, Gabriel Silveira de, «Plea bargaining e justiça criminal consensual: entre os ideais de funcionalidade e garantismo», *Revista Eletrónica do Ministério Público Federal*. Disponível em http://www.prrj.mpf.mp.br/.../2012_Penal_Processo_Penal_Campos_Plea_Bargaining.pdf. Acesso em: 13 de Fev. 2017.

QUINTA NOVA, Ana Rita Vieira, *Os Danos Decorrentes da Administração da Justiça: Contributo para o Estudo da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e dos Magistrados*, Tese de Mestrado apresentada na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015.

RAMOS, António Gama Ferreira, «As alterações de 2013 ao Código Penal. Suspensão da prescrição do Procedimento Criminal, Descriminalizações e Neocriminalizações», *As alterações de 2013 ao Códigos Penal e de Processo Penal: uma reforma «Cirúrgica»?* Organização: André Lamas Leite, Coimbra Editora, 2014.

RAMOS, Benfeito, «A garantia da Constituição e a Justiça Constitucional em Cabo Verde», *Direito e Cidadania*, n.º 29, ano X, 2009, págs. 217-238.

RAPOZA, Hon. Phillip, «A experiência Americana do plea bargaining: a exceção transformada em regra» (tradução de Nuno de Lemos Jorge), *Revista Julgar*, n.º 19, (Jan.-Abr.), Coimbra Editora, 2013, págs. 207-220.

REBOLLO, Luis M., «Jueces y Responsabilidad del Estado: el artículo 121 de la Constitución», *Centro de Estudios Constitucionales*, 1983.

REIS, Angelita Maria Carolina Rodrigues dos, *Política pública da justiça: morosidade x necessária mudança de mentalidade: uma visão luso-brasileira*, Relatório de estágio de mestrado, Ciências Jurídico-Políticas (*Direitos Fundamentais e Políticas Públicas*), Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, 2009.

_____, *Morosidade da justiça: o dever de eficiência e a tutela temporalmente adequada*, Tese de mestrado, Ciências Jurídico-Políticas, Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, 2013.

RIBEIRO, Alípio, *O tempo e o modo da justiça penal*, Reforma da organização judiciária, Instrumentos de racionalização do trabalho dos juízes e Encontro anual de 2005, Coimbra, Coimbra Editora, 2006, pág. 39-45.

RIBEIRO, Manuel de Almeida, *Um debate sobre a morosidade da justiça*, Lisboa, Almedina Editora, 2009.

RIVERA, Milvia A., «Mecanismos de eficiencia del Tribunal de Apelaciones de Puerto Rico y el Tribunal de Apelaciones Federal para el primer circuito ante el problema de la demora judicial» *Revista jurídica de la Universidad de Puerto Rico*, Rio Piedras, Vol. 77, n. 4, 2008, pág. 1001-1033.

RODRIGUES, Anabela Miranda, «Os processos sumário e sumaríssimo ou a celeridade e o consenso no Código de processo penal», *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, ano 6, Fasc. 4.º, (Out.-Dez.), Coimbra Editora, 1996.

_____, «A celeridade no processo penal: uma visão de direito comparado», *Revista portuguesa de ciência criminal*, Coimbra, ano 8, n.º 2, (Abr.-Jun.), 1998, págs.233-250.

_____, «Celeridade e eficácia: uma opção política-criminal», in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Jorge Ribeiro de Faria*, Coimbra, Coimbra Editora, 2003, pág. 39-67.

_____, «O inquérito no novo Código de Processo Penal», in *Centro de Estudos Judiciários, Jornadas de Direito Processual Penal: O Novo Código de Processo Penal*, Livraria Almedina, Coimbra, 1995, págs. 59-79.

_____, «Política Criminal – novos desafios, velhos rumos», in *Direito Penal Económico e Europeu: Textos doutrinários*, Vol. III, Coimbra Editora, 2009, págs. 159-183.

_____, «A Globalização do Direito Penal – Da pirâmide à rede ou entre a Unificação e a humanização», in *Direito Penal Económico e Europeu: Textos doutrinários*, Vol. III, Coimbra Editora, 2009, págs. 81-92.

_____, «Criminalidade organizada – que política criminal?», in *Direito Penal Económico e*

Europeu: Textos doutrinários, Vol. III, Coimbra Editora, 2009, págs. 184-198.

RODRIGUES, José Narciso da Cunha, «Recursos», in Centro de Estudos Judiciários, *Jornadas de Direito Processual Penal: O Novo Código de Processo Penal*, Livraria Almedina, Coimbra, 1995, págs. 379-400.

ROXIN, Claus, «Introducción a la Ley Procesal Penal Alemana de 1877», (traducción y notas aclaratorias por Juan-Luis Gomes Colomer), *Cuadernos de Política Criminal*, n.º 16, Edersa Editoriales de Derecho Reunidas, Madrid, 1982, págs. 171-186.

_____, *Pasado, presente y futuro del derecho procesal penal* (versión castellana de Óscar Julián Guerrero Peralta), Buenos Aires, Rubinzal - Culzoni Editores, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa, *A justiça em Portugal: Diagnósticos e terapêuticas*, 2005.

_____, *Os tribunais nas sociedades contemporâneas – O caso português*, Porto, 1996.

_____, *O acesso ao direito e à justiça: um direito fundamental em questão*, Coimbra, 2002.

_____, et al., «Bloqueios ao andamento dos processos e propostas de solução», coord. científica Boaventura Sousa Santos, in *Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, Centro de Estudos Sociais*, Coimbra, 2002.

SANTOS, Manuel Simas, LEAL-HENRIQUES, Manuel, *Código de Processo Penal Anotado*, 2.ª Edição (Reimpressão – Letra da Lei atualizada), I Vol. (arts 1.º a 240.º), Editora Rei dos Livros, 2004.

SANTOS, Beleza dos, «Medidas de segurança e prescrição» *Revista de Legislação e Jurisprudência*, n.º 2790, ano 77, n.º 2854, ano 80º.

SANTOS, Hugo Luz dos, «A reforma do Código do Processo Penal de 2013 e o processo sumaríssimo: entre a Law and Economics Posneriana (MDR) e a Maximização da Justiça Consensual (MJC): duas faces da mesma moeda? », *O Direito*, n.º 1, ano 147, Coimbra, 2015, págs.159-186.

SERRÃO, Tiago, «A subsidiariedade da tutela jurisdicional conferida pelo TEDH no âmbito do direito à obtenção de uma decisão em prazo razoável», *O direito*, n.º 4, ano143, 2011, págs.793-838.

SIMÕES, Euclides Dâmaso, *A Direção do inquérito: uma assunção em «full time»?* , in III Congresso de Processo Penal, (coordenador Manuel Monteiro Guedes Valente; comissão científica Manuel da Costa Andrade.. [et al.]), Coimbra, Almedina, 2010], págs. 307-315.

SILVA, Fernando, «Os prazos de prescrição», *O direito e justiça em ação: Tópicos de direito comparado*, Janus 2004, anuário de relações exteriores, págs. 178-179.

SILVA, João Calvão da, «Anotação do acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 28 de Outubro de 2003», *Revista de legislação e de jurisprudência (RLJ)*, Coimbra, ano 134, n.º 3929 (1 Dez. 2001), págs. 235-250.

SILVA, Pedro Filipe Gama da, *A prescrição como causa de exclusão da responsabilidade criminal: um estudo de direito penal português*, Coimbra, FDUC, 2015. Disponível em <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/30032/1/A%20prescricao%20como%20causa%20de%20extincao%20da%20responsabilidade%20criminal.pdf>>. Acesso em: 04 de Jun. 2016.

SILVA, Germano Marques da, «Princípios gerais do processo penal e Constituição da República Portuguesa», Vol. III, in *Direito e Justiça, Revista da Faculdade de Ciências humanas*, Universidade Católica Portuguesa, Volume de Homenagem ao Prof. Doutor Manuel Cavaleiro Ferreira, 1987/1988.

_____, «A reforma do Código de Processo Penal e as perspetivas de evolução do direito processual penal», *Scientia Iuridica*, Tomo XLVIII, n.ºs 277-279, ano 48, (Jan.-Jun.) 1999, pág.67-83.

_____, «A prescrição dos processos penais: não sabem o que dizem, nem se importam», *Forum iustitiae. Direito & sociedade*, n.º 10, ano 1, (Abril), Lisboa, 2000, págs. 14-20.

_____, *Curso de Processo Penal, Lisboa*, Vol. I, 4.ª Edição, Verbo Editora, 2000; Vol. II, Edição, 1999; Vol. III, 2.ª Edição, 2000.

_____, *Curso de Processo Penal*, III, 2.ª Edição (revista e atualizada), Editorial Verbo, 2000.

_____, *Curso de Processo Penal*, II, 3.ª Edição (revista e atualizada), Editorial Verbo, 2002.

_____, *Direito Processual Penal Português, Noções Gerais. Sujeitos Processuais e Objeto*, Vol. III, Universidade Católica Editora, 2013.

_____, *Direito Processual Penal Português, Do procedimento (Marcha do Processo)*, Vol. III, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2014.

SILVA, Paula Costa, *A nova face da Justiça: Os Meios Extrajudiciais de Resolução de Controvérsias*, Coimbra Editora, 2009.

SILVEIRA, Jorge Noronha e, «Formas de Processo e sua tramitação em 1.ª instância no processo penal de cabo-verdiano» (5.º módulo), in *Direito Processual de Cabo Verde, Sumários do curso de Pós-Graduação sobre o novo processo penal de Cabo Verde*, (Praia, Fevereiro-Abril de 2007), coord. Augusto Silva Dias e Jorge Carlos Fonseca, Coimbra, Almedina Editora, 2009, págs. 247-303.

SOUSA, Constança Urbano de, «A vigência do direito comunitário na ordem jurídica portuguesa», *O direito e a justiça em ação: Portugal no ordenamento jurídico internacional*, 3.1.6, in *Janus 2004: anuário de relações exteriores*, págs. 128-129.

SCARTEZZINI, Ana Maria Goffi Flaquer, *A dignidade da pessoa humana e o prazo razoável do processo: a responsabilidade do Estado pela demora na outorga da prestação jurisdicional*, Tratado Luso-Brasileira da Dignidade Humana, (coord. António Marques da Silva), Editora Quartier Latin do Brasil, São Paulo, 2008, pág. 1179-1194.

SCHWARZER, William W., HIRSCH, Alan, «Os elementos da gestão processual: um guia de bolso par juizes» (2.º Edição – 2006), *Revista Julgar*, n.º 19, (Jan.-Abr.), Coimbra Editora, 2013, págs.189-206.

SULTANEGY, Zaida Maria, *O direito à justiça num prazo razoável à luz da carta de Banjul*, Relatório de mestrado para a cadeira de Direito Internacional Público apresentado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2003.

SPENGLER, Fabiana Marion, «Tempo, direito e sociedade: a refiguração conflita e a temporalidade processual única» *O Direito*, S.2, n.º 6, Lusíada Editora, Lisboa, 2008, pág.131-153.

TEIXEIRA, Carlos Adérito, «Suspensão provisória do processo: fundamentos para uma justiça consensual» *Revista do Ministério Público*, n.º 86, ano 22, (Abr.-Jun.), 2001, pág.107-114.

TORÃO, Fernando José Pinto, «Admissibilidade da suspensão provisória nas situações previstas pelo art. 16, n.º 3 do CPP», in Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Figueiredo Dias, *Boletim da Faculdade de Direito*, Vol. III, Coimbra, Coimbra Editora, 2010.

VEIGA, Raul Soares da, «Os recursos no novo Código de Processo Penal de Cabo Verde», (6.º módulo), in *Direito Processual Penal de Cabo Verde, Sumários do Curso de Pós-Graduação Sobre o Novo Processo Penal de Cabo Verde* (Praia, fevereiro-abril de 2007), coord. Augusto Silva Dias, Jorge Carlos Fonseca, Coimbra, Almedina Editora, 2009, págs. 305-311.

VERDELHO, Pedro, «Tempus fugit, ou a reforma penal e a celeridade processual», *Centro de Estudos Judiciários*, n.º 5, (2.º Semestre), Lisboa, 2006, pág. 231-245.

VIANA, João Matos, *O processo sumário e o sistema de recursos na proposta de revisão do Código de Processo Penal*. Disponível em [http://www.idpcc.pt/xms/files/Noticias e.../Matos Viana Processosumario recursos.pdf](http://www.idpcc.pt/xms/files/Noticias_e.../Matos_Viana_Processosumario_recursos.pdf). Acesso em: 22 de Nov. 2016.

VICARI, Jaime Luiz, «Breves considerações sobre a celeridade processual à luz do direito comparado», *Jurisprudência catarinense*, Florianópolis, ano 32, n.ºs 111-112, (2.º e 3.º trim.), 2007, págs. 33-42.

VOGLER, Richard, «Justiça consensual e processo penal», *Processo Penal e Estado de Direito*, (tradução de Fauzi Hassan Choukr), organização Fauzi Hassan Choukr e Kai Ambos, Campinas, Edicamp, 2002, págs. 281-307.

ZIPF, Heinz, *Principios fundamentales de la determinación de la pena*, in notas bibliográficas (traducción española del Profesor Doctor Santiago Mir Puig), *Cuadernos de política criminal*, Edersa Editoriales de Derecho Reunidas, Madrid, n.º 16, 1982, pág.189-195.

WORLD PLEA BARGAINING, *World plea bargaining: consensual procedures and the avoidance of the full criminal trial*, Edited by Stephen C. Thaman, Durham, Carolina Academic Press, 2010.

JURISPRUDÊNCIA

Toda a jurisprudência citada neste trabalho que não se encontra referenciada na nota de rodapé, da respetiva publicação, podem ser consultadas na Internet, através da base de dados a seguir indicada:

Tribunal Constitucional português

<URL: <http://www.tribunalconstitucional.pt/>>

Supremo Tribunal de Justiça português

<URL: <http://www.stj.pt/>>

Supremo Tribunal Administrativo português

<URL: <http://www.stadministrativo.pt/>>

Tribunal Europeu dos Direitos Humanos

<URL: <http://echr.coe.int/Pages/home.aspx?p=applicants/por&c=>>

Todas as outras em <URL: <http://www.dgsi.pt>>